Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo
Diário da Assembleia Legislativa – 19ª Legislatura

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris	Presidente	Gilmaci Santos	1º Vice-Presidente	Barros Munhoz	4º Vice-Presidente
Enio Tatto	1º Secretário	Ricardo Madalena	2º Vice-Presidente	Bruno Ganem	3º Secretário
Milton Leite Filho	2º Secretário	Coronel Telhada	3º Vice-Presidente	Léo Oliveira	4º Secretário

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000 www.al.sp.gov.br

Volume 130 • Número 231 • São Paulo, sexta-feira, 11 de dezembro de 2020 www.imprensaoficial.com.br

Plano de vacinação no Estado e eficácia de imunizante são assuntos na tribuna

Certificação da Anvisa é essencial para segurança das vacinas, destacaram parlamentares

BEATRIZ FERREIRA
FOTO: CAROL JACOB

No início da sessão ordinária desta quinta-feira (10/12), a deputada **Leticia Aguiar** (PSL) se pronunciou a respeito da vacina Coronavac, a imunização contra a Covid-19 que será desenvolvida no país em parceria com a fabricante chinesa Sinovac, pelo Instituto Butantan, em São Paulo. Ela considerou como incoerente o plano estadual de imunização apresentado pelo governador no início da semana. "Nós queremos uma vacina comprovadamente eficaz, com autorização da Anvisa, que tenha o respaldo do Ministério da Saúde para que possamos fazer um movimento em conjunto pelo país, sem que haja separatismo", salientou.

Em seguida, o deputado **Douglas Garcia** (PTB) reiterou seu posicionamento contrário à obrigatoriedade de receber a vacina. Ele revelou que emitiu um ofício à Anvisa solicitando a não distribuição das doses.

O parlamentar também informou ter encaminhado aos membros da Comissão de Saúde da Alesp um ofício, que segundo ele tem embasamento científico e é assinado por médicos que se manifestaram contra a obrigatoriedade de receber a imunização.

Garcia defendeu ainda o Projeto de Decreto Legislativo 42/2020, de sua autoria, que revoga o Decreto 65.319, de 30 de novembro de 2020, que reclassifica o Estado de São Paulo para a fase amarela do Plano São Paulo em decorrência da Covid-19. "Tenho certeza que o PDL pode trazer toda a liberdade que o povo almeja", finalizou.

O deputado **Frederico D'Avila** (PSL) comentou sobre possíveis consequências da aplicação da Lei 17.293/2020 na produção agrícola paulista. Segundo ele, a partir do próximo ano, o setor sofrerá com o aumento dos tributos sobre defensivos, insumos e produtos agrícolas, o que causará impacto na produção em todo o país, já que muitos produtos demandados de outros estados, são fabricados em São Paulo pela facilidade logística.

Sessão ordinária desta quinta-feira

"Eu consegui o depoimento de praticamente todos os presidentes das Aprosojas estaduais falando que a aplicação dessa alíquota de 4,14% sobre os defensivos e insumos agrícolas vão causar problemas em todo o Brasil", ressaltou.

O auxílio-reclusão que as famílias de policiais militares mortos possuem direito ao recebimento, previsto na Lei Complementar 1.027/2007 foi o assunto abordado por **Major Mecca** (PSL). "Os cônjuges e familiares de policiais mortos recorrem a nós parlamentares pedindo pelo auxílio, e há mais de quatro meses não estão recebendo", reclamou.

Mire a câmera do celular e assista ao vivo a Rede Alesp

Mercado digital registra aumento no número de vendas, aponta pesquisa

ARTHUR SOUZA

Após quase dez meses do início da pandemia de Covid-19 no Brasil, o país ainda enfrenta dificuldades para aquecer e manter a economia ativa. Segundo levantamento feito pelo economista Marcel Balassiano, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o país deve registrar até o final do ano uma taxa de cerca de 13,4% de desempregados, além de queda no Produto Interno Bruto (PIB), por conta dos efeitos da doença.

No entanto, apesar da crise financeira, foram registradas mudanças no mercado que podem ditar a forma como as empresas lidam com seus clientes.

Imagem ilustrativa - Fonte ingimage

As vendas on-line aumentaram durante o pico do isolamento social (entre abril e junho), de acordo com a empresa de inteligência de mercado Neotrust/Compre&Confie. Foram 5,7 milhões de usuários que fizeram a primeira compra na internet, totalizando um valor aproximado de quase R$ 2 bilhões, de acordo com dados divulgados pela Neotrust.

O presidente da WSI Marketing Digital no Brasil, Caio Cunha, comentou sobre o crescimento dos negócios digitais durante a crise do coronavírus. "As empresas já estavam caminhando para o e-commerce e esse movimento foi acelerado por causa da pandemia. Com a maioria dos negócios fechando, essa mudança para a internet foi inevitável". A WSI oferece serviços de consultoria para expansão e posicionamento no mercado on-line.

Caio afirma que as chances de manter um empreendimento digital são maiores se houver um planejamento flexível. "Ser ágil, testar novos métodos é fundamental, porque tudo é mensurável e essas informações são essenciais para se destacar no mundo digital". Segundo dados do presidente da WSI, as empresas brasileiras investem cerca de 20% dos recursos em negócios na internet, a expectativa para o ano que vem é de 35%.

As matérias da seção Atividade Parlamentar são de inteira responsabilidade dos parlamentares e de suas assessorias de imprensa. São devidamente assinadas e não refletem, necessariamente, a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Aprovado por unanimidade o Projeto de Lei 1.032/2019

Foto da assessoria parlamentar

Dr. Jorge do Carmo

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO DR. JORGE DO CARMO

Foi aprovado, no início de dezembro/2020, o Projeto de Lei 1.032/2019, de autoria do Deputado Dr. Jorge do Carmo, que institui normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

Parecer final, com aprovação unânime do projeto, registra que a iniciativa "consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para a regularização de assentamentos irregulares e titulação de seus ocupantes garantindo o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado".

Previsto nos termos do art. 6º da Constituição, "a moradia é direito fundamental, medida imprescindível rumo à justiça social, garantia da dignidade e igualdade material entre as pessoas", afirmou o deputado Dr. Jorge do Carmo, que concluiu: "a aprovação deste projeto significa a efetivação de meios legais para que milhões de famílias, neste Estado, tenham assegurado o direito e titulação de sua casa, sua residência. Agora, é contar com a sensibilidade social do senhor governador para que sancione o projeto e o consolide como lei estadual".

Trabalho sério traz Poupatempo a Ferraz de Vasconcelos

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO RODRIGO GAMBALE

Foto da assessoria parlamentar

Rodrigo Gambale (ao centro)

O Deputado Rodrigo Gambale (líder do PSL) visitou, acompanhado da irmã Priscila Gambale, primeira prefeita eleita na história de Ferraz de Vasconcelos, a PRODESP para acertarem os detalhes da instalação de uma unidade do Poupatempo no Município.

Participaram da reunião o Diretor de Serviços ao Cidadão, Murilo Macedo, o Diretor de Atendimento, Ilídio Martin e o Coordenador de Implantação do Poupatempo, Marcelo Pedrosa.

O Poupatempo é uma das bandeiras e conquistas de Priscila Gambale, antes mesmo do início de sua gestão. Na segunda semana de dezembro, os representantes da PRODESP irão até Ferraz de Vasconcelos estudar o melhor local para o Poupatempo ser instalado. O compromisso firmado garante a instalação do serviço para o mês de Abril de 2021.

Rodrigo Gambale apresentou um Projeto (aprovado na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, em outubro deste ano) autorizando o Executivo a instituir uma unidade do Poupatempo em Ferraz. O projeto segue em tramitação na Casa.

O Poupatempo foi criado em 1997 com objetivo de propiciar um acesso facilitado aos serviços públicos. Dentre esses serviços, os mais procurados são a emissão de RG, licenciamento de veículos e carteira de trabalho.

Deputado apresenta emendas ao orçamento para Arujá

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO JORGE WILSON

Preocupado com a situação do município e atendendo às diversas demandas que recebeu de representantes do Executivo, do Legislativo municipal e da sociedade civil, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (REPUBLICANOS) protocolou na Assembleia Legislativa emendas ao Projeto de Lei Orçamentária nº 627/2020 através das quais remaneja recursos no valor de R$ 4,2 milhões para Arujá.

Para atender a área da saúde, o parlamentar destinou R$ 2 milhões para o custeio das atividades na área. A área de infraestrutura também foi contemplada pelas emendas de Jorge Wilson, com o remanejamento de recursos no valor de R$ 1 milhão.

As áreas da educação e segurança também foram atendidas. A primeira recebeu uma indicação de R$ 1 milhão e a segunda de R$ 200 mil em investimentos.

"Muitos setores da administração pública municipal precisam ser priorizados para que as Prefeituras possam atender todas as demandas da cidade, bem como da população. Por essa razão, apresentamos diversas emendas parlamentares remanejando recursos do Orçamento Estadual para Arujá e vamos trabalhar junto aos nossos pares na Assembleia Legislativa a fim de que elas sejam aprovadas na Lei Orçamentária", afirmou o deputado Jorge Wilson.

Foto da assessoria parlamentar

Jorge Wilson Xerife do Consumidor

Recursos para entidades de Presidente Prudente

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO ESTADUAL ED THOMAS

Foto da assessoria parlamentar

Ed Thomas, Lourivalter e Plínio

Continuando com seu trabalho em prol das entidades assistenciais de Presidente Prudente, o deputado estadual Ed Thomas (PSB), prefeito recém eleito da maior cidade do Oeste Paulista, está destinando mais recursos através de emendas parlamentares que vão auxiliar outras duas instituições a dar continuidade a seus projetos sociais. São elas: A UNIPODE - União das Pessoas com Deficiência, que assinou convênio para receber o valor de R$ 150 mil para a compra de uma Van; e a Congregação das Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados (Lar São Rafael), que receberá um repasse de R$ 80 mil para compra de equipamentos. Os dois convênios, assinados na última segunda-feira (07/12/20), preveem a liberação destes recursos pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, cuja titular é a secretária Célia Parnes. Pela UNIPODE, que cuida atualmente de 60 pessoas com deficiência, assinaram o respectivo convênio Lourivalter Gonçalves juntamente com o vice-presidente Plínio Martins Garcia. Pelo Lar São Rafael, que atende aproximadamente 90 idosos, entre homens e mulheres, o convênio foi assinado pela presidente da entidade Carmem Cecília Moncada Albarracin acompanhada pela Fisioterapeuta, Rita de Cassia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidente: Cauê Macris

1º Secretário: Enio Tatto

2º Secretário: Milton Leite Filho

Secretário-Geral Parlamentar: Rodrigo Del Nero

Secretário-Geral de Administração: Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:

Matheus Perez Granato

Divisão de Imprensa: Natacha Jones

Noticiário da Assembleia
Diretor de Redação: Rodrigo Luchiari
Reportagem: Joel Melo, Karina Freitas, Luiz Rheda e Mauricia Figueira
Revisão: Vicente Sedrangulo Filho
Fotografia: Bruna Sampaio, Carol Jacob, José Antonio Teixeira, Juliana Leal e Marco Antonio Cardelino
Editoração Eletrônica: Antonio Galban e Vilma Jacob
Agência de Notícias: Camila Brandi

Estagiários: Arthur Souza, Barbara Moreira, Beatriz Ferreira, Beatriz Lauerti, Daniele Alves de Oliveira, Eduardo Reis, Leonardo Ferreira, Matheus Batista, Paula Santos, Sabrina Batista e Weslley Henrique Lima Ramos.

O Noticiário da Assembleia é produzido pela Divisão de Imprensa do Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa. As matérias da seção Atividades Parlamentares são de inteira responsabilidade da assessoria de imprensa dos deputados.

Telefones: 3886-6033/6605/6674/6285
E-mail: imprensa@al.sp.gov.br

Mire a câmera do celular para acompanhar as últimas notícias sobre as atividades parlamentares, pesquisar sobre projetos de leis e muito mais

As matérias da seção Atividade Parlamentar são de inteira responsabilidade dos parlamentares e de suas assessorias de imprensa. São devidamente assinadas e não refletem, necessariamente, a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Audiência pública reforça luta em defesa do Ginásio do Ibirapuera

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO CARLOS GIANNAZI

Na sexta-feira (11/12), às 17h, será realizada no ambiente virtual da Alesp uma audiência pública contra a demolição e construção de um shopping onde hoje se encontra o Ginásio do Ibirapuera. Promovido por Carlos Giannazi (PSOL), o ato público contará com a presença, de medalhistas olímpicos como Maurren Maggi e Sandro Viana, especialistas em preservação do patrimônio, representantes do Condephaat, do jornalista Juca Kfouri e defensores do esporte.

Foram convidados representantes da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, unidade do Ministério Público já acionada por Giannazi, que se posicionou contra o projeto e está analisando formas legais de viabilizar o tombamento e preservar o patrimônio arquitetônico.

A audiência é mais uma ação de resistência promovida por Giannazi, que se opôs ao projeto de privatização desde que foi proposto por Doria, no início de 2019.

Giannazi também foi o primeiro deputado a denunciar o golpe de Doria, que alterou por decreto a composição do Condephaat, garantindo maioria. Também apresentou à Alesp o Projeto de Decreto Legislativo 25/2019, instrumento que pode restaurar o colegiado em sua forma original. Ainda apoiou o lançamento da Rede Patrimônio Cultural Paulista, por meio da qual o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos/Unesco) e mais 20 entidades questionam a manipulação do Condephaat.

Por fim, Giannazi requereu ao Tribunal de Contas uma investigação sobre supostos desvios na gestão do equipamento, já que o orçamento anual de R$ 18 milhões, além das receitas de locação do ginásio e do estacionamento, não coadunam com o estado de deterioração das instalações.

Foto da assessoria parlamentar

Carlos Giannazi (à esq.)

ÁGUA

ECONOMIZAR PARA NÃO FALTAR

Colabore evitando o desperdício:

- Evite manter as torneiras abertas;
- Não use a descarga sem necessidade e não utilize o vaso sanitário como lixeira;
- Em caso de suspeita de vazamento, comunique o setor responsável.

alesp

Decretos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2501, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "h" do inciso II do artigo 18 do Regimento Interno, promulga o seguinte decreto legislativo:

Artigo 1º – São consideradas regulares e ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativo ao exercício econômico-financeiro de 2019, consolidadas no Balanço Geral e nos documentos acessórios elaborados em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhadas dos relatórios da Contadoria Geral do Estado, compreendendo as atividades das Administrações Direta e Indireta Estadual, ressalvados os atos pendentes de julgamento por esta Assembleia Legislativa.

Artigo 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 10/12/2020.

a) CAUÊ MACRIS - Presidente

Pauta

11 DE DEZEMBRO DE 2020
110ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 20, de 2020, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui o Programa Adote uma Caneca.

2 - Projeto de lei nº 727, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.

3 - Projeto de lei nº 728, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Considera como atividade essencial a prestação de atividades educacionais com aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino.

4 - Projeto de lei nº 729, de 2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar o terreno situado entre as ruas Visconde de Porto Seguro, Nove de Julho, Senador Vergueiro e Mariano da Costa, no bairro de Santo Amaro, na Capital, para criar o "Parque Jardim Alfomares".

5 - Projeto de lei nº 730, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Isenta os hospitais filantrópicos e Santas Casas do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS na aquisição de equipamentos do segmento médico e insumos hospitalares.

6 - Projeto de lei nº 731, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Institui o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Indígenas.

7 - Moção nº 202, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Apela aos grandes bancos para que adotem medidas para o conforto dos clientes, como disponibilização de assentos e de abrigo ao sol e chuva, tendo em vista as reclamações sobre enormes filas do lado de fora das agências.

8 - Moção nº 203, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Repudia, nos termos regimentais, o ato do Governador do Estado que concedeu para a iniciativa privada o Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2020, de autoria do deputado Alex de Madureira. Altera a Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012, e a Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012, que institui o Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio de Período Integral, e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei nº 726, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, a divulgar a lista de todos os detentos beneficiados pelo Indulto Natalino e Saída Temporária Especial.

3 - Moção nº 200, de 2020, de autoria do deputado Caio França. Apela ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado a fim de que empreendam esforços para a inclusão na carreira do judiciário de todos os aprovados no concurso de Escrevente Técnico Judiciário.

4 - Moção nº 201, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Apela aos Srs. Presidentes da República, Jair Messias Bolsonaro, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, a fim de que empreendam esforços para manter o pagamento do Auxilio Emergencial.

3ª Sessão

Moção nº 199, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Manifesta veemente repúdio à Rede Globo de televisão por compactuar com atitudes criminosas de seu funcionário, Marcius Melhem, no que tange ao abuso sexual e moral.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 719, de 2020, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Altera o horário de funcionamento do comércio no Estado enquanto perdurar o período de quarentena.

2 - Projeto de lei nº 720, de 2020, de autoria do deputado Altair Moraes. Torna obrigatória a realização de exame toxicológico como etapa do processo seletivo para ingresso e renovação de matrícula no ensino superior público estadual.

3 - Projeto de lei nº 721, de 2020, de autoria do deputado Altair Moraes. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino.

4 - Projeto de lei nº 722, de 2020, de autoria do deputado Alex de Madureira. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Mococa.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 708, de 2020, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a Associação Orquestra Sinfônica Nacional Brasileira, com sede em Ourinhos.

2 - Projeto de lei nº 709, de 2020, de autoria do deputado Coronel Telhada. Suspende o efeito da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, para os servidores do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação do Estado.

3 - Projeto de lei nº 710, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Autoriza o Poder Executivo a criar programas para o encaminhamento do agressor ao tratamento psicossocial e sua participação em grupos reflexivos que visem à reeducação, nos casos relacionados à violência contra a mulher.

4 - Projeto de lei nº 711, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Autoriza o Poder Executivo a conceder empréstimos através do Programa Banco do Povo aos proprietários de veículos destinados ao transporte escolar e seus auxiliares.

5 - Projeto de lei nº 712, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Obriga os Cartórios de Registro Civil a comunicarem ao Ministério Público o registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 anos.

6 - Projeto de lei nº 713, de 2020, de autoria do deputado Delegado Olim. Estabelece diretrizes para o acolhimento de alunos da educação especial nas escolas da rede estadual de ensino.

7 - Projeto de lei nº 714, de 2020, de autoria da CPI - Violência Sexual Contra Estudantes de Ensino Superior. Torna obrigatória a oferta de atividades educativas relacionados à cidadania e ética e educação familiar a serem desenvolvidas nas instituições de ensino formal da rede pública estadual.

8 - Projeto de lei nº 715, de 2020, de autoria da CPI - Violência Sexual Contra Estudantes de Ensino Superior. Institui o Programa Rede Segura, de combate à violência contra as mulheres.

9 - Projeto de lei nº 716, de 2020, de autoria da CPI - Violência Sexual Contra Estudantes de Ensino Superior. Assegura atendimento assistencial, psicológico e de saúde, a ser fornecido pelas instituições de ensino, às estudantes de ensino superior vítimas de violência sexual.

10 - Moção nº 197, de 2020, de autoria da deputada Professora Bebel. Repudia a decisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) de negar a abertura de processo de tombamento do Conjunto Poliesportivo "Constâncio Vaz Guimarães", bem como a decisão do Governo do Estado de conceder o complexo à iniciativa privada para que ali sejam construídos um shopping center, um prédio comercial e uma arena.

11 - Moção nº 198, de 2020, de autoria do deputado Douglas Garcia. Aplaude os Policiais Militares André Pereira de Souza e Glaucio de Oliveira Martins que, após avistarem um menino de 5 anos revirando lixo em busca de livros, promoveram campanha para auxiliar a criança e sua família.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 723, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a instituição de distritos turísticos no Estado de São Paulo, sobre a utilização da logomarca "SP Pra Todos" e dá providências correlatas.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

Projeto de lei nº 653, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantias à União em operações de crédito externas junto ao New Development Bank - NDB, altera a Lei nº 15.427, de 22 de maio de 2014, e dá outras providências.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 933, de 2019, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a Associação de Lazer, Esporte, Educação e Cultura - LEEC, com sede em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 1060, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a Associação Operação Alegria, com sede em São José do Rio Preto.

3 - Projeto de lei nº 512, de 2020, de autoria do deputado Fernando Cury. Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Oncológica Voluntários de Avaré - ABOVA, com sede naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 559, de 2020, de autoria do deputado Coronel Telhada. Declara de utilidade pública o Centro de Referência em Saúde, Ensino e Pesquisa - CRESEP, com sede em Araraquara.

5 - Moção nº 240, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado. Apela ao Sr. Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal, bem como aos demais Ministros integrantes daquela Corte de Justiça, no sentido de não conhecer e rejeitar qualquer debate ou decisão que venha a tratar sobre candidaturas avulsas em eleições, em flagrante afronta ao princípio do artigo 14 da Constituição Federal.

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 11/12/2020

1 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
2 - ANDRÉ DO PRADO
3 - CORONEL TELHADA
4 - DELEGADO OLIM
5 - SARGENTO NERI
6 - ITAMAR BORGES
7 - JANAINA PASCHOAL
8 - MARIA LÚCIA AMARY
9 - FREDERICO D'AVILA
10 - CARLA MORANDO
11 - CARLOS GIANNAZI
12 - MAJOR MECCA
13 - EDMIR CHEDID
14 - REINALDO ALGUZ
15 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
16 - LETICIA AGUIAR
17 - DOUGLAS GARCIA
18 - DRA. DAMARIS MOURA
19 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
20 - ED THOMAS
21 - DANIEL JOSÉ

GRANDE EXPEDIENTE - 11/12/2020

1 - CORONEL NISHIKAWA
2 - CARLOS GIANNAZI
3 - ADALBERTO FREITAS
4 - JANAINA PASCHOAL
5 - ED THOMAS
6 - CAIO FRANÇA
7 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
8 - MAURICI
9 - VINÍCIUS CAMARINHA
10 - TENENTE NASCIMENTO
11 - DRA. DAMARIS MOURA
12 - MARTA COSTA
13 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
14 - DELEGADO OLIM
15 - ANDRÉ DO PRADO
16 - MARIA LÚCIA AMARY
17 - CORONEL TELHADA
18 - SARGENTO NERI
19 - ITAMAR BORGES
20 - FREDERICO D'AVILA
21 - CARLA MORANDO
22 - MAJOR MECCA
23 - EDMIR CHEDID
24 - REINALDO ALGUZ
25 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
26 - LETICIA AGUIAR
27 - DOUGLAS GARCIA
28 - DANIEL JOSÉ

Expediente

10 DE DEZEMBRO DE 2020
109ª SESSÃO ORDINÁRIA

OFÍCIOS

DIVERSOS

Nº 1012/2020, do Sindicato das Indústrias de Explosivos de Minas Gerais - SINDIEMG, manifesta-se acerca do PL 369/19.

S/Nº, da Associação Brasileira de Pirotecnia - ASSOBRAPI, manifesta-se acerca do PL 369/19.

S/Nº, da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo - FESSP-ESP, manifestando-se acerca do PR 19/2020.

GOVERNO DO ESTADO - CASA CIVIL

Nº 2314/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 367/19.

Nº 2315/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 733/19.

Nº 2390/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 806/19.

Nº 2316/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 66/20.

Nº 2317/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 74/20.

Nº 2444/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 134/20.

Nº 2445/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 295/20.

Nº 2318/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 364/20.

Nº 2446/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 426/20.

Nº 2379/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 471/20.

Nº 2319/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 479/20.

Nº 2391/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 521/20.

Sumário

Este caderno, com 40 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA **1**
DECRETOS LEGISLATIVOS **4**
PAUTA **4**
11 DE DEZEMBRO DE 2020 110ª SESSÃO ORDINÁRIA 4
ORADORES INSCRITOS **4**
EXPEDIENTE **4**
10 DE DEZEMBRO DE 2020 109ª SESSÃO ORDINÁRIA 4
OFÍCIOS 4
PROJETOS DE LEI 5
MOÇÕES 5
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO 6
REQUERIMENTOS 7
INDICAÇÕES 7
SUBSTITUTIVOS 7
EMENDAS 7
PARECERES 9
DESPACHOS 9
ATOS ADMINISTRATIVOS **9**
TRIBUNAL DE CONTAS **10**
COMUNICADOS 11
DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS 15
DESPACHOS 18
ACÓRDÃOS 29
PARECERES 38
SENTENÇAS 39
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 40
UNIDADES REGIONAIS 40
ATOS ADMINISTRATIVOS 40

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente Carlos André de Maria de Arruda
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretora Industrial Izabel Camargo Lopes Monteiro (respondendo cumulativamente)
Diretor de Gestão de Negócios Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Estado de São Paulo
PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial

• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

Nº 2320/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 530/20.
Nº 2447/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 537/20.
Nº 2448/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 542/20.
Nº 2322/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 567/20.
Nº 2323/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 569/20.
Nº 2449/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 582/20.
Nº 2324/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 585/20.
Nº 2392/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 593/20.
Nº 2325/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 597/20.
Nº 2326/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 600/20.
Nº 2327/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 603/20.
Nº 2450/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 607/20.
Nº 2328/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 620/20.
Nº 2329/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 622/20.
Nº 2330/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 624/20.
Nº 2331/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 625/20.
Nº 2337/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 650/20.
Nº 2338/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 653/20.
Nº 2339/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 654/20.
Nº 2340/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 655/20.
Nº 2452/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 656/20.
Nº 2393/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 657/20.
Nº 2341/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 658/20.
Nº 2342/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 668/20.
Nº 2453/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 670/20.
Nº 2343/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 671/20.
Nº 2344/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 674/20.
Nº 2345/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 676/20.
Nº 2346/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 677/20.
Nº 2394/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 679/20.
Nº 2373/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 680/20.
Nº 2374/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 683/20.
Nº 2375/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 684/20.
Nº 2347/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 685/20.
Nº 2348/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 686/20.
Nº 2349/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 687/20.
Nº 2350/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 688/20.
Nº 2351/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 690/20.
Nº 2352/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 691/20.
Nº 2353/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 693/20.
Nº 2354/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 694/20.
Nº 2356/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 699/20.
Nº 2454/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 700/20.
Nº 2357/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 701/20.
Nº 2456/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 704/20.
Nº 2360/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 705/20.
Nº 2457/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 706/20.
Nº 2458/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 708/20.
Nº 2362/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 709/20.
Nº 2459/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 710/20.
Nº 2460/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 713/20.
Nº 2461/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 716/20.
Nº 2395/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 719/20.
Nº 2462/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 721/20.
Nº 2463/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 727/20.
Nº 2464/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 734/20.
Nº 2465/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 736/20.
Nº 2332/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 629/20.
Nº 2333/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 633/20.
Nº 2334/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 637/20.
Nº 2335/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 641/20.
Nº 2451/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 645/20.
Nº 2336/2020, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 648/20.
S/Nº, encaminha respostas às Indicações 3392, 3396, 3398, 3399, 3400, 3401, 3402, 3406, 3497, 3498, 3499, 3500, 3501, 3502, 3503, 3504, 3505, 3506, 3507, 3508, 3509, 3510, 3511, 3512, 3513, 3514, 3515, 3516, 3517, 3518, 3519, 3520, 3521, 3522, 3523, 3524, 3525, 3527, 3529, 3541, 3542, 3543, 3544, todas de 2019 e 509, 510, 511, 512, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 582, 585, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 698, 719, 726, 728, 729, 730, 731, 762, 763, 764, 768, 902, 945, 958, 1052, 1103, 1318, 1574, 1833, 1933, 1997, 2005, 2103, 2182, 2183, 2209, 2252, 2258, 2266, 2728, 2734, 2738, 2741, 2754, 2821, 2834, 2850, 2870, 2967, 2974, 2976, 3046, 3067, 3069, 3071, 3084, 3089, 3105, 3109, 3125, 3151, 3159, 3164, 3235, 3249, 3255, 3283, 3284, 3397, 3409, 3534, 3543, 3548, 3549, 3550, 3620, 3623, 3675, 3680, 3691, todas de 2020.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 732, DE 2020

Institui a Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Fica instituída a Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual o Estado, em colaboração com os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Artigo 2º A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo deverá atuar em colaboração com o Ministério da Educação para aplicar no âmbito da Política Estadual de Educação Especial, os mesmos objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Artigo 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - Educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - Educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

III - Política educacional equitativa - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade;

IV - Política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo;

V - Política de educação com aprendizado ao longo da vida - conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do educando, com a percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto;

VI - Escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - Classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade;

VIII - Escolas bilíngues de surdos - instituições de ensino da rede regular nas quais a comunicação, a instrução, a interação e o ensino são realizados em Libras como primeira língua e em língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, destinadas a educandos surdos, que optam pelo uso da Libras, com deficiência auditiva, surdocegos, surdos com outras deficiências associadas e surdos com altas habilidades ou superdotação;

IX - Classes bilíngues de surdos - classes com enturmação de educandos surdos, com deficiência auditiva e surdocegos, que optam pelo uso da Libras, organizadas em escolas regulares inclusivas, em que a Libras é reconhecida como primeira língua e utilizada como língua de comunicação, interação, instrução e ensino, em todo o processo educativo, e a língua portuguesa na modalidade escrita é ensinada como segunda língua;

X - Escolas regulares inclusivas - instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos; e

XI - Planos de desenvolvimento individual e escolar - instrumentos de planejamento e de organização de ações, cuja elaboração, acompanhamento e avaliação envolvam a escola, a família, os profissionais do serviço de atendimento educacional especializado, e que possam contar com outros profissionais que atendam educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Artigo 4º São princípios da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Educação como direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo;

II - Aprendizado ao longo da vida;

III - ambiente escolar acolhedor e inclusivo;

IV - Desenvolvimento pleno das potencialidades do educando;

V - Acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares;

VI - Participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada;

VII - Garantia de implementação de escolas bilíngues de surdos e surdocegos;

VIII - Atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no território do Estado de São Paulo, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo; e

IX - Qualificação para professores e demais profissionais da educação.

Artigo 5º São objetivos da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Garantir os direitos constitucionais de educação e de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - Promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito;

III - Assegurar o atendimento educacional especializado como diretriz constitucional, para além da institucionalização de tempos e espaços reservados para atividade complementar ou suplementar;

IV - Assegurar aos educandos da educação especial acessibilidade a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades;

V - Assegurar aos profissionais da educação a formação profissional de orientação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, com vistas à atuação efetiva em espaços comuns ou especializados;

VI - Valorizar a educação especial como processo que contribui para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e também para a sua participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, no âmbito da cultura, das ciências, das artes e das demais áreas da vida; e

VII - Assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação oportunidades de educação e aprendizado ao longo da vida, de modo sustentável e compatível com as diversidades locais e culturais.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO-ALVO

Artigo 6º A Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida tem como público-alvo os educandos que, nas diferentes etapas, níveis e modalidades de educação, em contextos diversos, nos espaços urbanos e rurais, demandem a oferta de serviços e recursos da educação especial.

Parágrafo único. São considerados público-alvo da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Educandos com deficiência, conforme definido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

II - Educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluídos os educados com transtorno do espectro autista, conforme definido pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; e

III - Educandos com altas habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Artigo 7º São diretrizes para a implementação da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Oferecer atendimento educacional especializado e de qualidade, em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida;

II - Garantir a viabilização da oferta de escolas ou classes bilíngues de surdos aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva, outras deficiências ou altas habilidades e superdotação associadas;

III - Garantir, nas escolas ou classes bilíngues de surdos, a Libras como parte do currículo formal em todos os níveis e etapas de ensino e a organização do trabalho pedagógico para o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua; e

IV - Priorizar a participação do educando e de sua família no processo de decisão sobre os serviços e os recursos do atendimento educacional especializado, considerados o impedimento de longo prazo e as barreiras a serem eliminadas ou minimizadas para que ele tenha as melhores condições de participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS E DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Artigo 8º São considerados serviços e recursos da educação especial:

I - Centros de apoio às pessoas com deficiência visual;

II - Centros de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual, mental e transtornos globais do desenvolvimento;

III - centros de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência físico-motora;

IV - Centros de atendimento educacional especializado;

V - Centros de atividades de altas habilidades e superdotação;

VI - Centros de capacitação de profissionais da educação e de atendimento às pessoas com surdez;

VII - classes bilíngues de surdos;

VIII - classes especializadas;

IX - Escolas bilíngues de surdos;

X - Escolas especializadas;

XI - Escolas-polo de atendimento educacional especializado;

XII - Materiais didático-pedagógicos adequados e acessíveis ao público-alvo desta Política Estadual de Educação Especial;

XIII - Núcleos de acessibilidade;

XIV - Salas de recursos;

XV - Serviços de atendimento educacional especializado para crianças de zero a três anos;

XVI - Serviços de atendimento educacional especializado; e

XVII - Tecnologia assistiva.

Parágrafo único. Poderão ser constituídos outros serviços e recursos para atender os educandos da educação especial, ainda que sejam utilizados de forma temporária ou para finalidade específica.

CAPÍTULO VI

DOS ATORES

Artigo 9º Atuarão, de forma colaborativa, na prestação de serviços da educação especial:

I - Equipes multiprofissionais e interdisciplinares de educação especial;

II - Guias-Intérpretes;

III - Professores bilíngues em Libras e língua portuguesa;

IV - Professores da educação especial;

V - Profissionais de apoio escolar ou acompanhantes especializados, de que tratam o inciso XIII do caput do art. 3º da Lei nº 13.146, de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012; e

VI - Tradutores-Intérpretes de Libras e língua portuguesa.

CAPÍTULO VII

DA IMPLEMENTAÇÃO

Artigo 10º A Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida será implementada por meio das seguintes ações:

I - Elaboração de estratégias de gestão dos sistemas de ensino para as escolas regulares inclusivas, as escolas especializadas e as escolas bilíngues de surdos, que contemplarão também a orientação sobre o papel da família, do educando, da escola, dos profissionais especializados e da comunidade, e a normatização dos procedimentos de elaboração de material didático especializado;

II - Definição de estratégias para a implementação de escolas e classes bilíngues de surdos e o fortalecimento das escolas e classes bilíngues de surdos já existentes;

III - Definição de critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas, de modo a proporcionar o atendimento educacional mais adequado, em ambiente o menos restritivo possível, com vistas à inclusão social, acadêmica, cultural e profissional, de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida;

IV - Definição de diretrizes da educação especial para o estabelecimento dos serviços e dos recursos de atendimento educacional especializado aos educandos público-alvo desta Política Estadual de Educação Especial;

V - Definição de estratégias e de orientações para as instituições de ensino superior com vistas a garantir a prestação de serviços ao público-alvo desta Política Estadual de Educação Especial, para incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão destinados à temática da educação especial e estruturar a formação de profissionais especializados para cumprir os objetivos da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida; e

VI - Definição de critérios objetivos, operacionalizáveis e mensuráveis, a serem cumpridos pelos entes federativos, com vistas à obtenção de apoio técnico e financeiro da União na implementação de ações e programas relacionados à Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Artigo 11. São mecanismos de avaliação e de monitoramento da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp);

II - Exame Nacional do Ensino Médio;

III - Indicadores que permitam identificar os pontos estratégicos na execução da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida e os seus resultados esperados e alcançados;

IV - Planos de desenvolvimento individual e escolar;

V - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp);

VI - Prova Brasil; e

VII - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Artigo 12. Serão incorporados aos mecanismos de avaliação e de monitoramento de que tratam os incisos II ao V do caput do art. 11 indicadores que permitam identificar resultados obtidos com a implementação da Política Estadual de Educação Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13. Compete a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Artigo 14. Para fins de implementação da Política Estadual de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, o Estado poderá prestar aos Municípios apoio técnico e assistência financeira, na forma a ser definida em instrumento específico de cada convênio, programa ou ação.

Artigo 15. A assistência financeira do Estado de que trata o art. 14 ocorrerá por meio de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual a Secretária da Educação e às suas entidades vinculadas, respeitada a sua área de atuação, observados a disponibilidade financeira e os limites de movimentação e empenho.

Artigo 16. Compete ao Conselho Estadual de Educação elaborar as diretrizes estaduais da educação especial, em conformidade com o disposto na Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Parágrafo único. As diretrizes estaduais da educação especial serão homologadas em ato do Secretário da Educação.

JUSTIFICATIVA

A sociedade civil, tem realizado uma série de discussões em torno da formação dos alunos, da base curricular e dos objetivos a serem alcançados com esta melhoria do currículo. A formação de um sujeito, enquanto cidadão, deve ultrapassar as expectativas do professor e levar o sujeito a alavancar atitudes do cotidiano em prol dos interesses sociais.

O Parâmetro Curricular Nacional determina que a comunidade escolar deve articular um projeto de educação capaz de despertar as habilidades e desenvolver as capacidades dos alunos, de forma a transformarem suas realidades.

O presente Projeto de Lei tem como finalidade replicar no âmbito do Estado de São Paulo a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, que foi lançada pelo Ministério da Educação, em setembro de 2020, para a adesão voluntária por estados e municípios às ações decorrentes da política.

A nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) pretende ampliar o atendimento educacional especializado a mais de 1,3 milhão de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no país.

Um dos objetivos é dar mais flexibilidade aos sistemas de ensino, na oferta de alternativas como: classes e escolas comuns inclusivas, classes e escolas especiais, classes e escolas bilíngues de surdos, segundo as demandas específicas dos estudantes. Também se pretende aumentar o número de educandos que, por não se beneficiarem das escolas comuns, evadiram em anos anteriores.

Neste sentido, o Estado de São Paulo cumpre um papel fundamental ao viabilizar a implantação desta política de inclusão. A Adesão aos moldes da Política Nacional de Educação Especial: equitativa e inclusiva ao longo da vida, representa um passo significativo rumo a um estado mais justo e com igualdade de oportunidades.

Ao replicar a política nacional no âmbito do Estado de São Paulo, será viabilizada a valorização das singularidades e do direito do estudante e das famílias no processo de decisão sobre a alternativa mais adequada para o atendimento educacional especializado. Este princípio está materializado, de forma inconfundível, na criação das escolas e classes bilíngues de surdos.

Por meio da PNEE, os sistemas de ensino estaduais e municipais poderão receber apoio para instalar salas de recursos multifuncionais ou específicas, dar cursos de formação inicial ou continuada de professores, melhorar a acessibilidade arquitetônica e pedagógica nas escolas, e ainda criar ou aprimorar Centros de Serviço de Atendimento Educacional Especializado.

Compõe ainda a nova PNEE, a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos que visa atender aos alunos surdos, surdocegos e deficientes auditivos, nas escolas bilíngues de surdos e nas classes bilíngues das escolas comuns inclusivas, bem como promover a difusão do ensino da Libras nesses espaços.

Diante do todo exposto é que apresento o presente Projeto de Lei a este Egrégio Parlamento, o qual se reveste do mais legítimo interesse público e, aproveito o ensejo para solicitar apoio em sua respectiva aprovação em Plenário.

Este é o sentido do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Valeria Bolsonaro - PSL

MOÇÕES

MOÇÃO Nº 204, DE 2020

A Companhia Teatro dos Ventos é um grupo teatral de Osasco que tem como objetivo desenvolver o pensamento crítico e coletivo na sociedade.

Seus espetáculos contam com pesquisas profundas e forte viés social, tendo abordado a histórica greve da Cobrasma, em 1968, assim como retratado a história de grevistas anarquistas da Santa Marina, que construíram uma cooperativa de vidreiros em Osasco, em 1909. E também a revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão durante o período tri-regencial.

Nos últimos anos a Cia Teatro dos Ventos tem desenvolvidos projetos de pesquisa que resultaram e ainda resultam em peças sequenciais, como foi com a Trilogia do Trabalho e agora com a trilogia Cabeça Brasil, que integra Balaio Liberta (2015), Txai, Irmãos do Tempo e da Terra (2018) e Notícias do Amanhã (2019).

Nesse sentido, em razão da valorização das atividades culturais desenvolvidas pelo grupo, formulamos a seguinte Moção:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE e reconhece o trabalho da Companhia Teatro dos Ventos pelos trabalhos realizados em prol da sociedade durante os seus 20 anos de existência.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
-
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | certificaçãodigital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 205, DE 2020

Para orgulho do município de Bauru, a chapa encabeçada pela jornalista Suéllen Rosim (Patriota) e Dr. Orlando Dias, a prefeita e vice, respectivamente, foi a vitoriosa, em segundo turno, na eleição ocorrida no dia 29 de novembro, com 89.725 votos, que corresponde a 55,98% dos votos válidos; votação expressiva que também ocorreu no primeiro turno, quando ficou em primeiro lugar.

Suéllen é a primeira mulher a comandar a promissora cidade de Bauru, localizada no Centro-Oeste Paulista, berço de renomados juristas deste Estado ou, quiçá, deste país.

Em que pese a positiva conotação de sua vitória, as comemorações foram manchadas por inaceitáveis ofensas lançadas em redes sociais por incauto ofensor.

Após intenso trabalho de investigação da Polícia Civil, incluindo quebra de sigilo, que localizou dois perfis falsos utilizados por um homem negro, de 37 anos, este foi identificado pelas autoridades policiais como o autor das ofensas racistas, segundo o delegado Eduardo Herrera dos Santos.

O ofensor informou às autoridades que enviou as mensagens porque queria "despertar uma discussão sobre racismo velado", o que não pode ser aceito a qualquer pretexto.

"Ele informou essa questão do racismo velado. A ideia dele era despertar essa discussão e de certa forma que as pessoas pudessem colocar para fora um sentimento que, no entendimento dele, estava de forma velada, incutido nas pessoas", relatou o delegado Herrera.

A investigação constatou, ainda, que o ofensor "fez as postagens utilizando-se de recursos e com certeza procurando não deixar rastros ou possibilidades que viabilizassem sua identificação. Segundo ele, teria feito para despertar e fazer com que as pessoas passassem a conversar e, acima de tudo, discutir em relação à raça, principalmente vinculado à questão de ter a prefeita como uma mulher negra".

Após a identificação do autor das ofensas, a prefeita eleita Suéllen afirmou "esperar que os envolvidos sejam punidos pela lei" e que, "práticas de injúria racial devem ser combatidas independentemente de quem veio e da motivação".

A prefeita eleita está certa, porque este caso recente não é o primeiro a expor ofensas que contêm teor discriminatório. Infelizmente, há muitos outros, que, tão somente, evidenciam problema muito antigo - o preconceito - o que é inadmissível sob qualquer condição: física, social, psicológica, racial ou de gênero.

Assim, estando evidenciada a relevância e o interesse público que a matéria se reveste, nos termos do art. 154 do Regimento Interno desta Casa:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO vem manifestar o seu mais veemente PROTESTO contra os atos de conotação racista lançados nas redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação contra a prefeita eleita de Bauru Suéllen Rosim, APLAUDINDO a atuação da Polícia Civil de Bauru, para que o já identificado responsável pelo nefasto ato seja punido nos termos da legislação em vigor e que a punição sirva de intimidação para novas investidas de igual sentido, em cumprimento aos ditames do Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais, de respeito ao semelhante.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Vinícius Camarinha

MOÇÃO Nº 206, DE 2020

No dia 17 de novembro de 2020 os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, em São Paulo, foram atender ao chamado sobre a gestante que precisava ser levada com urgência para o hospital. Como não teve tempo, a menina nasceu com o auxílio da equipe.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares Sargento Paulo e do Soldado Tavares, do 9º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, que foram atender ao chamado sobre a gestante que precisava ser levada com urgência para o hospital na Zona Norte, e como não teve tempo, a pequena menina Mariana nasceu com o auxílio da equipe, que desempenhou um excelente trabalho com profissionalismo, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, em São Paulo, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 207, DE 2020

Nesta terça-feira (08/12/2020), em comemoração ao Natal, policiais militares do 50º Batalhão de Polícia Militar do Interior, entregaram mais de 400 brinquedos que serão destinados a crianças para o Natal. Os brinquedos foram arrecadados por meio de doações, e a entrega foi direcionada às crianças carentes, instituições sociais e escolas, visando proporcionar alegria e diversão. A entrega dos brinquedos foi feita seguindo todos os protocolos de higiene e segurança.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares do 50º Batalhão de Polícia Militar do Interior, que realizaram a entrega de mais de 400 brinquedos a serem destinados a crianças carentes, instituições sociais e escolas, visando proporcionar alegria e diversão para o Natal, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do 50º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em Itu, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 208, DE 2020

Nesta terça-feira (08/12/2020), o Sargento J. Almeida e o Cabo Celso, ambos da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do Interior, salvaram um cãozinho da raça poodle que cruelmente foi abandonado em Guararapes, região de Araçatuba. Os policiais militares receberam a denúncia de maus-tratos pela Rua Edmir Donini, no bairro Iguatemi, onde possivelmente um animal estaria amarrado dentro de um saco em um bueiro. Os policiais se deslocaram até o local e ouviram um barulho, mas até então não conseguiam ver nada. As equipes retiraram uma das tampas do bueiro e utilizaram um pedaço de madeira, para poder içar o saco e ver o que tinha ali dentro. Para surpresa da equipe, na sacola tinha um cãozinho, ele estava bastante debilitado, ofegante, mas aliviado de ter sido salvo. O animal foi levado o mais rápido possível para um pet shop, onde recebeu toda atenção. Hoje, o cãozinho vive com uma família de Araçatuba, e recebe todo carinho e amor que um animal merece.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares Sargento J. Almeida e o Cabo Celso, ambos da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do Interior, que realizaram esse resgate do cãozinho que foi cruelmente abandonado, e que deram a ele uma nova família e uma vida digna que todo animal merece, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em Araçatuba, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 209, DE 2020

Na terça-feira 08 de dezembro de 2020, A equipe da Corregedoria PMESP, composta pelo Sargento Freitas, Cabo Lambiazzi e Soldado Gabriel, realizaram o sonho de uma menina de 12 anos, Juliana Maria, que teve um dia diferente que não esquecerá tão cedo. Deficiente visual, a pequena passou ao lado de uma viatura e perguntou para sua mãe se realmente eram policiais militares, pois tinha percebido algumas luzes diferentes. A mãe se aproximou da equipe e relatou o amor da filha pela PM,a equipe logo pediu autorização ao COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar e permitiram que a pequena Júlia falasse na rede de rádio, proporcionando assim um momento emocionante a menina Juliana. A mãe da menina, Claudia, agradeceu a equipe dizendo que 'foi um momento muito importante conseguir realizar um sonho da Juliana: Gostaria de agradecer a Polícia Militar, que nesse pouco tempo fez a diferença na vida da minha filha".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares Sargento Freitas, Cabo Lambiazzi e Soldado Gabriel, ambos da Corregedoria PMESP, que realizaram esse ato incrível, proporcionando a menina um momento único, e que mesmo com toda a missão do dia-a-dia puderam realizar esse gesto humanitário, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante da Corregedoria PMESP, em São Paulo, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 210, DE 2020

Nesta segunda-feira 07 de dezembro de 2020, os policiais militares do 2º Batalhão de Polícia de Trânsito, juntamente com os militares do Grupamento de Bombeiros, auxiliaram no nascimento de gêmeos. O fato ocorreu no bairro da Penha. Durante uma operação, a equipe foi informada que uma moça, grávida de gêmeos, estaria em trabalho de parto, a gestante foi encontrada deitada e com contrações, como não havia tempo de chegar ao hospital, após acionar o Corpo de Bombeiros, os PMs auxiliaram no nascimento do primeiro bebê, o socorro continuou até a chegada dos Bombeiros. O segundo bebê veio ao mundo dentro da viatura. Mãe e bebês foram conduzidos ao hospital Leonor Mendes de Barros e passam bem graças a rapidez e profissionalismo dos militares.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares do 2º Batalhão de Polícia de Trânsito, que auxiliaram no nascimento dos gêmeos, desempenhando um excelente trabalho com profissionalismo, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do 2º Batalhão de Polícia de Trânsito, em São Paulo, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 211, DE 2020

A presente moção objetiva apelar ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde, para que sejam tomadas as medidas necessárias para a aquisição da vacina BNT162 contra a Covid-19, desenvolvida pelas empresas farmacêuticas Pfizer-Biontech, devendo os profissionais de saúde serem imunizados emergencialmente, por estarem na linha de frente no atendimento às vítimas para que seja mantido o pagamento do auxilio emergencial.

Os profissionais da saúde estão na linha de frente no atendimento a Covid-19, são esses profissionais que têm sido mais duramente atingidos pela doença, milhares já perderam suas vidas. Só entre os profissionais da enfermagem foram mais 467 mortes no Brasil, sendo a grande maioria mulheres, responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Felizmente o mundo tem uma vacina aprovada e certificada por uma Agência Internacional, que é a da Pfizer - Biontech, com a qual o Reino Unido já iniciou a vacinação nesta semana, nas próximas semanas podemos ter outras vacinas aprovadas. Portanto, precisamos garantir o acesso à vacina para os profissionais de saúde, já.

Com a Lei 13.979 de fevereiro de 2020 e o complemento feito pela Lei 14.006 de maio também deste ano, a legislação permite que a Federação ou os Estados possam importar ou distribuir vacinas que tenham sido aprovadas por uma das quatro Agências de Regulação de Saúde da Europa, EUA, China ou Japão. Nesse caso, a Anvisa teria 72 horas para dar sua aprovação.

O imunizante BNT162 desenvolvido pelos laboratórios Pfizer - Biontech, já se encontra nessas condições e poderia ser importada o mais breve possível, para que ao menos os profissionais de saúde pudessem ser imunizados em todo Brasil e estivessem protegidos para essa segunda onda.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO apela ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, e ao Ministro da Saúde Eduardo Pauzuello, a fim de que empreendam esforços para que sejam tomadas as medidas necessárias para a aquisição da vacina BNT162 contra a Covid-19, desenvolvida pelas empresas farmacêuticas Pfizer-Biontech, devendo os profissionais de saúde serem imunizados emergencialmente, por estarem na linha de frente no atendimento às vítimas.

Que do deliberado seja dada ciência ao Excelentíssimo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, no endereço Praça Dos Três Poderes, s/n - 3º Andar - Palácio Do Planalto, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Analice Fernandes

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 791, DE 2020

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor Secretário de Fazenda e Planejamento: Henrique Meirelles, para que preste as seguintes informações:

1 - A Secretaria da Fazenda realizou estudos (dentro do âmbito interno), neste ano e em anos anteriores, correspondentes à realização de um novo concurso público para o cargo de Técnico da Fazenda Estadual? Quando ocorreram tais estudos? Algum obteve avanço dentro da Secretaria?

2 - Há estudos, planos para a realização de concurso público, durante o ano de 2021, para o cargo de Técnico da Fazenda Estadual? Qual a atual etapa desses estudos?

JUSTIFICATIVA

No ano de 2018 havia 941 cargos vagos de Técnico; já no ano de 2019 passamos a ter 1054 cargos vagos de Técnico (um acréscimo de 113 cargos vagos de um ano para o outro, aumento de 12%); já no ano de 2020 temos uma defasagem de 1148 cargos de Técnico da Fazenda Estadual (um acréscimo de 94 cargos vagos de um ano para o outro, aumento de 8.91%).

Os dados do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Governo do Estado de São Paulo informam que no Estado há 1298 cargos vagos de Técnico da Fazenda Estadual (um aumento de 150 cargos vagos - comparando-se à 2019 -, ou em porcentagem, 13.06% de aumento).

Nota-se que a vacância gerada em 2020 está bem acima dos demais anos.

Também, de acordo com a Secretaria da Fazenda, atualmente a média da idade dos ocupantes do cargo de Técnico da Fazenda do Estadual é de 54 anos de idade. Já a quantidade de servidores que recebem abono permanência corresponde a 350 Técnicos da Fazenda.

Também, considerando que o efetivo atual em atividade é de 824 Técnicos da Fazenda espalhados pelo Estado (total de 2122 cargos de Técnico - 1298 cargos vagos = 824 cargos preenchidos de Técnico da Fazenda), a porcentagem de servidores que recebem abono permanência corresponde à 42.47% do total de Técnicos da Fazenda Estadual que estão em atividade atualmente. É um número muito alto de servidores que podem sair a qualquer momento por conta de já terem cumprido os requisitos mínimos para se aposentar.

Não vimos, até o momento, o Governo querer reverter esse quadro, ou seja, abrindo concurso público para o preenchimento dessas vagas. O último concurso público para o cargo foi lançado há, surpreendentes, 10 anos atrás. Uma década inteira sem renovação dos ocupantes do cargo de Técnico da Fazenda. Vimos anteriormente que o quadro de Técnico está envelhecido e diminuindo drasticamente ano após ano. Uma reposição dessas vagas com novos servidores públicos é necessária, visto que o cargo exerce função essencial no âmbito fazendário, realizando apoio às atividades exercidas pelos Fiscais de Renda do Estado, realizando atendimento ao público nas repartições fazendárias, dentre outras tarefas importantes para o pleno atendimento às demandas que a Secretaria da Fazenda tem.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Paulo Fiorilo

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 792, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requer seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Benedito Braga - Diretor Presidente da SABESP para que preste as seguintes informações, com a máxima urgência.

Assunto: implantação de esgoto no bairro Jardim São Rafael, na região sul do município de São Paulo.

Sabe-se que há uma determinação judicial de cumprimento de sentença de nº 0011014-77.2020.8.26.0002 em que a SABESP é requerida. Nesse sentido, questiona-se:

1. Qual é o prazo da SABESP para providenciar o fornecimento de água e coleta de esgoto ao loteamento localizado no bairro Jardim São Rafael?

2. Há estudos sendo desenvolvidos nesse sentido? É possível anexar uma cópia?

3. Qual é o custo para a instalação dos serviços de água e esgoto?

4. Tendo em vista que a área a ser beneficiada não é pequena, o estudo, a contratação e a execução das obras serão classificadas por lotes ou será global?

5. Qual é a previsão para o início dessas obras?

6. Quando as famílias da região terão água e coleta de esgoto regularizadas?

7. Trata-se de um cumprimento de decisão judicial, quais são as consequências para o caso de descumprimento?

JUSTIFICATIVA

O Jardim São Rafael está localizado entre os distritos do Varginha e do Grajaú. A população sofre com problemas relacionados ao saneamento básico e é urgente medidas por parte da SABESP para sanar o severo problema de saúde pública na região e condições dignas de sobrevivência.

Na certeza de poder contar com o apoio para dar continuidade a um trabalho que tem como prioridade a excelência, atendendo as necessidades da população. Pelo grande alcance da proposição ora apresentada, requeremos e contamos com a imprescindível atenção por parte do Senhor Benedito Braga - Diretor Presidente da SABESP, permitindo o bem estar de todos.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Enio Tatto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 793, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor Secretário de Educação do Estado de São Paulo, requisitando-o para que preste as seguintes informações:

1. A Secretária de Educação do Estado de São Paulo, ou qualquer de suas entidades subordinadas realizaram parceria com a produtora KondZilla? Se sim, qual o material que será produzido? Qual o valor gasto pelo Governo do Estado de São Paulo com essa parceria?

2. A Secretária de Educação do Estado de São Paulo, ou qualquer de suas entidades subordinadas realizaram parceria com o aplicativo de mídia TikTok? Se sim, qual o material que será produzido e/ou tipo de mídia que será disponibilizado? Qual o valor gasto pelo Governo do Estado de São Paulo com essa parceria?

3. Pede-se que anexem os termos de parcerias citados, em resposta a esse requerimento.

JUSTIFICATIVA

Tivemos conhecimento que a Secretaria Estadual da Educação lançou no último dia 02/12, uma campanha que supostamente trata de combate à evasão escolar na rede estadual em conjunto com a produtora KondZilla e criadores de conteúdo do TikTok - principal plataforma de vídeos chinesa.

Em busca no Diário Oficial do Estado não encontramos os termos de tal parceria, seus objetivos, métodos, finalidade, tão pouco os custos envolvidos, de modo que entendemos ser salutar que essas informações sejam publicizadas por se tratar de contrato público da Secretária de Estado da Educação.

Informações preliminares sobre tal parceria foram divulgadas no Centro de Midias e no site da produtora KondZilla, conforme:

https://kondzilla.com/m/educacao-sp-lanca-projeto-de--combate-a-evasao-escolar-na-rede-estadual-em-parceria-com--a-produtora-kondzilla-e-criadores-de-conteudo-do-tiktok-2

Certos de que o Estado tem por obrigação precípua agir com responsabilidade de modo a resguardar o direito a educação, e principalmente assegurar que o conteúdo das aulas e material didático oferecidos pelo Estado aos alunos matriculados em ensino público, sejam preparados e aplicados com respeito aos valores cultuados em nossa sociedade e seguindo o previsto na BNCC, é que requisitamos tais informações.

Justifica-se o presente requerimento pela prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento do interesse público.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Gil Diniz

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 794, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao senhor secretário da Saúde: Jean Carlo Gorinchteyn, para que preste as seguintes informações:

1. Quais dados foram considerados na produção do calendário de vacinação recentemente anunciado pelo chefe do Poder Executivo estadual?

2. Quais medidas serão tomadas para que a vacina adquirida pelo Governo do Estado seja aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA? Em caso de não homologação do medicamento, quem arcará com o prejuízo causado aos cofres estaduais?

3. São Paulo é um estado gigante, com diferenças regionais gritantes. Haverá infraestrutura logística para distribuição da vacina, desde que ela seja aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA?

JUSTIFICATIVA

A pandemia é uma realidade mundial. No entanto, entendemos que o Governo do Estado de São Paulo age com afogadilho, sem medir as consequências que as decisões tomadas podem trazer. Sim, é preciso de um antídoto para combater a Covid-19. Mas, ele tem que atender aos requisitos básicos de imunização. Caso contrário, os paulistas estarão abandonados à própria sorte, num primeiro momento, por causa das reações adversas que podem ser causadas, sem o devido conhecimento para ações rápidas de contenção dos efeitos. Além dos investimentos realizados com o erário sem a certeza de que esses valores não serão gastos de forma arbitrária ou errônea.

Tenho certeza de que o gestor público precisa trabalhar com dados reais, informações adequadas, sem envolvimento sentimental ou outros interesses, pensando em evitar desperdícios e versando com probidade, motivo pelo qual apresentamos os questionamentos ora elencados.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Leticia Aguiar

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 795, DE 2020

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se oficie ao Senhor Secretário de Saúde do Estado de São Paulo requisitando-lhe as seguintes informações acerca do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo - HRAC.

1. Por qual razão o Termo de Cooperação Técnica (SES/1800322/201/8), negociado pela Secretaria de Estado da Saúde com a Universidade de São Paulo, ainda não foi assinado pelas referidas partes e permanece, desde outubro de 2019, sob análise da SES-SP?

2. Qual é a destinação que está sendo dada ao prédio 2 do HRAC, local onde deveria funcionar o futuro Hospital das Clínicas de Bauru?

3. Existe dotação orçamentária destinada para a definitiva inauguração do Hospital das Clínicas de Bauru? Em caso afirmativo, qual é o montante desses recursos e quando eles serão repassados?

JUSTIFICATIVA

A efetiva inauguração do Hospital das Clínicas de Bauru depende, tal como determina o parágrafo segundo do Decreto Nº 63.589/2018, publicado pelo Governador do Estado, da celebração do acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde e a Universidade de São Paulo. No entanto, o prazo estipulado pelos representantes da pasta da saúde para assinatura do termo, 31/3/2020, esgotou-se sem que houvesse de fato a conclusão do processo, impedindo assim o cumprimento do conteúdo exposto no referido Decreto.

Como consequência desse atraso, a SES-SP não assume, de fato, a posse e o custeio do complexo hospitalar. Logo, a "prestação de assistência hospitalar e ambulatorial, nas diversas áreas clínicas, visando à promoção, ao tratamento e à reabilitação da saúde da população" e o "ensino e o treinamento de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas relacionadas com as ciências da saúde da Universidade de São Paulo - USP, na região de Bauru e de outras escolas superiores locais", permanece sem ocorrer, deixando a saúde pública do município, a pesquisa e o ensino médico da região prejudicados.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 796, DE 2020

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166, do Regimento Interno, requeiro que se oficie ao Senhor Secretário de Segurança Pública, requisitando-lhe as informações, sobre o pagamento do auxílio-funeral para os familiares dos Policiais Militares, conforme segue:

1. Os pagamentos do auxílio-funeral estão sendo pagos normalmente?

2. Há pessoas aguardando para receber o auxilio funeral? Caso positivo, quantas?

3. Quanto tempo demora para ser efetivamente pago o auxilio, depois que o cônjuge apresenta o laudo de óbito?

4. Quantas famílias receberam esse benefício em 2019 e 2020?

5. Qual o orçamento anual previsto para pagamento do auxílio funeral?

JUSTIFICATIVA

Os familiares, muitas vezes, não têm condições financeiras de suprir as despesas com o velório e sepultamento. O auxílio-funeral tem por objetivo minimizar as dificuldades e o sofrimento das famílias que perderam seu ente querido.

No entanto, há reclamações de familiares de policiais militares no sentido de não estarem recebendo o auxílio funeral.

Vale salientar que os números e informações são de suma importância para que o Gabinete consiga desenhar um panorama da situação das famílias que receberam e não receberam o auxílio, que em um momento de tanta vulnerabilidade, se faz tão necessário.

Considerando a necessidade de compreensão a respeito dos pagamentos do referido benefício, se faz necessária a resposta do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Major Mecca

REQUERIMENTOS

ADALBERTO FREITAS

1663/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Birigui.

1664/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Campinas.

1665/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Diadema.

1666/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Guarulhos.

1667/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Jandira.

1668/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Mauá.

1669/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Votorantim.

CASTELLO BRANCO

1662/2020

Propõe um voto de congratulações ao Sr. Mosart Aragão Pereira - Assessor Especial do Presidente da República.

REQUERIMENTO DE COAUTORIA

EMENDA Nº 1, AO PR 19/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Senhoria, venho solicitar COAUTORIA na Emenda nº 1, ao Projeto de Resolução nº 19 de 2020, de autoria da Deputada Janaina Paschoal (PSL), que dispõe sobre a Modernização Administrativa da Alesp e dá providências correlatas.

Renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Valeria Bolsonaro

De acordo,

a) Janaina Paschoal

INDICAÇÕES

AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

4023/2020

Indica ao Sr. Governador que adote as medidas necessárias a fim de restabelecer as alíquotas de ICMS, conforme dispositivos do Decreto nº 45.490, em 30 de novembro de 2000, revogado, a fim de manter o Estado de São Paulo em igualdade aos outros entes federativos que continuam concedendo incentivos fiscais ao agronegócio.

BRUNO GANEM

4019/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para em parceria com o município de Cunha fomentar programas gratuitos de castração.

4020/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para em parceria com o município de Ubatuba construírem um hospital veterinário público para atendimento dos animais domésticos.

4021/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para em parceria com o município de Cafelândia fomentarem programas gratuitos de castração.

DOUGLAS GARCIA

4022/2020

Indica ao Sr. Governador a realização de melhorias na Escola Estadual Doutor Álvaro de Souza Lima, em São Paulo.

SUBSTITUTIVOS

SUBSTITUTIVO Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 725, DE 2020

Dê-se ao Projeto de lei nº 725 de 2020, a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 725, DE 2020

Dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2021.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Por força do artigo 20, inciso V, da Constituição do Estado, os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado, ficam fixados, para o exercício de 2021, na seguinte conformidade:

I - Governador do Estado: R$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos);

II - Vice-Governador do Estado - R$ 24.056,14 (vinte e quatro mil, cinquenta e seis reais e quatorze centavos);

III - Secretários de Estado: R$ 22.853,34 (vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Parágrafo único - O subsídio de que trata o inciso III deste artigo absorve os valores correspondentes ao vencimento mensal e às vantagens pecuniárias atribuídas aos Secretários de Estado, nos termos do parágrafo único do artigo 2º e artigo 3º da Lei Complementar nº 802, de 7 de dezembro de 1995 e do § 6º do artigo 1º da Lei Complementar nº 957, de 13 de setembro de 2004.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 16.929, de 16 de janeiro de 2019."

JUSTIFICATIVA

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que o presente substitutivo não se trata de propor aumento de subsídio ao Governador do Estado, até porque Sua Excelência, Senhor João Agripino, realiza mensalmente a doação de seu salário, e, principalmente, em relação à situação de calamidade porque passamos em função da pandemia da COVID-19.

Trata-se, sim, de estabelecer uma proposta equânime de teto de vencimentos (ou melhor, de subteto), no âmbito do Poder Executivo, em igual parâmetro ao fixado para o Poder Legislativo, objetivando, ao menos, minimizar as gigantescas perdas salariais dos servidores daquele Poder ao longo desses anos.

Os subsídios propostos no presente substitutivo, para o Vice-Governador e para os Secretários de Estado, guardam idêntica proporcionalidade aquela estabelecida na Lei nº 16.929, de 16 de janeiro de 2019.

Ressalte-se, ainda, que o valor proposto para o subsídio do Governador, no presente substitutivo, não guarda nenhuma relação com os subsídios atribuídos aos membros do Poder Judiciário, respeitando-se os princípios da Constituição Federal quanto às carreiras jurídicas e suas vinculações salariais.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Campos Machado

EMENDAS

EMENDA Nº 16, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Em relação ao Projeto de Resolução nº 19, de 2020:

Suprime no artigo 2º, inciso I, a alínea "p".

Inclui, no artigo 2º, inciso III, alínea "c", o item "4":

"Artigo 2º - (...)

III - Da Secretaria Geral de Administração

(...)

c) Departamento de Orçamento e Finanças

(...)

4 - Divisão de Tesouraria".

Altera e inclui, no artigo 2º, inciso III, alínea "d", respectivamente os itens"2" e "3":

"Artigo 2º - (...)

III - Da Secretaria Geral de Administração

(...)

d) Departamento de Infraestrutura

(...)

2 - Divisão de Manutenção e Administração do Edifício

3 - Divisão de Transporte e Serviços".

Suprime os artigos 9º a 12, 15 a 17, 21 e 22, 25 a 29, 32 a 34, 37 e 38, 40 a 43, e 46 a 48, do Projeto de Resolução em epígrafe, acrescentando o seguinte artigo 4º, às Disposições Transitórias:

"Artigo 4º - As competências das Divisões e Assessorias serão fixadas por Ato da Mesa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta Resolução".

Dá nova redação ao artigo 52, nos seguintes termos:

"Artigo 52 - Ficam extintos:

I - o Núcleo de Qualidade, de que trata o artigo 12 da Resolução Alesp nº 783, de 01 de julho de 1997;

II - O Núcleo de Avaliação Estratégica, de que trata a Resolução Alesp nº 904, de 30 de abril de 2015."

Suprime o parágrafo único do artigo 56 e dá nova redação aos incisos I e II, do artigo 56, e incisos I e II, do artigo 57 do Projeto de Resolução em epígrafe:

"Artigo 56 - (...)

I - 20 (vinte) cargos de Assessor Técnico, de que trata o item 7, do parágrafo 2º do artigo 37 da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, reservados exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro da Alesp;

II - 3 (três) cargos de Gestor de Divisão, (...)"

"Artigo 57 - (...)

I - 14 (quatorze), todos reservados a servidores ocupantes de cargo efetivo, na Secretaria Geral Parlamentar e seus Departamentos, na seguinte conformidade:

a) 08 (oito) na Secretaria Geral Parlamentar;

b) 02 (dois) no Departamento de Comissões;

c) 04 (quatro) no Departamento Parlamentar.

II - 15 (quinze), todos reservados a servidores ocupantes de cargo efetivo, na Secretaria Geral de Administração e seus Departamentos, na seguinte conformidade:

a) 05 (cinco) na Secretaria Geral de Administração;

b) 04 (quatro) no Departamento de Recursos Humanos;

c) 02 (dois) no Departamento de Orçamento e Finanças;

d) 03 (três) no Departamento de Infraestrutura;

e) 01 (um) no Departamento de Inovação e Tecnologia da Informação."

Altera a redação da alínea "b" e inclui as alíneas "e" e "f" ao inciso V do artigo 58 do Projeto de Resolução em epígrafe, com a seguinte redação:

"Artigo 58 - (...)

V - (...)

b) em relação ao cargo de Gestor de Divisão, fica acrescido em 3 (três);

(...)

e) em relação ao cargo de Assessor Especial Parlamentar, fica reduzido em 50 (cinquenta) ;

f) em relação ao cargo de Assistente Legislativo Administrativo, fica reduzido em 01 (um)."

Suprime o artigo 3º, das Disposições Transitórias, e altera a redação do caput do artigo 61 do Projeto de Resolução em epígrafe, acrescentando ainda os seguintes incisos:

"Artigo 61 - Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, ficando revogados:

(...)

V - A Resolução Alesp nº 904, de 30 de abril de 2015."

Suprime, por fim, o inciso II do artigo 55 e o artigo 2º das Disposições Transitórias.

JUSTIFICATIVA

Pela presente emenda, busca-se efetiva economia, especialmente neste contexto de crise que vivenciamos, extinguindo-se órgão que gera alto custo,sem a devida contrapartida - e, especialmente, extinguindo seus respectivos cargos. Com isso, não se dá corte na área administrativa, a qual poderia ser fatal aos serviços, mas se cortaria em quantidades dezenas de vezes mais econômicas, e sem apresentar impacto negativo à administração - vez que não se entende que o NAEcumpre as funções para as quais se justificou sua criação em 2015.

Pela presente emenda, ainda, entende-se que foi reproduzida no Projeto de Resolução em epígrafe as atribuições então previstas a serviços e divisões, nos termos do Anexo I, Livro I, Capítulo II, do Ato de Mesa nº 11/2019, que por sua vez já replicava o então Ato de Mesa nº 17/2010, ao que tais atribuições listadas e aglutinadas já não representavam a realidade das diversas unidades e encontravam-se incompletas e deveras defasadas. Além do que, em nome da modernização e desburocratização propostas, muito mais preferível que as diversas atribuições sejam fixadas, como é hoje, por Atos da Mesa Diretora, tendo em vista a dinamicidade dos serviços.

Ademais, faz valer a reserva dos cargos de Assessor Técnico ao corpo técnico de servidores efetivos desta casa de Leis, sem ingerência de órgãos externos ou ocupações ilegais de cargo, que pudessem inclusive dar margem a questionamentos judiciais. Além do mais, aproxima a assessoria das diretorias de Departamento e da própria operação, de acordo com o número de divisões propostas e complexidade dos serviços, visando a excelência na execução das atribuições, no atendimento e prestação final dos serviços.

Por fim, diante do atual contexto de vedações de atribuição de quaisquer vantagens ou revalorizações, não se entendendo ser o melhor momento para vigênciade uma reforma de tal porte, inicia-se a vigência em 2022, havendo tempo para estudos de impacto e adaptação de nomenclaturas e regulamentos diversos já existentes.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

EMENDA Nº 17, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Inclua-se no Capítulo VI do Projeto de Resolução nº 19, de 2020, a Seção IV, contendo o artigo 56, com a redação que segue, renumerando-se as demais seções e artigos do projeto.

SEÇÃO IV

DOS CRITÉRIOS PARA A ATRIBUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO

"Artigo 56 - A atribuição das Gratificações Especiais de Desempenho - GED previstas no artigo 3º da Lei Complementar 1.011/2007 deverá observar os seguintes critérios:

I - disponibilização a todos os servidores do QSAL, em valor máximo a ser indicado pela Mesa Diretora, considerando a previsão e disponibilidade orçamentária anual;

II -processo de avaliação de desempenho específico, em periodicidade anual, assegurado ao servidor direito ao contraditório e à ampla defesa;

III - vedação de disponibilização de cotas diferenciadas por unidades administrativas, salvo na hipótese do artigo 37, §8º, da Constituição Federal.

§1º - O servidor poderá pedir revisão da avaliação do superior hierárquico a uma comissão de avaliação de desempenho constituída por um representante:

1 - da Procuradoria, que presidirá a Comissão;

2 - do Departamento de Recursos Humanos;

3 - da Primeira Secretaria;

4 - da Segunda Secretaria;

5 - da Presidência.

§2º - Após ouvir o servidor, a comissão emitirá parecer fundamento dirigido ao Secretário Geral de Administração, a quem caberá tomar a decisão final.

§3º - O servidor que fundamentadamente denunciar irregularidades na Administração fará jus ao valor máximo da GED no respectivo ano orçamentário, salvo a hipótese de má-fé.

§4º - Fará jus à revisão automática da avaliação o servidor avaliado com desempenho inferior a 60% (sessenta por cento).

§5º -Excepcionalmente, o responsável pela unidade administrativa poderá requerer a retirada da GED, antes da realização de nova avaliação de desempenho, desde que ateste diminuição significativa do desempenho do servidor, sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§6º - O servidor que tiver sua lotação alterada, conservará o mesmo valor percebido de GED na unidade de lotação anterior.

§7º - A Assembleia Legislativa deverá disponibilizar o valor percebido a título de GED em seu Portal por cada servidor, seguido das respectivas notas de avaliação de desempenho."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade garantir maior transparência e eficiência à Administração da ALESP, mediante a regulamentação de um dos instrumentos postos à disposição dos gestores, que hoje é empregado sem qualquer critério e concentrado em um único órgão.

Na prática, como depende de disponibilidade orçamentária e sempre há orçamento disponível para esse fim, não há um controle sobre a quantidade dessas gratificações que podem ser usadas pela Mesa Diretora.

As lideranças partidárias e unidades administrativas da Casa possuem cotas bem menores que outros setores, criando uma distorção na atribuição de uma gratificação que deve ser estendida a todos os servidores que demonstrem o mesmo desempenho.

Hoje, contudo, ao arrepio do que entende o Supremo Tribunal Federal (vide ARE 1052570), as GEDs na ALESP são distribuídas sem um processo de avaliação específica, havendo servidores no mesmo setor em que um recebe 100% e outro nada recebe, sem qualquer justificativa razoável.

Melhor, portanto, antes que o Poder Judiciário interfira nesta Casa, que tais gratificações de desempenho sejam regulamentadas, garantindo transparência, isonomia e aumento da eficiência, apenas recebendo servidores que demonstrem, de fato, desempenho satisfatório.

Observe-se que a propositura não propõe que todos ganhem 100%, mas que todos os que recebam 100% em suas avaliações de desempenho recebam o mesmo valor máximo de GED. O valor máximo deverá ser atribuído considerando a disponibilidade orçamentária aprovada na lei orçamentária anual, conforme dicção da própria Lei Complementar 1.011/2007, que criou o benefício.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

EMENDA Nº 18, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Para incluir novo artigo, renumerando-se os demais:

Fica instituída uma mesa permanente de negociação com as entidades representativas dos servidores públicos com a mesa diretora da Assembleia Legislativa, como objetivo de ter diálogo permanente sobre as condições de trabalho, carreira e reajuste salariais e revisão salarial.

JUSTIFICATIVA

O exercício da democracia é do diálogo permanente e para isto se propõem a instituição desta mesa de negociação para que se possa sempre aperfeiçoar a administração pública.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 19, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Acrescente-se ao artigo 58 o inciso VI, com a seguinte redação:

"Artigo 58 - ( )

VI - O artigo 37 fica acrescido de § 6º, com a seguinte redação:

'Artigo 37 - ( )

§ 6º - Os cargos de que tratam os itens 25, 28 e 29 do § 2º deste artigo serão privativos dos ocupantes de cargos pertencentes ao subquadro de que trata o item 2 do inciso VIII, do artigo 36.'"

JUSTIFICATIVA

Pela presente, os cargos de que tratam os itens 25, 28 e 29 do § 2º, do artigo 37, da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, são reservados aos titulares dos cargos pertencentes ao subquadro de que trata o item 2 do inciso VIII, do artigo 36, do mesmo Diploma.

Trata-se de alteração coerente com a concentração de atribuições que a reforma proposta pelo Projeto de Resolução em epígrafe imprimiu em favor dos postos da alta administração na Secretaria deste Parlamento.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Carlos Giannazi

EMENDA Nº 20, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Acrescente-se ao artigo 18 parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 18 - ( )

Parágrafo único - O cargo de Secretário Geral de Administração será privativo dos ocupantes dos cargos pertencentes ao subquadro de que trata o item 2 do inciso VIII, do artigo 36, da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996."

JUSTIFICATIVA

Pela presente, o cargo de Secretário Geral de Administração da Assembleia Legislativa é reservado aos titulares dos cargos pertencentes ao subquadro de que trata o item 2 do inciso VIII, do artigo 36, da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996.

Trata-se de alteração necessária, dada a responsabilidade direta que, com a adoção da reforma, terá o Secretário Geral de Administração por processos incompatíveis com o exercício das responsabilidades geralmente associadas ao cargo de que trata o art. 115, II, in fine, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Carlos Giannazi

EMENDA Nº 21, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

No projeto de resolução em epígrafe:

I - Altere-se o parágrafo único do artigo 52:

"Artigo 52 - Ficam extintos:

I - o Núcleo de Qualidade, de que trata o artigo 12 da Resolução Alesp nº 783, de 01 de julho de 1997;

II - O Núcleo de Avaliação Estratégica, de que trata a Resolução Alesp nº 904, de 30 de abril de 2015;

§1º - Fica revogada a Resolução nº 904/2015, que cria o Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SADAP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e institui o Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE).

§2º - Fica revogada a alínea "s", do inciso I, do artigo 1º, da Resolução nº 776/1996, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução em tela foi apresentado com a justificativa de modernizar a estrutura administrativa da Assembleia, fortalecer o apoio técnico legislativo aos parlamentares da Casa e reduzir as despesas do Poder Legislativo Estadual.

No que se refere à suposta proposta de austeridade, essa só consta do jogo de palavras usado pelo profissional legístico que elaborou a propositura aqui tratada, pois esquece seletivamente de órgãos da casa que nada produzem, mas que gastam verdadeira fortuna do dinheiro do pagador de imposto paulista, senão vejamos:

O Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE) não cumpre a função para a qual se justificou a sua criação em 2015. A título de informação inicial temos que o NAE possui 51 cargos comissionados, sendo 50 deles de Assessor Especial Parlamentar - AEP (cargo de topo entre os comissionados).

Pois bem, o NAE possui um gasto médio mensal de quase R$1.000.000,00 (hum milhão de reais), de folha de pagamento, fora os gastos de verba de departamento, no entanto tal departamento é conhecido publicamente por ser um cabide de cargos polpudo, e isso não é esse legislador quem diz, mas toda a grande mídia investigativa, conforme:

https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e--informacoes,cabide-de-empregos,70002797322

http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2053024-assembleia-de-sao-paulo-exonera-dois-do-nucleo-de-avaliacao

https://vejasp.abril.com.br/cidades/raio-x-assembleia-sp-capa/

Mas não para por ai, tal departamento entrega muito pouco, ou quase nada de serviços prestados a esse parlamento, em cinco anos foi realizada apenas uma audiência itinerante pelo famigerado órgão, ou seja, em 68 meses de funcionamento, com aproximadamente R$70.000,000,00 (setenta milhões de reais) gastos de orçamento do Poder Legislativo o tal núcleo nada entregou, pois nem mesmo a audiência pública realizada rendeu frutos para a sociedade bandeirante.

Comprova-se que tal órgão nada tem de técnico e isento ao analisar seus quadros, além de possuir pessoas sem as qualificações necessárias, quase 40 dos 51 cargos já passaram anteriormente por gabinetes de deputados, o que denota ser esse órgão, nada mais do que um puxadinho de gabinetes parlamentares, o que não podemos coadunar dado o alto número de cargos já disponibilizados para os deputados efetivarem seu trabalho.

Pelo exposto, busca-se efetiva economia, especialmente neste contexto de crise que vivenciamos, extinguindo-se órgãos que geram alto custo - e, especialmente, extinguindo seus respectivos cargos - sem a devida contrapartida. Com isso, não se dá corte na área administrativa, a qual poderia ser fatal aos serviços, mas se cortaria em quantidades dezenas de vezes mais econômicas, e sem apresentar impacto negativo à administração - vez que não se entende que o Núcleo de Avaliação Estratégica, cumpra a função para a qual se justificou a sua criação em 2015.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Gil Diniz

EMENDA Nº 22, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

No projeto de resolução em epígrafe:

I - Altere-se o parágrafo único do artigo 52:

"Artigo 52 - Ficam extintos:

I - o Núcleo de Qualidade, de que trata o artigo 12 da Resolução Alesp nº 783, de 01 de julho de 1997;

II - A Ouvidoria do Parlamento, de que trata a Resolução Alesp nº 905, de 30 de abril de 2015.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução em tela foi apresentado com a justificativa de modernizar a estrutura administrativa da Assembleia, fortalecer o apoio técnico legislativo aos parlamentares da Casa e reduzir as despesas do Poder Legislativo Estadual.

No que se refere à suposta proposta de austeridade, essa só consta do jogo de palavras usado pelo profissional legístico que elaborou a propositura aqui tratada, pois esquece seletivamente de órgãos da casa que nada produzem, mas que gastam verdadeira fortuna do dinheiro do pagador de imposto paulista, senão vejamos:

A Ouvidoria é um desses órgãos e não cumpre as funções para a qual se justificou a sua criação em 2015.

A título de informação inicial temos que a Ouvidoria possui 12 cargos comissionados, sendo 11 deles de Assessor Especial Parlamentar - AEP (cargo de topo entre os comissionados).

Pois bem, a Ouvidoria possui gasto médio mensal que supera os R$200.000,00 (duzentos mil), isso só de folha de pagamento, fora os gastos de verba de departamento.

Além disso tal departamento nada tem de técnico e isento, ao analisar seus quadros, além de possuir pessoas sem qualificação quaisquer, 8 dos 12 cargos já passaram anteriormente por gabinetes de deputados, o que denota ser esse órgão, nada mais do que um puxadinho de gabinetes parlamentares, o que não podemos coadunar dado o alto número de cargos já disponibilizados para os deputados efetivarem seu trabalho.

No mais, é ineficaz a ouvidoria parlamentar, não há nenhum trabalho efetivamente prestado que denote menção honrosa ou positiva, ao passo que para garantir o que deveria ser prestado por esse órgão o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é competente e possui reuniões frequentes, podendo usar a assessoria da Casa, além da Procuradoria para pareceres e afins, a par disso há também o Ministério Público do Estado de São Paulo que é órgão fiscalizador e atua pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis.

Pelo exposto, busca-se efetiva economia, especialmente neste contexto de crise que vivenciamos, extinguindo-se órgãos que geram alto custo - e, especialmente, extinguindo seus respectivos cargos - sem a devida contrapartida. Com isso, não se dá corte na área administrativa, a qual poderia ser fatal aos serviços, mas se cortaria em quantidades dezenas de vezes mais econômicas, e sem apresentar impacto negativo à administração - vez que não se entende que a Ouvidoria cumpre as funções para a qual se justificou a sua criação em 2015.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Gil Diniz

EMENDA Nº 23, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

No projeto de resolução em epígrafe:

I - Altere-se o parágrafo único do artigo 52:

"Artigo 52 - Ficam extintos:

I - O Núcleo de Qualidade, de que trata o artigo 12 da Resolução Alesp nº 783, de 01 de julho de 1997;

II - A Corregedoria Parlamentar, de que trata nº 906, de 30 de abril de 2015."

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução em tela foi apresentado com a justificativa de modernizar a estrutura administrativa da Assembleia, fortalecer o apoio técnico legislativo aos parlamentares da Casa e reduzir as despesas do Poder Legislativo Estadual.

No que se refere à suposta proposta de austeridade, essa só consta do jogo de palavras usado pelo profissional legístico que elaborou a propositura aqui tratada, pois esquece seletivamente de órgãos da casa que nada produzem, mas que gastam verdadeira fortuna do dinheiro do pagador de imposto paulista, senão vejamos:

A Corregedoria não cumpre as funções para a qual justificou a sua criação em 2015.

A título de informação inicial temos que a Corregedoria possui 12 cargos comissionados, sendo 11 deles de Assessor Especial Parlamentar - AEP (cargo de topo entre os comissionados).

Pois bem, a Ouvidoria possui gasto médio mensal que supera os R$200.000,00 (duzentos mil), isso só de folha de pagamento, fora os gastos de verba de departamento.

Além disso tal departamento nada tem de técnico e isento, ao analisar seus quadros, além de possuir pessoas sem qualificação quaisquer, 7 dos 12 cargos já passaram anteriormente por gabinetes de deputados, os demais foram empossados nos últimos dois anos, o que denota ser esse órgão, nada mais do que um puxadinho de gabinetes parlamentares, o que não podemos coadunar dado o alto número de cargos já disponibilizados para os deputados efetivarem seu trabalho.

No mais, é ineficaz a Corregedoria, não há nenhum trabalho efetivamente prestado que denote menção honrosa ou positiva, ao passo que para garantir o que deveria ser prestado por esse órgão o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é competente e possui reuniões frequentes, podendo usar a assessoria da Casa, além da Procuradoria para pareceres e afins, a par disso há também o Ministério Público do Estado de São Paulo que é órgão fiscalizador e atua pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis.

Pelo exposto, busca-se efetiva economia, especialmente neste contexto de crise que vivenciamos, extinguindo-se órgãos que geram alto custo - e, especialmente, extinguindo seus respectivos cargos - sem a devida contrapartida. Com isso, não se dá corte na área administrativa, a qual poderia ser fatal aos serviços, mas se cortaria em quantidades dezenas de vezes mais econômicas, e sem apresentar impacto negativo à administração - vez que não se entende que a Corregedoria cumpre as funções para a qual se justificou a sua criação em 2015.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Gil Diniz

EMENDA Nº 24, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Acrescente-se ao projeto de resolução em epígrafe o Capítulo VIII, com o seguinte artigo, renumerando-se os demais capítulos e artigos:

"CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES NAS REGRAS DE INGRESSO E PROVIMENTO DE CARGOS

Artigo 59 - Acrescente-se o artigo 49-A à Resolução Alesp nº 776, de 14 de outubro de 1996, com a seguinte redação:

"Artigo 49 - A - No provimento dos cargos de que trata esta Resolução, deverão ser observados, além de outras reservas de vagas previstas em lei, as seguintes:

I - para cargos de provimento efetivo, o sistema de pontuação diferenciada em concursos públicos para pretos, pardos e indígenas instituído pela Lei Complementar 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

II - para cargos de provimento em comissão, percentual mínimo destinado a:

a) pretos, pardos e indígenas;

b) pessoas transgênero;

c) pessoas com deficiência;

d) pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo único - Ato da Mesa regulamentará o disposto neste artigo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atualizar a Resolução 776/96, para que inclua, em sua previsão quanto ao ingresso e provimento de cargos por concurso público, o que já estabelece a legislação estadual acerca do sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas.

Além disso, não faz sentido a existência de uma ação afirmativa no âmbito deste Poder, que contemple apenas servidores efetivos, uma vez que o número de servidores comissionados chega a ser quase cinco vezes maior.

Dos 3303 cargos atualmente ocupados, 2580 são de servidores comissionados. Embora a forma de provimento seja diferenciada, ambos são regidos pelo mesmo estatuto, havendo a possibilidade de extensão de ações de afirmação de uma igualdade material também para o provimento em comissão.

Os percentuais mínimos a serem estabelecidos para reserva de vagas nos cargos comissionados, contudo, devem ser estudados pela Administração da Casa, razão pela qual propomos a delegação dessa definição à Mesa Diretora, que certamente zelará pelo cumprimento da diretriz proposta com a maior eficácia e comprometimento com essa busca pela efetivação de uma maior justiça social.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

EMENDA Nº 25, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

1 - Suprima-se o parágrafo único do artigo 56 do Projeto de Resolução nº 19, de 2020, e dê-se ao inciso I a seguinte redação:

"Artigo 56 - [...]

I - 20 (vinte) cargos de Assessor Técnico, de que trata o item 7 do parágrafo 2º do artigo 37 da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, reservados exclusivamente a servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de servidores da Assembleia Legislativa;

2 - Dê-se ao inciso II do artigo 57 do Projeto de Resolução nº 19, de 2020, a seguinte redação:

"Artigo 57 - [...]

II - 15 (quinze), todos reservados a servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de servidores da Assembleia Legislativa, no Gabinete da Secretaria Geral de Administração.

[...]"

JUSTIFICATIVA

A redação original do PR nº 19/2020 permite indevidamente que 4 cargos de Assessor Técnico, dentre os 20 a serem criados, possam ser ocupados por servidores de "órgão ou entidade governamental, regularmente afastados junto à Alesp".

Tal reserva não se justifica, uma vez que aqueles cargos se destinam ao assessoramento da Secretaria Geral de Administração da Assembleia Legislativa. A Assembleia é Poder independente, que conta com um excelente quadro próprio de servidores efetivos, aprovados em difícil e específico concurso, e contratados para exercer as atribuições dentro da administração da ALESP. Contam esses servidores, portanto, com mais expertise e conhecimento acerca da estrutura e das atribuições da ALESP do que qualquer servidor de outro órgão ou entidade governamental.

Por outro lado, a "brecha" que a redação original contém permitiria aumentar ingerência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, na medida em que servidores daquele Poder ocupariam cargos estratégicos no tocante à administração da Assembleia, fragilizando ainda mais o Poder Legislativo e aumentando a assimetria factualmente observada na relação entre os dois Poderes.

Além disso, ventila-se a possibilidade de a "brecha" em comento ter sido confeccionada com o objetivo de contemplar servidores atualmente afastados do Poder Executivo junto à Assembleia, os quais participaram da elaboração do PR 19/2020. Assim esses servidores seriam empossados em cargo de remuneração consideravelmente superior à de seus cargos e órgãos de origem, sem que tenham prestado competente concurso para ingresso nos quadros da Assembleia, como fizeram os servidores efetivos desta Casa. A mera possibilidade de escrita legislativa em benefício próprio fere os princípios da impessoalidade e da moralidade da Administração, enquanto que a nomeação de servidores de fora da Assembleia para altos cargos de confiança, por si só, fere o princípio republicano do mérito e representa um desrespeito com os servidores de carreira da ALESP.

Por fim, e na mesma linha de raciocínio, vale lembrar que os cargos de Assessor Técnico que se pretende criar poderiam ser destinados a pelo menos alguns dos servidores que, por mérito, hoje ocupam cargos de Coordenador de Serviço, e que serão exonerados em caso de aprovação do projeto, diante da preconizada extinção de suas unidades administrativas. A reserva de cargos para servidores alheios ao quadro desta Casa vai de encontro a essa possibilidade.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

EMENDA Nº 26, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Excluam-se a alínea "h" do inciso I do artigo 61 e o artigo 2º das Disposições Transitórias, ambos do Projeto de Resolução nº 19, de 2020, procedendo-se aos ajustes necessários.

JUSTIFICATIVA

Como fica explicado na justificativa do Projeto de Resolução nº 21, de 2001, que disciplina sua atribuição, a gratificação pro labore oferece uma compensação pecuniária aos servidores que enfrentam mais responsabilidade no exercício de seus cargos e por isso sofrem inevitável desgaste. Os destinatários da gratificação são, por exemplo, ocupantes de cargos que envolvem responsabilidades financeiras. Esses servidores podem ter de responder com o próprio patrimônio por erros eventualmente cometidos, mesmo de boa-fé, se tiverem acarretado prejuízo para a Administração Pública.

Não só para compensar o risco e o desgaste, mas também para encorajar os servidores a assumirem atribuições que exijam mais responsabilidade, a gratificação pro labore é imprescindível. Sem essa compensação, as unidades administrativas cujas atividades impõem mais responsabilidade, risco e desgaste psicológico tenderão a se esvaziar: perderão muitos dos servidores que lá estão e dificilmente atrairão o interesse de outros novos.

Em vista do exposto, a preservação a gratificação pro labore é indispensável para a manutenção do bom andamento de diversas atividades da Casa, especialmente aquelas que expõem seus agentes a risco de responsabilização patrimonial.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista

EMENDA Nº 27, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

O Artigo 2º, inciso II, alínea b do projeto de resolução em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se os itens 5 e 6:

b) Departamento Parlamentar:

1) Divisão de Apoio à Mesa Diretora;

2) Divisão de Registro de Pronunciamentos;

3) Divisão de Pesquisa e Atualização de Atos Normativos.

4) Divisão de Painel e Audiofonia;

5) Divisão de Biblioteca

6) Divisão de Acervo Histórico

Por consequência, passa o Artigo 43 do projeto de resolução em epígrafe a ser suprimido, criando-se os Artigo 13 e Artigo 14 com a redação abaixo:

Artigo 13 - À Divisão de Biblioteca, unidade administrativa subordinada ao Departamento Parlamentar, compete:

I - em relação à Biblioteca

a) tombar, catalogar, classificar e indexar livros adquiridos por esta unidade, bem como periódicos, publicações e outros documentos relacionados com a Divisão;

b) organizar e manter atualizados os bancos de dados bibliográficos e referenciais de seu acervo;

c) - manter atualizados os bancos de dados da legislação do Estado de São Paulo e dos Atos e Decisões da Mesa Diretora da ALESP, indexando as normas, registrando suas ementas, alterações e revogações expressas e dando, por meio de "links" ou arquivos digitais, acesso aos textos e/ou às publicações originais;

d) indexar a base de dados do Sistema do Processo Legislativo;

e) propor a aquisição de livros, periódicos, publicações e outros documentos de interesse da unidade;

f) atuar como unidade centralizadora, recebendo as solicitações e adquirindo livros para as diversas unidades da ALESP, conforme disponibilidade orçamentária e prioridades estabelecidas. Os livros adquiridos serão encaminhados aos solicitantes, que terão a responsabilidade pela sua guarda;

g) registrar e controlar os empréstimos, devoluções, reservas e outras solicitações feitas por usuários internos e externos da Biblioteca;

f) atender e orientar o leitor na localização e uso das obras que compõem a Biblioteca;

i) providenciar a desinfecção, restauração e encadernação das obras constantes da Biblioteca;

j) zelar pela conservação dos livros;

k) administrar as diversas assinaturas que estiverem sob sua responsabilidade, tratando de suas respectivas suspensões, cancelamentos, alterações e renovações.

II - outras atribuições compreendidas em sua área de atuação.

Artigo 14 - À Divisão de Acervo Histórico, unidade administrativa subordinada ao Departamento Parlamentar, compete:

I - em relação ao Acervo Histórico:

a) receber, classificar, custodiar, conservar e divulgar os documentos de caráter legislativo e administrativo de valor histórico e legal ultimados, bem como livros históricos, fotografias e objetos da cultura material;

b) acompanhar as atividades de avaliação e destinação dos documentos para efeito de preservação permanente, temporária ou eliminação;

c) manter sob controle os documentos recolhidos;

d) atender e orientar as consultas e pesquisas dos documentos históricos;

e) proceder a pesquisas históricas, catalogando-as;

f) preparar e fornecer, quando devidamente autorizada, certidões e cópias dos documentos constantes do seu acervo;

g) organizar exposições, publicações, vídeos e site na internet para a divulgação dos documentos e livros do Acervo aos Deputados, servidores e ao público em geral;

h) zelar pela conservação do acervo;

i) receber, classificar, arranjar, custodiar, conservar e divulgar o acervo de áudio das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes deste Poder, gerados a partir de 1963.

II - outras atribuições compreendidas em sua área de atuação.

Assim, diante da separação de Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico em unidades administrativas autônomas subordinadas ao Departamento Parlamentar, proceda-se supressão do Artigo 43, inclusão dos Artigos 13 e 14 e, portanto, renumeração dos demais artigos.

JUSTIFICATIVA

A presente justificativa tem por finalidade adequar a atribuição da Divisão de Biblioteca e da Divisão de Acervo Histórico ao Departamento Parlamentar, considerando que a subordinação dessas divisões ao Departamento de Comunicação, como previsto na Proposta de Resolução, se demonstra alheia ao seu escopo.

A Divisão de Acervo Histórico responde pela custódia da documentação histórica da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ou seja, toda a documentação permanente produzida pela Casa em suas funções jurídicas, sendo organizado conforme os seguintes fundos documentais:

1 - Documentos do Império: a) Fundo Conselho Geral da Província (1819-1834); b) Fundo da Assembleia Legislativa Provincial (1834-1889);

2- Documentos da Primeira República: a) Fundo Câmara dos Deputados (1889-1935); b) Fundo Senado Estadual (1891-1930);

3- Documentos de Congressos Constituintes (1891-1935);

4- Documentos da Segunda República (1935-1937);

5- Documentos do Estado Novo (1937-1945);

6- Documentos da Nova República (1985 - 2010);

7- Documentação Seriada (Comissão da Medalha de 1932, Documentos do Departamento de Redação Oficial da ALESP, Comissão da Verdade, entre outros).

Há, ainda, uma biblioteca histórica, que contém cerca de 30 mil volumes, abrigando obras raras; acervo fotográfico com mais de 220 mil documentos (entre imagens e negativos) produzidos entre 1950 e 2010; material de audiofonia, com gravação das sessões do legislativo a partir de 1963; além das transcrições dos pronunciamentos proferidos em plenário entre 1948 a 1996.

Suas atribuições estão em torno da organização, restauro, classificação, catalogação, digitalização, pesquisa, disponibilização e divulgação desta documentação. Além das atividades internas realiza atendimento presencial a pesquisadores, via e-mail, Fale Conosco (canal oficial da Alesp) e Lei de Acesso

Ouvidoria
Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria
ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

à Informação respondendo às solicitações e pesquisas de público interno e externo. Portanto, suas atribuições são todas pertinentes a um Arquivo Permanente, conforme as normas do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, e não relacionadas às atividades da Divisão de Biblioteca descritas acima. Na legislação, a necessidade da preservação de documentos públicos permanentes é estampada em alguns códigos legais. Além da Constituição Federal, no Artigo 5º Inciso XXXIII, Artigo 23 Inciso III, Artigo 37 §3º Inciso II, Artigos 215 e 216, temos ainda a Lei federal nº 8.159/1991 Artigos 3º, 10 e 25, a Lei federal nº 12.527/2011 nos seus Artigos 7º, 32 e 33, e a Lei federal nº 12.682/2012 Artigos 2º-A §1º e 6º.

Essas atividades exigem corpo técnico especial para o tratamento dessa imensa quantidade de documentos (escritos, iconográficos, sonoros e audiovisuais) que, em seu conjunto, é avaliado como um dos maiores e mais importantes acervos historiográficos do Estado de São Paulo e do Brasil.

Dessa forma, não é cabível e funcional que permaneça unida com atividades e atribuições com finalidade tão divergente de seu escopo de preservação da memória estadual da Casa. As atividades prioritárias de um arquivo, assim como a de uma biblioteca são técnicas, especializadas, específicas e com regulamentação e são suporte à ação parlamentar, fazendo com que suas atividades sejam mais afeitas às atribuições do Departamento Parlamentar subordinado à Secretaria Geral Parlamentar.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Maurici

EMENDA Nº 28, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Acrescente-se ao artigo 22 parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 22 - ( )

Parágrafo único - Excetuam-se das competências de que trata este artigo o processo legislativo e a documentação pertinente."

JUSTIFICATIVA

O artigo 22 do Projeto de Resolução em epígrafe trata das atribuições da Assessoria de Gestão de Processos, que nos termos da reforma ora proposta, seria órgão de assessoramento diretamente vinculado à Secretaria Geral de Administração.

Ocorre, porém, que a citada Secretaria tem como sua função principal gerir matérias de natureza administrativa, confinando-se àquelas relativas ao processo legislativo, isto é, ao processo deliberativo deste Parlamento no exercício de sua função constitucional, na alçada do Secretário Geral Parlamentar. Ora, a avaliação e aperfeiçoamento do processo legislativo constitui-se em questão técnica e política que, por sua estreita imbricação com o processo democrático, refoge em grande medida aos princípios que fundamentam o processo administrativo. Em outras palavras, o processo legislativo é informado por princípios próprios e deve ser avaliado e aperfeiçoado pelos próprios Membros do Parlamento, com o assessoramento técnico de quem tem conhecimento específico e experiência na matéria.

Por esta razão, solicitamos o concurso dos Nobres Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Sargento Neri

EMENDA Nº 29, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Altere-se o Projeto de Resolução nº 19, de 2020, de acordo com as especificações subsequentes.

Denomine-se a Seção III "DA CONSULTORIA LEGISLATIVA".

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 14:

"Artigo 14 - (...)

Parágrafo único - O Diretor da Consultoria Legislativa poderá, a seu juízo ou por solicitação de Deputados ou grupos de Deputados, designar Assessores Técnicos para coordenar Analistas da Consultoria ou de suas Divisões na prestação de serviços de assessoramento legislativo e realização de estudos multidisciplinares pertinentes às atividades do Poder Legislativo."

Dê-se nova redação aos dispositivos abaixo, conforme se assinala em cada caso:

Alínea "c" e item 2 da alínea "c" do inciso II do artigo 2º:

"Artigo 2º - (...)

c) Consultoria Legislativa:

(...)

2) Divisão de Assessoramento Financeiro-Orçamentário;

(...)".

Caput do artigo 13:

"Artigo 13 - À Consultoria Legislativa, unidade subordinada à Secretaria Geral Parlamentar, compete:

(...)".

Caput e inciso VII do artigo 14:

"Artigo 14 - Ao Diretor da Consultoria Legislativa compete:

(...)

VII - expedir certidão e autorizar o fornecimento de cópias oficiais que estiverem nos arquivos, registros ou assentamentos no âmbito da Consultoria;

(...)".

Inciso II do artigo 15:

"Artigo 15 - (...)

II - prestar orientação regimental aos Deputados ou grupos de Deputados, às Lideranças e às respectivas assessorias.

(...)".

Incisos I a III do artigo 16:

"Artigo 16 - (...)

I - elaborar, por solicitação dos membros da Mesa Diretora ou dos Deputados ou grupos de Deputados, minutas de proposições legislativas;

II - prestar assessoramento técnico aos membros da Mesa Diretora, às Comissões e aos Deputados ou grupos de Deputados na análise e adequação de suas proposições à técnica legislativa;

III - subsidiar os trabalhos das Comissões mediante elaboração de minuta de pareceres de proposições legislativas, por solicitação dos Deputados ou grupos de Deputados;

(...)".

Artigo 17:

"Artigo 17 - À Divisão de Assessoramento Financeiro-Orçamentário, unidade administrativa subordinada à Consultoria Legislativa, compete:

I - prestar assessoramento técnico às Comissões Permanentes e Temporárias, procedendo a pesquisas e análises destinadas à elaboração de estudos nas áreas de Finanças, Orçamento e Planejamento;

II - proceder a pesquisas e análises nas áreas de Finanças, Orçamento e Planejamento, destinadas à elaboração de proposições legislativas, por solicitação dos membros da Mesa Diretora, das Comissões e dos Deputados ou grupos de Deputados;

III - elaborar informativos, estudos e notas técnicas nas áreas de Finanças, Orçamento e Planejamento, inclusive por solicitação da Mesa Diretora."

JUSTIFICATIVA

Para efetivamente "fortalecer a área-fim" da ALESP, como pretende a justificativa, a Casa deve constituir uma assessoria institucional eminentemente técnica, apartidária e multidisciplinar como a da Câmara dos Deputados e a do Senado Federal.

Uma assessoria dessa natureza deveria ser organizada no atual Departamento de Comissões, que se transformaria numa Consultoria Legislativa.

No entanto, a proposta não pretende isso e não produziria efetiva qualificação da assessoria institucional. Limita-se a transformar uma das Divisões do Departamento em Consultoria Legislativa, de forma absolutamente inadequada: primeiramente, porque a Divisão não seria minimamente estruturada para funcionar como consultoria multidisciplinar; depois, porque excluiria as demais Divisões, que também têm funções de consultoria e assessoramento.

Esta emenda procura corrigir tais inadequações conceituais e estruturais. Para isso, dá a denominação mais apropriada de "Consultoria Legislativa" ao atual Departamento de Comissões, em primeiro lugar. Depois, compõe a Consultoria com três Divisões, uma de assessoramento parlamentar, outra especializada em redação legislativa e pareceres, e a terceira especializada nas áreas de Finanças, Orçamento e Planejamento. Finalmente, confere ao Diretor da Consultoria Legislativa a faculdade de, a seu juízo ou por solicitação de Deputados ou grupos de Deputados, indicar Assessores Técnicos para coordenar Analistas da Consultoria ou de suas Divisões em estudos multidisciplinares pertinentes para as atividades típicas do Poder Legislativo.

Pelas razões expostas, solicito o concurso dos Nobres Pares na aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Sargento Neri

EMENDA Nº 30, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Em relação ao Projeto de Resolução nº 19, de 2020:

Suprima-se o parágrafo único do artigo 56 e dê-se nova redação ao inciso I do artigo 56, bem como aos incisos I e II do artigo 57:

"Artigo 56 - (...)

I - 20 (vinte) cargos de Assessor Técnico, de que trata o item 7 do parágrafo 2º do artigo 37 da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, reservados exclusivamente a servidores ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL);

(...)"

"Artigo 57 - (...)

I - 14 (quatorze), todos reservados a a servidores ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo do QSAL, na Secretaria Geral Parlamentar e seus Departamentos, na seguinte conformidade:

a) 4 (quatro) na Secretaria Geral Parlamentar;

b) 5 (cinco) no Departamento de Comissões;

c) 5 (cinco) no Departamento Parlamentar;

II - 15 (quinze), todos reservados a a servidores ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo do QSAL, na Secretaria Geral de Administração e seus Departamentos, na seguinte conformidade:

a) 3 (três) na Secretaria Geral de Administração;

b) 3 (três) no Departamento de Recursos Humanos;

c) 3 (três) no Departamento de Orçamento e Finanças;

d) 3 (três) no Departamento de Infraestrutura;

e) 3 (três) no Departamento de Inovação e Tecnologia da Informação."

JUSTIFICATIVA

Pela presente emenda, os cargos de Assessor Técnico são reservados exclusivamente ao corpo técnico de servidores efetivos da Secretaria da Assembleia, sem admitir que se introduza uma forma de provimento que, por legalidade e moralidade duvidosas, configure ingerência de outro Poder ou acarrete embaraços judiciais a este Parlamento. Além do mais, ao lotar a maior parte daqueles cargos nos Departamentos, aproxima o assessoramento técnico do nível operacional, solução ainda mais recomendável num momento em que a Casa suprime as Coordenadorias de Serviço, que são hoje o elo mais baixo da cadeia de comando.

Por esta razão, solicita o concurso dos Nobres Pares à aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Sargento Neri

EMENDA Nº 31, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Suprima-se o artigo 43 e, renumerando-se os artigos subsequentes, acrescente-se o artigo 49, com a seguinte redação:

"Artigo 49 - À Divisão de Documentação, Biblioteca e Acervo Histórico, unidade administrativa subordinada ao Departamento de Inovação e Tecnologia da Informação, compete:

I - tombar, catalogar, classificar e indexar documentos adquiridos por esta unidade, bem como livros, periódicos, publicações e outros documentos relacionados com a Divisão;

II - organizar e manter atualizados os bancos de dados bibliográficos e referenciais de seu acervo;

III - manter atualizados os bancos de dados da legislação do Estado de São Paulo e dos Atos e Decisões da Mesa Diretora, indexando as normas, registrando suas ementas, alterações e revogações expressas e dando, por meio de "links" ou arquivos digitais, acesso aos textos ou às publicações originais;

IV - indexar a base de dados do Sistema do Processo Legislativo;

V - propor a aquisição de livros, periódicos, publicações e outros documentos de interesse da unidade;

VI - atuar como unidade centralizadora, recebendo as solicitações e adquirindo livros para as diversas unidades da Assembleia, conforme disponibilidade orçamentária e prioridades estabelecidas.

VII - registrar e controlar os empréstimos, devoluções, reservas e outras solicitações feitas por usuários internos e externos da Biblioteca;

VIII - atender e orientar o leitor na localização e uso das obras que compõem o Acervo Histórico;

IX - providenciar a desinfecção, restauração e encadernação das obras constantes do Acervo Histórico;

X - zelar pela conservação do Acervo Histórico;

XI - administrar as diversas assinaturas que estiverem sob sua responsabilidade, tratando de suas respectivas suspensões, cancelamentos, alterações e renovações.

XII - receber, classificar, custodiar, conservar e divulgar os documentos de caráter legislativo e administrativo de valor histórico e legal ultimados, bem como livros, fotos e objetos da cultura material;

XIII - acompanhar as atividades de avaliação e destinação dos documentos para efeito de preservação permanente, temporária ou eliminação;

XIV - manter sob controle os documentos recolhidos;

XV - atender e orientar as consultas e pesquisas dos documentos históricos;

XVI - proceder a pesquisas históricas, catalogando-as;

XVII - preparar e fornecer, quando devidamente autorizada, certidões e cópias dos documentos constantes do Acervo Histórico;

XVIII - organizar exposições, publicações, vídeos e site na internet para a divulgação dos documentos e livros do Acervo aos Deputados, servidores e ao público em geral;

XIX - receber, classificar, arranjar, custodiar, conservar e divulgar o acervo de áudio das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes deste Poder, gerados a partir de 1963.

XX - outras atribuições compreendidas em sua área de atuação.

Parágrafo único - Os livros adquiridos nos termos do inciso VI serão encaminhados aos solicitantes, que terão a responsabilidade pela sua guarda."

JUSTIFICATIVA

Revelando completa incompreensão do que seja hoje o papel do Departamento de Documentação e Informação - DDI, os autores da reforma proposta pelo Projeto de Resolução em epígrafe desmembraram de maneira desastrosa esta unidade, subordinando a Divisão de Pesquisa Jurídica ao Departamento Parlamentar, ao passo que uma nova Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, que unifica repartições atualmente distintas, é criada no seio do Departamento de Comunicação.

O que os autores da reforma parecem desconhecer é que a Biblioteca e o Acervo Histórico não são unidades onde se guarda coisa velha. Tanto estas unidades quanto a Divisão de Pesquisa Jurídica compõem um departamento cuja principal função é o tratamento das informações a que o Parlamento tem acesso. E o tratamento de informações é atividade essencial ao bom desempenho da atividade legislativa.

Na verdade, a importância do trabalho de ambas as divisões transcende até mesmo a órbita deste Poder. A base de dados da legislação paulista, mantida, sistematizada e atualizada pela Divisão de Biblioteca é um fator importante para o investimento privado no Estado, inclusive o investimento estrangeiro, pois permite acesso fácil e confiável ao ordenamento jurídico do Estado e, portanto, às normas que regem a atividade empresarial. O Acervo, por outro lado, é hoje uma fonte de conhecimento inestimável para aqueles que estudam o desenvolvimento do Estado, especialmente nos âmbitos político e legislativo.

O cerne, portanto, da atividade desenvolvida hoje pelas Divisões de Biblioteca e Acervo é o tratamento da informação, por meio documentação legislativa. Já que o departamento próprio deve, desgraçadamente, ser suprimido por esta reforma, que ao menos se insira a atividade pertinente a ambas as unidades num departamento apto a valorizá-la e contribuir para o seu desenvolvimento. Como documentação e tecnologia da informação são elementos inseparáveis no mundo contemporâneo, acreditamos que, no organograma criado pela reforma, tal Departamento é o da Inovação e Tecnologia da Informação.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Sargento Neri

EMENDA Nº 32, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

Dê-se ao "caput" do artigo 18 a seguinte redação:

"Artigo 18 - Cumpre à Secretaria Geral de Administração proporcionar à Assembleia Legislativa os meios materiais e serviços necessários à plena execução de sua função constitucional e, especialmente:

(...)"

JUSTIFICATIVA

Contrariamente ao que afirma o Projeto de Resolução em sua redação original, a Assembleia Legislativa do Estado não é mero "centro de debate sobre os grandes temas estaduais, de inovação, transparência e participação". Este Parlamento é o titular do poder legislativo, o que implica dizer que não se trata apenas de debater, mas de deliberar, de decidir. E o objeto de tais decisões não são apenas as mencionadas no texto redutor que ora se pretende emendar, mas todas as políticas públicas de competência do Estado.

Assim, para imprimir ao texto a exata expressão do que significa o exercício da função legislativa do Estado, apresentamos esta emenda.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Sargento Neri

EMENDA Nº 33, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2020

O projeto de resolução em epígrafe passa a vigorar acrescido do artigo 57, renumerando-se os demais artigos:

Artigo 57 - Os cargos previstos nos itens 25 e 28, do parágrafo 2º do artigo 37 da Resolução Alesp nº 776, de 14 de outubro de 1996, serão reservados exclusivamente, nos termos do inciso V do artigo 37 da Constituição Federal, a servidores ocupantes de cargo efetivo do Qsal da Alesp.

JUSTIFICATIVA

Não obstante reconheçamos os louváveis propósitos que nortearam a instituição na elaboração da proposição, entendemos que seu texto deve ser aperfeiçoado, para que seja possível uma melhor aplicação dos princípios da administração, notadamente o princípio da eficiência, impessoalidade e moralidade, garantindo um quadro de funcionários mais estável e qualificado, ocupado por servidores aprovados previamente em concurso público.

A previsão de que cargos em comissão sejam exercidos por servidores de carreira intenta evitar, primordialmente, a descontinuidade da máquina administrativa, pois considerado o vínculo mais perene dos referidos servidores com a Instituição, permite-se que ações e projetos e custos com capacitação não se vejam frustrados nas sucessivas nomeações e exonerações que poderiam decorrer do vínculo precário com pessoas externas aos quadros da Alesp, além de garantir que uma boa parte dessas atividades de grande relevo sejam exercidas por pessoas com já atestada capacidade técnica, evitando-se a execução da atividade por meros apadrinhamentos e conferindo-se, assim, também nesse aspecto, observância ao princípio da impessoalidade.

Tal previsão, ademais, longe de representar engessamento do gestor público, indica apenas uma redução, decorrente da própria norma constitucional, do universo de opções de escolha, mas não retira a escolha propriamente dita, remanesce ao gestor a conveniência de escolher aquele servidor que melhor se adeque ao exercício da atividade.

Sala das Sessões, em 10/12/2020.

a) Campos Machado

PARECERES

PARECER Nº 453, DE 2020

DE RELATOR ESPECIAL, EM SUBSTITUIÇÃO AO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 653, DE 2020

De autoria do Senhor Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantias à União em operações de crédito externas junto ao New Development Bank - NDB, altera a Lei nº 15.427, de 22 de maio de 2014, e a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Aprovada com as emendas nº 01 e nº 02, a propositura retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para os fins do artigo 215 do Regimento Interno. Não tendo aquele órgão técnico se manifestado dentro do prazo regimental, fomos designados para, na qualidade de Relator Especial, oferecer a seguinte redação final à propositura:

> *Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantias à União em operações de crédito externas junto ao New Development Bank - NDB, altera a Lei nº15.427, de 22 de maio de 2014 e a Lei nº15.266, de 26 de dezembro de 2013, e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias à União para que essa conceda garantias nas operações de crédito externas a serem celebradas entre a DESENVOLVE SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e o New Development Bank - NDB.

§1º - Os recursos das operações de créditos a que se refere o "caput" deste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução do projeto "Programa Desenvolve SP - Infraestruturas Sustentáveis", junto ao NDB, até o valor equivalente a US$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

§2º - A taxa de juros, os prazos, as comissões e os demais encargos das respectivas operações de crédito a que se refere o "caput" deste artigo serão os vigentes à época das contratações dos respectivos empréstimos, conforme estipulado pelas políticas de cada um dos Bancos e que forem admitidos pelo Banco Central do Brasil para o registro de operações da espécie, atendidas as demais prescrições legais.

Artigo 2º- As contragarantias de que trata o artigo 1º desta lei compreendem a cessão de:

I - direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, incisos I, alínea "a", e II, da Constituição Federal, resultantes de tais cotas ou parcelas transferíveis.

II - receitas próprias do Estado a que se referem os artigos 155 e 157 da Constituição Federal.

Artigo 3º - Para a concessão das contragarantias a que se refere o artigo 2º desta lei, o Estado de São Paulo deverá firmar contratos de contragarantias com a DESENVOLVE SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., nos termos do disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e no artigo 40, §1º, da Lei Complementar federal nº101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 4º - Os dispositivos adiante indicados da Lei nº15.427, de 22 de maio de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a ementa:

"Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas." (NR)

II - o "caput" e o inciso II do artigo 1º:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, em moeda nacional e estrangeira, junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos, cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial dos seguintes projetos, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar federal nº101, de 4 de maio de 2000:

I -.....

II - "Projeto do Estado de São Paulo - Expansão da Linha 2 Verde e Aquisição de Material Rodante", a ser executado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, até o valor equivalente a US$ 599.601.826,91 (quinhentos e noventa e nove milhões, seiscentos e um mil, oitocentos e vinte e seis dólares norte-americanos e noventa e um centavos) ou, alternativamente, até o valor de R$ 2.560.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta milhões de reais)." (NR)

Artigo 5º - Fica acrescentado ao artigo 31 da Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, o inciso XV, com a seguinte redação:

"Art. 31.....

.....

XV - a revistoria semestral de veículos de transporte escolar, referente ao segundo semestre de 2020."

Artigo 6º - O fato gerador do imposto de que trata a alínea "a" do inciso X do artigo 3º da Lei nº13.296, de 23 de dezembro de 2008, no exercício de 2021, ocorrerá no 91º (nonagésimo primeiro) dia contado da data de publicação desta lei.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao disposto no artigo 5º, a partir de 1º de julho de 2020.

Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 653, de 2020.

a) Carlão Pignatari – Relator Especial

DESPACHOS

DESPACHO DE COAUTORIA

EMENDA Nº 1, AO PR 19/2020

Deferido o pedido de coautoria à Emenda nº 1, ao PR 19/2020.

Em 10/12/2020.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 10/12/2020

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ABEL DOMINGOS CAVALHEIRO JUNIOR, RG nº 6515289X, matrícula nº 29981, do cargo que vem exercendo, em comissão, de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº2146/2020);

DAVI DA PURIFICAÇÃO DE ALBUQUERQUE, RG nº 445718894, matrícula nº 29890, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 09/12/2020.

(Decisão nº2147/2020);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ANIBAL DE FREITAS FILHO, RG nº 66063966, para exercer, em comissão, o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ABEL DOMINGOS CAVALHEIRO JUNIOR.

(Decisão nº2148/2020);

GEORGE JOANNIS ARAVANIS, RG nº 349983525, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de DAVID JOSÉ MARTINS RODRIGUES.

(Decisão nº2149/2020);

RAFAEL BADDINI BOTTI, RG nº 435285531, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de OSWALDO DUARTE NETO.

(Decisão nº2150/2020);

DESPACHOS DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DE 10/12/2020

DESPACHOS DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ANULANDO despacho publicado no DOE de 10/12/2020, de indeferimento de regularização de frequência do servidor EDSON DARUICH BOLLA, matrícula 23155, publicada por lapso e já tendo o servidor, inclusive, apresentado documentação apta e regularmente deferida por esta Diretoria.

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos torna pública a remoção do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

MARCOS ANTONIO LAWALL, RG nº 14329667X, para o(a) SERVICO DE ALMOXARIFADO, a partir de 07/12/2020;

LENIVALDO EMILIO DA SILVEIRA, RG nº 536608787, para o(a) SERVICO DE SUPORTE E CONFERENCIA, a partir de 01/12/2020;

SIMONE DE SOUZA PEREIRA, RG nº 235580351, para o(a) SERVICO DE PROCESSO LEGISLATIVO, a partir de 01/12/2020;

MÁRCIA SHIMABUKURO, RG nº 257274261, para o(a) DEPARTAMENTO DE FINANCAS, a partir de 07/12/2020.

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Mesa Diretora - 2020
Presidente: Edgard Camargo Rodrigues
Vice-Presidente: Cristiana de Castro Moraes
Corregedor: Dimas Ramalho

Avenida Rangel Pestana, 315
Centro - São Paulo - SP
CEP 01017-906
Fone: (11) 3292.3266

Diário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br

Tribunal de Contas divulga balanço com principais ações da fiscalização

Demonstrativo traz todas as ações inerentes ao controle externo e reflete um panorama da calamidade pública em São Paulo.

Com vistas a tornar públicas as atividades executadas no decorrer do ano, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), por meio da Secretaria-Diretoria Geral (SDG), apresentou, na forma de comunicado, um balanço parcial das principais ações e atividades realizadas pela área de fiscalização junto aos jurisdicionados.

O material, com 29 páginas, traz toda a movimentação acumulada até o final de outubro e é organizado na forma de capítulos que trazem desde apontamentos da área sobre despesas, contratos e irregularidades, até medidas de orientação e de prevenção para o trato com as crises fiscal e orçamentária.

De acordo com o Secretário-Diretor Geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi, o demonstrativo compreende todas as ações inerentes ao controle externo e reflete um panorama das atividades desenvolvidas durante o enfrentamento da situação de calamidade pública nos 644 municípios (exceto a Capital) e no Estado.

"Este trabalho inclui informações importantes sobre despesas relacionadas com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, dentre as quais a tipologia das irregularidades apuradas nas contratações celebradas para esse fim", argumentou Rossi.

O balanço foi anunciado na quarta-feira (9/12) pelo Presidente da Corte, o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, durante realização da última reunião plenária do ano. Publicado na forma do Comunicado SDG nº 62/2020 e veiculado na Imprensa Oficial, o documento pode ser lido na íntegra por meio do *link* https://bit.ly/342JhUu.

COMUNICADO SDG Nº 62/2020
Acesse e leia a íntegra

Para acessar o comunicado basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou visitar o *link* https://bit.ly/342JhUu.

AUDIÊNCIA

LAÉRCIO BISPO

RESÍDUOS SÓLIDOS – Focados no tema do tratamento dos resíduos sólidos e da destinação correta do lixo nos municípios paulistas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Deputado Cauê Macris, participaram, na quarta (9/12), às 17h30, de audiência conjunta na modalidade de videoconferência. Fizeram parte da reunião o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Carlos Silva Filho; o Secretário-Diretor Geral do TCE, Sérgio Ciquera Rossi; e o Advogado Antônio Carlos Freitas. Na oportunidade, o Presidente e o Secretário-Diretor Geral compartilharam o trabalho realizado pela Corte nesta área, com o desenvolvimento de ações de fiscalização específicas e de ferramentas e mecanismos que auxiliem o controle externo e incentivem a transparência e o controle social.

Painel de Informações CORONAVÍRUS

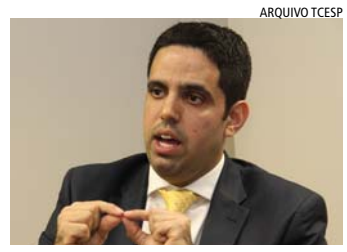
DIVULGAÇÃO

PALESTRA – Os impactos da pandemia na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram tema de palestra da Coordenadora do Observatório do Futuro do Tribunal de Contas, Manuela Prado Leitão, durante evento em comemoração aos 10 anos do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat). "As parcerias são muito importantes. Se o poder público não consegue atuar em algumas situações, ele deve buscar o apoio de universidades e da iniciativa privada, mas é essencial se atentar à jurisprudência do Tribunal", orientou a Coordenadora a um público formado por Prefeitos (atuais e eleitos) e Vereadores, dentre outras autoridades.

EVENTO

Dia Internacional contra a Corrupção discute papel do controle externo

ARQUIVO TCESP



O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCESP, Thiago Pinheiro Lima, participou, na quarta-feira (9/12), de evento *on-line* sobre o papel dos órgãos de controle externo dentro do atual panorama de corrupção no país. Promovido pelo Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) e pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), os debates virtuais ocorreram no Dia Internacional contra a Corrupção, data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de mobilizar lideranças acerca dos problemas decorrentes desse crime.

LANÇAMENTO

Revista 'Cadernos' aborda os impactos da COVID-19 na Administração Pública

A Escola Paulista de Contas Públicas 'Presidente Washington Luís' (EPCP) lançou, na segunda-feira (7/12), a nova edição da revista 'Cadernos'. A publicação traz reflexões qualificadas de pesquisadores, acadêmicos e servidores públicos sobre como a crise, devido à pandemia causada pela COVID-19, afetou a Administração Pública, na perspectiva da saúde, de pessoal – com a adoção do teletrabalho como regra – e da gestão geral, uma vez que normas emergenciais flexibilizaram regras fiscais e de compras públicas. A nova edição traz ainda uma entrevista com o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, Presidente do TCESP. A revista está disponível para leitura *on-line*, na íntegra, pelo *link* https://bit.ly/37THrXa.

DIVULGAÇÃO

SANEAMENTO – De acordo com dados colhidos pelo TCESP junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a empresa destinou cerca de R$ 1,18 milhão para custear ações de enfrentamento à COVID-19. Até a data-base de 31 de outubro, a Companhia atuou em 58,1% dos municípios do Estado de SP (375), atendendo a 60,9% da população que reside neles. As informações estão disponíveis para consulta no 'Painel COVID-19', ferramenta criada pela Corte de Contas paulista para divulgar detalhadamente recursos empregados durante a pandemia e que pode ser acessada no *site* do TCESP pelo *link* https://bit.ly/3qMTluz.

FACEBOOK - www.facebook.com/tcesp
TWITTER - www.facebook.com/tcesp
YOUTUBE - www.youtube.com/tcespoficial
TCESP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
www.tce.sp.gov.br/coronavirus

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO GP Nº 48/2020

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNICA a expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quinto bimestre (RRO) do ano de 2.020 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas.

Cabe esclarecer que as obrigatórias providências tendentes ao restabelecimento do equilíbrio entre receitas e despesas e bem aquelas necessárias à recondução aos limites admitidos para gastos de pessoal estão suspensas em decorrência da legislação editada para o enfrentamento da COVID-19.

Importante ressaltar que a fiscalização procederá o exame de cada caso, segundo sua motivação, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do ano de 2.020.

SISTEMA AUDESP – 5º BIMESTRE 2020
ALERTA AOS PREFEITOS – LC 101/00 (LRF)
Art, 59, § 1º da LRF – Incisos I e V

ORDEM	PROCESSO	MUNICÍPIO	PREFEITO	INCISOS
1	3193/989/20	Adamantina	MÁRCIO CARDIM	I,V
2	2719/989/20	Adolfo	IZAEL ANTONIO FERNANDES	I,V
3	2720/989/20	Aguaí	JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO	I,V
4	3055/989/20	Águas de Lindóia	GILBERTO ABDOU HELOU	I,V
5	3056/989/20	Águas de Santa Bárbara	AROLDO JOSE CAETANO	I
6	2722/989/20	Águas de São Pedro	PAULO SERGIO BARBOZA DE LIMA	I,V
7	3194/989/20	Agudos	ALTAIR FRANCISCO SILVA	V
8	2723/989/20	Alambari	HUDSON JOSE GOMES	I
9	2724/989/20	Altair	FRANCIMAR MEDEIROS DA SILVA	I,V
10	2725/989/20	Altinópolis	JOSE ROBERTO FERRACIN MARQUES	V
11	2726/989/20	Alto Alegre	HELENA BERTO TOMAZINI SORROCHE	V
12	3058/989/20	Alumínio	ANTONIO PIASSENTINI	I,V
13	2727/989/20	Álvares Florence	CALIMERIO LUIZ CORREA SALES	I,V
14	3059/989/20	Álvares Machado	ROGER FERNANDES GASQUES	V
15	3060/989/20	Alvinlândia	ABIGAIL CATELI DIAS	I,V
16	3300/989/20	Americana	OMAR NAJAR	I
17	3061/989/20	Américo Brasiliense	DIRCEU BRÁS PANO	V
18	3062/989/20	Américo de Campos	ROSA HELENA MIRON FACUNDO LEITÃO	I,V
19	3265/989/20	Amparo	LUIZ OSCAR VITALE JACOB	I,V
20	2729/989/20	Analândia	JAIRO APARECIDO MASCIA	I,V
21	3195/989/20	Andradina	TAMIKO INOUE	V
22	2730/989/20	Angatuba	LUIZ ANTÔNIO MACHADO	V
23	2731/989/20	Anhumas	GENILDO RAMINELI	I,V
24	3266/989/20	Aparecida	DINA MARIA PEREIRA DE MORAES DA SILVA	I,V
25	3064/989/20	Aparecida d'Oeste	MAERCIO DIAS DE MENEZES	V
26	3065/989/20	Araçariguama	JOAO BATISTA DAMY CORREA JUNIOR	I,V
27	3301/989/20	Araçatuba	DILADOR BORGES DAMASCENO	I,V
28	3066/989/20	Araçoiaba da Serra	DIRLEI SALAS ORTEGA	I,V
29	3067/989/20	Aramina	DALVA APARECIDA PIERAZO RODRIGUES	I,V
30	3068/989/20	Arandu	LUIZ CARLOS DA COSTA	V
31	3069/989/20	Arapeí	EDSON ANDRE DE SOUZA	I
32	3344/989/20	Araras	RUBENS FRANCO JUNIOR	I
33	2733/989/20	Arco-Íris	ANA MARIA ZONER LEAL SERAFIM	I,V
34	3070/989/20	Arealva	ELSON BANUTH BARRETO	V
35	2734/989/20	Areias	PAULO HENRIQUE DE SOUZA COUTINHO	I,V
36	2735/989/20	Ariranha	JOAMIR ROBERTO BARBOZA	V
37	3267/989/20	Artur Nogueira	IVAN CLEBER VICENSOTTI	I,V
38	3196/989/20	Arujá	JOSÉ LUIZ MONTEIRO	I,V
39	2736/989/20	Aspásia	JOSUE EDUARDO DE ASSUNÇÃO	I,V
40	3269/989/20	Atibaia	SAULO PEDROSO DE SOUZA	I,V
41	2737/989/20	Auriflama	OTÁVIO HENRIQUE ORTUNHO WEDEKIN	V
42	2738/989/20	Avaí	ANDRE LUIS DA SILVEIRA ANTONIO	V
43	2739/989/20	Avanhandava	CIRO AUGUSTO MOURA VENERONI	V
44	3270/989/20	Avaré	JOSELYR BENEDITO COSTA SILVESTRE	I,V
45	2741/989/20	Balbinos	BENEDITO JACKSON BALANCIERI	I,V
46	2742/989/20	Bálsamo	CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO	V
47	3072/989/20	Bananal	CARLINDO NOGUEIRA RODRIGUES	I,V
48	2743/989/20	Barão de Antonina	MARIA ROSA BUENO DE MEIRA	I
49	2744/989/20	Barbosa	PAULO CÉSAR BALIEIRO	V
50	2745/989/20	Bariri	FRANCISCO LEONI NETO	V
51	3197/989/20	Barra Bonita	JOSÉ LUÍS RICI	I,V
52	2746/989/20	Barra do Chapéu	JANETE SARTI DO AMARAL	V
53	2747/989/20	Barra do Turvo	JEFFERSON LUIZ MARTINS	I,V
54	3198/989/20	Barretos	GUILHERME HENRIQUE DE ÁVILA	V
55	3073/989/20	Barrinha	MARIA EMILIA MARCARI	V
56	3303/989/20	Barueri	RUBENS FURLAN	I,V
57	2748/989/20	Bastos	MANOEL IRONIDES ROSA	I,V
58	3199/989/20	Batatais	JOSE LUIS ROMAGNOLI	I
59	3304/989/20	Bauru	CLODOALDO ARMANDO GAZZETA	I,V
60	3305/989/20	Bebedouro	FERNANDO GALVÃO MOURA	V
61	2749/989/20	Bento de Abreu	GENIVAL PRATES ALVES	V
62	2750/989/20	Bernardino de Campos	ODILON RODRIGUES MARTINS	V
63	2751/989/20	Bertioga	CAIO ARIAS MATHEUS	I,V
64	3074/989/20	Bilac	VITOR OSMAR BOTINI	V
65	3271/989/20	Birigui	CRISTIANO SALMEIRÃO	I,V
66	2752/989/20	Biritiba-Mirim	WALTER HIDEKI TAJIRI	I,V
67	2753/989/20	Boa Esperança do Sul	FABIO LUIS DE SOUZA	V
68	3075/989/20	Bocaina	MARCO ANTONIO GIRO	V
69	2754/989/20	Bofete	OSVALDO ÂNGELO ALVES	I,V
70	3200/989/20	Boituva	FERNANDO LOPES DA SILVA	V
71	2755/989/20	Bom Jesus dos Perdões	SERGIO FERREIRA	I,V
72	3076/989/20	Bom Sucesso de Itararé	LUIZ HUMBERTO CAMPOS	V
73	3077/989/20	Borá	WILSON FERREIRA COSTA	I,V
74	2756/989/20	Boracéia	MARCOS VINICIO BILANCIERI	I,V
75	3078/989/20	Borborema	VLADIMIR ANTONIO ADABO	V
76	3079/989/20	Borebi	PEDRO MIGUEL DE ARAUJO	V
77	3272/989/20	Botucatu	MÁRIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA	V
78	3306/989/20	Bragança Paulista	JESUS ADIB ABI CHEDID	V
79	3080/989/20	Braúna	FLAVIO ADALBERTO RAMOS GIUSSANI	I,V
80	3081/989/20	Brejo Alegre	ADRIANO MARCELO BONILHA	I,V
81	2757/989/20	Brodowski	JOSÉ LUIZ PERES	I,V
82	2758/989/20	Brotas	LEANDRO CORREA	I,V
83	2759/989/20	Buri	OMAR YAHYA CHAIN	V
84	2760/989/20	Buritama	RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS	V
85	2761/989/20	Cabrália Paulista	JOSÉ MADRIGAL RUDA FILHO	I,V
86	2762/989/20	Cabreúva	HENRIQUE MARTIN	V
87	3201/989/20	Caçapava	FERNANDO CID DINIZ BORGES	V
88	3083/989/20	Cachoeira Paulista	EDSON MENDES MOTA	I,V
89	3084/989/20	Caconde	JOSE BENTO FELIZARDO FILHO	I,V
90	3085/989/20	Cafelândia	LUIS ZAMPIERI RIBEIRO PAULIQUEVIS	I,V
91	2763/989/20	Caiabu	DARIO MARQUES PINHEIRO	I,V
92	3273/989/20	Caieiras	GERSON MOREIRA ROMERO	I,V
93	2764/989/20	Caiuá	RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA	I,V
94	3307/989/20	Cajamar	DANILO BARBOSA MACHADO	I,V
95	2765/989/20	Cajati	DIRNEY DE PONTES	V
96	2766/989/20	Cajobi	GUSTAVO SEBASTIÃO DA COSTA	I,V
97	3086/989/20	Cajuru	JOAO BATISTA RUGGERI RE	V
98	2767/989/20	Campina do Monte Alegre	GIL VICENTE DE OLIVEIRA JUNIOR	V
99	3345/989/20	Campinas	JONAS DONIZETTE FERREIRA	I,V
100	3202/989/20	Campo Limpo Paulista	ROBERTO ANTONIO JAPIM DE ANDRADE	I,V
101	3274/989/20	Campos do Jordão	FREDERICO GUIDONI SCARANELLO	V
102	2768/989/20	Campos Novos Paulista	JULIO CESAR DO CARMO	V
103	2769/989/20	Cananéia	RITA DE CASSIA GOMES PEREIRA	I
104	3087/989/20	Canas	LUCEMIR DO AMARAL	V
105	2770/989/20	Cândido Mota	CARLOS ROBERTO BUENO	I,V
106	3088/989/20	Canitar	ANIBAL FELICIANO	I,V
107	3203/989/20	Capão Bonito	MARCO ANTONIO CITADINI	I,V
108	2772/989/20	Capela do Alto	PERICLES GONÇALVES	I,V
109	3204/989/20	Capivari	RODRIGO ABDALA PROENÇA	I,V
110	3205/989/20	Caraguatatuba	JOSE PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR	I,V
111	3346/989/20	Carapicuíba	MARCO AURÉLIO DOS SANTOS NEVES	I,V
112	3089/989/20	Cardoso	JAIR CESAR NATTES	I,V
113	3206/989/20	Casa Branca	MARCO CESAR DE PAIVA AGA	I,V
114	2773/989/20	Cássia dos Coqueiros	DILMA CUNHA DA SILVA	V
115	3308/989/20	Catanduva	MARTA MARIA DO ESPIRITO SANTO LOPES	I,V
116	2775/989/20	Catiguá	VERA LUCIA DE AZEVEDO VALLEJO	I,V
117	2776/989/20	Cedral	PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS	I,V
118	3090/989/20	Cerqueira César	JOSÉ CARLOS GERDULLO	V
119	3207/989/20	Cerquilho	ALDOMIR JOSÉ SANSON	V
120	2777/989/20	Cesário Lange	RONALDO PAIS DE CAMARGO	V
121	3091/989/20	Charqueada	ROMEU ANTONIO VERDI	I,V
122	3092/989/20	Chavantes	MARCIO DE JESUS DO REGO	V
123	2778/989/20	Clementina	CELIA CONCEICAO FREITAS GALHARDO	I,V
124	3275/989/20	Colina	DIAB TAHA	I,V
125	2779/989/20	Colômbia	ENDRIGO LUCAS GAMBARATO BERTIN	V
126	2780/989/20	Conchal	LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON	V
127	2781/989/20	Conchas	ODIRLEI REIS	I,V
128	2782/989/20	Cordeirópolis	JOSE ADINAN ORTOLAN	I,V
129	2783/989/20	Coroados	TEREZINHA APARECIDA CASTILHO VARONI	V
130	2784/989/20	Coronel Macedo	JOSE ROBERTO SANTINONI VEIGA	V

131	2785/989/20	Corumbataí	LEANDRO MARTINEZ	V
132	3208/989/20	Cosmópolis	JOSE PIVATTO	V
133	2786/989/20	Cosmorama	LUIS FERNANDO GONÇALVES	V
134	3309/989/20	Cotia	ROGÉRIO CARDOSO FRANCO	I,V
135	2787/989/20	Cravinhos	JOSÉ CARLOS CARRASCOSA DOS SANTOS	I,V
136	2788/989/20	Cristais Paulista	KATIUSCIA DE PAULA LEONARDO MENDES	I
137	2789/989/20	Cruzália	JOSE ROBERTO CIRINO	V
138	3209/989/20	Cruzeiro	THALES GABRIEL FONSECA	V
139	3310/989/20	Cubatão	ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA	I,V
140	3093/989/20	Cunha	ROLIEN GUARDA GARCIA	V
141	3210/989/20	Descalvado	ANTONIO CARLOS RESCHINI	V
142	3311/989/20	Diadema	LAURO MICHELS SOBRINHO	I,V
143	2790/989/20	Dirce Reis	EUCLIDES SCRIBONI BENINI	I,V
144	2791/989/20	Divinolândia	NAIEF HADDAD NETO	V
145	3094/989/20	Dobrada	JOSE CARLOS SIMÃO	V
146	2792/989/20	Dois Córregos	RUY DIOMEDES FAVARO	V
147	3095/989/20	Dolcinópolis	AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO	V
148	2793/989/20	Dourado	LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR	V
149	3211/989/20	Dracena	JULIANO BRITO BERTOLINI	V
150	2794/989/20	Duartina	ADERALDO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR	V
151	2795/989/20	Dumont	ALAN FRANCISCO FERRACINI	V
152	2796/989/20	Echaporã	LUIS GUSTAVO EVANGELISTA	V
153	2797/989/20	Eldorado	DINOEL PEDROSO ROCHA	I,V
154	2798/989/20	Elias Fausto	MAURÍCIO BARONI BERNARDINETTI	V
155	2799/989/20	Elisiário	RUBENS FRANCISCO	I,V
156	2800/989/20	Embaúba	ROGÉRIO CLEBER PERES	I,V
157	3312/989/20	Embu das Artes	CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS	I
158	3276/989/20	Espírito Santo do Pinhal	SERGIO DEL BIANCHI JUNIOR	V
159	2802/989/20	Espírito Santo do Turvo	AFONSO NASCIMENTO NETO	V
160	2805/989/20	Estrela d'Oeste	MARCOS ANTONIO SAES LOPES	V
161	2806/989/20	Euclides da Cunha Paulista	CHRISTIAN FUZIKI IKEDA	V
162	2807/989/20	Fartura	HAMILTON CESAR BORTOTTI	I,V
163	3213/989/20	Fernandópolis	ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO	V
164	3097/989/20	Fernando Prestes	BENTO LUCHETTI JUNIOR	V
165	2808/989/20	Fernão	ADELCIO APARECIDO MARTINS	I,V
166	3214/989/20	Ferraz de Vasconcelos	JOSE CARLOS FERNANDES CHACON	I,V
167	3098/989/20	Floreal	NORIVAL FRANCISCO GARCIA JUNIOR	I,V
168	2810/989/20	Flórida Paulista	WILSON FRÓIO JUNIOR	V
169	2811/989/20	Florínia	PAULO EDUARDO PINTO	V
170	3313/989/20	Franca	GILSON DE SOUZA	I
171	3215/989/20	Francisco Morato	ARAGUACY DE AVILA SOUZA	I,V
172	3277/989/20	Franco da Rocha	FRANCISCO DANIEL CELEGUIM DE MORAIS	I,V
173	3099/989/20	Gabriel Monteiro	VANDERLEI ANTONINHO MENDONÇA	V
174	2812/989/20	Gália	RENATO INÁCIO GONÇALVES	V
175	3216/989/20	Garça	JOÃO CARLOS DOS SANTOS	V
176	2813/989/20	Gastão Vidigal	ROBERTO CARLOS DA SILVA BRESEGHELLO	I,V
177	2814/989/20	Gavião Peixoto	GUSTAVO MARTINS PICCOLO	V
178	2815/989/20	General Salgado	JOSE AUGUSTO DE CARVALHO NETO	V
179	2816/989/20	Getulina	ANTONIO CARLOS MAIA FERREIRA	V
180	2817/989/20	Glicério	ILDO DE SOUZA	V
181	2818/989/20	Guaiçara	BRUNO FLORIANO DE OLIVEIRA	V
182	3278/989/20	Guaíra	JOSÉ EDUARDO COSCRATO LELIS	I,V
183	2819/989/20	Guapiaçu	CARLOS CESAR ZAITUNE	V
184	2820/989/20	Guapiara	JUSMARA RODOLFO PÁSSARO	I
185	2821/989/20	Guará	VINICIUS MAGNO FILGUEIRA	V
186	2822/989/20	Guaraçaí	NELSON KAZUME TANAKA	I,V
187	2823/989/20	Guaraci	ELSON MACHADO SILVEIRA	I,V
188	2824/989/20	Guarani d'Oeste	NILSON TIMPORIM CAFFER	V
189	2825/989/20	Guarantã	CLAUDIO JOSÉ DA TRINDADE	V
190	3217/989/20	Guararapes	TAREK DARGHAM	V
191	2826/989/20	Guararema	ADRIANO DE TOLEDO LEITE	I,V
192	3279/989/20	Guaratinguetá	MARCUS AUGUSTIN SOLIVA	V
193	2827/989/20	Guareí	JOSÉ AMADEU DE BARROS	V
194	2828/989/20	Guariba	FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR	V
195	3314/989/20	Guarujá	VÁLTER SUMAN	I,V
196	3347/989/20	Guarulhos	GUSTAVO HENRIC COSTA	I,V
197	2829/989/20	Guatapará	JURACY COSTA DA SILVA	V
198	2830/989/20	Guzolândia	LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO	I,V
199	3101/989/20	Herculândia	RICHARDSON BRANCO NUNES	I
200	3102/989/20	Holambra	FERNANDO FIORI DE GODOY	V
201	3103/989/20	Hortolândia	ANGELO AUGUSTO PERUGINI	I,V
202	3104/989/20	Iacanga	ELI DONISETI CARDOSO	V
203	2831/989/20	Iaras	FRANCISCO PINTO DE SOUZA	I,V
204	2832/989/20	Ibaté	JOSE LUIZ PARELLA	I,V
205	2833/989/20	Ibirá	EDVARD ALBERTO COLOMBO	I
206	2834/989/20	Ibirarema	THIAGO ANTONIO BRIGANO	V
207	2835/989/20	Ibitinga	CRISTINA MARIA KALIL ARANTES	V
208	3218/989/20	Ibiúna	JOAO BENEDICTO DE MELLO NETO	I,V
209	2836/989/20	Icém	MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA DE MORAIS	V
210	2837/989/20	Iepê	MURILO NOBREGA CAMPOS	I,V
211	3106/989/20	Igaraçu do Tietê	CARLOS ALBERTO VARASQUIM	I,V
212	2838/989/20	Igaratá	CELSO FORTES PALAU	I,V
213	3219/989/20	Iguape	WILSON ALMEIDA LIMA	I
214	2840/989/20	Ilhabela	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA SANTOS SOUZA	I,V
215	3108/989/20	Ilha Comprida	GERALDINO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR	I,V
216	2839/989/20	Ilha Solteira	OTAVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES	I,V
217	3315/989/20	Indaiatuba	NILSON ALCIDES GASPAR	I,V
218	2841/989/20	Indiana	CELEIDE APARECIDA FLORIANO	I
219	2842/989/20	Indiaporã	ELAINE ALVARES SILVEIRA ROCHA	I
220	2843/989/20	Inúbia Paulista	JOAO SOARES DOS SANTOS	V
221	3109/989/20	Ipaussu	SERGIO GALVANIN GUIDIO FILHO	I,V
222	3110/989/20	Iperó	VANDERLEI POLIZELI	V
223	3111/989/20	Ipeúna	JOSÉ ANTONIO DE CAMPOS	I,V
224	2844/989/20	Ipiguá	EMILIO PAZIANOTO	V
225	3112/989/20	Iporanga	VALMIR DA SILVA	I,V
226	2845/989/20	Ipuã	JOSÉ FRANCISCO SOUZA ÁVILA	V
227	2846/989/20	Iracemápolis	FABIO FRANCISCO ZUZA	I
228	2847/989/20	Irapuã	HAROLDO JOSÉ PEREIRA CIOCCA	I,V
229	2848/989/20	Irapuru	SILVIO USHIJIMA	I,V
230	2849/989/20	Itaberá	ALEX ROGÉRIO CAMARGO DE LACERDA	I,V
231	2850/989/20	Itaí	THIAGO DOS SANTOS MICHELIN	V
232	3113/989/20	Itajobi	LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO	I,V
233	2851/989/20	Itaju	JOSÉ LUIS FURCIN	V
234	3316/989/20	Itanhaém	MARCO AURELIO GOMES DOS SANTOS	I,V
235	2852/989/20	Itaóca	FREDERICO DIAS BATISTA	V
236	3317/989/20	Itapecerica da Serra	JORGE JOSÉ DA COSTA	V
237	3318/989/20	Itapetininga	SIMONE APARECIDA CURRALADAS DOS SANTOS	V
238	3280/989/20	Itapeva	MÁRIO SÉRGIO TASSINARI	I,V
239	3281/989/20	Itapevi	IGOR SOARES EBERT	I,V
240	3220/989/20	Itapira	JOSÉ NATALINO PAGANINI	I,V
241	3221/989/20	Itápolis	EDMIR ANTONIO GONÇALVES	V
242	2854/989/20	Itaporanga	DOUGLAS ROBERTO BENINI	V
243	3114/989/20	Itapuí	ANTONIO ALVARO DE SOUZA	V
244	3115/989/20	Itapura	FABIO DOURADO	V
245	3319/989/20	Itaquaquecetuba	MAMORU NAKASHIMA	I,V
246	2855/989/20	Itararé	HELITON SCHEIDT DO VALLE	I
247	3116/989/20	Itariri	DINAMERICO GONÇALVES PERONI	I,V
248	3222/989/20	Itatiba	DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA	V
249	2856/989/20	Itatinga	JOÃO BOSCO BORGES	I,V
250	3117/989/20	Itirapina	JOSE MARIA CANDIDO	I,V
251	2857/989/20	Itirapuã	RUI GONÇALVES	I,V
252	2858/989/20	Itobi	ANTONIO ELIAS FILHO	I,V
253	3348/989/20	Itu	GUILHERME DOS REIS GAZZOLA	I,V
254	2859/989/20	Itupeva	MARCO ANTONIO MARCHI	I,V
255	3223/989/20	Ituverava	ADRIANA QUIREZA J L MACHADO	V
256	2860/989/20	Jaborandi	MARCOS ANTONIO DANIEL	I,V
257	3282/989/20	Jaboticabal	JOSÉ CARLOS HORI	I,V
258	3320/989/20	Jacareí	IZAIAS JOSE DE SANTANA	I,V
259	3224/989/20	Jacupiranga	DÉBORA CRISTINA VOLPINI ANDRÉ	V
260	3225/989/20	Jaguariúna	MARCIO GUSTAVO BERNARDES REIS	I,V
261	2862/989/20	Jales	FLÁVIO PRANDI FRANCO	I,V
262	3118/989/20	Jambeiro	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	V
263	3226/989/20	Jandira	PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA	I,V
264	3227/989/20	Jardinópolis	PAULO JOSE BRIGLIADORI	V
265	2863/989/20	Jarinu	ELIANE LORENCINI CAMARGO	V
266	3321/989/20	Jaú	RAFAEL LUNARDELLI AGOSTINI	V
267	2864/989/20	Jeriquara	EDER LUIS CARVALHO GONÇALVES	I
268	2865/989/20	Joanópolis	MAURO APARECIDO GARCIA BANHOS	V
269	2866/989/20	João Ramalho	WAGNER MATHIAS	I,V
270	2867/989/20	José Bonifácio	DILMO REZENDE DE CARVALHO	I,V
271	2869/989/20	Jumirim	DARCI SCHIAVI	V
272	3349/989/20	Jundiaí	LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO	I,V
273	2871/989/20	Juquiá	RENATO LIMA SOARES	I,V
274	3120/989/20	Lagoinha	TIAGO MAGNO DE OLIVEIRA	V
275	2872/989/20	Laranjal Paulista	ALCIDES DE MOURA CAMPOS JUNIOR	V
276	2873/989/20	Lavínia	CLOVIS IZIDIO DE ALMEIDA	I,V
277	2874/989/20	Lavrinhas	SÉRGIO RUGGERI DE MELO	V
278	3229/989/20	Lençóis Paulista	ANDERSON PRADO DE LIMA	V
279	3350/989/20	Limeira	MARIO CELSO BOTION	I,V
280	3121/989/20	Lindóia	LUIZ CARLOS SCARPIONI ZAMBOLIM	I,V
281	3283/989/20	Lins	AKIO MATSURA	I,V
282	3284/989/20	Lorena	FABIO MARCONDES	V

283	3122/989/20	Lourdes	GISELE TONCHIS	V
284	2875/989/20	Louveira	NICOLAU FINAMORE JUNIOR	I,V
285	2876/989/20	Lucélia	CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JUNIOR	V
286	2877/989/20	Lucianópolis	HUMBERTO ZANINOTO MALDONADO	I,V
287	3123/989/20	Luís Antônio	GABRIEL CARVALHAES ROSATTI	I,V
288	3124/989/20	Luiziânia	RICARDO MATHIAS BERTAGLIA	I
289	3125/989/20	Lupércio	FABIO HENRIQUE MESQUITA	V
290	2878/989/20	Lutécia	EDUARDO GIROTTO	V
291	3285/989/20	Macatuba	MARCOS DONIZETI OLIVATTO	V
292	2879/989/20	Macaubal	WANDERLEI MELHADO GUIZZI	V
293	2880/989/20	Macedônia	LUCILENE CABREIRA GARCIA MARSOLA	V
294	3351/989/20	Mairinque	OVÍDIO ALEXANDRE AZZINI	I,V
295	3230/989/20	Mairiporã	ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA	V
296	2882/989/20	Manduri	PAULO ROBERTO MARTINS	V
297	2883/989/20	Maracaí	EDUARDO CORREA SOTANA	V
298	2884/989/20	Marapoama	MARCIO PERPETUO AUGUSTO	I,V
299	3127/989/20	Mariápolis	VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO	V
300	3322/989/20	Marília	DANIEL ALONSO	I,V
301	2885/989/20	Marinópolis	JOAQUIM VIEIRA PERES	V
302	2886/989/20	Martinópolis	CRISTIANO MACEDO ENGEL	I,V
303	3231/989/20	Matão	JOSÉ EDINARDO ESQUETINI	V
304	3352/989/20	Mauá	ATILA CESAR MONTEIRO JACOMUSSI	I,V
305	2887/989/20	Mendonça	ANTONINO CAETANO DE SOUZA	V
306	2888/989/20	Meridiano	MAICON FABIANO DE OLIVEIRA	V
307	2889/989/20	Mesópolis	LEANDRO AP. POLARINI	I,V
308	3128/989/20	Miguelópolis	NAIM MIGUEL NETO	I,V
309	2890/989/20	Mineiros do Tietê	VALDINÉZIO LUIZ CESARIN	V
310	3129/989/20	Miracatu	EZIGOMAR PESSOA JUNIOR	I,V
311	2891/989/20	Mira Estrela	MÁRCIO HAMILTON CASTREQUINI BORGES	V
312	2892/989/20	Mirante do Paranapanema	ATILA RAMIRO MENEZES DOURADO	I
313	3131/989/20	Mirassolândia	JOAO CARLOS FERNANDES	V
314	3323/989/20	Mogi das Cruzes	MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA E MELO	I,V
315	3324/989/20	Mogi Guaçu	ENG. WALTER CAVEANHA	V
316	3234/989/20	Mogi Mirim	CARLOS NELSON BUENO	I,V
317	2893/989/20	Mombuca	MARIA RUTH BELLANGA DE OLIVEIRA	I,V
318	2894/989/20	Monções	DOUGLAS ANTONIO HONORATO	V
319	3286/989/20	Mongaguá	MARCIO MELO GOMES	I,V
320	2895/989/20	Monte Aprazível	MARCIO LUIZ MIGUEL	V
321	2896/989/20	Monte Azul Paulista	MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS	V
322	2897/989/20	Monte Castelo	JOSE NILTON DA SILVA	V
323	2898/989/20	Monteiro Lobato	DANIELA DE CASSIA SANTOS BRITO	I,V
324	3235/989/20	Monte Mor	THIAGO GIATTI ASSIS	I,V
325	3236/989/20	Morro Agudo	VINICIUS CRUZ DE CASTRO	V
326	3133/989/20	Morungaba	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	I,V
327	2899/989/20	Motuca	JOAO RICARDO FASCINELI	V
328	2900/989/20	Murutinga do Sul	GILSON PIMENTEL	V
329	3134/989/20	Narandiba	ITAMAR DOS SANTOS SILVA	V
330	3135/989/20	Natividade da Serra	MARIA LOURDES DE OLIVEIRA CARVALHO	V
331	2902/989/20	Nazaré Paulista	CANDIDO MURILO PINHEIRO RAMOS	I
332	2903/989/20	Neves Paulista	MARCIO ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS	V
333	2904/989/20	Nhandeara	JOSÉ ADALTO BORINI	V
334	2905/989/20	Nipoã	JOSE LOURENÇO ALVES	I,V
335	2907/989/20	Nova Campina	JUCEMARA FORTES DO NASCIMENTO	I,V
336	2908/989/20	Nova Canaã Paulista	JOSE MARCOS ALVES	V
337	2909/989/20	Nova Castilho	JOAO TAMBORLIN NETO	I,V
338	2910/989/20	Nova Europa	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	V
339	3136/989/20	Nova Guataporanga	VAGNER ALVES DE LIMA	I,V
340	2912/989/20	Nova Independência	THAUANA DA SILVA DUARTE JOANINI	I,V
341	2914/989/20	Novais	FÁBIO DONIZETE DA SILVA	I,V
342	2913/989/20	Nova Luzitânia	LAERTE APARECIDO ROCHA	V
343	3237/989/20	Nova Odessa	BENJAMIM BILL VIEIRA DE SOUZA	I
344	3137/989/20	Ocauçu	ALESANDRA COLOMBO MARANA	V
345	2917/989/20	Óleo	RUBENS ESTEVES ROQUE	I,V
346	3238/989/20	Olímpia	FERNANDO AUGUSTO CUNHA	I,V
347	2918/989/20	Onda Verde	FABRICIO PIRES DE CARVALHO	V
348	3138/989/20	Oriente	CARLOS EDUARDO BOLDORINI MORIS	V
349	2919/989/20	Orindiúva	MAURICIO BRONCA	I
350	3288/989/20	Orlândia	SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR	V
351	3353/989/20	Osasco	ROGERIO LINS WANDERLEY	I,V
352	3139/989/20	Oscar Bressane	LUIZ ANTONIO ROMANO	V
353	3239/989/20	Osvaldo Cruz	EDMAR CARLOS MAZUCATO	V
354	3325/989/20	Ourinhos	LUCAS POCAY ALVES DA SILVA	I,V
355	2921/989/20	Ouroeste	LIVIA LUANA COSTA OLIVEIRA	I,V
356	3140/989/20	Pacaembu	ADÃO APARECIDO VISCARDI	I
357	2922/989/20	Palestina	FERNANDO LUIZ SEMEDO	V
358	2923/989/20	Palmares Paulista	LUPÉRCIO ANTONIO BUGANÇA JUNIOR	V
359	2924/989/20	Palmeira d'Oeste	REINALDO SAVAZI	V
360	2925/989/20	Palmital	JOSE ROBERTO RONQUI	I,V
361	2926/989/20	Panorama	GIULIO CESAR LIMA PIRES	V
362	3289/989/20	Paraguaçu Paulista	ALMIRA RIBAS GARMS	V
363	2927/989/20	Paraibuna	VICTOR DE CASSIO MIRANDA	V
364	2928/989/20	Paraíso	WILSON FARID CASSEB	I,V
365	2930/989/20	Paranapuã	SERGIO ANTONIO POLARINI	V
366	2931/989/20	Parapuã	GILMAR MARTIN MARTINS	V
367	3141/989/20	Pardinho	BENEDITO DA ROCHA CAMARGO JUNIOR	I,V
368	2932/989/20	Pariquera-Açu	JOSÉ CARLOS SILVA PINTO	I,V
369	3142/989/20	Parisi	ROSINEI APARECIDA SILVESTRINI DOS SANTOS	V
370	2933/989/20	Patrocínio Paulista	DR. JOSE MAURO BARCELLOS	I,V
371	3143/989/20	Paulicéia	ERMES DA SILVA	V
372	3354/989/20	Paulínia	EDNILSON CAZELLATO	I,V
373	2934/989/20	Paulistânia	PAULO AUGUSTO GRANCHI	V
374	2935/989/20	Paulo de Faria	MARLON JOSE BERNARDES PEREIRA	V
375	3240/989/20	Pederneiras	VICENTE JULIANO MINGUILI CANELADA	I,V
376	2936/989/20	Pedra Bela	ALVARO JESIEL DE LIMA	I,V
377	2937/989/20	Pedranópolis	MARCOS ADRIANO DA SILVA	V
378	2938/989/20	Pedregulho	DIRCEU POLO FILHO	I
379	3144/989/20	Pedreira	HAMILTON BERNARDES JUNIOR	I,V
380	2939/989/20	Pedrinhas Paulista	SERGIO FORNASIER	V
381	3241/989/20	Penápolis	CELIO JOSE DE OLIVEIRA	V
382	3290/989/20	Pereira Barreto	JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES	I,V
383	2940/989/20	Pereiras	MIGUEL TOMAZELA	V
384	3291/989/20	Peruíbe	LUIZ MAURICIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA	I,V
385	2941/989/20	Piacatu	EUCLASIO GARRUTTI	V
386	3242/989/20	Piedade	JOSE TADEU DE RESENDE	I,V
387	3146/989/20	Pilar do Sul	MARCO AURÉLIO SOARES	V
388	3326/989/20	Pindamonhangaba	ISAEL DOMINGUES	V
389	2942/989/20	Pindorama	MARIA INÊS BERTINO MIYADA	V
390	2943/989/20	Pinhalzinho	BENEDITO LAURO DE LIMA	V
391	2944/989/20	Piquerobi	VALDIR APARECIDO LOPES	I,V
392	3147/989/20	Piquete	ANA MARIA DE GOUVÊA	I
393	2945/989/20	Piracaia	JOSÉ SILVINO CINTRA	V
394	3327/989/20	Piracicaba	BARJAS NEGRI	I,V
395	2946/989/20	Piraju	JOSE MARIA COSTA	V
396	3243/989/20	Pirajuí	CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA	I,V
397	3148/989/20	Pirangi	LUIZ CARLOS DE MORAES	V
398	3149/989/20	Pirapora do Bom Jesus	GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	I,V
399	2947/989/20	Pirapozinho	ORLANDO PADOVAN	V
400	3244/989/20	Pirassununga	MILTON DIMAS TADEU URBAM	I,V
401	2948/989/20	Piratininga	CARLOS ALESSANDRO FRANCO BORRO DE MATOS	V
402	3245/989/20	Pitangueiras	MARCOS AURÉLIO SORIANO	I,V
403	3150/989/20	Planalto	ADEMAR ADRIANO DE OLIVEIRA	I
404	2949/989/20	Platina	WAGNER ROBERTO DE LIMA	V
405	3246/989/20	Poá	GIANCARLO LOPES DA SILVA	I,V
406	2950/989/20	Poloni	ANTONIO JOSE PASSOS	V
407	2951/989/20	Pompéia	ISABEL CRISTINA ESCORCE JANUARIO	V
408	2952/989/20	Pongaí	ADILSON BRUMATI	V
409	2953/989/20	Pontalinda	ELVIS CARLOS DE SOUSA	I,V
410	3151/989/20	Pontes Gestal	ESMERALDO CRISTIANO CAROLINO	V
411	2954/989/20	Populina	ADAUTO PINTO	I,V
412	2955/989/20	Porangaba	LUIZ CARLOS VIEIRA SOBRINHO	I,V
413	3248/989/20	Porto Feliz	ANTONIO CASSIO HABICE PRADO	V
414	3249/989/20	Porto Ferreira	RÔMULO LUIS DE LIMA RIPA	I,V
415	2956/989/20	Potim	ERICA SOLER SANTOS DE OLIVEIRA	V
416	2957/989/20	Potirendaba	FLAVIO DANIEL ALVES	V
417	2958/989/20	Pracinha	MAURILEI APARECIDO DIAS DA SILVA	V
418	3328/989/20	Praia Grande	ALBERTO PEREIRA MOURAO	V
419	2959/989/20	Pratânia	DAVI PIRES BATISTA	I,V
420	2960/989/20	Presidente Alves	VALDEIR DOS REIS	I
421	2961/989/20	Presidente Bernardes	REGINALDO LUIZ ERNESTO CARDILO	I,V
422	2962/989/20	Presidente Epitácio	CASSIA REGINA ZAFFANI FURLAN	V
423	3355/989/20	Presidente Prudente	NELSON ROBERTO BUGALHO	V
424	3251/989/20	Presidente Venceslau	JORGE DURAN GONÇALEZ	I
425	3152/989/20	Promissão	ARTUR MANOEL NOGUEIRA FRANCO	V
426	2963/989/20	Quadra	LUIZ CARLOS PEREIRA	I,V
427	2964/989/20	Quatá	MARCELO DE SOUZA PECCHIO	V
428	3153/989/20	Queiroz	ANA VIRTUDES MIRON SOLER	I
429	2965/989/20	Queluz	LAURINDO JOAQUIN DA SILVA GARCEZ	V
430	2966/989/20	Quintana	JOSE NILTON DOS SANTOS	I
431	3154/989/20	Rafard	CARLOS ROBERTO BUENO	I,V
432	3155/989/20	Rancharia	ALBERTO CESAR CENTEIO DE ARAUJO	I,V
433	3156/989/20	Redenção da Serra	RICARDO EVANGELISTA LOBATO	V
434	2967/989/20	Regente Feijó	MARCO ANTONIO PEREIRA DA ROCHA	I,V

435	2968/989/20	Reginópolis	JOÃO PAULO ARAÚJO DE SOUSA VERÍSSIMO	I,V
436	3252/989/20	Registro	GILSON WAGNER FANTIN	V
437	2969/989/20	Restinga	AMARILDO TOMAS DO NASCIMENTO	V
438	2970/989/20	Ribeira	JONAS DIAS BATISTA	I
439	2971/989/20	Ribeirão Bonito	LUIZ ARNALDO DE OLIVEIRA LUCATO	I,V
440	3157/989/20	Ribeirão Branco	MAURO JOSÉ TEIXEIRA	V
441	2973/989/20	Ribeirão dos Índios	JOSÉ AMAURI LENZONI	I,V
442	3158/989/20	Ribeirão do Sul	ELIANA MARIA RORATO MANSO	V
443	2974/989/20	Ribeirão Grande	ROSENILDA APARECIDA DA SILVA	I,V
444	3356/989/20	Ribeirão Pires	ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA	I,V
445	3329/989/20	Ribeirão Preto	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	I,V
446	2975/989/20	Rifaina	HUGO CESAR LOURENÇO	V
447	2976/989/20	Rincão	EDSON BRITO BOLITO	I,V
448	2977/989/20	Rinópolis	JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA NETO	V
449	3330/989/20	Rio Claro	JOÃO TEIXEIRA JUNIOR	I,V
450	3159/989/20	Rio das Pedras	ANTONIO CARLOS DEFAVARI	V
451	3253/989/20	Rio Grande da Serra	LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA	I
452	2978/989/20	Riolândia	FABIANA BARCELOS FERREIRA	V
453	2979/989/20	Riversul	JOSÉ GUILHERME GOMES	V
454	2980/989/20	Rosana	SILVIO GABRIEL	I,V
455	3160/989/20	Roseira	JONAS POLYDORO	V
456	2981/989/20	Rubiácea	LENIRA MARIA SILVA DE NOVAIS	V
457	3161/989/20	Rubinéia	APARECIDO GOULART	V
458	2982/989/20	Sabino	EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE	V
459	3162/989/20	Sagres	RICARDO RIVED GARCIA	I
460	2983/989/20	Sales	GENIVALDO DE BRITO CHAVES	I,V
461	2984/989/20	Sales Oliveira	EDMAR DUARTE GOMIERO	I,V
462	3163/989/20	Salesópolis	VANDERLON OLIVEIRA GOMES	V
463	2985/989/20	Salmourão	AILSON JOSÉ DE ALMEIDA	I,V
464	2986/989/20	Saltinho	CARLOS ALBERTO LISI	V
465	3357/989/20	Salto	JOSE GERALDO GARCIA	I,V
466	3164/989/20	Salto de Pirapora	JOEL DAVID HADDAD	V
467	3165/989/20	Salto Grande	JOÃO CARLOS RIBEIRO	V
468	3166/989/20	Sandovalina	AMANDA LIMA DE OLIVEIRA FETTER	V
469	2987/989/20	Santa Adélia	GUILHERME COLOMBO DA SILVA	I,V
470	2988/989/20	Santa Albertina	VANDERCI NOVELLI	V
471	3331/989/20	Santa Bárbara d'Oeste	DENIS EDUARDO ANDIA	V
472	2989/989/20	Santa Branca	RENATO PAIVA COSTA	I,V
473	3167/989/20	Santa Clara d'Oeste	WAIR JACINTO ZAPELÃO	V
474	2990/989/20	Santa Cruz da Conceição	PATRÍCIA CAPODIFOGLIO LANDGRAF	V
475	2991/989/20	Santa Cruz da Esperança	DIMAR DE BRITO	I
476	3254/989/20	Santa Cruz do Rio Pardo	OTACILIO PARRAS ASSIS	V
477	2993/989/20	Santa Ernestina	MARCELO APARECIDO VERONEZI	V
478	2994/989/20	Santa Fé do Sul	ADEMIR MASCHIO	V
479	3168/989/20	Santa Gertrudes	ROGÉRIO PASCON	V
480	2995/989/20	Santa Isabel	FABIA DA SILVA PORTO	I
481	3169/989/20	Santa Lúcia	LUIZ ANTÔNIO NOLI	V
482	2996/989/20	Santa Maria da Serra	NARCISO BENEDITO BISTAFA	I
483	2997/989/20	Santa Mercedes	MANOEL DONIZETE DE OLIVEIRA	I
484	3002/989/20	Santana da Ponte Pensa	JOSE APARECIDO DE MELO	V
485	3292/989/20	Santana de Parnaíba	ELVIS LEONARDO CEZAR	I,V
486	2999/989/20	Santa Rita d'Oeste	ALAOR PASIAN	V
487	2998/989/20	Santa Rita do Passa Quatro	LEANDRO LUCIANO DOS SANTOS	I,V
488	3000/989/20	Santa Rosa de Viterbo	LUÍS FERNANDO GASPERINI	I
489	3001/989/20	Santa Salete	JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA	I,V
490	3003/989/20	Santo Anastácio	ROBERTO VOLPE	V
491	3358/989/20	Santo André	PAULO HENRIQUE PINTO SERRA	I,V
492	3004/989/20	Santo Antônio da Alegria	JOAO BAPTISTA MATEUS DE LIMA	I,V
493	3170/989/20	Santo Antônio de Posse	NORBERTO DE OLIVÉRIO JUNIOR	V
494	3005/989/20	Santo Antônio do Aracanguá	ROBERTO DONA	V
495	3006/989/20	Santo Antônio do Jardim	GILMAR DE OLIVEIRA PEZOTTI	I,V
496	3007/989/20	Santo Antônio do Pinhal	CLODOMIRO CORREIA DE TOLEDO JUNIOR	V
497	3008/989/20	Santo Expedito	IVANDECI JOSE CABRAL	V
498	3359/989/20	Santos	PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA	I,V
499	3009/989/20	São Bento do Sapucaí	RONALDO RIVELINO VENÂNCIO	I,V
500	3360/989/20	São Bernardo do Campo	ORLANDO MORANDO JUNIOR	V
501	3332/989/20	São Caetano do Sul	JOSE AURICCHIO JUNIOR	V
502	3361/989/20	São Carlos	AIRTON GARCIA FERREIRA	I,V
503	3010/989/20	São Francisco	MAURICIO HONÓRIO DE CARVALHO	V
504	3255/989/20	São João da Boa Vista	VANDERLEI BORGES DE CARVALHO	I,V
505	3011/989/20	São João das Duas Pontes	JOSÉ CARLOS BARUCCI	I,V
506	3172/989/20	São João de Iracema	LUCIANA DIAS RODRIGUES	I,V
507	3013/989/20	São Joaquim da Barra	MARCELO DE PAULA MIAN	V
508	3173/989/20	São José da Bela Vista	PAULO CESAR LOPES NACIMENTO	V
509	3014/989/20	São José do Barreiro	ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA	I,V
510	3256/989/20	São José do Rio Pardo	ERNANI CHRISTOVAM VASCONCELLOS	I,V
511	3333/989/20	São José do Rio Preto	EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO	V
512	3334/989/20	São José dos Campos	FELICIO RAMUTH	V
513	3015/989/20	São Lourenço da Serra	ARY ANTÔNIO DESPEZZIO CINTRA	I,V
514	3016/989/20	São Luiz do Paraitinga	ANA LÚCIA BILARD SICHERLE	I,V
515	3257/989/20	São Manuel	RICARDO SALARO NETO	I,V
516	3017/989/20	São Miguel Arcanjo	PAULO RICARDO DA SILVA	V
517	3018/989/20	São Pedro	HELIO DONIZETE ZANATTA	V
518	3019/989/20	São Pedro do Turvo	MARCO AURÉLIO OLIVEIRA PINHEIRO	V
519	3335/989/20	São Roque	CLAUDIO JOSE DE GOES	I,V
520	3362/989/20	São Sebastião	FELIPE AUGUSTO	I,V
521	3020/989/20	São Sebastião da Grama	RICARDO RIBEIRO FLORIDO	I,V
522	3021/989/20	São Simão	MARCOS DANIEL BONAGAMBA	I,V
523	3336/989/20	São Vicente	PEDRO LUIS DE FREITAS GOUVEA JUNIOR	I,V
524	3174/989/20	Sarapuí	WELLIGTON MACHADO DE MORAES	V
525	3022/989/20	Sarutaiá	ISNAR FRESCHI SOARES	V
526	3023/989/20	Sebastianópolis do Sul	MANOEL ERANI LEITE MAGALHAES	I,V
527	3024/989/20	Serra Azul	AUGUSTO FRASSETTO NETO	I,V
528	3258/989/20	Serra Negra	SIDNEY ANTONIO FERRARESSO	I,V
529	3260/989/20	Sertãozinho	JOSE ALBERTO GIMENEZ	V
530	3025/989/20	Sete Barras	DEAN ALVES MARTINS	I,V
531	3026/989/20	Severínia	CELSO DA SILVA	I,V
532	3175/989/20	Silveiras	GUILHERME CARVALHO DA SILVA	V
533	3176/989/20	Socorro	ANDRE EDUARDO BOZOLA DE SOUZA PINTO	V
534	3337/989/20	Sorocaba	JAQUELINE LILIAN BARCELOS COUTINHO	I,V
535	3338/989/20	Sumaré	LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN	I,V
536	3178/989/20	Suzanápolis	VALTER CRUSCA LOURENÇO	V
537	3027/989/20	Tabapuã	MARIA FELICIDADE PERES CAMPOS ARROYO	I
538	3179/989/20	Tabatinga	EDUARDO PONQUIO MARTINEZ	V
539	3340/989/20	Taboão da Serra	FERNANDO FERNANDES FILHO	I,V
540	3181/989/20	Taiaçu	SUELI APARECIDA MENDES BIANCARDI	V
541	3182/989/20	Taiúva	FRANCISCO SERGIO CLAPIS	I,V
542	3029/989/20	Tambaú	RONI DONIZETI ASTORFO	I,V
543	3183/989/20	Tanabi	NORAIR CASSIANO DA SILVEIRA	I,V
544	3030/989/20	Tapiraí	ALVINO GUILHERME MARZEUSKI	V
545	3031/989/20	Tapiratiba	LUIZ ANTONIO PERES	I,V
546	3184/989/20	Taquaral	LAÉRCIO VICENTE SCARAMAL	I,V
547	3293/989/20	Taquaritinga	VANDERLEI JOSÉ MARSICO	V
548	3032/989/20	Taquarituba	JOSÉ CLOVIS DE ALMEIDA	V
549	3185/989/20	Tarabai	JOSÉ ROQUE DA SILVA LIRA	V
550	3034/989/20	Tarumã	OSCAR GOZZI	V
551	3261/989/20	Tatuí	MARIA JOSÉ PINTO VIEIRA DE CAMARGO	V
552	3035/989/20	Tejupá	PEDRO BÉRGAMO NETO	V
553	3294/989/20	Teodoro Sampaio	AILTON CESAR HERLING	I,V
554	3262/989/20	Tietê	VLAMIR DE JESUS SANDEI	V
555	3037/989/20	Timburi	ROMUALDO DA SILVA POZZA	I,V
556	3039/989/20	Trabiju	MARCOS ANTONIO PEREZ	I,V
557	3263/989/20	Tremembé	MARCELO VAQUELI	I
558	3040/989/20	Três Fronteiras	RUBENS JOSÉ BELÃO	V
559	3041/989/20	Tuiuti	JAIR FERNANDES GONÇALVES	I,V
560	3295/989/20	Tupã	CAIO KANJI PARDO AOQUI	I,V
561	3042/989/20	Tupi Paulista	ALEXANDRE TASSONI ANTONIO	V
562	3043/989/20	Turiúba	RUBENS FERNANDO DE SOUZA	I,V
563	3044/989/20	Turmalina	ALEXANDRO RIBEIRO PEREIRA	I,V
564	3045/989/20	Ubarana	JOÃO COSTA MENDONÇA	I,V
565	3296/989/20	Ubatuba	DELCIO JOSE SATO	I,V
566	3046/989/20	Ubirajara	ADRIANA BOCARDI ALLEGRETTI	V
567	3187/989/20	Uchoa	VALDEMIR ANTONIO PINHEIRO DE CARVALHO	I,V
568	3047/989/20	União Paulista	CLEUSA GUI MARTINS	V
569	3048/989/20	Urânia	MÁRCIO ARJOL DOMINGUES	V
570	3188/989/20	Uru	BENEDITO JOSE RIBEIRO	I
571	3049/989/20	Urupês	ALCEMIR CASSIO GREGGIO	I,V
572	3050/989/20	Valentim Gentil	ADILSON JESUS PEREZ SEGURA	V
573	3190/989/20	Vargem	SILAS MARQUES DA ROSA	V
574	3051/989/20	Vargem Grande do Sul	AMARILDO DUZI MORAES	V
575	3297/989/20	Vargem Grande Paulista	JOSUÉ SILVEIRA RAMOS	V
576	3298/989/20	Várzea Paulista	JUVENAL ROSSI	I,V
577	3052/989/20	Vera Cruz	PAULO HARAGUCHI	V
578	3343/989/20	Vinhedo	JAIME CESAR DA CRUZ	I,V
579	3191/989/20	Viradouro	ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA	I,V
580	3053/989/20	Vista Alegre do Alto	LUIS ANTONIO FIORANI	V
581	3192/989/20	Vitória Brasil	ANA LUCIA OLHIER MODULO	V
582	3299/989/20	Votorantim	FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA	I,V
583	3264/989/20	Votuporanga	JOÃO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO	I,V
584	3054/989/20	Zacarias	LUCINEIA ZACARIAS	V

MUNICÍPIOS QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL *

ORDEM	PROCESSO	MUNICÍPIO	PREFEITO
1	2721/989/20	Águas da Prata	CARLOS HENRIQUE FORTES DEZENA
2	2728/989/20	Álvaro de Carvalho	MARCIO HENRIQUE ZANATA
3	3063/989/20	Anhembi	SEBASTIÃO DE QUADROS NETO
4	3268/989/20	Assis	JOSÉ APARECIDO FERNANDES
5	2740/989/20	Bady Bassitt	LUIZ ANTONIO TOBARDINI
6	2771/989/20	Cândido Rodrigues	ANTONIO CLAUDIO FALCHI
7	3212/989/20	Embu-Guaçu	CLARIDES LEONARDO DOS SANTOS
8	2801/989/20	Emilianópolis	JOÃO BATISTA AMARAL
9	3096/989/20	Engenheiro Coelho	PEDRO FRANCO DE OLIVEIRA
10	2803/989/20	Estiva Gerbi	CLAUDIA BOTELHO DE OLIVEIRA DIEGUES
11	2809/989/20	Flora Rica	JOSE DE CASTRO AGUIAR FILHO
12	3100/989/20	Guaimbê	ALBERTINO DOMINGUES BRANDÃO
13	3107/989/20	Igarapava	JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
14	2861/989/20	Jaci	RAFAEL TRIDICO
15	2868/989/20	Júlio Mesquita	JOSÉ CARLOS MIRA
16	3119/989/20	Juquitiba	AYRES SCORSATTO
17	3126/989/20	Marabá Paulista	MIGUEL DUARTE COSTA
18	3130/989/20	Mirandópolis	EVERTON LUIZ FERNANDES SODARIO RAIMUNDO
19	3233/989/20	Mococa	FELIPE NIERO NAUFEL
20	3132/989/20	Monte Alegre do Sul	EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
21	2901/989/20	Nantes	CELSO DE SOUZA
22	2911/989/20	Nova Granada	TANIA LIANA TOLEDO YUGAR
23	2920/989/20	Ouro Verde	NILSON DA SILVA
24	2929/989/20	Paranapanema	JOSE MARIA ALVES
25	3247/989/20	Pontal	ANDRÉ LUIS CARNEIRO
26	3250/989/20	Pradópolis	SILVIO MARTINS
27	3339/989/20	Suzano	RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI
28	3033/989/20	Taquarivaí	MARIA SEBASTIANA CECE CARDOSO
29	3036/989/20	Terra Roxa	MARCELINO ABBES FILHO
30	3189/989/20	Valparaíso	LUCIO SANTO DE LIMA

CÂMARAS MUNICIPAIS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL *

1. CÂMARAS MUNICIPAIS

ORDEM	PROCESSO/TC	MUNICÍPIO	PRESIDENTE DA CÂMARA
1	3742/989/20	Buritizal	RAFAEL DE SOUSA CALIMAN
2	3772/989/20	Jaci	NIVALDO BASSO
3	3826/989/20	Sud Mennucci	EDSON DO NASCIMENTO
4	3691/989/20	Taciba	LUCAS CUSTÓDIO DE SOUZA

2. ENTIDADES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ORDEM	PROCESSO	MUNICÍPIO	ENTIDADE	RESPONSÁVEL
1	4366/989/20	Araraquara	COMPANHIA TROLEIBUS ARARAQUARA	FERNANDA BONALDA LOURENÇO
2	4745/989/20	Araraquara	FUNDAÇÃO MUNICIPAL IRENE SIQUEIRA ALVES VOVÓ MOCINHA - MATERNIDADE GOTA DE LEITE DE ARARAQUARA	LUCIA REGINA LIMA ORTIZ
3	4825/989/20	Bady Bassitt	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE - BADY BASSITT	NELSON LUIZ MARQUES DE MENDONÇA
4	4591/989/20	Engenheiro Coelho	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERV. PUBLICOS MUNIC.	AMÓS SOARES NOGUEIRA
5	4536/989/20	Igarapava	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE IGARAPAVA	REGINALDO DE SOUZA
6	4093/989/20	Leme	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LEMENSE	ANTONIO CARLOS PIRES DE MORAES
7	4443/989/20	Magda	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MAGDA - IPREM	LUCIANA SOUZA SANTOS FILHAR
8	4097/989/20	Mirassol	FUNDAÇÃO DE ENSINO	WLADISTON DE PAULA BASSAN
9	4064/989/20	Novo Horizonte	FUNDACAO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	LAUDEMIR LAMIRA
10	4117/989/20	Serrana	FUNDAÇÃO DE CULTURA	FLAVIA CEDRINHO
11	4309/989/20	Taubaté	UNIVERSIDADE DE TAUBATE	NARA LUCIA PERONDI FORTES
12	4575/989/20	Terra Roxa	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA	JEAN ABBS DE CAMPOS

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PRESIDENTE

**** O descumprimento das Instruções poderá ensejar aplicação de multa, nos termos da Lei Complementar nº 709, de 1993,***

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 55/2020

O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que a partir de 03 de dezembro de 2020 os responsáveis ou interessados na busca e identificação de processos distribuídos deverão utilizar-se da consulta disponível em https://www.tce.sp.gov.br/pesquisar-processos com a decorrente certificação automática.

Também será disponibilizado um aplicativo no Portal de Sistemas do TCESP denominado "Pesquisa de Processos" que facilitará o acesso à página de consulta.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas através do FALE CONOSCO (1. Suporte Técnico aos Sistemas / 11. Pesquisa de Processos).

SDG, em 25 de novembro de 2020.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

***

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS e-TCESP - 08/12 A 10/12

*****PREVENTIVA**

***

*****TIP:ADMISSAO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO**

***

***00026629.989.20-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA
MARIO SERGIO TASSINARI
LUIZ ANTONIO HUSSNE CAVANI
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026630.989.20-0
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA
MARIO SERGIO TASSINARI
LUIZ ANTONIO HUSSNE CAVANI
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***00026631.989.20-9
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA
LUIZ ANTONIO HUSSNE CAVANI
MARIO SERGIO TASSINARI
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026634.989.20-6
SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE - TIETE
DAVID LUIZ PEREIRA
MARCIO ROBERTO GAIOTTO
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026657.989.20-8
FUNDACAO MUNICIPAL IRENE SIQUEIRA ALVES VOVO MOCINHA MATERNIDADE GOTA DE LEITE DE ARARAQUARA - FUNGOTA ARARAQUARA
LUCIA REGINA ORTIZ LIMA
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026667.989.20-6
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
HIRAM AYRES MONTEIRO JUNIOR
LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA
SIMONE APARECIDA CURRALADAS DOS SANTOS
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026669.989.20-4
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUI
FABIO AUGUSTO HOLTZ
WELLIGTON MACHADO DE MORAES
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026671.989.20-0
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUI
FABIO AUGUSTO HOLTZ
WELLIGTON MACHADO DE MORAES
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026676.989.20-5
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
LEVI RODRIGUES VIEIRA
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026677.989.20-4
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITOR: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
***00026678.989.20-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***00026679.989.20-2
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
LEVI RODRIGUES VIEIRA
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026680.989.20-9
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITOR: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
***00026681.989.20-8
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ
GUSTAVO INTERLICK MANCIO DE CAMARGO
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026689.989.20-0
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETE
MANOEL DAVID KORN DE CARVALHO
VLAMIR DE JESUS SANDEI
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026707.989.20-8
SERVICO FUNERARIO DO MUNICIPIO DE SANTO ANDRE - SFMSA
GERALDO APARECIDO JULIANO
AUDITOR: JOSUE ROMERO
***00026726.989.20-5
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE SAO PEDRO - SAAESP
SERGIO JORGE PATRICIO
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026729.989.20-2
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE SAO PEDRO - SAAESP
SERGIO JORGE PATRICIO
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026748.989.20-9
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP
JERSON KELMAN
KARLA BERTOCCO TRINDADE
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026771.989.20-9
CAMARA MUNICIPAL DE ITU
MARCUS AURELIO ROCHA DE LIMA
GIVANILDO SOARES DA SILVA
RICARDO GIORDANI
AUDITOR: JOSUE ROMERO
***00026773.989.20-7
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU
GUILHERME DOS REIS GAZZOLA
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026775.989.20-5
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA
DILADOR BORGES DAMASCENO
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026776.989.20-4
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA
DILADOR BORGES DAMASCENO
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026777.989.20-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA
APARECIDO SERIO DA SILVA
DILADOR BORGES DAMASCENO
AUDITOR: SAMY WURMAN
***

*****TIP:PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO**

***

***00026666.989.20-7
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BARUERI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
PAULO SILAS REIS
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026672.989.20-9
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BARUERI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
PAULO SILAS REIS
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026674.989.20-7
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BARUERI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
PAULO SILAS REIS
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***

*****TIP:ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL**

***

***00026623.989.20-9
MALBORK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI
FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR - FURP
DOMINGOS FERRONATO
EDSON LUIS WEIRICH
FERNANDO ZAPPILE JUNIOR
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026626.989.20-6
COBRASIN BRASILEIRA DE SINALIZACAO E CONSTRUCAO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA
JORGE JOSE DA COSTA
OSWALDO LUIZ CARDENUTO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026654.989.20-1
HCON ENGENHARIA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA
ELVIS LEONARDO CEZAR
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026704.989.20-1
PLENA SAUDE LTDA
SERVICO DE ASSISTENCIA MEDICA DE FRANCISCO MORATO
MARCELO SIMOES
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

***

***TIP:PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO-VLR.SUP

***

***00026591.989.20-7
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
DAVID EVERSON UIP
PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA
JEANCARLO GORINCHTEYN
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026593.989.20-5
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
WILSON MODESTO POLLARA
FLORISVALDO ANTONIO FIORENTINO
JEANCARLO GORINCHTEYN
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
WILSON ROBERTO DE LIMA
CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026602.989.20-4
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
DAVID EVERSON UIP
PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA
JEANCARLO GORINCHTEYN
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026660.989.20-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
MARCO ANTONIO ZAGO
DAVID EVERSON UIP
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA
JEANCARLO GORINCHTEYN
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026670.989.20-1
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
MARCO ANTONIO ZAGO
DAVID EVERSON UIP
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA
JEANCARLO GORINCHTEYN
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***

***TIP:ADITAMENTO

***

***00026581.989.20-9
PS ENGENHARIA CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POA
GIANCARLO LOPES DA SILVA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026583.989.20-7
SPALLA ENGENHARIA EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA
ANGELO JOSE DA COSTA FILHO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026586.989.20-4
ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO
GERALDO REPLE SOBRINHO
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026592.989.20-6
GSO EMPREENDIMENTOS ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
RAMON MEDRANO DE ALMADA
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026594.989.20-4
J STEFANI EMPREENDIMENTOS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
MARCOS AURELIO SORIANO
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026595.989.20-3
J STEFANI EMPREENDIMENTOS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
MARCOS AURELIO SORIANO
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026596.989.20-2
GSO EMPREENDIMENTOS ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
RAMON MEDRANO DE ALMADA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026597.989.20-1
MARCELO LOURENCO CRUZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO
CLAUDIA MARIA ANGELOTTI CORREA NEVES
ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026601.989.20-5
MARCELO LOURENCO CRUZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO
CLAUDIA MARIA ANGELOTTI CORREA NEVES
ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026603.989.20-3
VERBO COMUNICACAO EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
DARIO BATISTA MORENO NETO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026617.989.20-7
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - PRODESP - SECRETARIA DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
PAULO CESAR TAGLIAVINI
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026621.989.20-1
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CRISTIANO SALMEIRAO
MARIAN FATIMA NAKAD
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026638.989.20-2
HOPE MEDICINA DIAGNOSTICA E SAUDE LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA
AYRES SCORSATTO
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026644.989.20-4
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOROCABA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA
JAQUELINE LILIAN BARCELOS COUTINHO
ADEMIR HIROMU WATANABE
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026648.989.20-0
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PIRES
ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
JOAO GABRIEL VIEIRA
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026656.989.20-9
PEDREIROS PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA
MARCIO HAMILTON CASTREQUINI BORGES
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026659.989.20-6
APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI
CENTRO DE DETENCAO PROVISORIA DE VILA INDEPENDENCIA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA
ANDERSON CARLOS BORDIM DE ANDRADE
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026686.989.20-3
POLARMIX EMPREENDIMENTOS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
JOSE ROBERTO PITERI
ANALIO AUGUSTO DOS REIS
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026687.989.20-2
J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA
JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026688.989.20-1
J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA
JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026696.989.20-1
CEDRO PAISAGISMO EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATAO
JOSE EDINARDO ESQUETINI
RENATO DE OLIVEIRA ROXO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026697.989.20-0
NGA JARDINOPOLIS - NUCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA
VANDERLEI JOSE MARSICO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026698.989.20-9
ETC EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO
DELSON JOSE AMADOR
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026700.989.20-5
POIESIS - INSTITUTO DE APOIO A CULTURA, A LINGUA E A LITERATURA
UNIDADE DE FORMACAO CULTURAL
SERGIO HENRIQUE SA LEITAO FILHO
DENNIS ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026705.989.20-0
ABACAI CULTURA E ARTE
UNIDADE DE FORMACAO CULTURAL
SERGIO HENRIQUE SA LEITAO FILHO
DENNIS ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA
AUDITOR: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
***00026714.989.20-9
CENTRO EDUCACIONAL CONTINUADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA - CECON
PREFEITURA MUNICIPAL DE POA
GIANCARLO LOPES DA SILVA
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026722.989.20-9
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026723.989.20-8
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026724.989.20-7
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026727.989.20-4
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026728.989.20-3
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026730.989.20-9
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026732.989.20-7
LOPES KALIL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
JOSE ROBERTO PITERI
ANALIO AUGUSTO DOS REIS
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026733.989.20-6
NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
OMAR NAJAR
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026734.989.20-5
SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINOPOLIS
CRISTIANO MACEDO ENGEL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026741.989.20-6
INSTITUTO SANTA DULCE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS
DEAN ALVES MARTINS
IBRAHIM ROGERIO JAROCHINSKI MARINHO
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026743.989.20-4
DISTRIBUIDORA DE AGUA PH EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA
ELVIS LEONARDO CEZAR
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026746.989.20-1
CONSTRUELO PROJETOS E CONSTRUCAO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
RUBENS FRANCO JUNIOR
PAULO EDUARDO ROMANZINI BERTOLINI
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026750.989.20-4
GOLDEN FOOD - COMERCIO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA
TIAGO MACEDO DA SILVA
AUREO ANTONIO FIORITA
JOAO DE DEUS SANTOS JUNIOR
SOELI APARECIDA VALERIO RAMOS

VICTOR RIZZO PARADA
DOUGLAS BIGARELLI ROCHA DE JESUS
JOSE CARLOS RICARDO DE SOUSA
JOSE ROQUE SILVA
MARCELO APARECIDO PONTES MARQUES
ROSA LIRANE GODINHO DE ANDRADE
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026752.989.20-2
GOLDEN FOOD - COMERCIO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA
TIAGO MACEDO DA SILVA
AUREO ANTONIO FIORITA
JOAO DE DEUS SANTOS JUNIOR
SOELI APARECIDA VALERIO RAMOS
VICTOR RIZZO PARADA
DOUGLAS BIGARELLI ROCHA DE JESUS
JOSE CARLOS RICARDO DE SOUSA
JOSE ROQUE SILVA
MARCELO APARECIDO PONTES MARQUES
ROSA LIRANE GODINHO DE ANDRADE
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026753.989.20-1
KITA CONSTRUTORA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
ODIRLEI REIS
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026756.989.20-8
CONSTRUTORA NORBEX EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO
SERGIO APARECIDO THOME
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***
***TIP:REPRESENTACAO CONTRA EDITAL
***
***00026578.989.20-4
CAMARA MUNICIPAL DE BOFETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE
ANA LUCIA DE OLIVEIRA
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026580.989.20-0
CAMARA MUNICIPAL DE BOFETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE
ANA LUCIA DE OLIVEIRA
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026590.989.20-8
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026609.989.20-7
NOROMIX CONCRETO S/A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026614.989.20-0
JOSE JOANES PEREIRA JUNIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026618.989.20-6
NELSON ROBERTO GRITTI
FABIO COSTA GORLA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026636.989.20-4
SINSAI COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026645.989.20-3
J. A. F. CONSTRUTORA E ESTRUTURA METALICA EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026652.989.20-3
JOSE EDUARDO BELLO VISENTIN
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026661.989.20-2
ULYSSES DOS SANTOS BAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026663.989.20-0
ULYSSES DOS SANTOS BAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026664.989.20-9
ULYSSES DOS SANTOS BAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026665.989.20-8
RENATO OTTO KLOSS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026755.989.20-9
ENGIBRAS ENGENHARIA S/A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***
***TIP:PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-TERMO DE COLABORA
***
***00026628.989.20-4
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IPUA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUA
JOSE FRANCISCO SOUZA AVILA
IVANA CLEMENTE CASTRO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026759.989.20-5
FEDERACAO BRASILEIRA DE COMUNIDADES TERAPEUTICAS
ADMINISTRACAO DA COORDENADORIA DE POLITICAS SOBRE DROGAS DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CELIA KOCHEN PARNES
ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO
RODRIGO GOMES FLAIRE SOUZA
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***
***TIP:EMBARGOS DE DECLARACAO
***
***00026619.989.20-5
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
CLAUDIO CASTELAO LOPES
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026641.989.20-7
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026690.989.20-7
ROGERIO LINS WANDERLEY
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026691.989.20-6
JOSIMAR ANTONIO ANIBAL
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***
***TIP:TERMO DE RESCISAO
***
***00026600.989.20-6
DECONSTRI CONSTRUTORA LTDA
FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FDE
JOHNNY ROBERTY BIBE DE SOUZA OLIVEIRA
OSVALDO PADILHA JUNIOR
LUIZ HAROLDO DA SILVA FREIRE
NOURIVAL PANTANO JUNIOR
MARCIO RIBEIRO GABAN
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***
***TIP:REPRESENTACAO
***
***00026684.989.20-5
IPK ENGENHARIA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***
***TIP:ENCAMINHA DOCUMENTO
***
***00018618.989.20-6
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA
MARCO AURELIO DOS SANTOS NEVES
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00019718.989.20-5
ARI ANTONIO DOMINGUES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00022397.989.20-3
CAMARA MUNICIPAL DE GUARIBA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00023475.989.20-8
PARTIDO SOCIAL LIBERAL - ARARAQUARA - SP - MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00024168.989.20-0
ELIANE MARIA POLAK GRALAKI
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026145.989.20-8
CAMARA MUNICIPAL DE GUARIBA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026146.989.20-7
CAMARA MUNICIPAL DE GUARIBA
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026413.989.20-3
ARI ANTONIO DOMINGUES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026424.989.20-0
JONAS POLYDORO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026433.989.20-9
ALBERTO PEREIRA MOURAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026517.989.20-8
VAGNER BORGES DIAS
CAMARA MUNICIPAL DE CUBATAO
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026525.989.20-8
MARIA SANTA LOCACAO E OBRAS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO
JOSE AUGUSTO DE CARVALHO NETO
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS - FEHIDRO
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***
***TIP:PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO
***
***00026598.989.20-0
ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
JEANCARLO GORINCHTEYN
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
WILSON ROBERTO DE LIMA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026599.989.20-9
SOCIEDADE MATONENSE DE BENEMERENCIA
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
WILSON MODESTO POLLARA
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
JEANCARLO GORINCHTEYN
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
WILSON ROBERTO DE LIMA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026604.989.20-2
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARARAQUARA
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
WILSON MODESTO POLLARA
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
JEANCARLO GORINCHTEYN
WILSON ROBERTO DE LIMA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026606.989.20-0
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CRISTIANO SALMEIRAO
MARIAN FATIMA NAKAD
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026607.989.20-9
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARARAQUARA
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
WILSON MODESTO POLLARA
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
JEANCARLO GORINCHTEYN
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
WILSON ROBERTO DE LIMA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026612.989.20-2
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO CARLOS
COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE
DAVID EVERSON UIP
WILSON MODESTO POLLARA
ELOISO VIEIRA ASSUNCAO FILHO
JEANCARLO GORINCHTEYN
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA
WILSON ROBERTO DE LIMA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026747.989.20-0
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CRISTIANO SALMEIRAO
MARIAN FATIMA NAKAD
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***
PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS e-TCESP - 08/12 A 10/12
***REDISTRIBUICAO
***
***TIP:SOLICITA INFORMACOES
***
***00009065.989.20-4
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO - MP
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***
***TIP:REPRESENTACAO CONTRA EDITAL
***
***00026653.989.20-2
JOSE EDUARDO BELLO VISENTIN
CAMARA MUNICIPAL DE BARUERI
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***
***TIP:CONTRATO
***
***00011405.989.16-1
CONSTRUPAV CONSTRUTORA TERRAPLENAGEM PAVIMENTACAO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENCAO DA SERRA
JOAO CARLOS FONSECA
RICARDO EVANGELISTA LOBATO
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***
***TIP:RECURSO ORDINARIO
***
***00025908.989.19-7
EUCLIDES SCRIBONI BENINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***
***TIP:CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA
***
***00026613.989.20-1
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CRISTIANO SALMEIRAO
MARIAN FATIMA NAKAD
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***
***TIP:ENCAMINHA DOCUMENTO
***
***00023620.989.20-2
MARIA SANTA LOCACAO E OBRAS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO
JOSE AUGUSTO DE CARVALHO NETO
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS - FEHIDRO
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***
***TIP:ADMISSAO PESSOAL - CONCURSO
***
***00026605.989.20-1
CHARLES NIZAR DE SOUZA FERREIRA
CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PIRES
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***
PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS e-TCESP - 08/12 A 10/12
***ALEATORIA
***
***TIP:ADMISSAO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO
***
***00026582.989.20-8
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAI
EDUARDO CORREA SOTANA
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026647.989.20-1
CAMARA MUNICIPAL DE TIETE
JOSE GERALDO FABRI
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***00026655.989.20-0
CAMARA MUNICIPAL DE ITATINGA
NILTON DE JESUS POLIDO
AUDITOR: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
***00026658.989.20-7
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA
JOAO BOSCO BORGES
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026668.989.20-5
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
SIMONE APARECIDA CURRALADAS DOS SANTOS
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026673.989.20-8
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUI
WELLIGTON MACHADO DE MORAES
AUDITOR: JOSUE ROMERO
***00026675.989.20-6
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***00026683.989.20-6
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA
JOEL DAVID HADDAD
AUDITOR: JOSUE ROMERO
***00026692.989.20-5
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETE
VLAMIR DE JESUS SANDEI
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026693.989.20-4
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETE
VLAMIR DE JESUS SANDEI
AUDITOR: VALDENIR ANTONIO POLIZELI
***00026694.989.20-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETE
VLAMIR DE JESUS SANDEI
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***00026695.989.20-2
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETE
VLAMIR DE JESUS SANDEI
AUDITOR: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
***00026706.989.20-9
SERVICO FUNERARIO DO MUNICIPIO DE SANTO ANDRE - SFMSA
GERALDO APARECIDO JULIANO
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***00026720.989.20-1
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES
RICARDO RIVED GARCIA
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***00026737.989.20-2
CAMARA MUNICIPAL DE IRAPUA
VALDEIR DE CAMPOS
LUIS RONCHI
AUDITOR: SAMY WURMAN
***00026754.989.20-0
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAI
EDUARDO CORREA SOTANA
AUDITOR: ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
***
***TIP:CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUCOES E INSTRUCOES
***
***00026608.989.20-8
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACAO POPULAR DE SANTO ANDRE - EMHAP
CONRADO ORSATTI
ALAN SPERDUTI
AUDITOR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO
***
***TIP:REPRESENTACAO CONTRA EDITAL
***
***00026577.989.20-5
ULYSSES DOS SANTOS BAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026579.989.20-3
RICARDO SANTORO DE CASTRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026585.989.20-5
NOROMIX CONCRETO S/A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026588.989.20-2
CARLOS ALBERTO GIANNAZI
COORDENADORIA DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS - SECRETARIA DA EDUCACAO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***00026611.989.20-3
CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENAPOLIS
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026616.989.20-8
VAGNER BORGES DIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026637.989.20-3
J. A. F. CONSTRUTORA E ESTRUTURA METALICA EIRELI
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES
***00026685.989.20-4
JOSE EDUARDO BELLO VISENTIN
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026702.989.20-3
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA DO ESTADO DE SAO PAULO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026712.989.20-1
CENTER VALLE COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO BUSINESS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***00026740.989.20-7
ADILSON DA SILVA SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026745.989.20-2
ALINE DE OLIVEIRA LOURENCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI
***
***TIP:APOSENTADORIA
***
***00026736.989.20-3
INSTITUTO DE BIOCIENCIAS LETRAS E CIENCIAS EXATAS - UNESP - CAMPUS DE SAO JOSE DO RIO PRETO
MARIA TERCILIA VILELA DE AZEREDO OLIVEIRA
GERALDO NUNES SILVA
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***
***TIP:CONTRATO
***
***00026470.989.20-3
FBS CONSTRUCAO CIVIL E PAVIMENTACAO S/A
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO
ROGERIO LINS WANDERLEY
WALDIR RIBEIRO FILHO
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026487.989.20-4
CONSTRUTORA PORTAL DO VALE LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE SANTA BARBARA
AROLDO JOSE CAETANO
CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO
***00026569.989.20-5
HCON ENGENHARIA LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA
ELVIS LEONARDO CEZAR
CONSELHEIRO: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
***00026639.989.20-1
COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE
JOSE TADEU DE RESENDE
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***
***TIP:CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA
***
***00026501.989.20-6
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CRISTIANO SALMEIRAO
MARIAN FATIMA NAKAD
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026504.989.20-3
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PATROCINIO PAULISTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
JOSE MAURO BARCELLOS
VALDEIR EURIPEDES SANGUINO
RUBEN SCHABERT SOARES
CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA
***
***TIP:PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF
***
***00026744.989.20-3
ASSOCIACAO DESPORTIVA ATIBAIENSE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
SAULO PEDROSO DE SOUZA
OTAVIO BATISTA DE LIMA NETO
AUDITORA: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES
***
***TIP:CONTRATO DE GESTAO
***
***00026213.989.20-5
INSTITUTO INOVACAO EM GESTAO PUBLICA
ESCOLA MUNICIPAL MATERNAL WANDEIR RIBEIRO - INSTITUTO INOVACAO EM GESTAO PUBLICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
RUBENS FURLAN
CELSO FURLAN
RELATOR: DIMAS RAMALHO
***00026343.989.20-8
ASSOCIACAO DAS CRIANCAS EXCEPCIONAIS DE NOVA IGUACU
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO
ADEMARIO DA SILVA OLIVEIRA
ANDREA PINHEIRO LIMA
CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESPACHO PROFERIDO PELO PRESIDENTE.

EXPEDIENTE: TC-025018.989.20-2

INTERESSADA: Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia – DAEMO, representada por sua Procuradora Jurídica Doutora Isabela Duran Oliveira Souza.

ASSUNTO: Consulta sobre cumprimento de requisitos específicos previstos em edital de licitação.

Consoante manifestação do Gabinete Técnico da Presidência (evento 11), nos termos do artigo 230 do Regimento Interno, indefiro liminarmente o processamento da peça como consulta, por configurar demanda característica de assessoramento jurídico em caso concreto.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Proc.: 00023410.989.20-6.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO (CNPJ 46.482.832/0001-92). CONTRATADO(A): AIR LIQUIDE BRASIL LTDA (CNPJ 00.331.788/0001-19). INTERESSADO(A): FELIPE AUGUSTO (CPF 257.435.448-67). Assunto: Dispensa de Licitação n° 386/2020. Nota de Empenho n° 2555/2020. Autorização de Fornecimento n° 435/2020. Objeto: aquisição de equipamentos médicos hospitalares (Ventilador Pulmonar Mecânico), de acordo com o Plano de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00023978.989.20-0.

Proc.: 00023978.989.20-0.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO (CNPJ 46.482.832/0001-92). CONTRATADO(A): AIR LIQUIDE BRASIL LTDA (CNPJ 00.331.788/0001-19). INTERESSADO(A): FELIPE AUGUSTO (CPF 257.435.448-67). Assunto: Dispensa de Licitação n° 386/2020. Nota de Empenho n° 2555/2020. Autorização de Fornecimento n° 435/2020. Aquisição de equipamentos médicos hospitalares (Ventilador Pulmonar Mecânico), de acordo com o Plano de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO PRINCIPAL: 23410.989.20-6.

Nos termos do artigo 2°, XIII da Lei Complementar Estadual n° 709/93, assino prazo de 15 (quinze) dias aos responsáveis para apresentarem as justificativas de interesse.

Publique-se.

Proc.: 00023765.989.20-7.

Contratante: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO - METRO (CNPJ 62.070.362/0001-06). Advogado: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / MARCIA BETANIA LIZARELLI LOURENCO (OAB/SP 123.387) / MARCELO HIROYUKI SATO (OAB/SP 211.348) / CYNTHIA NOCE (OAB/SP 227.765) / MARCELO KARAM DELBIM (OAB/SP 257.461) / TADEU ALVAREZ TELES (OAB/SP 302.322) / JULIANA TSIZURU MIASHIRO (OAB/SP 305.045). CONTRATADO(A): CONSORCIO CCIN-CCCC (CNPJ 29.188.768/0001-12). INTERESSADO(A): ROBSON PINHEIRO RODRIGUES DE CAMPOS (CPF 892.756.677-72). RENATO DE MENEZES PIRES (CPF 251.495.628-58). CARLOS ROBERTO OGEDA RODRIGUES (CPF 030.836.668-96). LEONARDO DE MATTOS GALVAO (CPF 307.667.278-90). PAULO MENEZES DE FIGUEIREDO (CPF 004.236.568-64). PAULO SERGIO AMALFI MECA (CPF 029.834.748-28). JOSE ARAPOTY FRARE CAMARGO PROCHNO (CPF 033.177.318-00). SILVANI ALVES PEREIRA (CPF 233.820.821-87). JANAINA SCHOENMAKER (CPF 268.773.978-27). Assunto: Processo n° 40367213. Contrato n° 4036721301. Objeto: Execução de Obras Civis: Obra Bruta, acabamento, comunicação visual, hidráulica e paisagismo da Estação Morumbi-Linha 17 do Metrô e integração com a Linha 9 da CPTM, e desmontagem, remanejamento, fornecimento e montagem dos sistemas de CFTV + sonorização + ssx+rede aérea de tração + iluminação e tomadas da integração com a Linha 9 Esmeralda. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 6076.989.18-5.

Vistos.

Considerando as manifestações dos órgãos de Fiscalização da Casa (evento 39) e pelo princípio da ampla defesa, assino à Origem e à Contratada um prazo de 15 (quinze) dias, nos termos e para os fins do inciso XIII, do Artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das manifestações exaradas e apresentem as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP.

Proc.: 00005891.989.20-4.

REQUERENTE/SOLICITANTE: OBSERVATORIO SOCIAL DO BRASIL - FRANCA (CNPJ 29.530.491/0001-64). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (CNPJ 47.970.769/0001-04). Assunto: Representação contra termo de aditamento para prorrogação de licitação para prestação de serviço de locação de geradores de energia elétrica para o Carnaval, com pedido de suspensão liminar. Exercício: 2020.

Vistos.

Considerando a manifestação da Fiscalização (Evento n° 29), de que a documentação carreada não possui o condão de corroborar com as alegações apresentadas pelo Observatório Social do Brasil, assim como o Parecer do Ministério Público de Contas (Evento n° 39), nada mais restando a ser providenciado, ao Arquivo.

Publique-se.

Proc.: 00001960.989.19-2.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI (CNPJ 46.523.015/0001-35). Advogado: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / HUMBERTO ALEXANDRE FOLTRAN FERNANDES (OAB/SP 142.502) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845). CONTRATADO(A): POLARMIX EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 17.838.691/0001-08). INTERESSADO(A): RUBENS FURLAN (CPF 492.801.398-00). JOSE ROBERTO PITERI (CPF 651.164.298-49). Assunto: CONTRATO: S.O. nº 135/2018 de 30/11/2018 - LICITAÇÃO: Concorrência Pública S.O. nº 047/2018 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de sistemas de ar condicionado em diversos próprios municipais. Exercício: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 1840.989.19-8.

Nos termos do artigo 2°, XIII da Lei Complementar Estadual n° 709/93, assino prazo de 15 (quinze) dias aos Responsáveis para tomar conhecimendo do processado e apresentarem as justificativas de interesse.

Publique-se.

Proc.: 00022387.989.20-5.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS (CNPJ 46.319.000/0001-50). Advogado: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221). ORGANIZ. SOC. CIVIL: INSTITUTO DE GESTAO EDUCACIONAL E VALORIZACAO DO ENSINO - IGEVE (CNPJ 28.413.401/0003-54). INTERESSADO(A): GUSTAVO HENRIC COSTA (CPF 313.006.468-02). PAULO CESAR MATHEUS DA SILVA (CPF 131.036.518-05). Assunto: Aditamento para readequação de metas. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 23725.989.19-8.

Nos termos do artigo 2°, XIII da Lei Complementar Estadual n° 709/93, assino prazo de 15 (quinze) dias aos responsáveis para tomar conhecimento do processado e apresentarem as justificativas de interesse.

Publique-se.

Proc.: 00026459.989.20-8.

Representante: CAMILA PAULA BERGAMO (CPF 090.926.489-90). Advogado: CAMILA PAULA BERGAMO (OAB/SC 48.558). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82). Advogado: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303). Assunto: Representação contra o edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 180/2020, promovido pela Prefeitura de Votuporanga, tendo por objeto a aquisição de pneus para manutenção da frota da Secretaria Municipal da Educação. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-11.

Vistos.

A senhora Camila Paula Bergamo insurge-se contra o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180/2020, promovido pela Prefeitura de Votuporanga, tendo por objeto a aquisição de pneus para manutenção da frota da Secretaria Municipal da Educação.

A petição foi protocolada no dia 04/10/2020 enquanto que a data de abertura das propostas está marcada para o dia 14/12/2020.

A Representante critica os seguintes pontos dos editais:

- EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE GARANTIA DO FABRICANTE,

- EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA POR KM RODADO.

Dessa forma, requer a concessão de liminar e consequente suspensão da licitação.

É o relatório.

DECIDO.

Analisando a Representação ofertada, verifico, a princípio, que se destaca possível afronta à Lei 8666/93 e à jurisprudência deste Tribunal.

A meu ver, a matéria merece uma análise prévia, sob pena de eventual afastamento de potencias interessados e consequente comprometimento do certame.

Diante do exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, determinando a imediata paralisação da licitação em tela até ulterior deliberação por esta Corte.

Fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA presente as justificativas que tiver sobre a matéria.

Publique-se.

PROCESSO 00026452.989.20-5.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MACEDO. Responsável: JOSÉ ROBERTO SANTINONI VEIGA PREFEITO MUNICIPAL. CPF: 218.237.608-99. Objeto: Controle de Prazos das Resoluções e Instruções. PERÍODO Em exame: 2020. RELATOR: DR. ANTONIO ROQUE CITADINI.

INSTRUÇÃO POR: UR-16 – Itapeva / DSF-II.

Vistos.

Diante da manifestação precedente da UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA – UR-16, evento 14, assino ao responsável pelos atos de gestão do exercício de 2020 o prazo de (10) dez dias, para conhecer do contido nos autos e providenciar a informação devida ao sistema AUDESP, evitando a sanção prevista na Lei complementar nº 709/93 para casos da espécie.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00026385.989.20-7.

Representante: CAMILA PAULA BERGAMO (CPF 090.926.489-90). Advogado: CAMILA PAULA BERGAMO (OAB/SC 48.558). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBURI (CNPJ 46.223.715/0001-04). Responsável: ROMUALDO DA SILVA POZZA – PREFEITO. Assunto: Representação contra o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº: 21/2020, promovido pela Prefeitura de Timburi, tendo por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, destinados aos veículos pertencentes a frota do Município de Timburi. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-16.

Vistos.

Trata-se de representação formulada por CAMILA PAULA BERGAMO contra o Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº: 21/2020, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBURI, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, destinados aos veículos pertencentes a frota do Município de Timburi.

A petição foi distribuída ao meu Gabinete no dia 04/12/2020 (sexta-feira) enquanto a data de entrega dos envelopes está marcada para o dia 11/12/2020 (amanhã).

Referida representante alega, em síntese, que o edital apresenta irregularidade consistente na fixação de prazo de 24 horas e 48 horas para a entrega das mercadorias e amostras, privilegiando apenas os comerciantes locais e aqueles que possuem a mercadoria em estoque (itens 15.2.1 e 23.1).

Dessa forma, requer a concessão de liminar para suspender o ato convocatório, e, ao final, sua retificação.

É o relatório.

DECIDO.

Em que pese a alegação da Representante, não é possível conceder a liminar pleiteada e determinar a paralisação do certame.

Como já tive oportunidade de manifestar em outros casos semelhantes, entendo que o ponto impugnado é controverso e não me convence da existência de clara afronta à legislação, envolvendo, portanto, situação que foge ao procedimento sumaríssimo e excepcional previsto na legislação e que por esse motivo deve ser interpretada restritivamente, requerendo a devida prudência, sob pena de obstaculizar legítimas pretensões da Administração, e prejudicar, inclusive, o interesse público, conforme vasto repertório jurisprudencial firmado nesta Corte.

Ademais, verifiquei que no presente caso a licitação se dá pelo tipo de menor preço por item e a certificação exigida está limitada ao INMETRO, lembrando, ainda, que a impugnante poderia ter solicitado explicações à origem sobre o referido tema, o que era possível e razoável, segundo a legislação e o próprio ato convocatório (v. item 22.05).

Assim, INDEFIRO o pedido, determinando seu arquivamento, sem julgamento de mérito.

Não obstante, deverá a Administração Municipal avaliar o questionamento feito, e se for o caso, adotar as providências cabíveis para cumprimento da legislação e da jurisprudência desta Corte, ficando alertada que a presente decisão não lhe aproveita por ocasião do julgamento ordinário da matéria.

Publique-se.

Proc.: 00026384.989.20-8.

Representante: CAMILA PAULA BERGAMO (CPF 090.926.489-90). Advogado: CAMILA PAULA BERGAMO (OAB/SC 48.558). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE RIVERSUL (CNPJ 46.634.416/0001-62). Assunto: Representação contra o edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020, promovida pela Prefeitura de Riversul, tendo por objeto a aquisição de pneus, para atender as necessidades de diversos departamentos da Administração Municipal e, ainda, simultaneamente as seguintes características: a) Pneu Tubless; b) Construção Radial; c) Código DOT (Departament of Transportation) no mínimo com da data de fabricação na primeira semana de 2020 - DOT 0120; d) Código UTQG - Uniform Tire Quality Grading: Treadwear no mínimo 200, Taction no mínimo A e Temperature no mínimo A. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-16.

Vistos.

A senhora Camila Paula Bergamo insurge-se contra o Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020, promovida pela Prefeitura de Riversul, tendo por objeto a aquisição de pneus, para atender as necessidades de diversos departamentos da Administração Municipal e, ainda, simultaneamente as seguintes características: a) Pneu Tubless; b) Construção Radial; c) Código DOT (Departament of Transportation) no mínimo com da data de fabricação na primeira semana de 2020 - DOT 0120; d) Código UTQG - Uniform Tire Quality Grading: Treadwear no mínimo 200, Taction no mínimo A e Temperature no mínimo A.

A petição foi protocolada no dia 03/12/2020 enquanto que a data de abertura das propostas está marcada para o dia 14/12/2020.

A Representante alega que o edital contém as seguintes ilegalidades:

- EXIGENCIA DE ETIQUETAGEM MÍNIMA PARA TODOS OS ITENS DO CERTAME

- EXIGENCIA DO DOT DE 2020

Dessa forma, requer a suspensão liminar do certame.

É o relatório.

DECIDO.

Em que pesem as alegações da Representante, não é possível para a concessão da liminar e determinar a paralisação do certame.

Nesta Corte existe o entendimento de que a determinação de paralisação de certames licitatórios, só é cabível quando constatada ilegalidade que prejudique a isonomia do certame ou capaz de determinar a eliminação de potencial concorrente.

Como já tive oportunidade de manifestar em outros casos, entendo que os pontos impugnados são controversos e não me convencem da existência de clara afronta à legislação, pois envolve situação que refoge ao procedimento sumaríssimo e excepcional previsto na legislação e que por esse motivo deve ser interpretada restritivamente, requerendo a devida prudência, sob pena de obstaculizar legítimas pretensões da Administração, e prejudicar, inclusive, o interesse público, conforme vasto repertório jurisprudencial firmado nesta Corte.

Assim sendo, indefiro o pedido e com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno, determino o arquivamento do presente expediente, antes, porém, transitando para ciência do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

Proc.: 00025893.989.20-2.

Representante: DT ENGENHARIA DE EMPREEDIMENTOS LTDA (CNPJ 04.771.487/0001-67). REPRESENTADO(A): DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE - AMERICANA (CNPJ 46.755.690/0001-90). Advogado: DANIEL CAVALCANTI CARNEIRO DA SILVA (OAB/SP 242.093). Assunto: Representação contra o edital da CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 03/20, promovida pelo DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA, tendo por objeto contratação de empresa de engenharia especializada para reforma e adequação das unidades do sistema de tratamento de esgoto ETE Carioba situada no município de americana, compreendendo-se unidades do tratamento preliminar, primário, secundário e fase sólida, para garantia do correto funcionamento dos equipamentos e respectivas unidades. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03.

Vistos.

A empresa DT ENGENHARIA DE EMPREEDIMENTOS LTDA questionou alguns pontos do edital da CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 03/20, promovida pelo DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA, tendo por objeto contratação de empresa de engenharia especializada para reforma e adequação das unidades do sistema de tratamento de esgoto ETE Carioba situada no município de americana, compreendendo-se unidades do tratamento preliminar, primário, secundário e fase sólida, para garantia do correto funcionamento dos equipamentos e respectivas unidades.

Instado, o DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE - AMERICANA informou que a licitação foi REVOGADA juntando a devida publicação.

Dessa forma, a Representação perdeu o objeto razão pela qual determino o arquivamento dos autos.

Publique-se.

Proc.: 00022472.989.20-1.

CONVENENTE: COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0251-89). CONVENIADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES (CNPJ 46.523.114/0001-17). Advogado: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742). INTERESSADO(A): MARCO ANTONIO ZAGO (CPF 348.967.088-49). ANTONIO RUGOLO JUNIOR (CPF 021.229.298-63). Advogado: ARCENIO RODRIGUES DA SILVA (OAB/SP 183.031). CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS (CPF 218.840.298-76). JEANCARLO GORINCHTEYN (CPF 111.746.368-07). JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA (CPF 672.438.518-00). DAVID EVERSON UIP (CPF 791.037.668-53). PETER MOTTA CALDERONI (CPF 085.207.498-01). Assunto: CONVÊNIO: nº 1230/2018 de 06/07/2018. PROCESSO nº: TC-19639.989.18-5. PROCESSO nº (ORIGEM): 001/0201/001042/2018. Vigência: 06/07/2018 a 31/12/2018. FONTE DE RECURSOS: Estadual. AUDITOR: Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis. Exercício: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-09. PROCESSO PRINCIPAL: 19639.989.18-5.

Vistos.

Por mera liberalidade, CONCEDO o prazo de 5 (cinco) dias, para que os Interessados atendam à notificação desta Corte.

Publique-se.

Proc.: 00020074.989.20-3.

Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SAO PAULO - CDHU (CNPJ 47.865.597/0001-09). Advogado: HENRIQUE SIN ITI SOMEHARA (OAB/SP 200.832) / IRACEMA MARIA DOS SANTOS ADAO (OAB/SP 389.209). CONTRATADO(A): DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA (CNPJ 02.189.924/0001-03). INTERESSADO(A): NEDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO (CPF 014.417.478-26). REINALDO IAPEQUINO (CPF 628.332.868-72). Assunto: 2º Termo de Aditamento nº TAVP 123/20 de 20/06/2020. Finalidade: Termo de aditamento de prazo em 3 meses com adequação de valor. Acrescido em R$ 215.000,00. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 18384.989.19-0.

Vistos.

Defiro o pedido de prorrogação de prazo por mais 15 (quinze) dias, nos termos requeridos no evento-61.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004791.989.19-7.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSCAR BRESSANE (CNPJ 44.544.898/0001-34). Advogado: LUCIANA MARA RAMOS SOARES (OAB/SP 317.975). INTERESSADO(A): LUIZ ANTONIO ROMANO (CPF 275.042.908-07). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00010480.989.19-3.

Vistos.

Trata-se da prestação de contas da administração financeira e orçamentária da Prefeitura do Município de Oscar Bressane, relativas ao exercício de 2019. Diante do apurado pela Unidade Regional de Marília/UR-4 e nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, assino ao responsável pelas contas em exame, Luiz Antonio Romano, o prazo de 15 (quinze) dias para que conheça dos autos, conforme o Relatório de Fiscalização constante no evento 57, apresentando o que for de seu interesse.

Publique-se e Notifique-se por via do Sistema Eletrônico, de conformidade com a Resolução nº 01/2011, a íntegra das manifestações que compõem o presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento e habilitação, no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), no site www.tce.sp.gov.br.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: 00013002.989.20-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA Responsável: Valério Antonio Galante (Prefeito) ADVOGADOS: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113) CONTRATADO(A): HR PAV CONSTRUTORA EIRELI INTERESSADO(A): VALÉRIO ANTONIO GALANTE ASSUNTO: 1º TERMO DE ADITAMENTO do Contrato nº 8/2018 - Tomada de Preços nº 6/2017. Finalidade: prorrogar a vigência por mais 6 meses. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO PRINCIPAL: 12770.989.20-0 PROCESSO: 00013004.989.20-8 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA Responsável: Valério Antonio Galante (Prefeito) ADVOGADOS: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113) CONTRATADO(A): HR PAV CONSTRUTORA EIRELI INTERESSADO(A): VALÉRIO ANTONIO GALANTE ASSUNTO: 2º TERMO DE ADITAMENTO do Contrato nº 8/2018 - Tomada de Preços 6/2017. Finalidade: acréscimo de R$ 20.755,74. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO PRINCIPAL: 12770.989.20-0 PROCESSO: 00013005.989.20-7 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA Responsável: Valério Antonio Galante (Prefeito) ADVOGADOS: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113) CONTRATADO(A): HR PAV CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ 24.490.730/0001-86) INTERESSADO(A): VALERIO ANTONIO GALANTE (CPF 743.933.678-04) ASSUNTO: 3º TERMO DE ADITAMENTO do Contrato nº 8/2018 - Tomada de Preços nº 6/2017. Finalidade: prorrogar a vigência por mais 60 dias. EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO PRINCIPAL: 12770.989.20-0 PROCESSO: 00017554.989.20-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA Responsável: Valério Antonio Galante (Prefeito) ADVOGADOS: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113) CONTRATADO(A): HR PAV CONSTRUTORA EIRELI INTERESSADO(A): VALÉRIO ANTONIO GALANTE ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 08/2018 - Tomada de Preços Nº 06/2017. Objeto: contratação de empresa especializada para adequação da construção da UEEI Venusta Spanazzi Cavalheiro. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO PRINCIPAL: 12770.989.20-0 Em face do apontado pela UR-6 (evento 14 do TC-013002.989.20-0, evento 14 do TC-013004.989.20-8, evento 14 do TC-013005.989.20-7 e evento 15 do TC-017554.989.20-2) e dada a natureza de acessoriedade ao principal, este já com apontamentos desfavoráveis, assino aos responsáveis o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis a contar da data desta publicação, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou ainda, para as alegações que forem de seus interesses. Apresentadas razões de defesa ou decorrido o prazo sem ação dos interessados, retornem os autos ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00021134.989.20-1 CONVENENTE: COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE CONVENIADO(A): IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO INTERESSADO(A): JEANCARLO GORINCHTEYN ANTONIO PENTEADO MENDONCA WILSON ROBERTO DE LIMA ASSUNTO: Convênio nº 1417/2020-Objetoo: Mediante conjugação de esforços dos convenentes, promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região do DRS I ? Grande São Paulo, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas de Custeio, para a abertura de 72 Leitos Hospitalares de Terapia Intensiva Adulto para atender à demanda da pandemia da doença Covid-19, causada por Coronavírus, nos três primeiros meses iniciais e 57 (cinquenta e sete) leitos no 4º mês, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo -ISCMSP, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente. Assinatura: 27/08/2020-Vigência: 30/11/2020- Valor: R$14.756.100,30-Processo de origem: 2020/24715-NIS-18416. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-01 Evento 33. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data desta publicação. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00014279.989.20-6 CONTRATANTE: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO - CGA - SECRETARIA DA SAUDE CONTRATADO(A): ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI ADVOGADO: CARLOS MAURO LOUREIRO TAPIAS GOMES (OAB/SC 24.275) ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 57/2020 - Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) - Ref. ao Processo SES-PRC-2020/17251. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-09 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00017954.989.20-8 Evento 64. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data desta publicação. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026653.989.20-2 REPRESENTANTE: JOSE EDUARDO BELLO VISENTIN (OAB/SP 168.357) REPRESENTADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE BARUERI ADVOGADO: LUCAS RAFAEL NASCIMENTO (OAB/SP 264.968) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Pregão Presencial nº 009/2020, certame instaurado pela Câmara Municipal de Barueri tendo por objeto a contratação de empresa especializada para licenciamento temporário e não exclusivo de uso de sistemas de informática WEB integrados para a gestão pública, em conformidade com as especificações técnicas funcionais contidas no Termo de Referência e seus anexos. Trata-se de petição subscrita por José Eduardo Bello Visentin, com o propósito de impugnar o edital do Pregão Presencial nº 009/2020, certame instaurado pela Câmara Municipal de Barueri tendo por objeto a contratação de empresa especializada para licenciamento temporário e não exclusivo de uso de sistemas de informática WEB integrados para a gestão pública, em conformidade com as especificações técnicas funcionais contidas no Termo de Referência e seus anexos. O Representante, em síntese, volta-se contra: I) a forma como requeridos atestados de capacidade técnica, porque especificados os softwares no subitem 9.5. "a", em desatenção à Súmula nº 30 deste Tribunal, além de se opor à demanda de "nome e cargo de quem assina" no subitem 9.5 "a.1", pois demasiada; II) a ausência de previsão de que o balanço patrimonial também poderia ser assinado por técnico de contabilidade (subitem 9.6. "b", "b.1.", "b.2." e "b.3."), por afrontar as normas de regência e a jurisprudência deste E. Tribunal; e, III) a quantidade de funcionalidades a serem demonstradas, por entender ter havido excesso e o prazo para início das demonstrações (até 2 dias), por ser diminuto, bem como questiona a ausência de menção à qualificação dos membros da equipe avaliadora (item 5 do Anexo I). Pede a liminar suspensão do certame e o julgamento pela procedência de suas queixas, determinando-se a anulação do procedimento ou a reforma dos itens tidos como irregulares. Inicial formalmente em ordem, com distribuição ao meu Gabinete por prevenção, por conta da conexão entre seu conteúdo e o teor do TC-019410.989.20-6, julgado parcialmente proce-

dente em Sessão Plenária de 23/9/20. A entrega dos envelopes está marcada para ocorrer na sessão pública prevista para as 9h do dia 16/12/20 (quarta-feira). Passo ao exame emergencial da matéria impugnada. Essencial iniciar registrando se tratar de petição voltada à análise de peça convocatória cujo cerne, salvo modificações para atendimento da decisão Plenária desta Corte de 23/9/20, adotada no TC-019410.989.20-6, aparenta não ter sofrido abalo substancial. Prossigo então nesse exame preliminar, anotando haver boa-fé da edilidade em rever seu edital em atenção aos pontos já suscitados e acolhidos por este Tribunal em diversas situações, como: na exclusão da exigência de firma reconhecida das procurações apresentadas para fins de credenciamento no pregão (subitem 3.3.2.); no deslocamento da exigência de declaração de não emprego de menores para o rol de documentos requeridos para fins de habilitação; na revisão da disciplina da demonstração do sistema, com evidenciação da infraestrutura a ser disponibilizada e dos percentuais a serem atendidos, bem como frente à divulgação dos membros da Comissão avaliadora dos sistemas; no saneamento da omissão acerca dos dados a serem convertidos e daqueles relativos ao treinamento; e na permissão de subcontratação. Necessário também pontuar que os subitens 9.5. "a" e "a.1" e subitem 9.6. "b", "b.1.", "b.2." e "b.3." ora impugnados já constavam em idêntico teor no instrumento original. Particularmente sobre o questionamento à prova de conceito, apesar do percentual atualmente estipulado ser elevado, em aparente dissonância com o que se tem orientado em situações da espécie, há que se observar que o tema foi reavaliado para formulação do presente edital, havendo diversas adaptações frente ao anterior. Assim, eventual aprofundamento da discussão sobre o tema transcende o rito abstrato. Sopeso, também, que retomar a análise do edital nesta oportunidade poderia representar mora na consecução do ajuste desvencilhada do interesse público, inclusive podendo perpetuar abrigo a indevido fatiamento de impugnações a um mesmo certame. Assim, por ora, não se justifica nova ingerência no curso natural da ação administrativa, com os consequentes gravames daí decorrentes. Todavia, a despeito dessa análise preliminar e em nada sendo prejudicado por conta dela, recordo que os aspectos contestados poderão ser objeto de exame pormenorizado sob o rito ordinário, com o devido exercício de contraditório e oitiva de órgãos técnicos, sob a ótica dos acontecimentos em concreto, se assim selecionado o contrato por este E. Tribunal. Nessa conformidade e com fundamento na parte final do § 1º, do art. 220 do Regimento Interno deste Tribunal, INDEFIRO a liminar requerida por José Eduardo Bello Visentin, nego o trâmite sob o rito do Exame Prévio de Edital e determino o arquivamento do processo. Ao Cartório para providências, notadamente para ciência do d. MPC e intimação de Representante e Representada.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026770.989.20-0 REPRESENTANTE: A3D COMERCIO EIRELI ADVOGADO: EVERTON PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB/SP 395.400) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Pregão Eletrônico nº 056/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Arujá objetivando a aquisição de veículo novo, tipo van. A3D Comércio Eireli apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Pregão Eletrônico nº 056/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Arujá objetivando a aquisição de veículo novo, tipo van. A Representante, em síntese, volta-se contra a indevida restrição da participação, porque direcionado o certame somente às empresas concessionárias e fabricantes e afastadas da disputa revendedoras, por conta da exigência de veículo zero quilômetro com emplacamento no município (subitem 2.1.2. do Anexo I). Ressalta que tal imposição está em dissonância com a CF/88 e a jurisprudência desta E. Corte. Pede a liminar suspensão do certame e, no mérito, requer a retificação do edital nos termos de sua peça. O recebimento das propostas está marcado para ocorrer até às 8h de amanhã, dia 11/12/2020. Inicial em termos, passo ao exame de urgência da matéria. Em análise preliminar e de urgência, pondero haver verossimilhança na crítica à possível restrição injustificada da participação de maior número de empresas no certame, em vista da robusta argumentação da exordial que conta com menção a diversos julgados deste Tribunal. De minha parte, reproduzo trecho de interesse de voto proferido na Sessão Plenária de 26/8/20 no TC-018178.989.20-8, sob a relatoria do e. Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, a fim de ilustrar o tema: Neste aspecto, impende destacar que esta Corte tem se posicionado no sentido de que é restritiva a permissão de adesão ao torneio apenas das concessionárias ou fabricantes dos veículos, na medida em que as compras por revendedoras de automóveis, "eventualmente, podem ter um preço menor, o que melhor atenderá ao interesse público, uma vez que, de igual modo, cumprem a exigência feita que é a de um veículo novo, sem uso, e com todas as garantias dadas a tais veículos, bem como a assistência técnica, tudo sob a responsabilidade do fabricante" (TC-000586.989.18-8). (Nota de rodapé excluída). Dessa feita, justifica-se a intervenção desta Corte no procedimento em pauta, com o intuito de se evitar prejuízo não só a direitos subjetivos como também ao interesse público. Nesse contexto, DEFIRO medida liminar à representante A3D Comércio Eireli, mandando que a Prefeitura Municipal de Arujá suspenda o andamento do Pregão Eletrônico nº 056/2020, bem como determinando o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assim sendo, assino à Autoridade Responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tome conhecimento da representação e do conteúdo desta liminar, encaminhando informações e documentos, bem como cópia do instrumento convocatório impugnado, para esclarecimento das controvérsias apresentadas. Por último, reitero aos responsáveis legais a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta Corte sobre o mérito da matéria, devendo eventual anulação ou revogação do certame ser informada no processo com a juntada da respectiva publicação no DOE.

Publique-se.

PROCESSO: 00010259.989.19-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que homologou o certame e firmou o instrumento: Márcio Cavalcanti Pampuri ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA ASSUNTO: Contrato nº 111/2015, decorrente do Pregão Presencial n° 017/2015. Objeto: Contratação de serviços técnicos para a implantação de um sistema (software) de administração, processamento e arrecadação das multas por infração de trânsito, destinados à informatização e automação de todas as atividades desenvolvidas na área de gerenciamento do trânsito no município de Mairiporã. EXERCÍCIO: 2015 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00010623.989.19-1, 00010625.989.19-9, 00010628.989.19-6, 00010629.989.19-5, 00011865.989.19-8, 00022716.989.19-9, 00019594.989.20-4, 00019595.989.20-3 PROCESSO: 00010623.989.19-1 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Márcio Cavalcanti Pampuri ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA ASSUNTO: Primeiro Aditamento do Contrato nº 111/2015. Prorrogação de prazo por 12 meses a partir de 8/10/2016. EXERCÍCIO: 2016 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00010625.989.19-9 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Daniel Augusto Ramos Ignácio ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: Segundo Aditamento do Contrato nº 111/2015. Prorrogação de prazo por 12 meses a partir de 8/10/2017. EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00010628.989.19-6 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Márcio Cavalcanti Pampuri ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: Terceiro Aditamento do Contrato nº 111/2015. Reduz os valores em 10% e prorroga o prazo por 12 meses a partir de 8/10/2018. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00010629.989.19-5 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Márcio Cavalcanti Pampuri ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: Quarto Aditamento do Contrato nº 111/2015. Substitui o gestor do contrato. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00011865.989.19-8 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50) ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA (CNPJ 05.776.879/0001-81) INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI (CPF 732.401.417-87) ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59) ASSUNTO: Acompanhamento da execução contratual EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00022716.989.19-9 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Daniel Augusto Ramos Ignácio ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: Quinto Termo de Aditamento do Contrato nº 111/2015 assinado em 04/10/2019. Prorrogação de prazo por 12 meses nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93. referente aos serviços de processamento e arrecadação de multas por infração de trânsito. EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00019594.989.20-4 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Daniel Augusto Ramos Ignácio ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: 6º Aditamento do Contrato nº 111/2015 firmado com DCT Tecnologia e Serviços Ltda, cujo objeto é a contratação de empresa para implantação de sistema (software). Assinado em 12/12/2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 PROCESSO: 00019595.989.20-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Autoridade que firmou o instrumento: Daniel Augusto Ramos Ignácio ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125) CONTRATADO(A): DCT TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA INTERESSADO(A): MARCIO CAVALCANTI PAMPURI ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO ASSUNTO: 7º Aditamento do Contrato nº 111/2015 firmado com DCT Tecnologia e Serviços Ltda, cujo objeto é contratação de sistema (software). Redução de 10% dos valores. Assinado em 26/05/2020. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-02 PROCESSO PRINCIPAL: 10259.989.19-2 Em face dos apontamentos desfavoráveis pela Fiscalização ao contrato principal (evento 23 do TC-010259.989.20) e dada a natureza de acessoriedade dos TCs 10623.989.19, 10625.989.19, 10628.989.19, 10629.989.19, 11865.989.19, 22716.989.19, 19594.989.20 e 19595.98920, que cuidam dos aditivos e do acompanhamento da execução contratual, assino aos responsáveis o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis a contar da data desta publicação, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou ainda, para as alegações que forem de seus interesses. Apresentadas razões de defesa ou decorrido o prazo sem ação dos interessados, retornem os autos ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00026808.989.20-6 REPRESENTANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA EVAIL AUGUSTO DOS SANTOS REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE SOUZA (OAB/SP 144.518) INTERESSADO(A): MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA CARVALHO ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Convite nº 007/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Natividade da Serra objetivando a reforma da escola municipal Profª Isabel Cristina R M Menecucci, conforme planilha de orçamento, memorial descritivo e cronograma físico financeiro. A Câmara Municipal de Natividade da Serra, por meio de seu vereador Evail Augusto dos Santos, apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite nº 007/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Natividade da Serra objetivando a reforma da escola municipal Profª Isabel Cristina R M Menecucci, conforme planilha de orçamento, memorial descritivo e cronograma físico financeiro. Em apertada síntese, a Representante noticia ter impetrado mandado de segurança contra realização do presente certame, o qual ainda não teria decisão. Anota ter chamado sua atenção: a) o fato de se tratar de obra recém inaugurada; b) a contratação de engenheiro distinto daquele que usualmente presta os serviços para a Prefeitura; c) a proximidade do fim do mandato, inviabilizando ao menos o início da obra na atual gestão; d) o site ter estado fora do ar, por prejudicar a transparência e poder restringir a competição; e, e) a percepção de que o objeto não seria condizente com o memorial descritivo, se tratando, a seu ver, de complementação de obra anterior não cumprida e não de reforma. Ressalta que o município está em dificuldade financeira, não se justificando a realização da contratação em pauta. Pede a suspensão do procedimento, porque existentes vícios insanáveis no instrumento convocatório. Segundo o edital anexado à vestibular, os envelopes serão recebidos até às 9h de amanhã, dia 11/12/20. A inicial foi protocolizada no sistema de Processo Eletrônico deste Tribunal na data de hoje, 10/12/20, quinta-feira, às 11h16 (ev. 1), tendo sido distribuída pela e. Presidência ao meu Gabinete às 11h51 (ev. 6.). Nos termos do § 2º, do artigo 113 da Lei nº 8.666/93, confere-se aos Tribunais de Contas, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, a prerrogativa de requisitar cópia de edital de licitação já publicado para exame prévio. Nesse contexto, não observada a antecedência temporal necessária, inviável, por falta de pressuposto de admissibilidade, a cognição liminar do pedido. Vale registrar que, a despeito do aqui concluído e em nada sendo prejudicado por conta disso, o aspecto impugnado será objeto de exame pormenorizado sob o rito ordinário, com o devido exercício de contraditório e oitiva de órgãos técnicos, considerando-se a ótica dos acontecimentos em concreto, se assim selecionado o contrato por este E. Tribunal. Dessa forma, INDEFIRO o pedido formulado, negando o trâmite do processo sob rito do exame prévio de edital e determinando o arquivamento do expediente. Ao Cartório, para as demais providências, inclusive para que Representante e Representada sejam intimados desta decisão. Dê-se ciência ao d. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-1162/001/10. Concessor: Prefeitura Municipal de Penápolis.Gestor atual: Célio José de Oliveira (Prefeito Municipal).Beneficiária: Serviço de Obras Sociais de Penápolis – SOS.Matéria: Prestação de contas - Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Convênio – Execução do Programa Saúde da Família – PSF e/ou Programa de Agente Comunitário de Saúde no exercício de 2006 no valor de R$ 518.259,24.Autoridades Responsáveis:-Pelo Concessor: João Luis dos Santos (Prefeito Municipal, à época).-Pela Beneficiária: Arnaldo Rodrigues Alves (Presidente).Advogados: José Carlos Borges de Camargo – OAB/SP nº. 67.751; Amabel Cristina Dezanetti dos Santos (OAB/SP nº. 103.050); Ademar Aparecido da Costa Filho (OAB/SP nº. 256.786) e outros.Assunto: Cumprimento de Decisão.Vistos.Os autos retornam a este Cartório em razão do trânsito em julgado do Acórdão do E. Plenário, que, em Sessão de 16/10/19 (DOE de 26/11/2019), não conheceu da Ação de Revisão de Julgado abrigada no TC-673/001/16, ajuizada pelo Município de Penápolis (fls. 307v/320).fls. 305/306, observo informação do d. GTP acerca do trânsito em julgado do Acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no âmbito do processo nº. 1002731-74.2015.8.26.0438, que, dando provimento aos recursos interpostos pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo e por este Tribunal, desconstituiu a sentença proferida pelo juízo da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Penápolis, considerando improcedente o pedido inicial formulado pelo autor, Sr. Arnaldo Rodrigues Alves, no sentido da anulação da multa que lhe fora imposta nestes autos.Ciente do quanto noticiado, tendo em vista que os débitos relativos às multas impostas ao Sr. Arnaldo Rodrigues Alves e também ao Sr. João Luis dos Santos, já se encontram inscritos em dívida ativa desde 16 e 17/07/14 (fls. 326/329), considero exaurida a competência deste Tribunal a respeito da matéria.Remanesce, contudo, a comprovação de recomposição do Erário Municipal.Nessa conformidade, expeça-se nova notificação ao Chefe do Poder Executivo do Município de Penápolis, Sr. Célio José de Oliveira, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a este Tribunal as providências adotadas visando à recomposição do Erário Municipal, à luz da notícia constante do Exp. TC-736/001/16 (fls. 321/325) quanto ao possível ajuizamento de ação de cobrança das parcelas não adimplidas do parcelamento então concedido.

Publique-se.

Processo: TC-001620/003/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Serra Negra.Contratada: Expresso Metropolis Transportes e Viagens Ltda.Autoridade(s) Responsável(is) pela Abertura do Certame Licitatório:Antonio Luigi Ítalo Franchi (Prefeito). Autoridade(s) Responsável(is) pela Homologação:Felipe Amadeu Pinto da Fonseca (Prefeito).Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s):Antonio Luigi Ítalo Franchi e Felipe Amadeu Pinto da Fonseca (Prefeitos).Objeto: Serviços de transporte de alunos.Assunto: Licitação – Concorrência. Contrato celebrado em 11-06-10. Valor – R$565.390,07. Termo de Aditamento celebrado em 01-02-11. Termo de Prorrogação celebrado em 12-06-11. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, publicada(s) no D.O.E. de 06-11-12.Advogado(s): Flávia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Carlos Daniel Rolfsen (OAB/SP nº 142.787), Cláudia Regina Araújo Rolfsen (OAB/SP nº 244.934), Luís Daniel Pelegrine (OAB/SP nº324.614), Natacha Antonieta Bonvini Medeiros (OAB/SP nº 302.678) e outros. Assunto: Cumprimento de Decisão.Vistos.Transitada em julgado a decisão proferida nos presentes autos, foram expedidos os ofícios C.CCM nº. 1613/2019 e 1614/2019, nos termos do que dispõe os incisos XV e XXVII do Artigo 2º., da Lei Complementar nº. 709/93, ambos entregues em 14/10/2019 (fls. 795/797).Em que pese ter sido notificado pessoalmente, por meio do Ofício C.CCM nº 1613/2019 – entregue em 14/10/2019 (fls. 795) expedido nos termos do que dispõe o artigo 91-I da Lei Complementar nº. 709/93, para que, no prazo de 60 dias, na qualidade de Chefe do Poder Executivo de Serra Negra, adotasse providências administrativas em face do decidido no presente feito, o Sr. Sidney Antonio Ferraresso nada trouxe aos autos.Nessa conformidade, determino que seja reiterado o ofício destinado ao Chefe do Poder Executivo de Serra Negra, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que este Tribunal seja informado das providências adotadas, alertando-o de que a inadimplência poderá ensejar na aplicação de multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.No tocante à multa aplicada ao Senhor Felipe Amadeu Pinto da Fonseca, a DCF atesta o efetivo recolhimento pelo responsável junto ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal (fls.793), razão pela qual dou-lhe quitação.À UR-19 para expedir a competente provisão de quitação ao Sr. Felipe Amadeu Pinto da Fonseca, no valor correspondente à multa recolhida.

Publique-se.

Processo: TC-019733.989.20-6; TC-020171.989.20-5;TC-020172.989.20-4;TC-020175.989.20-1;TC-020797.989.20-9;TC-020825.989.20-5; eTC-020840.989.20-6.Representantes: Paulo José Rossi, por seu advogado Paulo Cezar Zaccaria Endrighi (OAB/SP n.º 410.408);Carlos Alberto Martins, por seu advogado Luciano Rodrigues Teixeira (OAB/SP n.º 192.923);Jose Osmar Dorigan – Vereador, por seu advogado Luciano Rodrigues Teixeira (OAB/SP n.º 192.923);João Augusto Alamino de Souza Campos, por seu advogado Luciano Rodrigues Teixeira (OAB/SP n.º 192.923);SPL Construtora e Pavimentadora Ltda., por suas advogadas Sandra Marques Brito Unterkircher (OAB/SP n.º 113.818) e Marina Lima do Prado Scharpf (OAB/SP n.º 211.125); BRK Ambiental Participações S/A, por seus advogados Rodnei Iazzetta (OAB/SP n.º 137.982) e Victor Augusto Beraldo dos Santos (OAB/SP n.º 375.849); e GS Inima Brasil Ltda., por sua advogada Carolina Mayo (OAB/SP n.º 207.657). Representada: Prefeitura Municipal de Amparo. Responsável: Luiz Oscar Vitale Jacob – Prefeito. Procuradora: Cláudia Carolina Campana (OAB/SP n.º 242.754). Assunto: Representações formuladas contra o Edital da Concorrência Pública n.º 008/2019, Processo n.º 13401-3/2019, que tem por objeto a concessão da prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário.Trata-se de Representações formuladas por Paulo José Rossi, Carlos Alberto Martins, Jose Osmar Dorigan, João Augusto Alamino de Souza Campos, SPL Construtora e Pavimentadora Ltda., BRK Ambiental Participações S/A e GS Inima Brasil Ltda. contra o Edital da Concorrência Pública n.º 008/2019, Processo n.º 13401-3/2019, da Prefeitura Municipal de Amparo, que tem por objeto a concessão da prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário.Em Sessão de 25/11/2020, o Plenário, acolhendo voto por mim proferido, requisitou o instrumento convocatório para análise, determinando a paralisação do procedimento até ulterior decisão desta Corte.Ocorre que, no prazo concedido para justificativas, a Administração representada noticiou a revogação do certame impugnado, consoante publicação no Jornal Oficial de Amparo – Ano XV – Edição 1036, de 07/12/2020 – p. 19.Nessa conformidade, considerando que, com a desconstituição do certame, as representações em exame perderam o seu objeto, declaro extintos os processos, sem julgamento de mérito, determinando que, após ciência do Plenário, os autos sejam arquivados.

Publique-se.

Processo: TC-026645.989.20-3. Representante: J. A. F. Construtora e Estrutura Metálica Eireli, por seus procuradores Lucio Ricardo de Sousa Vilani (OAB/SP n.º 219.859) e Rui Fernando Braga Alves (OAB/SP n.º 358.500). Representada: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte. Responsável: Toshio Toyota – Prefeito. Procuradores: Eder Leandro Verolez (OAB/SP n.º 249.441), Leonardo Volpe Pinhabel (OAB/SP n.º 274.655); e Francine Bartolomeu (OAB/SP n.º 364.104). Assunto: Representação formulada contra o edital retificado da Tomada de Preços n.º 45/2020 (Processo n.º 305/2020), tendo por objeto contratação de obras de engenharia, em sistema construtivo modular, para ampliação da escola municipal prof.ª Antonia Sartorão Boscheze.Trata-se de Representação formulada por J. A. F. Construtora e Estrutura Metálica Eireli contra o edital retificado da Tomada de Preços n.º 45/2020 (Processo n.º 305/2020), da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, tendo por objeto a contratação de obras de engenharia, em sistema construtivo modular, para ampliação da escola municipal prof.ª Antonia Sartorão Boscheze.Segundo a documentação que acompanha a inicial, as propostas deveriam ser encaminhadas até as 09h00 de hoje (09 de dezembro de 2020).Em linhas gerais, a impugnante aponta que não teria havido reabertura de prazos para formulação das propostas e republicação do instrumento, após a sua modificação, em descumprimento a dispositivos normativos e orientações jurisprudenciais.Entre outras violações, menciona a ocorrência de lesão à moralidade, equidade e probidade administrativa, além de restrição à competitividade, reforçando seus argumentos com lições doutrinárias e normas constitucionais e legais.Em arremate, requer a concessão de providência liminar de paralisação do certame, com posterior reconhecimento da procedência da representação, noticiando que também apresentou impugnação diretamente à comissão de licitações.Em manifestação espontânea, comparece a Prefeitura aos autos para refutar a crítica apresentada, encaminhando documentação com o intuito de comprovar a divulgação do aviso do ato de chamamento retificado e a devolução de prazo para formulação das propostas.É o relatório.Decido.Observo que a presente petição inicial deu entrada por meio eletrônico às 15h47 do dia 08/12/2020 (terça-feira), sem que houvesse tempo hábil para o exame da impugnação aduzida e eventual adoção de providências, se fosse o caso, no sentido da suspensão do certame, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93, uma vez que o edital estabeleceu que as propostas deveriam ser entregues até as 09h00 de hoje (09/12/2020 – quarta-feira).Nessa conformidade, determino o arquivamento do presente feito, cientificando-se a representante e a representada, por meio eletrônico, desta decisão.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-026661.989.20-2. Representante: Ulysses dos Santos Baia (OAB/SP n.º 160.422). Representada: Prefeitura Municipal de Cajamar. Responsável: Danilo Barbosa Machado – Prefeito. Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2020 (Processo n.º 6.028/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00012), que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico na rua Carlos de Souza Maciel (trecho II).Trata-se de Representação formulada pelo advogado Ulysses dos Santos Baía contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2020 (Processo n.º 6.028/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00012), da Prefeitura de Cajamar, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico na rua Carlos de Souza Maciel (trecho II). Segundo a documentação que acompanha a inicial, as propostas serão recepcionadas até as 09h do dia 10 de dezembro de 2020.Em linha gerais, o peticionário aponta a adoção incorreta de modalidade licitatória, em violação a diversos dispositivos legais.Registra que, em razão de suas características, o pregão atrai participantes sem condições mínimas de prestar os serviços licitados.Além disso, consigna que tal opção aumenta os riscos da Administração, em razão da flexibilidade e menores exigências pertinentes à qualificação técnica, além de acarretar perigos para a mão de obra que vier a ser empregada nos serviços.Sustenta que o objeto prevê execução de obras e de diversas atividades de engenharia, que não se amolda à modalidade, vez que revela grau de complexidade incompatível com a realização de pequenos reparos.Após reproduzir excertos normativos, destaca que o próprio edital está acompanhado de extenso memorial descritivo, que tem por finalidade a definição da forma de consecução de obra de pavimentação e de outros serviços, catalogando forma de execução com croqui e cronograma.Deste modo, compreende que a detalhada especificação revela que a pretensão não pode ser objetivamente definida pelo edital, de sorte a contrariar a jurisprudência deste Tribunal. Além disso, indica que os serviços englobados se mostram complexos, citando "reconstrução, fresagem, recapeamento, demolição, escavação, compactação, imprimação com asfalto, imprimação ligante, construção de pavimento, sarjetas, calçadas, passeio, carga e descarga mecanizada, reforma de boca de lobo, entre outros".Acrescenta que o maquinário reclamado é incompatível com serviços repetitivos e simples, que permitiriam o uso do pregão, demandando o emprego de "retroescavadeira, caminhão basculante, fresadora, caminhão espargidor, vibroacabadora, rolo liso, rolo pé de carneiro".Defende que o serviço comum possui como nuance principal a padronização, não vislumbrada no caso em apreço, argumentando que haverá necessidade de avaliação de diversos aspectos técnicos, indicados no anexo do edital.A esse propósito, menciona que a singularidade está demonstrada por se fazerem presentes avaliações específicas e variáveis da execução, consoante as peculiaridades do local do serviço e das demandas da Administração, tudo a sinalizar a inadequação da modalidade licitatória.Articula a ocorrência de violação ao interesse público e transcreve lições doutrinárias e trechos jurisprudenciais, para sublinhar que deve ser empregada uma das modalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, as quais viabilizam a aferição da capacidade das interessadas para a consecução dos serviços e a exequibilidade de suas propostas.Em conclusão, requer a concessão de providência cautelar de suspensão do certame, para que, ao final, seja ordenada a anulação do procedimento.É o relatório.Decido. De início, anoto que o presente feito foi distribuído por prevenção em razão de versar sobre matéria análoga à abrigada no TC-026577.989.20-5, que trata de representação formulada pelo mesmo advogado contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 06/2020 (Processo n.º 6.027/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00011), da Prefeitura Municipal de Cajamar, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico na rua Carlos de Souza Maciel (trecho I).Feito esse registro e adstrita aos termos da Representação, não vislumbro cenário que propicie a determinação de processamento da reclamação sob o rito de exame prévio de edital.De fato, a determinação da suspensão, em vista de sua natureza gravosa, apenas é adotada excepcionalmente, sendo que chama a atenção, no caso em apreço, que a questão apresentada a esta Corte poderia ter sido devidamente endereçada em sede administrativa, com a formulação de impugnação ou de pedido de esclarecimentos, a fim de que o órgão promotor do certame justificasse a opção criticada ou reformulasse o ato de chamamento, se entendesse necessário.Vale consignar, ainda, que o certame hostilizado está sendo operacionalizado por meio da Bolsa Eletrônica de Compras, via que facilita a provocação direta da Prefeitura, sem qualquer necessidade a intermediação desta Corte.Não foi comprovada nenhuma tentativa nesse sentido.Se não bastasse isso, insta observar que, diferentemente do panorama presente no TC-026577.989.20-5, e em outras representações formuladas pelo mesmo requerente (TC-026663.989.20-0 e TC-026664.989.20-9), ainda em trâmite, sequer há possibilidade, dada a proximidade entre a data do protocolo da reclamação nesta Corte (17h47 do dia 08/12/2020) e o termo final para entrega das propostas (9h00

do dia 10/12/2020), de conceder prévio contraditório à Prefeitura, a fim de que ela eventualmente possa comprovar o acerto da escolha de modalidade licitatória.Nessa conformidade, estão presentes circunstâncias desfavoráveis à intervenção apriorística desta Corte. Não obstante, a Municipalidade deve ter ciência de que o aspecto aqui citado é passível de avaliação na atuação ulterior da fiscalização exercida por este Tribunal, a qual permitirá a verificação da aderência do certame às normas de regência da matéria.Desse modo, adstrita aos termos da inicial, deixo de adotar medida no sentido de suspensão do certame, determinando o arquivamento dos autos com prévia ciência dessa decisão à representante e à representada.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução n.º 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processos: TC-026663.989.20-0 e TC-026664.989.20-9. Representante: Ulysses dos Santos Baia (OAB/SP n.º 160.422). Representada: Prefeitura Municipal de Cajamar. Responsável: Danilo Barbosa Machado – Prefeito. Assunto: Representações formuladas contra os Editais dos Pregões Eletrônicos n.º 08/2020 (Processo n.º 5.877/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00018) e n.º 09/2020 (Processo n.º 5.878/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00021), que objetivam a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução, respectivamente, de: infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico, na rua Gilberto Carvalho (trecho da rua Zoaldo de Campos até a rua Florida Paulista), rua Milck Félix (trecho da João de Morais Tavares até Gilberto de Carvalho); e infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico e serviços complementares na Av. Angelo Muriano e Taubaté – Jardim Muriano – Distrito do Polvilho.Trata-se de Representações formuladas pelo advogado Ulysses dos Santos Baía contra os Editais dos Pregões Eletrônicos n.º 08/2020 (Processo n.º 5.877/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00018) e n.º 09/2020 (Processo n.º 5.878/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00021), lançados pela Prefeitura Municipal de Cajamar, que objetivam a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução, respectivamente, de: infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico, na rua Gilberto Carvalho (trecho da rua Zoaldo de Campos até a rua Florida Paulista), rua Milck Félix (trecho da João de Morais Tavares até Gilberto de Carvalho); e infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico e serviços complementares na Av. Angelo Muriano e Taubaté – Jardim Muriano – Distrito do Polvilho.Segundo consulta ao portal eletrônico da Municipalidade, os prazos para recebimento das propostas encerram-se na seguinte conformidade: Pregão n.º 08 – 22/12/2020; e Pregão n.º 09 – 23/12/2020.Em resumo, o reclamante, por intermédio de petições similares, aponta, em relação às duas licitações, a adoção incorreta de modalidade licitatória, em violação a diversos dispositivos legais.Registra que, em razão de suas características, o pregão atrai participantes sem condições mínimas de prestar os serviços licitados.Além disso, consigna que tal opção aumenta os riscos da Administração, em razão da flexibilidade e menores exigências pertinentes à qualificação técnica, além de acarretar perigos para a mão de obra que vier a ser empregada nos serviços.Sustenta que os objetos preveem execução de obras e de diversas atividades de engenharia, que não se amoldam à modalidade, vez que revelam grau de complexidade incompatível com a realização de pequenos reparos.Após reproduzir excertos normativos, destaca que os editais estão acompanhados de extenso memorial descritivo, que têm por finalidade a definição da forma de consecução de obra de pavimentação e outros serviços, catalogando forma de execução com croqui e cronograma.Deste modo, compreende que as detalhadas especificações revelam que as pretensões não podem ser objetivamente definidas, de sorte a contrariar a jurisprudência deste Tribunal.Além disso, indica que os serviços englobados se mostram complexos, citando diversas atividades. Acrescenta que o maquinário reclamado também é incompatível com serviços repetitivos e simples, que permitiriam o uso do pregão.Defende que o serviço comum possui como nuance principal a padronização, não vislumbrada nos casos em apreço, argumentando que haverá necessidade de avaliação de diversos aspectos técnicos, indicados nos anexos dos editais.A esse propósito, menciona que as singularidades estão demonstradas por se fazerem presentes avaliações específicas e variáveis da execução, consoante as peculiaridades dos locais dos serviços e das demandas da Administração, tudo a sinalizar a inadequação da modalidade licitatória.Articula a ocorrência de violação ao interesse público e transcreve lições doutrinárias e trechos jurisprudenciais, para sublinhar que deve ser empregada uma das modalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, as quais viabilizam a aferição da capacidade das interessadas para a consecução dos serviços e a exequibilidade de suas propostas. Em conclusão, requer a concessão de providência cautelar de suspensão dos certames, para que, ao final, seja ordenada a anulação dos procedimentos.É o relatório.Decido.De início, anoto que os presentes feitos foram distribuídos por prevenção em razão de versar sobre matéria análoga à abrigada no TC-026577.989.20-5, que trata de representação formulada pelo mesmo advogado contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 06/2020 (Processo n.º 6.027/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00011), da Prefeitura Municipal de Cajamar, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico na rua Carlos de Souza Maciel (trecho I).Naqueles autos, por meio de despacho exarado ontem, concedi oportunidade para que a Municipalidade se manifestasse sobre o questionamento formulado.Nessa conformidade, constatando uma vez mais a possibilidade do regular exercício do contraditório, antes de avaliar o mérito da impugnação suscitada, assino à autoridade responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que apresente suas justificativas sobre a impropriedade aventada, que deverão ser acompanhadas de cópia completa dos editais.Por se tratar de procedimentos eletrônicos, na conformidade da Resolução n.º 01/2011, a íntegra da decisão e das representações e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-026768.989.20-4. Representante: Ulysses dos Santos Baia (OAB/SP n.º 160.422). Representada: Prefeitura Municipal de Cajamar. Responsável: Danilo Barbosa Machado – Prefeito. Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2020 (Processo n.º 5.879/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00017), que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico, na rua Carlos de Souza Maciel (trecho) – Bairro dos Ipês – Distrito do Polvilho.Trata-se de Representação formulada pelo advogado Ulysses dos Santos Baía contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2020 (Processo n.º 5.879/2020 – Oferta de Compra n.º 824100801002020OC00017), da Prefeitura Municipal de Cajamar, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obras de infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico, na rua Carlos de Souza Maciel (trecho) – Bairro dos Ipês – Distrito do Polvilho.Segundo a documentação que acompanha a inicial, as propostas seriam recepcionadas até as 09h do dia 15 de dezembro de 2020. No entanto, em consulta ao portal eletrônico da Municipalidade, verifica-se que tal termo foi alterado para 23 de dezembro de 2020.Em resumo, o peticionário aponta a adoção incorreta de modalidade licitatória, em violação a diversos dispositivos legais.Registra que, em razão de suas características, o pregão atrai participantes sem condições mínimas de prestar os serviços licitados.Além disso, consigna que tal opção aumenta os riscos da Administração, em razão da flexibilidade e menores exigências pertinentes à qualificação técnica, além de acarretar perigos para a mão de obra que vier a ser empregada nos serviços.Sustenta que o objeto prevê execução de obras e de diversas atividades de engenharia, que não se amolda à modalidade, vez que revela grau de complexidade incompatível com a realização de pequenos reparos.Após reproduzir excertos normativos, destaca que o próprio edital está acompanhado de extenso memorial descritivo, que tem por finalidade a definição da forma de consecução de obra de infraestrutura e recapeamento, assim como a prestação dos serviços, catalogando forma de execução com croqui e cronograma.Deste modo, compreende que a detalhada especificação revela que a pretensão não pode ser objetivamente definida pelo edital, de sorte a contrariar a jurisprudência deste Tribunal.Além disso, indica que os serviços englobados se mostram complexos, citando "fresagem, demolição, compactação, imprimação com asfalto, imprimação ligante, construção de pavimento, sarjetas, passeio, carga e descarga mecanizada, entre outros".Acrescenta que o maquinário reclamado é incompatível com serviços repetitivos e simples, que permitiriam o uso do pregão, demandando o emprego de "fresadora, vibroacabadora, rolo liso, rolo pé de pneu".Defende que o serviço comum possui como nuance principal a padronização, não vislumbrada no caso em apreço, argumentando que haverá necessidade de avaliação de diversos aspectos técnicos, indicados no anexo do edital.A esse propósito, menciona que a singularidade está demonstrada por se fazerem presentes avaliações específicas e variáveis da execução, consoante as peculiaridades do local do serviço e das demandas da Administração, tudo a sinalizar a inadequação da modalidade licitatória.Articula a ocorrência de violação ao interesse público e transcreve lições doutrinárias e trechos jurisprudenciais, para sublinhar que deve ser empregada uma das modalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, as quais viabilizam a aferição da capacidade das interessadas para a consecução dos serviços e a exequibilidade de suas propostas.Em conclusão, requer a concessão de providência cautelar de suspensão do certame, para que, ao final, seja ordenada a anulação do procedimento.É o relatório.Decido. Considerando a possibilidade do regular exercício do contraditório, antes de avaliar o mérito dos questionamentos aduzidos, assino à autoridade responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que apresente suas justificativas sobre a impropriedade aventada, que deverão ser acompanhadas de cópia completa do edital.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução n.º 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-025591.989.20-7. Representante: Silvia Maria dos Santos. Representada: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Prefeito: José Pereira de Aguilar Junior. Procuradores: Marcia Paiva de Medeiros Pinto, OAB/SP nº 125.455; Danilo Augusto Reis Barbosa Miranda e Silva, OAB/SP nº 251.549 e Eduardo Leandro de Queiroz e Souza, OAB/SP nº 109.013.Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 063/2020 (Processo nº 23772/2020) da Prefeitura de Caraguatatuba, que objetiva o Registro de Preços de Materiais para conservação e asseio dos prédios públicos, frota e descartáveis. Em exame a Representação formulada por Silvia Maria dos Santos, contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 063/2020 (Processo nº 23772/2020) da Prefeitura de Caraguatatuba, que objetiva o Registro de Preços de Materiais para conservação e asseio dos prédios públicos, frota e descartáveis.O certame em questão encontra-se suspenso por ato próprio da Prefeitura. Em resumo a representante questiona os seguintes aspectos do ato convocatório:a. Os subitens 9.1.1 e 9.2.1 fixam prazo desarrazoado para a apresentação de laudos, registros ou ensaio laboratoriais de 54 itens do edital, sendo que em alguns itens a exigência é de 9 laudos (item 4 – álcool etílico hidratado 70%), além da previsão de Laudo de ensaios físicos expedido pelo IPT ou outro laboratório credenciado pelo INMETRO e Laudo Microbiológico para objetos comuns e de fácil descrição (papel higiênico institucional e papel toalha simples), onerando a participação de interessados no certame e desestimulando a apresentação de propostas;b.Imprópria a exigência do subitem 10.3.2, de autorização e licença de funcionamento expedida pela ANVISA para empresas que tem por finalidade o comércio varejista de saneantes e domissanitários, contrariando a Lei nº 6360/76;c.Exigência de múltiplos laudos para produtos comuns (papel higiênico institucional e papel toalha simples, tais como "Laudo de ensaios físicos expedido pelo IPT, ou outro laboratório credenciado pelo INMETRO";d.Excesso na especificação de alguns produtos (itens 7, 21, 33, 38, 39, 40, 45, 57 e 58), limitando a competitividade da disputa, tais como: amaciante de cor azul; desodorizador de ar flagrância capim limão; limpador multiuso de cor azul; luvas de látex cor amarela; sabonete líquido perfume de erva doce; especificações injustificadas e excessivas.Conclui requerendo o acolhimento da impugnação, para adoção de medida que suspenda o certame com posterior determinação de correção do edital.Considerando que o certame se encontrava suspenso para ajustes no edital, antes de analisar o mérito dos questionamentos aduzidos, expedi Despacho publicado em 27/11/2020, assinando à Prefeitura o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que trouxesse aos autos suas justificativas sobre as impugnações aduzidas pela representante, acompanhadas de cópia do edital atacado e demais publicações e decisões atinentes à licitação.Na ocasião, determinei-lhe, ainda, fosse mantida a suspensão da licitação até ulterior decisão desta Corte.Em resposta, após requerer dilação de prazo, a Administração comparece ao Processo, aduzindo, em síntese, que não procedem as alegações da representante no que tange ao prazo fixado para apresentação de laudos, registro e ensaios, uma vez que é bem provável que as empresas do setor já disponham para apresentação.Depois, sustenta que o prazo de 5 dias úteis já foi considerado suficiente por esta Corte para apresentação de amostras, não havendo na legislação de regência definição quanto a prazo razoável. Quanto à exigência de licença de funcionamento expedida pela ANVISA para empresas varejistas de saneantes e domissanitários afirma que as exigências do edital encontram amparo na Lei citada pela impugnante (Lei nº 6360/73), sendo certo que que a apresentação da documentação consta do rol do artigo 28 da Lei de Licitações, como requisito de habilitação jurídica, sendo necessário verificar se o licitante preenche tais imposições da norma de regência.No caso específico, observa que a referida exigência foi destinada unicamente à vencedora do certame, o que também atende o mencionado artigo 28, afastando a impugnação suscitada, amparando seus argumentos no Manual de Licitações e Contratos expedido por esta Corte. Sobre a exigência de diversos laudos para produtos comuns, defende a importância dessas formalidades, que observam normas da ABNT NBR, possuindo amparo legal conforme o aludido manual.Com referência aos excessos de especificação apontados pela impugnante, afirma que os descritivos não indicam uma preferência à determinadas marcas, sendo descabidas as imputações a esse respeito.Em razão do exposto, requer seja julgada improcedente a representação formulada, com autorização de seguimento do certame.É o relatório.DecidoA análise das impugnações iniciais em confronto com os esclarecimentos prestados indica que os termos questionados possuem, em tese, potencialidade para impor restitividade ao certame, com inobservâncias aos termos da Lei, o que justifica a atuação desta Corte.Por esses motivos, com fundamento no artigo 221 e seguintes de nosso Regimento Interno, recebo a matéria no rito de Exame Prévio de Edital, facultando à Prefeitura de Caraguatatuba novo prazo de 48 (quarenta) e oito horas para que traga aos autos justificativas complementares sobre os questionamentos aduzidos.Considerando que esta Corte poderá decidir pela alteração do instrumento, determino-lhe seja mantida a suspensão da licitação impugnada até ulterior decisão.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste Despacho e da Representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PROCESSO: eTC-00018142.989.20-1 (LICITAÇÃO/CONTRATO).Contratante: Prefeitura Municipal de Jaú.Contratada: LLIEGE Serviços e Sistemas Especializados Ltda.Objeto: Prestação de serviços de "Gestão do Município" na forma de licenciamento definitivo de solução de informática em sistemas de informação com serviços especializados para informatização e apoio às secretarias municipais de gestão, suporte mensal (atualização de versão e correção de erros) e equipe técnica de mapeamento, implantação, parametrização e projeto assistido (Lote 3).Em Exame:- Pregão Presencial nº 064/2019 (Processo Adm. nº 2552/PG/2018).- Contrato nº 10105/2020, assinado em 20/02/2020, Prazo: 12 (doze) meses (início 21/02/2020) – Valor: R$ 1.008.032,85 (eventos 1.12).Autoridades Responsáveis pelo Órgão Jurisdicionado, pela Homologação da Licitação, pelo Acompanhamento da Execução Contratual e que firmaram os instrumentos:Rafael Lunardelli Agostini (Prefeito Municipal); Sílvia Helena Sorgi (Secretária de Economia e Finanças); Alexandre Pereira da Silva (Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social).Pela Contratada: Wibson Fernando de Paula e Nair Cristino de Paula Tchekhoff (Representantes Legais). Termo de Ciência e de Notificação de 20/02/2020 (evento 1.16). PROCESSO:eTC-00018650.989.20-5 (EXECUÇÃO CONTRATUAL).Em Exame: Acompanhamento de Execução Contratual. Cuidam os autos da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 064/2019 (Processo Adm. nº 2552/PG/2018) e decorrente Contrato nº 10105/2020 de 20/02/2020 (eTC-18142.989.20-1), e o consequente Acompanhamento da Execução Contratual (eTC-18650.989.20-5) celebrados entre a Prefeitura Municipal de Jaú e a empresa LLIEGE Serviços e Sistemas Especializados Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de "Gestão do Município" na forma de licenciamento definitivo de solução de informática em sistemas de informação com serviços especializados para informatização e apoio às secretarias municipais de gestão, suporte mensal (atualização de versão e correção de erros) e equipe técnica de mapeamento, implantação, parametrização e projeto assistido, pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses (20/02/2020 a 20/02/2021), no valor inicial de R$ 1.008.032,85. A instrução da matéria coube a Unidade Regional de Bauru – UR-02.4, que elaborou os laudos constantes dos eventos 24.3 do eTC-18142.989.20-1 (Licitação/Contrato) e 16.3 do eTC-18650.989.20-5 (Acompanhamento da Execução Contratual), concluindo que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados, comprometem o procedimento licitatório e o contrato examinados, bem como quanto ao acompanhamento da execução contratual, quais sejam:eTC-00018142.989.20-1 (LICITAÇÃO/CONTRATO).ITEM 4. OBJETO: Aglutinação de objetos diversos ao principal, separados apenas por áreas específicas do conhecimento (Educação, Saúde e Assistência Social);ITEM 7. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO: Aglutinação de serviços distintos como fornecimento de softwares, licenças, suporte, disponibilidade de equipe técnica e hardware, específicos para três Secretarias, o que não se apresenta favorável ao estímulo da competitividade;ITEM 8. PREGÃO PRESENCIAL: Escolha equivocada da modalidade Pregão Presencial para aquisição dos serviços contratados;ITEM 13. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE DESEMPENHO ANTERIOR: Não definição das parcelas de maior relevância para a comprovação da capacidade técnico-profissional, contrariando a súmula nº 24 deste Egrégio Tribunal de Contas.ITEM 14. OUTRAS EXIGÊNCIAS DIGNAS DE NOTA: Exigência de indicação de profissionais para verificação da qualificação-técnica não se compatibiliza com o ramo de atuação de empresas que forneçam sistema de informação. ITEM 36. ANÁLISE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL: Inconsistência na execução contratual (não fornecimento do hardware que deveria ser doado pela contratada, com consequente falta de inclusão de bem ao sistema patrimonial municipal; proposta de substituição do bem a ser doado por servidor virtual, desfigurando o ato convocatório).eTC-00018650.989.20-5 – Acompanhamento da Execução ContratualVisita Presencial (Prejudicada – COVID – 19) realizada remotamente – Análise documental - Data Final da Vigência: 20/02/2021.1) A disponibilização de hardware (servidor) não está compatível com o exigido no ato convocatório;2) Não houve entrega à Prefeitura, até então, do hardware(servidor) previsto no Edital; consequentemente, não houve inclusão do bem ao sistema patrimonial municipal. Nesse contexto, considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Bauru – UR-02.4, assino aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que os interessados tomem conhecimento das objeções consignadas nos citados autos e apresentem as alegações que entenderem cabíveis. Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-2769.989.20-3. Origem: Prefeitura Municipal de Cananéia.Responsável: Gabriel dos Santos Oliveira Rosa – Prefeito Municipal. Assunto: Acompanhamento das Contas Anuais da Prefeitura – 2º quadrimestre/2020. Exercício: 2020. Tratam os presentes das contas do exercício de 2020 da Municipalidade de Cananéia. Consta no evento 42 o relatório de inspeção a respeito do acompanhamento das contas anuais – 2º quadrimestre/20. Diante do exposto, proceda-se a notificação eletrônica do Responsável; e, na sequência, encaminhem-se os autos à UR/12, para fins de continuidade na instrução do processo.

Publique-se.

Processo: TC-2877.989.20-2. Origem: Prefeitura Municipal de Lucianópolis.Responsáveis: Humberto Zaninoto Maldonado – Prefeito Municipal.Assunto: Acompanhamento das Contas Anuais da Prefeitura – 2º quadrimestre/2020. Exercício: 2020. Tratam os presentes das contas do exercício de 2020 da Municipalidade de Lucianópolis. Consta no evento 34 o relatório de inspeção a respeito do acompanhamento das contas anuais – 2º quadrimestre/20. Diante do exposto, proceda-se a notificação eletrônica do Responsável; e, na sequência, encaminhem-se os autos à UR/2, para fins de continuidade na instrução do processo.

Publique-se.

PROCESSO: TC-002932.989.20-5.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU.RESPONSÁVEL: José Carlos Silva Pinto – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Relatório de Acompanhamento relativo ao 2º Quadrimestre. EXERCÍCIO: 2020.ADVOGADA: Simone Silva Melcher (OAB/SP 187.725).Trata-se das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu, relativas ao exercício de 2020.A Unidade Regional de Registro – UR-12 anexou no evento 33 o relatório de fiscalização atinente ao Acompanhamento do 2º Quadrimestre do exercício em exame.Notifique-se eletronicamente o responsável a fim de que tome conhecimento dos laudos de inspeção e demais documentos constantes dos autos, adotando providências corretivas que entender cabíveis.

Publique-se.

PROCESSO: TC-003145.989.20-8.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO.RESPONSÁVEL: Eleazar Muniz Júnior – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Relatório de Acompanhamento relativo ao 2º Quadrimestre.EXERCÍCIO: 2020.ADVOGADOS: Fabricio Andrade dos Reis (OAB/SP 250.417) e Paulo Sergio Dias Sant Ana Junior (OAB/SP 264.001).Trata-se das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo, relativas ao exercício de 2020.A Unidade Regional de Registro – UR-12 anexou no evento 32 o relatório de fiscalização atinente ao Acompanhamento do 2º Quadrimestre do exercício em exame.Notifique-se eletronicamente o responsável a fim de que tome conhecimento dos laudos de inspeção e demais documentos constantes dos autos, adotando providências corretivas que entender cabíveis.

Publique-se.

PROCESSO: eTC – 3170.989.14-9 (ref. ao TC-18124/026/13). REPRESENTANTE: Radial Transporte Coletivo Ltda. REPRESENTADA: Prefeitura Municipal de Suzano. RESPONSÁVEL: Paulo Fumio Tokuzumi, Prefeito.Prefeito atual: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi. ASSUNTO: Comunica possível descumprimento, pela Prefeitura Municipal de Suzano, da cláusula 4ª do contrato de concessão de transporte coletivo nº 033/2013. ADVOGADOS: Marcos Antonio Gaban Monteiro – OAB/SP nº 278.013, Adair Loredo Santos – OAB/SP nº 126.940, Sidnéia Pereira Coelho – OAB/SP nº 190.503, Alexandre Dias Maciel – OAB/SP nº 149.622, Gleize Mirela Soares – OAB/SP nº 221.843, Marcos Antonio Gaban Monteiro – OAB/SP nº 278.013. Inicialmente, consigno que os presentes autos acompanham o TC-18124/026/13, que trata do exame da concorrência nº 09/2012 e contrato nº 32/2013 firmado entre a Prefeitura de Suzano e a empresa Radial Transporte Coletivo Ltda., objetivando a concessão onerosa dos serviços de transporte coletivo urbano naquele Município, pelo prazo de 10 anos, pendente de decisão até a presente data.Em exame a Representação formulada pela empresa Radial Transporte Coletivo Ltda., insurgindo-se contra a Prefeitura Municipal de Suzano quanto à omissão no reajuste da tarifa pública no mês de maio/2014, período em que se completou um ano, a contar da proposta encaminhada no momento do certame licitatório.O pleito teve como fundamento no descumprimento da cláusula 4.1.2 do contrato, que trata do reajuste e revisão das tarifas, além das variações de preços do óleo diesel e custo da mão de obra, que integram o valor tarifário.Alegou o representante que mesmo havendo cláusula contratual obrigando a reajustar a tarifa, mediante termos e condições a serem observados, a Prefeitura insiste em não reajustar a tarifa, negando-se a cumprir tal obrigação, mesmo após já ter feito pedido por escrito nesse sentido, cujo reajuste deveria ocorrer em maio de 2014 por força da aludida cláusula contratual.Informou que a variação dos custos de mão de obra corresponde a 50% do custo do sistema, estabelecido através de acordos coletivos da categoria dos trabalhadores. Instada, a Prefeitura alegou a ausência de competência deste Tribunal, de acordo com os dispositivos da Lei Orgânica desta Corte, diante da matéria tratar de interesses privados, ressaltando que de tudo quanto foi relatado pela representante, não vislumbra outro interesse senão o dela próprio, enquanto contratada, sendo que, para tratar dos interesses subjetivos da empresa, deveria valer-se das vias adequadas, segundo seu entendimento. Em manifestações contidas no evento 35, ATJ e Chefia opinaram pela improcedência da Representação, tendo em vista que o pleito não é acompanhado de documentos ou provas da ocorrência de fatos novos ou supervenientes que justifiquem a revisão solicitada. O MPC opinou pela procedência parcial da Representação (evento 42), para que a Municipalidade promova, com base em estudo técnico adequado, o reequilíbrio econômico-financeiro. No evento 44, a empresa Radial Transporte Coletivo Ltda. (a representante) requereu a desistência e o arquivamento da Representação, diante da modificação da situação, sem maiores detalhes. O MPC reiterou seu posicionamento anterior (evento 51). Em função da informação colhida no TC-18124/026/13, de que a contratada não havia implantado o sistema de informações aos usuários dos veículos, os interessados foram notificados nos termos do despacho contido no evento 55. Em atendimento, a representante alegou que a concessionária registrou que não deixaria de implantar o sistema de informações aos usuários nos veículos, no entanto, aguardava o reequilíbrio econômico-financeiro para providenciar sua implantação (evento 73). Unidade de Engenharia de ATJ opinou pela improcedência da Representação, enquanto ATJ Economia e Chefia, manifestaram-se pela perda do objeto (eventos 96, 120 e 127). O MPC retificou seus pareceres anteriores, opinando agora pela perda do objeto da Representação (evento 132). Nesse mesmo sentido caminhou a manifestação da SDG (evento 141). Conforme apurou a instrução processual, no que se refere ao possível descumprimento por parte da Prefeitura de Suzano ao reajuste das tarifas em maio/2014, diante da proposta apresentada pela concessionária em abril/2013, não há documentos comprobatórios nos autos acerca da necessidade do reajuste, nem estudo técnico por parte do Poder Concedente, conforme exigência da cláusula 4.1 do contrato. Porém, nos termos do apurado pela SDG no processo TC-18124/026/13, há informações de que a tarifa teria sido reajustada de R$ 2,95 (valor inicial contratado) para R$ 3,50, correspondente a um aumento de 18,64%, sendo atendido o pleito da representante que, conforme noticiado por ela mesma no evento 44, requereu a desistência e o arquivamento da presente Representação.Dessa forma restou caracterizada a perda do objeto da Representação autuada, devendo os presentes autos ser arquivados, sem julgamento do mérito.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-003277.989.20-8.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA.RESPONSÁVEL: Francisco Daniel Celeguim de Morais – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Relatório de Acompanhamento relativo ao 2º Quadrimestre.EXERCÍCIO: 2020.ADVOGADOS: Edison Pavao Junior (OAB/SP 242.307), Joziane Oliveira (OAB/SP 303.747), Patricia Bueno Paranhos (OAB/SP 395.077) e Paulo Sergio Mancz (OAB/SP 262.182).Trata-se das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, relativas ao exercício de 2020.A 9ª Diretoria de Fiscalização – DF-9 anexou no evento 39 o relatório de fiscalização atinente ao Acompanhamento do 2º Quadrimestre do exercício em exame.Notifique-se eletronicamente o responsável a fim de que tome conhecimento dos laudos de inspeção e demais documentos constantes dos autos, adotando providências corretivas que entender cabíveis.

Publique-se.

PROCESSO: TC-003578.989.20-4.INTERESSADA: Câmara Municipal de Oscar Bressane.RESPONSÁVEL: Valdinéia Giroto Reginato, Presidente da Câmara.ASSUNTO: Contas Anuais do Exercício de 2020.EM EXAME: Pedido de cancelamento de juntada de documentos – legislação que fixou os subsídios para Prefeito e Vereadores – Leis Municipais nºs 1.488 e 1.489/2020 (evento nº 16).ADVOGADO: Luiz Eduardo Gaio Junior (OAB/SP nº 245.649). Considerando que a legislação que estabeleceu os subsídios para Prefeito e Vereadores do Município de Oscar Bressane foi apresentada no processo TC-006273.989.20-2, que trata das Contas do Legislativo local relativas ao exercício de 2021, e tendo em vista que o órgão fiscalizatório efetuou, naqueles autos, a instrução do ato fixatório dos agentes políticos da referida Edilidade, determino o cancelamento da juntada dos aludidos documentos efetuada no evento nº 14 do TC-003578.989.20-4, nos termos consignados na petição em exame.

Publique-se.

PROCESSO: TC-3707.989.15-8.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arandu.PREFEITO ATUAL: Luiz Carlos da Costa. CONTRATADA: Natalia Miranda Santana Construções - ME (CNPJ nº 09.214.848/0001-98).OBJETO: Reforma e ampliação do Hospital São Vicente de Paula.EM EXAME:– Convite nº 09/15, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada global (Evento 1.15). – Contrato nº 62/15, celebrado em 27.05.15, no valor de R$ 96.849,11, com prazo de 120 (cento e vinte) dias (Evento 1.33).AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU A LICITAÇÃO E ASSINOU O CONTRATO: Luiz Carlos da Costa (Prefeito Municipal à época) – Eventos 1.31 e 1.33.SIGNATÁRIO DO CONTRATO POR PARTE DA CONTRATADA: Joaquim Elias Santana – Evento 1.33.INSTRUÇÃO POR: UR-02 – Evento 19.TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO: Evento 1.37.ADVOGADO: Frederico Augusto Poles da Cunha (OAB/SP nº 271.736) – Evento 43. PROCESSO: TC-16319.989.18-2.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arandu.PREFEITO ATUAL: Luiz Carlos da Costa.CONTRATADA: Natalia Miranda Santana Construções - ME (CNPJ nº 09.214.848/0001-98).OBJETO: Reforma e ampliação do Hospital São Vicente de Paula.EM EXAME: – Termo Aditivo de 30/09/15, que prorrogou o prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias (Evento 1.3).AUTORIDADE QUE FIRMOU O INSTRUMENTO: Luiz Carlos da Costa (Prefeito Municipal à época) – Evento 1.3.SIGNATÁRIO DO INSTRUMENTO POR PARTE DA CONTRATADA: Joaquim Elias Santana – Evento 1.3.INSTRUÇÃO POR: UR-02 – Evento 15. PROCESSO: TC-16323.989.18-6.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arandu.PREFEITO ATUAL: Luiz Carlos da Costa.CONTRATADA: Natalia Miranda Santana Construções - ME (CNPJ nº 09.214.848/0001-98).OBJETO: Reforma e ampliação do Hospital São Vicente de Paula.EM EXAME:– Termo Aditivo de 27/01/16, que prorrogou o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias (Evento 1.3). AUTORIDADE QUE FIRMOU O INSTRUMENTO: Luiz Carlos da Costa (Prefeito Municipal à época) – Evento 1.3.SIGNATÁRIO DO INSTRUMENTO POR PARTE DA CONTRATADA: Joaquim Elias Santana – Evento 1.3.INSTRUÇÃO POR: UR-02 – Evento 15. PROCESSO: TC-16343.989.18-2.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arandu.PREFEITO ATUAL:Luiz Carlos da Costa. CONTRATADA: Natalia Miranda Santana Construções - ME (CNPJ nº 09.214.848/0001-98).OBJETO: Reforma e ampliação do Hospital São Vicente de Paula.EM EXAME - Termo Aditivo de 26/07/16, que prorrogou o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias (Evento 1.3).AUTORIDADE QUE FIRMOU O INSTRUMENTO: Luiz Carlos da Costa (Prefeito Municipal à época) – Evento 1.3.SIGNATÁRIO DO INSTRUMENTO POR PARTE DA CONTRATADA:Joaquim Elias Santana – Evento 1.3.INSTRUÇÃO POR: UR-02 – Evento 15. Versam os autos do processo TC-3707.989.15-8 sobre o Convite nº 09/15 e o decorrente Contrato nº 62/15, celebrado em 27.05.15, pela Prefeitura Municipal de Arandu com a empresa Natalia Miranda Santana Construções – ME, para a reforma e ampliação do Hospital São Vicente de Paula, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, no valor de R$ 96.849,11.Também em exame os Termos Aditivos (TC-16319.989.18-2; TC-16323.989.18-6; TC-16343.989.18-2), conforme cabeçalho. No exame destes instrumentos, a Unidade Regional de Bauru concluiu pela irregularidade em função das seguintes anotações: 1) remessa extemporânea; 2) justificativas inaceitáveis; 3) ausência de cronograma atualizado, pareceres e publicações; 4) autorização para celebração do Termo Aditivo de 26/07/16 posterior à assinatura do mesmo.Além dos óbices levantados pela Fiscalização, deve ser explicada a razão da utilização do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, como fundamento para as extensões de prazo efetuadas por meio dos Aditamentos, já que se trata de contratação por escopo e não de prestação de serviços contínuos.Cumpre registrar que as observações constantes do parecer da UR-02 constante do Evento 86 do TC-3819.989.15-3, processo no qual está sendo examinado o acompanhamento da respectiva execução contratual, notadamente o relato da inexecução das obras, também pode macular a matéria aqui analisada.Nessa conformidade, considerando as manifestações da Fiscalização e os aspectos acima suscitados, assino aos responsáveis, o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentem as justificativas sobre as questões levantadas.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processos: TC-4374.989.19-2.Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO. Responsável: Paulo Sérgio Barboza de Lima – Prefeito Municipal. Assunto: Contas anuais do exercício de 2019. EM EXAME: Solicitação de prorrogação de prazo. Deferido por 10 (dez) dias. Advogado(a)s: Júlio César Machado – OAB/SP 330.136, Suzana Orgiz Ruiz Morata – OAB/SP 181.059, Daniela Francine Torres – OAB/SP 202.802, Shirlei Tavares de Almeida – OAB/SP 287.351. Tratam os presentes das contas do exercício de 2019 da Municipalidade de Águas de São Pedro, na conformidade do relatório de fiscalização elaborado pela UR/2 (evento 61). O Responsável foi notificado à apresentação de justificativas – DOE 10.10.20 (evento 67); solicitou e obteve dilação do prazo inicial – D.O.E 10.11.20 (evento 78). Agora a Municipalidade comparece novamente nos autos, renovando pedido de prorrogação do termo fixado, por 10 (dez) dias, para apresentação de defesa (evento 87). Concedo o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, voltando os autos pela Assessoria Técnica e d. MPC, independentemente da apresentação da defesa.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004456.989.19-3.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE.RESPONSÁVEL: Cícero Cirino da Silva – Prefeito Municipal.ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019.ADVOGADOS: Paulo Rogerio Kuhn Pessoa (OAB/SP 118.814), Camila Matheus Giacomelli (OAB/SP 270.968) e Eduardo Foglia Villela (OAB/SP 286.109)EM EXAME: Requerimento de prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de justificativas (evento 81).Apresentação de justificativas e documentação complementar (evento 84)Vistos.Proceda-se à juntada das justificativas e dos documentos peticionados pelo responsável nos eventos 84.1 a 84.3.Ademais, face à documentação anexada nos autos, considero prejudicado o requerimento de prorrogação de prazo constante do evento 81.

Publique-se.

Processo: eTC-4568.989.19. Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE NUPORANGA. Responsáveis: Aristides Silva Góes – Prefeito Municipal. Período: 01.01 a 10.03.19 / 10.04 a 20.10.19 / 20.11 a 21.12.19. Substituto legal: Daniel Viana Melo. Período: 11.03 a 09.04.19 / 21.10 a 19.11.19. Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019. Tratam-se das contas de 2019 da Municipalidade de Nuporanga. Considerando o complemento da instrução da matéria pela fiscalização, sobretudo no tocante ao pagamento/depósito dos precatórios, concedo prazo improrrogável de 10 dias (dez) para que a Origem/Responsáveis se manifestem sobre o acrescido. Esgotado o prazo concedido, retornem pelo d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004601.989.17-1 (Ref. TC-004497.989.17-8).CONTRATANTE: Diretoria de Ensino – Região Centro Oeste, da Secretaria de Estado da Educação.RESPONSÁVEL: Rosangela Aparecida de Almeida Valim – Dirigente Regional de EnsinoCONTRATADA: MAYFRAN Locação de Veículos e Transportes Ltda.RESPONSÁVEL: Ed Carlos Lucena de Macedo – Sócio Administrador.OBJETO: Prestação de Serviços Contínuos de Transporte Escolar de Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, da Rede Pública Estadual da Diretoria de Ensino Região Centro Oeste (Lote 1).MATÉRIA: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 03/2017.1ª Visita em 22/03/2017 – Sem apontamentos.2ª Visita em 22/10/2018 – Com ressalvas. PROCESSO: TC-004616.989.17-4 (Ref. TC-004569.989.17-1). CONTRATANTE: Diretoria de Ensino – Região Centro Oeste, da Secretaria de Estado da Educação.RESPONSÁVEL: Rosangela Aparecida de Almeida Valim – Dirigente Regional de Ensino. CONTRATADA: JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda.RESPONSÁVEL: André Ferreiro – Representante Legal.OBJETO: Prestação de Serviços Contínuos de Transporte Escolar de Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, da Rede Pública Estadual da Diretoria de Ensino Região Centro Oeste (Lote 2).MATÉRIA: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 04/2017.1ª Visita em 22/03/2017 – Com proposta de recomendação.2ª Visita em 22/10/2018 – Com ressalvas. ADVOGADOS: Marcionilio Flor Pereira (OAB/SP 156.223) e Natalia Arruda de Oliveira (OAB/SP 385.484).Examinam-se nesta oportunidade os Acompanhamentos de Execução Contratual relativos aos ajustes firmados entre a Diretoria de Ensino – Região Centro Oeste, da Secretaria de Estado da Educação, com as empresas Mayfran Locação de Veículos e Transportes Ltda. (Lote 1 – Contrato nº 03/2017) e JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda. (Lote 2 – Contrato nº 04/2017), cujo objeto é a prestação de Serviços Contínuos de Transporte Escolar de Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.A verificação da matéria ficou a cargo da 8ª Diretoria de Fiscalização – DF-8 que, em sua 2ª Visita, realizada em 22/10/2018, consignou ressalvas na execução de ambos os contratos.Quanto ao ajuste da empresa Mayfran (Contrato nº 03/2017), observou que o gestor do contrato designado pela Diretoria de Ensino utilizava apenas esporadicamente o Sistema de Monitoramente via Satélite previsto na avença, que o veículo inspecionado não contava com GPS para monitoramento da gestão do transporte, que a Secretaria da Educação não acompanhava a situação dos alunos que deixam de utilizar os serviços e que a contratada reduziu de dois para um o número de ônibus para realizar o serviço.Pontuou que a Administração não adequou os valores pagos pelo contrato a despeito da redução do número de alunos e de veículos, propondo, assim, que a Secretaria fosse notificada para restituição de valores pagos a maior no curso do ajuste (evento 112 do TC-004601.989.17-1).Já na avença com a empresa JTP Transportes (Contrato nº 04/2017), foi apurado pequeno uso do sistema de monitoramento, falta de acompanhamento da situação dos alunos que deixam de utilizar o transporte e modificação dos veículos empregados na prestação dos serviços (dois micro-ônibus para duas vans), igualmente propondo que a Diretoria de Ensino adequasse os valores pagos pelos serviços (evento 97 do TC-004616.989.17-4).Foi conferido prazo para apresentação de justificativas através de publicação no DOE de 02/10/2019 (eventos 132 do TC-004601.989.17-1 e 116 do TC-004616.989.17-4), sobrevindo documentação por parte da Secretaria de Educação (eventos 134 do TC-004601.989.17-1 e 118 do TC-004616.989.17-4) e da empresa Mayfran (eventos 138.1/138.2 do TC-004601.989.17-1).PFE opinou pela regularidade da Execução contratual (eventos 142 do TC-004601.989.17-1 e 123 do TC-004616.989.17-4), tendo o MPC, porém, se manifestado pela irregularidade, ante as falhas identificadas na gestão do contrato (eventos 147 do TC-004601.989.17-1 e 128 do TC-004616.989.17-4).Considerando que as alegações da Secretaria da Educação não vieram instruídas com documentação hábil a comprovar as regularizações anunciadas, ASSINO PRAZO de 15 (quinze) dias à Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste e à empresa Mayfran Locação de Veículos e Transportes Ltda. para que demonstrem a adequação e/ou desconto de valores pagos a maior nas medições subsequentes, com base na redução do número de alunos que utilizavam o serviço e a redução do número de veículos pela contratada.Ademais, tendo em vista que o Contrato nº 04/2017 previa a utilização de três tipos de veículos para a prestação do serviço (ônibus 44 passageiros, ônibus 24 passageiros e micro-ônibus tipo van 15 passageiros – fl. 3 do evento 1.3 do TC-004569989.17-1) e que a Administração não juntou nenhum documento que comprovasse a aderência dos veículos disponibilizados às disposições contratuais, igualmente ASSINO PRAZO 15 (quinze) dias à Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste e à JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda. para que demonstrem a adequação e/ou desconto de valores pagos a maior nas medições subsequentes, com base na redução do número de alunos que utilizavam o serviço e modificação dos equipamentos disponibilizados pela contratada.Alertem-se os responsáveis que a falta de manifestação no prazo assinalado ensejará a apreciação da matéria no estado em que se encontra.Esclareço ainda que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integralidade dos documentos poderá ser obtida, mediante regular credenciamento, no sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-4725.989.18-0.INTERESSADA: Câmara Municipal de Caiuá.ASSUNTO: Contas Anuais de 2018.RESPONSÁVEL: Adelson Rodrigues Ramalho - Presidente à época. ADVOGADO: Carlos Alberto Pintado Duran Carbonaro (OAB/SP 173.261).EM EXAME: Solicitação de juntada de petição (evento nº 45). Tendo em vista que a petição inserida no evento nº 45 não é referente ao presente processo e sim ao TC-3414.989.20-2, que trata das contas do exercício de 2020 da Câmara Municipal de Caiuá, indefiro a sua juntada.No entanto, determino que seja enviada cópia da referida petição ao E. Conselheiro Dimas Ramalho, relator das contas de 2020 do Legislativo de Caiuá (TC-3414.989.20-2).

Publique-se.

Processo: TC-4805.989.18-3.Interessada: Câmara Municipal de Ilha Solteira.Assunto: Contas Anuais de 2018.Responsável: Rodrigo Batista Gonçalves – Presidente à época.Atual Presidente: Valdeci Ferreira Lima.Advogado: Rodrigo de Alencar Buendia Vilela Lemos (OAB/SP 378.318).Vistos.Finda a instrução processual e considerando os apontamentos efetuados no relatório elaborado pela Fiscalização e na manifestação do MPC, sobre pagamentos a maior a título de: subsídios dos vereadores (R$ 10.833,44), incorporação indevida da gratificação de função de direção ou chefia (R$ 26.430,54), gratificação por atividade específica designada em percentual indevido (R$ 1.995,54) e pagamento de gratificação não prevista em lei (R$ 2.087,31), notifique-se eletronicamente o Senhor Rodrigo Batista Gonçalves – Presidente à época, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis visando à recomposição ao erário, alertando-o de que a falta de providências ensejará o julgamento da matéria no estado em que se encontra.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004854.989.19-1.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA.RESPONSÁVEL: Roberto Antônio Japim de Andrade – Prefeito Municipal. ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019.ADVOGADO: Daniel da Silva Nadal Marcos (OAB/SP 253.592).EM EXAME: Requer prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de justificativas (evento 80).Defiro prazo por 15 (quinze) dias.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004887.989.19-2.ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR.RESPONSÁVEL: Thiago Giatti Assis – Prefeito Municipal.ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019.ADVOGADOS: José Americo Lombardi (OAB/SP 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP 124.850), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP 395.306) e Cassio Telles Ferreira Netto (OAB/SP 107.509).EM EXAME: Requer prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de justificativas (evento 83). Defiro o prazo requerido.

Publique-se.

Processos: TC-4973.989.19-7.Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ. Responsável: Rafael Lunardelli Agostini – Prefeito Municipal. Assunto: Contas anuais do exercício de 2019. EM EXAME: Solicitação de prorrogação de prazo. Deferido por 15 (quinze) dias. Advogado(a)s: Júlio César Machado – OAB/SP 330.136. Tratam os presentes das contas do exercício de 2019 da Municipalidade de JAÚ, na conformidade do relatório de fiscalização elaborado pela UR/2 (evento 53). O Responsável foi notificado à apresentação de justificativas – DOE 08.10.20 (evento 57); solicitou e obteve dilação do prazo inicial – D.O.E 06.11.20 (evento 68). Agora a Municipalidade comparece novamente nos autos, renovando pedido de prorrogação do termo fixado, por 15 (quinze) dias, para apresentação de defesa (evento 77). Concedo o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, voltando os autos pela Assessoria Técnica e d. MPC, independentemente da apresentação da defesa.

Publique-se.

PROCESSO: TC-005075.989.19-4.INTERESSADA: Câmara Municipal de Cândido Rodrigues.RESPONSÁVEL: Jairo Drape. EM EXAME: Contas Anuais do Exercício de 2019.ADVOGADO: Renato Fraga Costa (OAB/SP nº 254.397).INSTRUÇÃO: Unidade Regional de Araraquara (UR-13).Considerando os aspectos apontados na manifestação do MPC contida no evento nº 46, notifico o responsável pelas contas, Sr. Jairo Drape, Presidente da Câmara do Município de Cândido Rodrigues à época, no prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente alegações que entender pertinentes.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-5286.989.18-1.Interessada: Câmara Municipal de São Caetano do Sul.Assunto: Contas Anuais de 2018.Responsável: Eclerson Pio Mielo – Presidente à época.Advogada: Thais Cristina Santos (OAB/SP 304.812).Vistos.Finda a instrução processual e considerando os apontamentos efetuados no relatório elaborado pela Fiscalização e nas manifestações do MPC e SDG, nos quais foram impugnados pagamentos de gratificações (R$ 476.640,59) e remuneração de servidores acima do teto remuneratório, notifique-se eletronicamente o Senhor Eclerson Pio Mielo – Presidente à época, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis visando à recomposição ao erário, alertando-o de que a falta de providências ensejará o julgamento da matéria no estado em que se encontra.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-5439.989.19-5.Interessada: Câmara Municipal de Nuporanga.Assunto: Contas Anuais de 2019.Responsável: Antonio Sergio Anholeto – Presidente à época.Advogado: Gustavo Melo Cadelca (OAB/SP 209.697). Vistos.Finda a instrução processual e considerando os apontamentos efetuados no relatório elaborado pela Fiscalização e na manifestação do MPC, nos quais foram impugnados pagamentos de "Abono Natalício" aos servidores, benefício este que se equipara ao pagamento de 14º salário, notifique-se eletronicamente o Senhor Antonio Sergio Anholeto – Presidente à época, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis visando à recomposição ao erário, alertando-o de que a falta de providências ensejará o julgamento da matéria no estado em que se encontra.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC- 5485.989.19-8.Interessada: Câmara Municipal de União Paulista.Assunto: Contas Anuais de 2019.Responsável: Fabio Junior Rodrigues – Presidente à época.Advogado: Wagner Cesar Galdioli Polizel (OAB/SP 184.881). Vistos.Finda a instrução processual e considerando os apontamentos efetuados no relatório elaborado pela Fiscalização e na manifestação do MPC, nos quais foram impugnados pagamentos aos servidores de 14º salário e remuneração acima do teto remuneratório, notifique-se eletronicamente o Senhor Fabio Junior Rodrigues – Presidente à época, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis visando à recomposição ao erário, alertando-o de que a falta de providências ensejará o julgamento da matéria no estado em que se encontra.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-005664.989.16-7.Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE BIRITIBA MIRIM.Responsável: Marcelo Batista de Miranda Melo – Presidente.Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2017.Trata-se das Contas Anuais do Exercício de 2017 da Câmara Municipal de Biritiba Mirim, cuja fiscalização foi precedida pela Unidade Regional de São José dos Campos – UR-7, conforme relatório anexado no evento 29.21.O responsável pelos demonstrativos foi regularmente notificado para tomar conhecimento dos autos e apresentar suas justificativas, através de publicação no DOE de 27/11/2018 (evento 33), estando no evento 29.11 o ofício de sua notificação pessoal. O prazo, contudo, transcorreu in albis.Assessoria Técnica, analisando os aspectos de economia, opinou pela regularidade das contas (evento 66).Ministério Público de Contas considerou que a desproporção entre o número de cargos comissionados e efetivos, a existência de cargos comissionados dissonantes do inciso V do art. 37 da CF/88, a ausência de fidedignidade dos dados encaminhados ao Sistema AUDESP e o descumprimento das recomendações desta Corte são suficientes para a irregularidade dos demonstrativos (evento 70).Considerando que o d. MPC elencou dentre as possíveis razões para reprovação das contas o excesso quantitativo de cargos comissionados e, ainda, que tal anotação não constou das conclusões do relatório de fiscalização, determino nova notificação do interessado, oportunizando a apresentação de esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias.Alerte-se o interessado de que a falta de manifestação ensejará o julgamento da matéria no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-19333.989.16-8.CONCEDENTE: Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá.PREFEITO ATUAL: Giancarlo Lopes da Silva.CONCESSIONÁRIA: Datacity Serviços Ltda. (CNPJ nº 02.679.522/0001-97).OBJETO: Concessão de serviços de exploração de estacionamento rotativo de veículos em áreas, vias e logradouros públicos, com implantação e manutenção dos equipamentos de controle e operação.EM EXAME: – Concorrência nº 002/15, do tipo técnica e preço (Eventos 1.8 a 1.10). – Contrato de Concessão nº 462/16, celebrado em 05.10.16, com vigência de 10 (dez) anos, que estabeleceu o repasse de 28,10% do valor da arrecadação bruta da Concessionária para a Concedente (Evento 1.23).AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU A LICITAÇÃO E ASSINOU O CONTRATO: Marcos Antonio Andrade Borges (Prefeito Municipal à época) – Eventos 1.15 e 1.23.SIGNATÁRIO DO CONTRATO POR PARTE DA CONTRATADA: Paulo Eduardo Luquetti – Evento 1.23.INSTRUÇÃO POR: DF-03 – Evento 17.TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO: Evento 1.27.ADVOGADO: Guido Pulice Boni (OAB/SP nº 317.863) – Evento 1.27. PROCESSO: TC-5740.989.17-3. CONCEDENTE: Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá. PREFEITO ATUAL: Giancarlo Lopes da Silva.CONCESSIONÁRIA: Datacity Serviços Ltda. (CNPJ nº 02.679.522/0001-97).OBJETO: Concessão de serviços de exploração de estacionamento rotativo de veículos em áreas, vias e logradouros públicos, com implantação e manutenção dos equipamentos de controle e operação.EM EXAME: – Execução contratual.INSTRUÇÃO POR: DF-03 – Evento 10.DF-04 – Eventos 23; 35; 53; 63; 78. Versam os autos do processo TC-19333.989.16-8 sobre a Concorrência nº 002/15 e o decorrente Contrato de Concessão nº 462/16, firmado em 05.10.16, pela Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá com a empresa Datacity Serviços Ltda., para a concessão de serviços de exploração de estacionamento rotativo de veículos em áreas, vias e logradouros públicos, com implantação e manutenção dos equipamentos de controle e operação, com vigência de 10 (dez) anos, o qual estabeleceu o repasse de 28,10% do valor da arrecadação bruta da Concessionária para a Concedente.Também em exame a respectiva execução do ajuste (TC-5740.989.17-3).Ao proceder à instrução da licitação e do ajuste, a DF-03 entendeu que os seguintes apontamentos poderiam ser objeto de recomendação: a) inexistência de cláusula no pacto com exigência de publicação dos demonstrativos financeiros, em desacordo com o artigo 23, XIV, da Lei Federal nº 8.987/95; b) falta de clareza na redação da cláusula contratual que trata do repasse da Concessionária para a Concedente. No âmbito do acompanhamento da execução contratual foram realizadas 06 (seis) averiguações entre Abril de 2017 e Julho de 2020, oportunidades nas quais a 3ª e a 4ª Diretorias de Fiscalização não consignaram óbices.A DF-04 registrou apenas atraso no repasse relativo ao mês de Março de 2020.O MPC não selecionou os processos para análise.Além das observações da Fiscalização, outros pontos precisam ser elucidados.A Origem deve apresentar o fluxo de caixa e demais estudos elaborados antes da licitação que comprovem a viabilidade da concessão e a adequação do prazo de vigência estipulado em 10 (dez) anos.Explicar o porquê da imposição de comprovação de capital social ou patrimônio líquido ter tomado por base o valor total a ser arrecadado e não aquele correspondente aos investimentos. Cabe lembrar que esta exigência foi um dos motivos da inabilitação de uma das proponentes.Além disso, justificar a incompatibilidade entre a estimativa de arrecadação prevista no instrumento convocatório (R$ 1.548.779,52 por ano, em média) e os valores efetivamente arrecadados em 2018 e 2019, que foram de, respectivamente, R$ 889.087,07 e R$ 802.398,40.Nessa conformidade, considerando as manifestações da Fiscalização e os aspectos acima suscitados, assino aos responsáveis, o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentem as justificativas sobre as questões levantadas.Notifique-se ainda o Senhor Giancarlo Lopes da Silva, atual Chefe do Executivo Municipal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste os esclarecimentos que entender cabíveis.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: 00005748.989.18-3.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cotia. Responsável: Rogério Cardoso Franco – Prefeito à época. Responsável: André Luiz Vasques – Secretário Municipal de Educação (signatário do termo de ciência e notificação – evento 1.82 do TC-5479.989.18-8).CONTRATADO(A): RVS Comercial Eireli. Responsável: Eduardo Moura Sala Malavila – (signatário do termo de ciência e notificação – evento 1.82 do TC-5479.989.18-8).OBJETO: Ata de registro de preços nº 052/2017, para vigência de 09/10/2017 a 09/10/2018, no valor de R$ 4.899.208,75.ASSUNTO:Acompanhamento de execução contratual. EXERCÍCIO:2017.INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 5479.989.18-8.ADVOGADOS: Antonio Mauro de Souza Filho (OAB/SP 253.194), Edcarlos Alves Lima (OAB/SP 305.297), Eduardo João Gabriel Fleck da Silva Abreu (OAB/SP 317.093), Leonardo Aquino Gomes (OAB/SP 395.261), Marcelo Palaveri (OAB/SP 114.164), Flavia Maria Palaveri (OAB/SP 137.889), Ana Maria Roncaglia Iwasaki (OAB/SP 200.017), Renata Maria Palaveri Zamaro (OAB/SP 376.248).Em exame, acompanhamento de execução atrelado à ata de registro de preços nº 052/2017, assinada pela Prefeitura Municipal de Cotia e RVS Comercial Eireli, objetivando registrar valores para a aquisição de materiais de escritório, papelaria, escolar, expediente e armarinhos, no total de R$ 4.899.208,75.Efetuada a 2ª visita, a DF-6.4 relatou a ausência de comprovação do recebimento dos materiais contidos nos pedidos nº 1.661 e 1.807 (evento 67.8).Encaminhados os autos, o MPC propôs notificação dos interessados, considerado o apontamento de Fiscalização (evento 73.1).Desta feita, com fundamento no art. 2º, inciso XIII da Lei Complementar nº 709/93, assino aos responsáveis epigrafados o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem justificativas e os documentos que entenderem pertinentes ao deslinde da matéria, diante de relatório inserto em evento 67.8.Retornem os autos por MPC, nos termos solicitados.

Publique-se.

Processo: TC- 6252.989.20-7. Interessada: Câmara Municipal de Monteiro Lobato. Atual Presidente: Carlos Renato Prince. Assunto: Contas do exercício de 2021. Vistos.Em cumprimento aos termos do artigo 70 das Instruções TCESP nº 2/2008 e do item 4.6 da Ordem de Serviço SDG nº 02/2013, a fiscalização da Unidade Regional de São José dos Campos – UR-07 procedeu à análise do ato fixatório dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Monteiro Lobato para o exercício de 2021.A inspeção constatou que não houve a edição de instrumento legislativo fixando os subsídios dos agentes políticos para a legislatura de 2017/2020, permanecendo em vigor os termos da Resolução nº 01, de 22/08/12.Nessa conformidade, tomo ciência do apurado e determino o retorno dos autos à UR-07, para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006266.989.16-9.INTERESSADA: Câmara Municipal de Osasco.RESPONSÁVEL: Elissandro Márcio Silva Lindoso.EM EXAME: Contas Anuais do Exercício de 2017. ADVOGADOS: Camilo de Lelis Nogueira (OAB/SP nº 55.272), Rafael Munhoz Ramos (OAB/SP nº 263.496) e Nathalie Gomes Rovai (OAB/SP nº 324.490).INSTRUÇÃO: 5ª Diretoria de Fiscalização (DF-5).Cuidam os autos das contas do exercício de 2017 da Câmara Municipal de Osasco.Na instrução inicial, a cargo da 5ª Diretoria de Fiscalização (DF-5), houve o apontamento de falhas, sob as quais a ATJ se manifestou, na sequência, em relação a ajustes apontados nos itens C.1.1 e C.2.3 do laudo de inspeção (evento nº 34.42).Sobre as objeções suscitadas nas contratações realizadas no âmbito do Pregão Presencial nº 09/2017 (locação de equipamentos de informática e prestação de serviços de suporte técnico, ao valor de R$ 1.599.999,96) e do Convite nº 05/2017 (execução de interligação entre as edificações do prédio para acesso direto dos Gabinetes de Vereadores ao plenário da Câmara Municipal, ao valor de R$ 127.670,00), a ATJ (evento nº 65.1) considerou prejudicada a análise da matéria, dada a ausência de documentos relativos aos respectivos contratos – processo licitatório, execução contratual e pagamentos, sendo proposta pela Chefia da ATJ (evento nº 65.2), por economia processual, a notificação dos interessados para que tragam aos autos a respectiva documentação. Nessa conformidade, considerando as manifestações do órgão fiscalizatório em relação aos suscitados ajustes contratuais (evento nº 34.42 – itens C.1.1 e C.2.3), ATJ e sua Chefia (eventos nºs 65.1 e 65.2), notifico o responsável pelas contas, Sr. Elissandro Márcio Silva Lindoso, Presidente da Câmara do Município de Osasco à época, no prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente alegações que entender pertinentes, sem prejuízo de encaminhar a documentação solicitada pela Assessoria Técnica. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico,

na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006285.989.20-8.INTERESSADA: Câmara Municipal de Pauliceia.ASSUNTO: Contas Anuais do Exercício de 2021.ATUAL PRESIDENTE: Suzete Rodrigues da Costa da Silva. EM EXAME: Juntada de documentos e pedido de vista formulado pela atual Presidente da Câmara Municipal de Pauliceia, Vereadora Suzete Rodrigues da Costa da Silva (evento nº 11). Defiro a juntada de documentos contidos no evento nº 11, bem como o requerimento de vista processual à atual Presidente da Câmara Municipal de Pauliceia, Vereadora Suzete Rodrigues da Costa da Silva, por 05 (cinco) dias, a partir da publicação do presente despacho, em atendimento ao solicitado no evento supramencionado.

Publique-se.

Processo: TC-006821.989.16-7.Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA.Responsável: Ivan Cleber Vicensotti – Prefeito Municipal.Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2017.Advogados: Clayton Machado Valerio da Silva (OAB/SP 212.125), Leandro da Rocha Bueno (OAB/SP 214.932) e Marcela de Carvalho Carneiro (OAB/SP 230.471). Em exame: Comunicação enviada pelo Sr. Rafael Odair Rodrigues, munícipe de Artur Nogueira, a respeito da propositura de processo de impeachment em face do Prefeito Municipal Ivan Cleber Vicensotti (evento 110).Solicitação de vista dos autos formulada pelo Sr. Rafael Odair Rodrigues, por intermédio dos seus advogados, Dr. Fabio Ulian (OAB/SP 286.134), Carlos Eduardo Vallim de Castro (OAB/SP 73.623) e Carlos Eduardo Vallim de Castro Filho (OAB/SP 418.931) (evento 111).Encaminhamento efetuado pelo Sr. Rafael Odair Rodrigues de peças dos autos do processo 1001977-54.2020.8.26.0666, que trata de Ação Popular em face do Prefeito Ivan Cleber Vicensotti e da empresa ERA Técnica Engenharia, Construções e Serviços Ltda. (evento 112)Os autos albergam as Contas Anuais do Exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, as quais receberam parecer prévio desfavorável, emitido pela C. Primeira Câmara em sessão de 12/11/2019, em virtude da inadimplência do Município frente aos aportes financeiros devidos ao seus RPPS (DOE de 07/01/2020).Determinou o colegiado, ainda, a abertura de autos próprios para aprofundar a análise da contratação direta entabulada com a empresa Era Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. (R$ 490.000,00), bem como do Contrato nº 19/2017 e da Ata de Registro de Preços nº 08/2017, considerando os indícios de ausência de licitação, realização de pagamentos por serviços não prestados e prática de preços superiores aos de mercado.A Prefeitura opôs Embargos de Declaração, os quais foram conhecidos e rejeitados, por decisão da Primeira Câmara na sessão de 18/02/2020, publicada no DOE de 14/03/2020.Foi apresentado Pedido de Reexame buscando reforma da decisão, o qual foi conhecido e não provido pelo e. Plenário na sessão de 02/09/2020, mantendo-se na íntegra o juízo pela reprovação dos demonstrativos, conforme publicação no DOE de 29/09/2020.Sobrevieram, ainda, Embargos Declaratórios em face da decisão Plenária, os quais foram conhecidos e rejeitados na sessão de 02/12/2020. Na oportunidade, examinam-se petições encaminhadas pelo Sr. Rafael Odair Rodrigues, munícipe de Artur Nogueira, as quais aportam informações sobre a propositura de processos legislativos e judiciais em face do responsável pelas contas.De plano, tomo conhecimento da comunicação enviada a respeito da propositura de processo de impeachment em face do Prefeito Municipal (documentação do evento 110).Ademais, em atendimento ao requerido no evento 111, defiro vista dos autos ao Sr. Rafael Odair Rodrigues e aos seus patronos, Dr. Fabio Ulian (OAB/SP 286.134), Carlos Eduardo Vallim de Castro (OAB/SP 73.623) e Carlos Eduardo Vallim de Castro Filho (OAB/SP 418.931), devendo o Cartório adotar as providências cabíveis. Após, encaminhem-se os autos à Secretaria-Diretoria Geral para atendimento ao requerido pelo Poder Judiciário à fl. 25 do evento 112.2 quanto à expedição de Certidão.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-7073.989.17-0 (ref. eTC-5491.989.17-4). CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra. CONTRATADA: Construrban Logística Ambiental Ltda. OBJETO: Prestação de serviços de operação de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbanos com utilização de caminhões com sistema de rastreamento via satélite; operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, fornecimento, implantação e operação de resíduos sólidos conteneirizada semi-enterrada em locais de grande concentração de resíduos, operação de remanejamento, reaterro e recomposição vegetal, manutenção e monitoramentos geotécnico de águas pluviais e subterrâneas de área encerrada de aterro sanitário. JULGADOS: Licitação e contrato julgados irregulares no eTC-5491.989.17 pela Primeira Câmara em Sessão de 19.2.2019 (relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes), com aplicação dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e multa de 200 (duzentas) UFESPs ao Sr. Amarildo Gonçalves, ex-Prefeito, nos termos do inciso II, do artigo 104 da Lei Orgânica desta Corte, bem como conhecer da garantia inserida nos autos e do relatório levado a efeito na visita realizada em 17.05.2017, em relação à execução contratual examinada no eTC-7073.989.17; decisão confirmada em sede de Recurso Ordinário no eTC-9470.989.19, na Sessão Plenária de 19.6.2019 (relator Conselheiro Renato Martins Costa); trânsito em julgado a 31.7.2019. EM EXAME: Verificação da execução contratual; visita nº 3, realizada em 7.10.2020 (evento 159.6). RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO:Pela contratante: Jorge José da Costa, Prefeito; Carlos Humberto Hueb da Silva, Secretário Municipal de Obras e Serviços.Prefeito atual: Jorge Costa. Pela contratada: Ubiratan Sebastião de Carvalho, Representante. ADVOGADOS: Luciana de Cassia Canto – OAB/SP nº 221.682, José Luiz dos Santos – OAB/SP nº 128.282, Marcos Moreira Carvalho – OAB/SP nº 119.431, Magaly Pereira de Amorim – OAB/SP nº 320.699, Ruth dos Santos Sousa – OAB/SP nº 368.369, Edival Marcos Oliveira Junior – OAB/SP nº 271.373, Iraildes Santos Bomfim do Carmo – OAB/SP nº 80.106, Manoel Bomfim do Carmo Neto – OAB/SP nº 247.771, Aline Saback Gonçalves Domingues – OAB/SP nº 292.957. Em exame a execução contratual referente à verificação efetuada em 7.10.2020, sobre o contrato (examinado no eTC-5491/989/17) firmado entre a Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra e a empresa Construrban Logística Ambiental Ltda., objetivando a prestação de serviços de operação de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbanos com utilização de caminhões com sistema de rastreamento via satélite; operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, fornecimento, implantação e operação de resíduos sólidos conteneirizada semi-enterrada em locais de grande concentração de resíduos, operação de remanejamento, reaterro e recomposição vegetal, manutenção e monitoramentos geotécnico de águas pluviais e subterrâneas de área encerrada de aterro sanitário.Consigno que a licitação e contrato foram julgados irregulares no eTC-5491.989.17 pela Primeira Câmara em Sessão de 19.2.2019 (relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes), com aplicação dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e multa de 200 (duzentas) UFESPs ao Sr. Amarildo Gonçalves, ex-Prefeito, nos termos do inciso II, do artigo 104 da Lei Orgânica desta Corte, bem como conheceu da garantia inserida nos autos e do relatório levado a efeito na visita realizada em 17.05.2017, em relação à execução contratual examinada no eTC-7073.989.17. Decisão confirmada em sede de Recurso Ordinário no eTC-9470.989.19, na Sessão Plenária de 19.6.2019 (relator Conselheiro Renato Martins Costa), com trânsito em julgado a 31.7.2019.Instrução pela 7ª DF no evento nº 159.6 apontou os seguintes óbices: idade dos veículos em desacordo com o item 3.1.3. do Anexo I do Edital, acima de dois anos, em inobservância ao art. 66 da Lei nº 8.666/93; permanência da falta de controle sobre a prestação de serviços, apontada na 2ª Visita e em desacordo com art. 67, §1º e §2º da Lei nº 8.666/93.Assim, tendo em conta o apontado pela 7ª DF, assino aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, para que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentem as justificativas cabíveis, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº01/2011, a íntegra deste despacho, as manifestações da Fiscalização e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: 00007210.989.17-4.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinas. Responsável: Jonas Donizete Ferreira – Prefeito Municipal à época e atualmente. Responsável: Carmino Antonio de Souza – Secretário Municipal à época (signatário do contrato e de termo de ciência e notificação – eventos 1.16 e 1.23 do TC-10850.989.16-1).ORGANIZ. SOCIAL: Organização Social Vitale Saúde, atual Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Bariri. Responsável: Aparecida de Fátima Bertoncello – Presidente (signatária do contrato e de termo de ciência e notificação – eventos 1.16 e 1.23 do TC-10850.989.16-1). ENT. GERENCIADA: Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi. ASSUNTO: Acompanhamento da execução do contrato de gestão nº 09/2016, de 02/05/2016.EXERCÍCIO: 2016.INSTRUÇÃO POR: UR-03.PROCESSO PRINCIPAL: 10850.989.16-1.PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00013426.989.17-4. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00015071.989.17-2.ADVOGADOS: Julio Cesar Mariani (OAB/SP 143.303), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013), Mario Orlando Galves de Carvalho (OAB/SP 73.863), Rodrigo Guersoni (OAB/SP 150.031), Ricardo Henrique Rudnicki (OAB/SP 177.566), Paulo Francisco Tellaroli Filho (OAB/SP 193.532), Luiz Ricardo Sartorelli (OAB/SP 248.543), Felipe Moretti Fischl (OAB/SP 250.866), Valeria Small (OAB/SP 330.890), Andrea Demian Motta (OAB/SP 169178), Renato Pellegrino Gregorio (OAB/SP 256.195), Marcio Antonio Mancilia (OAB/SP 274.675), Bruno Luis Gomes Rosa (OAB/SP 330.401), Gustavo Demian Motta (OAB/SP 338.176), Orlando Leandro de Paula Fulgencio (OAB/SP 285.007). EXPEDIENTE: 00015071.989.17.INTERESSADO: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas. Responsáveis: Anselmo Eduardo Bianco (Secretário Geral), Paulo Gonçalves (Diretor de Assuntos Jurídicos) e Paulo Sérgio Pereira da Silva (Diretor).MENCIONADA: Prefeitura Municipal de Campinas. Responsável: Jonas Donizete Ferreira - Prefeito Municipal à época e atualmente. ENT. GERENCIADA: Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi.ASSUNTO: Noticia possíveis irregularidades na execução do contrato de gestão firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Organização Social Vitale Saúde, tendo como entidade gerenciada o Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi.EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: UR-03.PROCESSO PRINCIPAL: 10850.989.16-1.PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00013426.989.17-4. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00015071.989.17-2.ADVOGADOS: Julio Cesar Mariani (OAB/SP 143.303), Ricardo Henrique Rudnick (OAB/SP 177.566), Luiz Ricardo Ortiz Sartorelli (OAB/SP 248.543).Trata-se do acompanhamento da execução do contrato de gestão nº 091/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e Organização Social Vitale Saúde (atualmente denominada Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Barueri), encartado no TC-10850.989.16-1[1], julgado irregular pela 1ª Câmara desta Corte em sessão de 22/09/2020. Após instrução preliminar do feito, a UR-03 não constatou, na visita in loco e exame dos documentos requisitados, irregularidades na execução contratual (eventos 10.13 e 10.14).Encaminhados os autos, o MPC opinou pela regularidade da matéria (evento 20.1).Na sequência, o Sindicato dos Empregados e Estabelecimentos de Serviços de Saúde protocolou Expediente TC-15071.989.17-2, concernente à execução do aludido contrato de gestão, envolvendo suposta inadimplência por parte da Organização Social Vitale Saúde no tocante ao recolhimento do INSS e FGTS de seus empregados, falta de pagamento de férias vencidas e de verbas rescisórias.Em razão disso, os autos foram novamente submetidos à análise da Fiscalização, que opinou pela procedência dos fatos narrados (evento 54.1 do TC-7210.989.17-4).Os autos voltaram ao MPC. O órgão ministerial requereu a notificação dos responsáveis, porquanto as irregularidades apontadas possuem reflexo no mérito da prestação de contas (evento 95.1).Nessa direção, notifique-se eletronicamente os interessados em epígrafe para que se manifestem a respeito das impropriedades aventadas pela UR-03, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 2º, inciso XIII da Lei Complementar nº 709/93.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processos: TC-11772.989.17-4. TC-20497.989.17-8.Contratante: Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT.Contratado: Consórcio CJ Plano Alto Tietê.Objeto: Execução, pelo regime de empreitada por preço global, dos serviços profissionais técnicos especializados de assessoria e consultoria com vistas à realização dos estudos necessários para elaborar o Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, UGRHI-06.Em exame: Concorrência nº 001/2014/FABHAT.- Contrato S-002/2017/FABHAT de 08/06/2017 (evento nº 1.56). Valor: R$3.299.300,00. Prazo: 11 (onze) meses.- Acompanhamento da execução contratual.Responsável pelo órgão jurisdicionado: Hélio César Suleiman – Diretor Presidente.Responsável que homologou a licitação: Hélio César Suleiman – Diretor Presidente.Responsável que assinou o Instrumento pela Contratante: Hélio César Suleiman – Diretor Presidente.Responsável que firmou o Instrumento pela Contratada: Flávio dos Reis Dias – Representante Legal. Roberto Donizetti Vieira – Representante Legal. Obs.: Consta Termo de Ciência e de Notificação no evento nº 1.60 do TC-11772.989.17-4.Fiscalização: DF-08. Advogados: Shirley Aparecida Martins Sales Rodrigues Emilio (OAB/SP nº 377.910). Processo: TC-7565.989.16-7.Representantes: Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE) e JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento Ltda.Representada: Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT.Assunto: Comunica possíveis irregularidades no processamento da Concorrência nº 001/2014/FABHAT. Fiscalização: DF-08.Advogados: Camillo Giamundo (OAB/SP nº 305.964), Shirley Aparecida Martins Sales Rodrigues Emilio (OAB/SP nº 377.910), e outros.Tratam os autos sobre Licitação – Concorrência nº 001/2014/FABHAT e Contrato S-002/2017/FABHAT celebrado em 08/06/2017, entre a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT e o Consórcio CJ Plano Alto Tietê, objetivando a execução, pelo regime de empreitada por preço global, dos serviços profissionais técnicos especializados de assessoria e consultoria com vistas à realização dos estudos necessários para elaborar o Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, UGRHI-06, ao valor de R$3.299.300,00, no prazo de 11 (onze) meses.O objeto em análise encontra-se sob acompanhamento de execução contratual, no âmbito do TC-20497.989.17-8.Também em exame representação no TC-7565.989.16-7, comunicando possíveis irregularidades no processamento da Concorrência nº 001/2014/FABHAT. Retornam os autos a partir dos eventos nº(s) 27 e 65 dos TC(s) 11772.989.17-4 e 7565.989.16-7, ocasião em que assinalei prazo aos responsáveis, nos termos do art. 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentassem os seus esclarecimentos acerca dos apontamentos efetuados pela fiscalização, bem como dos aspectos que suscitei.Em face do acrescido, a ATJ engenharia e economia posicionaram-se pela irregularidade da licitação e do contrato, no sentido da procedência da Representação, e pela regularidade da execução contratual – eventos nº(s) 94.1 e 94.2 do TC-11772.989.17-4, nº(s) 133.1 e 133.2 do TC-7565.989.16-7, e nº(s) 79.1, 79.2 e 79.3 do TC-20497.989.17-8.Chefia de ATJ encaminhou – eventos nº(s) 94.3 do TC-11772.989.17-4, 133.3 do TC-7565.989.16-7, e 79.4 do TC-20497.989.17-8.A PFE, Chefia de PFE e o MPC manifestaram-se pelo acionamento dos responsáveis – eventos nº(s) 97, 99 e 103 do TC-11772.989.17-4, nº(s) 135, 137 e 140 do TC-7565.989.16-7, e nº(s) 82, 84 e 88 do TC-20497.989.17-8.Ante o exposto, considerando os pronunciamentos externados pela ATJ engenharia e economia nos eventos nº(s) 94.1 e 94.2 do TC-11772.989.17-4, nº(s) 133.1 e 133.2 do TC-7565.989.16-7, e nº(s) 79.1, 79.2 e 79.3 do TC-20497.989.17-8, assino o prazo de 15 (quinze) dias à Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT, ao Consórcio CJ Plano Alto Tietê, e aos responsáveis indicados no cabeçalho, nos termos do art. 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 709/93, para que tomem conhecimento das objeções lançadas, e tragam as suas justificativas, acompanhadas dos documentos comprobatórios.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra do presente despacho e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-8731.989.19.0. Origem: Prefeitura Municipal de Macaubal.Responsável: Frederico Braguini Neto – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizada pela UR/08 sobre as contas da Municipalidade de Macaubal, exercício de 2019, as quais estão abrigadas no TC-4531.989.19. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 01.11.19 (evento 31). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Publique-se.

PROCESSO: TC-009032.989.19-6 (Ref. TC-004781.989.19-7).ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA. RESPONSÁVEL: Dirlei Salas Ortega – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Fiscalizações Ordenadas.EXERCÍCIO: 2019.ADVOGADO: André Navarro (OAB/SP 158.924).Os autos albergam os relatórios de Fiscalizações Ordenadas levadas a efeito por esta e. Corte no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra.Considerando que a matéria subsidiou a análise do relatório de fiscalização constante do evento 59.19 do processo TC-004718.989.19-7, conforme informado pela UR-9 no evento 104, determino seu arquivamento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-009044.989.19-2 (Ref. TC-004822.989.19-0).ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE.RESPONSÁVEL: Norberto de Olivério Junior – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Fiscalizações Ordenadas.EXERCÍCIO: 2019.Os autos albergam os relatórios de Fiscalizações Ordenadas levadas a efeito por esta e. Corte no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse.Considerando que a matéria subsidiou a análise do relatório de fiscalização constante do evento 14.36 do processo TC-004822.989.19-0, conforme informado pela UR-19 no evento 42, determino seu arquivamento.

Publique-se.

Expediente: TC-009469.989.20-6.Interessada: Lass Máquinas e Equipamentos Ltda., por intermédio de sua Sócia Administradora, Sra. Inês Simão de Souza.Mencionada: Prefeitura Municipal de Luiziânia.Responsável: Ricardo Mathias Bertaglia – Prefeito Municipal.Assunto: Comunica possíveis irregularidades no processamento do Pregão Presencial nº 04/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Luiziânia, relativas à presença de exigências editalícias restritivas.Advogados: Arnaldo dos Reis Filho (OAB/SP 220.612), Ana Lucia Flora dos Reis (OAB/SP 216.263), Josias Tadeu Correa e Silva (OAB/SP 103.338), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP 290.219), Ronan Figueira Daun (OAB/SP 150.425) e outros.Em exame expediente encaminhado pela empresa Lass Máquinas e Equipamentos Ltda. noticiando possíveis irregularidades no processamento do Pregão Presencial nº 04/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Luiziânia, tendo como objeto a aquisição de uma pá carregadeira sobre rodas, articulada, zero hora, no ano/modelo 2020/2020 ou superior; motor diesel de no mínimo 04 cilindros do mesmo fabricante; turbo alimentado; potência mínima de 125 HP.Em síntese, alega a interessada que especificação técnica constante do instrumento convocatório restringe a competitividade do certame ao exigir motor do mesmo fabricante do maquinário pretendido, panorama que contraria a jurisprudência desta Casa.A matéria foi instruída pela Unidade Regional de Araçatuba – UR-1, a qual se posicionou pela procedência das alegações, tendo em vista que a exigência editalícia afrontou o entendimento mais recente desse Tribunal sobre o tema, inexistindo motivação de ordem técnica que demonstrasse prejuízo à eficiência e operacionalidade dos equipamentos pela diferença entre os fabricantes do equipamento e seus respectivos motores.Asseverou, ainda, que a maior parte das despesas foi custeada com recursos de origem federal (R$ 300.000,00), havendo uma contrapartida municipal de R$ 4.000,00 (evento 30).Regularmente notificada (DOE de 09/07/2020), a Prefeitura compareceu ao feito esclarecendo que o certame foi deflagrado com base em Convênio firmado com o Governo Federal, implicando na vinculação entre o Plano de Trabalho previamente aprovado e as exigências editalícias, sob pena que restasse caracterizado descumprimento aos termos da parceria estabelecida e desvio de finalidade.Pontuou, ainda, que foi dada ampla publicidade ao edital do Pregão nº 04/2020 e que o preço final contratado se mostrou bastante inferior ao inicialmente orçado, inexistindo prejuízo ao erário e pugnando, assim, pela improcedência e arquivamento da matéria (eventos 49.1 a 49.4).Ministério Público de Contas considerou que a exigência editalícia criticada comprometeu a ampla competitividade do certame, contrariando a jurisprudência consolidada nesta Corte quanto à falta de justificativa técnica para tal exigência. Concluiu pela procedência do processado, propondo a aplicação de multa aos responsáveis (evento 56).De plano, compete reconhecer que a atual jurisprudência desta e. Corte considera imprópria a exigência que restringe o fornecimento de máquinas pás-carregadeiras àqueles modelos cujo motor seja do mesmo fabricante, especialmente quando não demonstrada a justificativa técnica para tal restrição, por afronta ao inciso I do § 1º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.Contudo, no caso concreto, a documentação encartada aos autos demonstrou que a licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Luiziânia foi antecedida de convênio firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Governo Federal, o qual previu a liberação de R$ 300.000,00 para aquisição de uma máquina pá-carregadeira, ante a contrapartida de R$ 41.666,67 pela Municipalidade (eventos 49.3 e 49.4).O pacto em comento foi precedido de proposta apresentada pelo Município em 13/03/2019[1] e baseado em Memorial Técnico Descritivo de 23/04/2019[2], o qual estabeleceu a coincidência de fabricantes do equipamento e do motor em momento prévio ao decidido por este Tribunal nos autos do processo TC-015061.989.19-0, julgado na sessão Plenária de 24/07/2019 (Relator Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, DOE de 27/07/2019).Considerando, assim, que esta Casa se manifestou contrariamente a tal exigência em momento posterior ao Plano de Trabalho apresentando, que a cláusula editalícia reproduziu as especificações previamente aprovadas pelos partícipes, e, ainda, que a aquisição foi processada por valor 11,02% inferior ao originalmente orçado pela Administração (de R$ 341.666,67 por R$ 304.000,00), não encontro razões para seguimento da matéria e determino seu arquivamento.Recomendo à Prefeitura, de outra parte, que observe a jurisprudência deste Tribunal em seus futuros certames, abstendo-se de exigir identidade de fabricantes entre a pá-carregadeira e seu motor.

Publique-se.

PROCESSO: TC-009671.989.19-2 (Ref. TC-004887.989.19-2).ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR.RESPONSÁVEL: Thiago Giatti Assis – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Fiscalizações Ordenadas.EXERCÍCIO: 2019.ADVOGADO: José Américo Lombardi (OAB/SP 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP 124.850), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP 395.306) e Cassio Telles Ferreira Netto (OAB/SP 107.509).Os autos albergam os relatórios de Fiscalizações Ordenadas levadas a efeito por esta e. Corte no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Monte Mor.Considerando que a matéria subsidiou a análise do relatório de fiscalização constante do evento 59.45 do processo TC-004887.989.19-2, conforme informado pela UR-3 no evento 53, determino seu arquivamento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-9959.989.19-5.CONTRATANTE: Saneamento Básico do Município de Mauá - SAMA.CONTRATADA: Zetta Frotas Ltda.OBJETO: Locação de veículos automotores leves, com e sem motorista, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assim como o fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas.EM EXAME: Execução do Contrato nº 49/2018, celebrado em 03/01/19, pelo prazo de 180 dias, no valor de R$ 1.854.446,64 (Dispensa de licitação - Art. 24., IV, da Lei nº 8.666/93 e Contrato nº 49/2018 em análise no TC-9167.989.19). - Visita nº 01: (Realizada em 06/06/19). - Visita nº 02: (Realizado em 12/05/20).Responsáveis pela assinatura do Contrato: Sr. Antonio Bertucci (Superintendente do SAMA, à época) e Sr. Paulo Emilio Pimentel Uzêda (Sócio Diretor da empresa contratada).Atual Superintendente do SAMA: Sr. José Francisco Jacinto.Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319); Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850); Vinicius Pollarini Marques de Souza (OAB/SP nº 365.306);Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306); Cássio Telles Ferreira Netto (OAB/SP nº 107.509).Instrução: 4ª DF. Em exame a execução do Contrato nº 49/2018, celebrado em 03/01/19, pelo prazo de 180 dias, no valor de R$ 1.854.446,64, entre Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA e a Zetta Frotas Ltda., objetivando a locação de veículos automotores leves, com e sem motorista, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assim como o fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas. Foram realizadas a Visita nº 01, na data de 06/06/19, e a Visita nº 02, em 12/05/20. O Contrato nº 49/2018 e a precedente dispensa de licitação (artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93) encontram-se em análise no TC-9167.989.19.A Equipe de Fiscalização apontou as seguintes falhas em relação à matéria:- Visita nº 01 (06/06/19 – evento 21.3): constou da Cláusula Terceira do Contrato (evento 1.11 do TC-9167.989.19) que os veículos deveriam ser na cor branca. Ocorre que os veículos verificados, por amostragem, eram na cor prata, com exceção do caminhão previsto no Lote 5 do certame, que apresentava a cor branca, mas sem o rádio de comunicação exigido no Edital;- Visita nº 02 (12/05/20 – evento 60.7): foram solicitamos os documentos dispostos no artigo 87 das Instruções nº 02/2016 deste Tribunal considerando a previsão de encerramento da vigência contratual. Todavia, a Origem, no evento 53.1, declarou que embora tenha ocorrido o término do Contrato emergencial em 02/07/19 não houve finalização dos serviços, e desde então passou a pagar a empresa prestadora de serviços por "indenizatório". Concluiu-se, dessa forma, que ocorreram pagamentos sem cobertura contratual, no total de R$ 2.824.451,32, os quais foram empenhados apenas quando apresentadas as Notas Fiscais e faturas, caracterizando despesa sem prévio empenho, prática vedada pelo artigo 60 da Lei Federal 4.320/64. Nessa conformidade, assino aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que possam manifestar-se a respeito das questões suscitadas nos autos, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93. Expeça-se ofício ao Sr. Antonio Bertucci, ex-Superintendente do SAMA, uma vez que o Termo de Ciência e Notificação juntado no evento 1.18 do processo principal TC-9167.989.19-3 não foi assinado pelo mencionado responsável, mas pelo Sr. Gino Manzi, Superintendente Interino. Esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o acesso à íntegra do processo poderá ser realizado mediante regular credenciamento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Expediente: TC-010607.989.16-7.Interessados: Edimilson Fernandes de Souza e José Luiz Vitor, Conselheiros de Saúde do Município de Araras.Mencionada: Prefeitura Municipal de Araras.Responsável: Nelson Dimas Brambilla – Prefeito Municipal (à época).Assunto: Comunica possíveis irregularidades na gestão da Saúde do Município de Araras e no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.Trata-se de expediente encaminhado pelos Senhores Edimilson Fernandes de Souza e José Luiz Vitor, Conselheiros de Saúde do Município de Araras, comunicando possíveis irregularidades na gestão da Saúde do Município de Araras e no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.Em síntese, alegam os interessados que a Prefeitura não disponibilizou infraestrutura ou cursos de capacitação para correto funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, além de indicar possíveis casos de servidores em desvio de função.A matéria foi instruída pela Unidade Regional de Campinas – UR-3 no evento 32, a qual informou que os questionamentos suscitados pelos Conselheiros foram tratados e esclarecidos em reuniões subsequentes daquele colegiado, pontuando, de outra parte, que a alocação de profissionais de outras secretarias na folha de pagamentos da Saúde foi abordada nos demonstrativos do exercício de 2016 (TC-004420.989.16-2). Opinou pela procedência parcial do protocolado.Regularmente notificado (DOE de 06/10/2017, contrafé no evento 54), o responsável aduziu que o Município regularizou as deficiências na estruturação do Conselho de Saúde e esclareceu que alguns profissionais oriundos de outras pastas foram realocados na folha de pagamento da Saúde, como forma de aproveitar esses servidores após a extinção de seus postos de trabalho originários.Considerou, assim, que os questionamentos restaram dirimidos em face das justificativas, pugnando pela improcedência da matéria (eventos 57.1 a 57.5).Chefia de ATJ encaminhou os autos para prosseguimento (evento 64).Ministério Público de Contas requereu prévia oitiva da fiscalização em face dos novos documentos aportados pela Origem (evento 77).O feito retornou à UR-3, que reiterou seu entendimento pela procedência parcial da matéria (evento 86).MPC acompanhou as conclusões pela procedência parcial, ante a existência de profissionais na folha de pagamentos da Saúde que não guardam relação com as funções atinentes à pasta, inexistindo prova de que tais desvios funcionais haviam sido sanados (evento 90).Conforme apurado pela fiscalização, as críticas lançadas pelos então empossados Conselheiros Municipais de Saúde, relacionados à falta de infraestrutura e de capacitações específicas para o setor, foram solucionadas e esclarecidas nas reuniões subsequentes daquele colegiado, restando, assim, corrigidas no curso do próprio exercício.Quanto à alocação de três servidores na pasta da Saúde, cujos cargos não ostentavam atribuições típicas daquele setor, registro que a matéria foi objeto de anotações no relatório das

Contas Anuais do Exercício de 2016 da Prefeitura de Araras (TC-004420.989.16-2), não implicando em prejuízo ao atendimento do inciso III do § 2º do art. 198 da CF/88 c.c. art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, já que registrada destinação de 24,37% das receitas próprias em ações de Saúde, tendo a C. Segunda Câmara emitido parecer favorável àqueles demonstrativos em sessão de 24/07/2018 (DOE de 30/10/2018).Considerando, assim, que a Administração adotou medidas corretivas diante dos desacertos e que a questão dos três servidores já foi abordada nas contas, determino o arquivamento deste protocolado, sem prejuízo de determinar à Prefeitura que cesse as ocorrências de desvio de função no seu Quadro de Pessoal.

Publique-se.

Processo: TC-10719.989.20-4.Contratante: Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.Contratada: Nely Rodrigues Construções Civis Comercio e Prestação de Serviços Ltda.Objeto: Reforma dos telhados dos Edifícios Java e Barentz da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos.Em exame: Acompanhamento da execução do Contrato nº 04/2020 de 21/01/2020, abarcado no TC-10587.989.20-3.Autoridade que firmou o Instrumento pela Contratante: Prof. Dr. Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa – Diretor.Responsável que firmou o Instrumento pela Contratada: Adair Rodrigues Pereira – Sócio e Administrador. Obs.: Consta Termo de Ciência e de Notificação no evento nº 1.32 do TC-10587.989.20-3.Fiscalização: DF-04. Advogados: Heloisa Bonora (OAB/SP nº 185.247), Ângela Cristina Lopes da Silveira Lacerda (OAB/SP nº 188.828), Paula Aparecida Alves Andreotti (OAB/SP nº 276.339), e outros. Versam os autos sobre o acompanhamento da execução do Contrato nº 04/2020, assinado em 21/01/2020, entre a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e a empresa Nely Rodrigues Construções Civis Comercio e Prestação de Serviços Ltda., objetivando a reforma dos telhados dos Edifícios Java e Barentz, ao valor de R$2.448.246,70, e prazo de 12 (doze) meses, de 21/01/2020 a 20/01/2021.Ao proceder ao segundo acompanhamento da execução do contrato em epígrafe, realizado em 09/10/2020, a fiscalização verificou as seguintes falhas relativas ao cumprimento do objeto, opinando pela irregularidade da execução contratual (evento nº 31):– Atraso na execução dos serviços;– Alteração no projeto com aditamento e supressão de insumos e serviços, e alteração no cronograma físico-financeiro sem formalização de ajuste.Ante o exposto, considerando o pronunciamento externado pela fiscalização no evento nº 31, assino o prazo de 15 (quinze) dias à Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, à Nely Rodrigues Construções Civis Comercio e Prestação de Serviços Ltda., e aos responsáveis indicados no cabeçalho, nos termos do art. 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 709/93, para que tomem conhecimento das objeções lançadas, e tragam as suas justificativas, acompanhadas dos documentos comprobatórios.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra do presente despacho e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-10980.989.19-8. Origem: Prefeitura Municipal de Itapevi.Responsável: Igor Soares Ebert – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Advogado(s): Marcelo Palaveri – OAB/SP 114.164 e outros. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizada pela 6ª DF sobre as contas da Municipalidade de Itapevi, exercício de 2019, as quais estão abrigadas no TC-4933.989.19-6. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 18.12.19 (evento 109). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Publique-se.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-025201.989.20-9. Representante: Calux Comercial Eireli, por seu representante legal Gabriel Yves Abrahão Salomão Gilbert. Representada: Prefeitura Municipal de Barueri. Responsável: Rubens Furlan – Prefeito. Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Presencial n.º 002/2020, que objetiva a aquisição e entrega parcelada de brinquedos diversos. Advogados: Alexandre de Lorenzi (OAB/SP n.º 174.629), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP n.º 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP n.º 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP n.º 262.845) Em exame: Petições formuladas pelo Calux Comercial Eireli noticiando possíveis irregularidades no desenrolar do certame.Trata-se de representação formulada pela empresa Calux Comercial Eireli contra o Edital do Pregão Presencial n.º 002/2020, da Prefeitura Municipal de Barueri, que objetiva a aquisição e entrega de brinquedos diversos.A impugnante criticou originalmente, em linhas gerais, as especificações de certos produtos e as condições de entrega, tendo requerido a concessão de medida liminar de suspensão do certame, com a correção do edital nos pontos impugnados.Por meio de despacho exarado em 18/11/2020, indeferi o pleito de paralisação da licitação. Não obstante, recebi a matéria como Representação, nos termos do artigo 214 de nosso Regimento Interno.Após a ciência do Ministério Público de Contas, os autos foram encaminhados para a instrução da Fiscalização.Sobrevieram, então, duas petições formuladas pela representante Calux Comercial Eireli, narrando ocorrências relativas ao desenrolar do certame.Relata que, em 19/11/2020, dia da sessão, existiam muitas participantes fora da sala do pregão (aproximadamente 30 a 35), sendo que o certame foi suspenso três vezes.Informa que havia diversos envelopes relacionados à entrega de proposta e documentação, bem como que vários deles foram retirados por empresas que desistiram de participar, sem que tal desistência tenha constado em ata.Detalha que, além da peticionária, outras cinco participaram da disputa, sendo que as três primeiras licitantes ofertaram preços praticamente idênticos (com diferenças de centavos), indicando a existência de conluio.Acrescenta que a proposta da representante ficou fora da competição.Pondera que a combinação de preços na licitação viola a competitividade e a moralidade, consignando que não houve disputa na fase de lances em prejuízo da empresa e do interesse público.Registra o disposto no artigo 36, § 3º, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 12529/11, nomeia as três ganhadoras do certame e reproduz valores em cada um dos itens, chamando a atenção para a variação irrisória entre os preços.Destaca, ainda, que, com o acréscimo de 10% em relação à proposta de menor preço, há pouca diferença para a oferta por ela formulada, como se as vencedoras tivessem adivinhado os valores da proposta da representante, sublinhando que entregou o envelope às 9h e o certame foi parado por três vezes.Após reproduzir tabela com tais comparativos, a ata de abertura e as arrematantes para cada item, sublinha que não houve disputa no certame tampouco redução significativa de preços.Ressalta, ainda, que a 5ª e 6ª colocadas preencheram suas propostas à mão, o que não é comum.Realça que a empresa Proxximo Com. E Serviços alinhavou sua oferta em documento sem cabeçalho, dados e requisitos obrigatórios demandados pelo edital e com assinatura sem identificação. Além disso, prossegue, referida proposta não tem carimbo, sinalizando que foi elaborada no local, para colocar "mais um" licitante. Ainda em relação a essa participante, acrescenta falha na relação de marcas: "1. Dedo brinquedo – é uma loja on line e não uma marca 2. Baby – não existe esta marca de boneca, somente tipos de bonecas baby. 3. Poly – não existe esta marca de carrinho".Articula que as empresas com ofertas em desacordo com o edital devem ser desclassificadas, sendo que a representante solicitou, sem sucesso até aquele momento, vistas ao processo administrativo.Ante tais indícios de irregularidades, entende que é necessária a suspensão do certame, com a realização de nova sessão para apresentação de propostas, reforçando seu entendimento com orientações doutrinárias e jurisprudenciais.No mais acrescenta que:Os itens 3 e 12, estão direcionados a marca Sidnyl, vale lembrar aqui que foi esta a marca ganha pela licitante FK Comércio e Serviços Eireli.Como pode ser averiguado também, as três primeiras empresas colocadas, estão com a marca USUAL, para os itens 8 e 17 e 9 e 18. Pois somente a marca Usual atende o item 8 e 17, e o item 9 e 18 as únicas marcas que atendem o edital é a Usual e a Roma. E a empresa Usual como informado, não atenderá a nenhum pedido e a nenhuma licitação.A GANHADORA DESTES ITENS COM A MARCA USUAL É A EMPRESA LE VIN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELIAo final, desse primeiro petitório, requer a paralisação do certame.Na segunda petição protocolizada nos autos, a empresa começa por informar que formalizou pedidos de vistas e solicitação de acompanhamento da análise das amostras e da entrega dos materiais, pleitos reiterados por meio de envios de mensagens eletrônicas e ligações.Acontece que, segundo alega, recebeu como resposta que ainda não tinha sido marcado dia para exame dos exemplares, o que contraria o período de cumprimento do objeto previsto no item 11 do edital (30/11/2020 a 04/12/2020).Desta forma, entende ser impossível que a análise dos exemplares não tenha sido feita, de modo a concluir que ou não entregaram a amostra ou o que foi entregue está em desacordo com o instrumento.Agrava o cenário, a seu ver, não se saber que material será ofertando, argumentando que a atitude da Prefeitura fere a legalidade no procedimento licitatório.Ante tal panorama, sustenta que esta Corte deve intervir no andamento do referido certame, porquanto "além do 'paredão' (conluio)", estão ocorrendo outras ilicitudes.Ratifica pedido de suspensão do certame, reproduzindo os e-mails enviados à Prefeitura.Por meio de despacho exarado em 03/12/2020, considerando as notícias acerca do desenrolar do certame e alegações de possíveis irregularidades com potencial, segundo a representante, para gerar prejuízos aos cofres públicos, assinei à autoridade competente o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que apresentasse esclarecimentos, acompanhadas da documentação comprobatória.Em resposta, a Prefeitura apresenta documentos e rememora, inicialmente, que versão anterior do edital fora objeto de revogação, para fins de promoção de correções e ajustes necessários, em razão de impugnação formulada por G8 Armarinhos Ltda.Assinala que a entrega de brinquedos constitui tradição local.Afirma que a petição intermediária apresentada evidencia intuito de conturbar o andamento do procedimento. Explica que, em consulta a sites oficiais, a Secretaria de Suprimentos constatou que a atual representante opera em conjunto com a impugnante anterior com referido intuito.Passa, então, a informar que não procede a alegação de que o envelope da reclamante foi entregue antes dos demais, tendo havido, conforme ata de abertura, recepção em sessão de todas as propostas. Chama a atenção, ainda, para o fato de a empresa ter se mantido silente, tanto no que se refere às exigências editalícias, quanto no que diz respeito ao interesse em interpor recurso no momento oportuno, operando-se preclusão temporal, conforme artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, assim como lições doutrinárias e jurisprudenciais.Sustenta ser descabida a alegação de que as demais licitantes tiveram acesso aos valores ofertados pela representante, unindo-se em conluio para vencer o certame, destacando a ausência de apresentação de provas para corroborar tal acusação.Consigna que é insubsistente a assertiva no sentido de que a impugnante deveria participar da etapa de lances, na medida em que a proposta por ela formulada não atendeu ao disposto no artigo 4º, inciso VIII, da Lei Federal n.º 10520/2002.Igualmente, aduz serem infundadas as afirmações sobre a empresa Proxximo Com. E Serviços, elucidando que tal interessada teve sua oferta desclassificada por falta de preenchimento dos requisitos previstos no edital.Considera sem base a denúncia de direcionamento, tendo em vista todas as oportunidades disponíveis para contestar regras editalícias e atos do pregão, respeitando a legislação de regência.Acrescenta que, a despeito da intempestividade, a Administração acolheu os pleitos de vistas e acompanhamento da análise das amostras e entrega do objeto.No mais, noticia que o processo foi concluído, sem recurso dos demais participantes, tendo sido publicado o resultado em Diário Oficial.Ao final, requer o julgamento pela improcedência da representação.É o relatório.Decido.A sessão de processamento do pregão impugnado ocorreu em 19/11/2020, sendo que, segundo consulta ao Diário Oficial do Estado - Poder Executivo - Seção I, já houve adjudicação do objeto e homologação do certame (Edição de 27/11/2020 – p. 212), assim como publicação do extrato dos decorrentes contratos (Edição de 03/12/2020 – p. 199), fatos que impedem o processamento do presente feito como exame prévio de edital, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei de Licitações.Na oportunidade concedida para se manifestar a respeito do desenrolar do certame, a representada busca refutar as irregularidades suscitadas pela impugnante.No entanto, como inexiste espaço para a excepcional apreciação apriorística da matéria por parte deste Tribunal, mostra-se apropriado ampliar a extensão da averiguação anteriormente determinada, assim como orientar que os argumentos e documentos lançados nas petições apresentadas pela representante e os esclarecimentos prestados pela Administração sejam incorporados e levados em consideração por ocasião da análise a ser empreendida pela Fiscalização.Em vista do exposto, determino a instrução da representação em epígrafe, já recepcionada nos termos do artigo 214 do Regimento Interno, a qual deverá ser instruída em conjunto com o procedimento licitatório e os ajustes decorrentes, com ciência desta decisão à representante e à representada.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO:00002499.989.19-2

ÓRGÃO: CASA CIVIL (CNPJ 10.979.446/0001-63)

INTERESSADO(A): ANTONIO CARLOS RIZEQUE MALUFE

ASSUNTO: Relatório de Fiscalização - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: DF-04

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00003890.989.19-7, 00003891.989.19-6, 00003892.989.19-5

PROCESSO:00003890.989.19-7

ÓRGÃO: GABINETE DO SECRETARIO - CASA CIVIL (CNPJ 10.979.446/0005-97)

INTERESSADO(A): CARLOS KOJI TAKAHASHI

MARIA DE FATIMA DAVID DE ALMEIDA

ASSUNTO: Relatório de Fiscalização - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: DF-04

PROCESSO PRINCIPAL: 2499.989.19-2

PROCESSO:00003891.989.19-6

ÓRGÃO: SUBSECRETARIA DE COMUNICACAO - CASA CIVIL (CNPJ 10.979.446/0002-44)

ASSUNTO: Relatório de Fiscalização - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: DF-04

PROCESSO PRINCIPAL: 2499.989.19-2

PROCESSO:00003892.989.19-5

ÓRGÃO: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS - CASA CIVIL (CNPJ 10.979.446/0006-78)

INTERESSADO(A): MARCELO SACENCO ASQUINO

MARCOS CAMARGO CAMPAGNONE

ASSUNTO: Relatório de Fiscalização - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: DF-04

PROCESSO PRINCIPAL: 2499.989.19-2

VISTOS.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tomem ciência dos relatórios ofertados pela Fiscalização das Contas do Exercício de 2019 da Casa Civil, relativos aos processos acima identificados (o relatório Consolidado foi inserido no evento 12 do TC-002499.989.19-2 e as Sínteses foram incluídas nos processos eletrônicos de cada UGE mencionada neste despacho), e apresentem as justificativas que entenderem pertinentes no respectivo processo eletrônico de cada Unidade Gestora Executora.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página https: //www4.tce.sp.gov.br/etcesp/, mediante regular cadastramento, se, ainda, não efetivado.

Transcorrido o prazo, remetam-se os autos à PFE e ao MPC, nos termos dos artigos 60 e 69, II, do RITCESP.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-8507.989.15-0

eTC-8561.989.15-3

eTC-15432.989.17-6

eTC-15431.989.17-7

eTC-9804.989.19-2

eTC-9806.989.19-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIABU

RESPONSÁVEIS: DARIO MARQUES PINHEIRO

CONTRATADA: SANCHES & AQUINO CONSTRUTORA LTDA.

RESPONSÁVEL: CLEITON SANCHES DE AQUINO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL NELSON CIRILO DE SOUZA

ADVOGADOS: DR. ADENIR THEODORO JUNIOR OAB/SP 422891

Vistos.

Em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais dez dias, a contar da publicação.

Publique-se.

PROCESSO: TC-225.989.19-3

TC-6484.989.19-9

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO - DAERP

RESPONSÁVEIS: AFONSO REIS DUARTE

LINEU ANDRADE DE ALMEIDA

RICARDO EMIDIO TORRES

CONTRATADA: VECTOR SISTEMAS DE MEDIÇÃO LTDA.

RESPONSÁVEIS: MARCOS ANTONIO KOKOL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS VELOCIMETRICOS

ADVOGADOS: DRA. ANDREA GIUBBINA URBANO OAB/SP 260.360

Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-4333.989.15-0

CONTRATANTE: PREFEITURA ILHA COMPRIDA

RESPONSÁVEIS: DECIO JOSE VENTURA

CONTRATADA: BLK CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS EIRELI

RESPONSÁVEL: VINICIUS STUDART ALCANTARA COSTA

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ORLA MARITIMA

ADVOGADOS: DRA. TANIA M. AVINO OAB/SP 77.667 E OUTROS

Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: TC-21623.989.18-3

TC-21794.989.18-6

TC-10453.989.19-6

TC-12670.989.19-3

TC-16898.989.19-9

TC-16352.989.20-6

CONTRATANTE: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE LIMEIRA S/A EMDEL

RESPONSÁVEIS: DIONISIO FRANCO SIMONI

CONTRATADA: J.C.M. CONSTRUTORA LTDA.

RESPONSÁVEIS: PAULO ROBERTO MOREIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REDE HIDRAULICA, ESGOTO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCENDIO NO TERMINAL RODOVIÁRIO COMENDADOR AGOSTINHO PRADA

ADVOGADOS: DR. DIONISIO F. SIMONI OAB/SP 258.106

Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Publique-se.

PROCESSOS:eTCs 9181.989.17-9; 9090.989.19-5; 9092.989.19-3; 9094.989.19-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

RESPONSÁVEIS: JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR.

CONTRATADA:REPECOL CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA. EPP

RESPONSÁVEIS:MATHEUS PEREIRA DOS REIS.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA DE TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE TAUBATÉ.

ADVOGADOS: ANA LAURA DE CAMARGO (OAB/SP Nº 105.543) E OUTROS

Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO:00002878.989.20-1

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUTECIA (CNPJ 44.544.880/0001-32)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-04

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00015076.989.20-1

Vistos.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2020 (Evento 46).

Demandam especial atenção do responsável a liquidez projetada negativa e os gastos liquidados de publicidade institucional.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Publique-se.

PROCESSO:TC-000583.989.13-2

ÓRGÃO: FACULDADE DE ENGENHARIA – UNESP CAMPUS DE GUARATINGUETÁ (CNPJ 48.031.918/0003-96)

RESPONSÁVEIS: JULIO SANTANA ANTUNES (DIRETOR); MARCELO DOS SANTOS PEREIRA (DIRETOR); ANGELO CAPORALLI FILHO (VICE DIRETOR); MAURO HUGO MATHIAS (VICE DIRETOR).

ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL

INTERESSADA: ANDREIA MARIA PEDRO SALGADO

EXERCÍCIO: 2012

INSTRUÇÃO POR: UR-14

VISTOS.

A Segunda Câmara, em sessão realizada no dia 18/08/2020, deu provimento ao recurso analisado no TC-010623.989.15-9, considerando regular a admissão da Sra. Andreia Maria Pedro Salgado.

Assim, DETERMINO o encaminhamento dos autos ao DSF-2.1 para registros e, em seguida, ao ARQUIVO.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: 00004396.989.19-6

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA (CNPJ 46.162.178/0001-30)

ADVOGADO: LUIS HENRIQUE DE ALMEIDA LEITE (OAB/SP 147.823) / EDNILSON MODESTO DE OLIVEIRA (OAB/SP 231.525)

INTERESSADO(A): PAULO CESAR BALIEIRO

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-01

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00008709.989.19-8

Vistos.

O Município de Barbosa solicita nova prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Evento 93).

Trata-se do terceiro pedido de dilação de prazo para essa finalidade.

Assim, considerando que a primeira notificação foi publicada no DOE de 01/10/2020 (Evento 62), portanto há mais de 02 (dois) meses, tempo suficiente para preparar justificativas, defiro, derradeiramente, o prazo de 10 (dez) dias improrrogáveis para o interessado apresentar alegações.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para a manifestação da Assessoria Técnica e do Ministério Publico de Contas, nos termos do art. 195 do Regimento Interno.

Publique-se.

PROCESSO: 00004415.989.18-5

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IACANGA (CNPJ 46.137.477/0001-14)

ADVOGADO: LUIZ FABIANO APPOLINARIO (OAB/SP 374.790)

INTERESSADO(A): ISMAEL EDSON BOIANI

ELI DONISETI CARDOSO

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-02

Vistos.

O parecer sobre as contas anuais do exercício de 2018 transitou em julgado (Evento 135) e a equipe técnica informou que remeteu os autos ao Poder Legislativo Municipal, conforme previsto no artigo 31 da Constituição Federal e artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo (Evento 153).

Ante o exposto, não havendo outras providências a serem adotadas, remeto os autos ao arquivo.

Publique-se.

PROCESSO: 00004457.989.19-2

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE (CNPJ 45.112.224/0001-23)

INTERESSADO(A): MARCOS ANTONIO SAES LOPES

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00008756.989.19-0

PROCESSO(S)REFERENCIADO(S): 00015147.989.19-8, 00015147.989.19-8

Vistos.

O responsável pelas contas de 2019 da Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste solicita prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Evento 66).

DEFIRO o prazo adicional de 10 (dez) dias.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para a manifestação da Assessoria Técnica e do Ministério Publico de Contas, nos termos do art. 195 do Regimento Interno.

Publique-se.

PROCESSO: 00004717.989.19-8

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA (CNPJ 58.993.577/0001-21)

ADVOGADO: RENATA SAYDEL (OAB/SP 194.266) / RENATO DE CASTRO DA SILVA (OAB/SP 302.804) / SERGIO RAPOSO DO AMARAL (OAB/SP 342.737)

INTERESSADO(A): LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA

JOAO BATISTA DAMY CORREA JUNIOR

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-09

Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 80.37), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO a Sra. LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA e o Sr. JOÃO BATISTA DAMY CORREA JUNIOR, responsáveis pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do contido nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresentem as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RITCESP.

Publique-se.

PROCESSO:00004784.989.19-6

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO SUL (CNPJ 52.846.144/0001-67)

ADVOGADO: CYRO ROBERTO RODRIGUES GONCALVES JUNIOR (OAB/SP 155.295)

INTERESSADO(A): EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA (CPF 313.441.098-29)

ADVOGADO: RAFAEL ANGELO CHAIB LOTIERZO (OAB/SP 92.255)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-19
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00014667.989.19-8
Vistos.

NOTIFIQUE-SE, nos termos do artigo 91, III, o Sr. EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA e seu representante legal para que regularize a peça recursal constante do Evento 113.1, protocolando a mesma em processo autônomo nos moldes do Comunicado GP 03/20131.

Devo ainda lembrar o interessado que não houve qualquer decisão proferida nesta fase processual e que o instrumento adequado para recorrer do Despacho de Evento 108.1, nos moldes do artigo 64 da Lei Complementar Estadual 703, é o Agravo e não Embargos de Declaração.

Portanto, indefiro a juntada de toda a documentação constante do Evento 113.

Publique-se.

PROCESSO: 00004926.989.19-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO (CNPJ 45.699.626/0001-76)
ADVOGADO: JOSE RICARDO BIAZZO SIMON (OAB/SP 127.708) / RENATA FIORI PUCCETTI (OAB/SP 131.777) / ELIAS NEJAR BADU MAHFUD (OAB/SP 166.697) / IRIS CARDOSO DE BRITO (OAB/SP 178.476) / CLEBER VARGAS BARBIERI (OAB/SP 252.785) / ANDREA CRISTINE FARIA FRIGO MEDEIROS (OAB/SP 290.085) / KAIQUE JACINTO CARVALHO ALMEIDA (OAB/SP 390.646) / MARCELLA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB/SP 411.196)
INTERESSADO(A): FREDERICO GUIDONI SCARANELLO
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00018503.989.19-6
Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 68.38), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO o Sr. FREDERICO GUIDONI SCARANELLO, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do contido nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RITCESP.

Publique-se.

PROCESSO:007759.989.20-5
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS (CNPJ 46.523.064/0001-78)
ADVOGADO: HERMANO ALMEIDA LEITAO (OAB/SP 91.910)
CONTRATADO(A):V S M ENGENHARIA LTDA (CNPJ 27.414.591/0001-08)
INTERESSADO(A):GERSON MOREIRA ROMERO (CPF 038.888.338-33)
LUIZ FERNANDO SAPUN (CPF 280.554.778-09)
ASSUNTO: Tomada de Preços nº 004/2018 - PM nº 11781/2017. Termo de Contrato n° 137/2018.
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: DF-09
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 012138.989.20-7
Vistos.

Em face do não atendimento do despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 18/08/2020 (evento 34), NOTIFICO os responsáveis pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS, nos termos do artigo 91, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93, para que no prazo de 15 (quinze) dias tomem ciência de toda a matéria instruída nos autos, e apresentem as justificativas que entenderem pertinentes, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, em cumprimento ao citado despacho.

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento do processo no estado em que se encontra, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação de qualquer dos interessados, os autos deverão retornar diretamente a este Gabinete. Caso haja manifestação, o retorno deverá ocorrer com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

PROCESSO:025343.989.19-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
ADVOGADO: MARIANA DA SILVA SANT ANA (OAB/SP 278.814)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO:Concorrência n° 01/2016. Contrato n° 019, de 03/08/2016. Objeto: Contratação de empresa para construção de Creche Escola (Convênio PAEM - Educação Infantil).
EXERCÍCIO: 2016
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 025419.989.19-9, 009761.989.20-1, 009763.989.20-9, 009775.989.20-5, 009787.989.20-1, 009797.989.20-9, 009811.989.20-1, 009817.989.20-5, 023748.989.20-9
PROCESSO:025419.989.19-9
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
ADVOGADO: MARIANA DA SILVA SANT ANA (OAB/SP 278.814)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Acompanhamento de Execução do Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2016
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009761.989.20-1
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A):BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 01, de 31/03/2017. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009763.989.20-9
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 02, de 28/11/2017. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009775.989.20-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo Aditivo n° 03, de 16/07/2018. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009787.989.20-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 04, de 06/08/2018. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009797.989.20-9
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 05, de 15/05/2019. Contrato n° 019/2016, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009811.989.20-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 06, de 24/06/2019. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
PROCESSO:009817.989.20-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU (CNPJ 44.482.248/0001-01)
CONTRATADO(A): BERTOLINI & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 12.894.025/0001-65)
INTERESSADO(A): ALESANDRA COLOMBO MARANA (CPF 110.558.518-28)
MARCOS BERTOLINI (CPF 190.887.038-92)
ASSUNTO: Termo de Aditamento n° 07, de 30/12/2019. Contrato n° 019, de 03/08/2016.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 025343.989.19-0
Vistos.

Em face da instrução processada pela Fiscalização nos autos que tratam dos Termos Aditivos I a VII, (evento 13.1 do TC-009761.989.20-1, evento 13.1 do TC-009763.989.20-9, evento 13.1 do TC-009775.989.20-5, evento 13.1 do TC-009787.989.20-1, evento 13.1 do TC-009797.989.20-9, evento 13.3 do TC-009811.989.20-1, e evento 13.1 do TC-009817.989.20-5), e considerando o pedido de prorrogação de prazo apresentado no processo que cuida do acompanhamento da execução contratual (evento 39.1 do TC-025419.989.19-9), defiro à PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUÇU, bem como aos demais interessados acima citados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, tomem ciência de todo o conteúdo instruído nos processos, e adotem todas as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei e das Instruções nº 02/2016 deste Tribunal, ou apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Renovo a todos os interessados a oportunidade para manifestação, no mesmo prazo, no processo que trata da matéria principal (TC-025343.989.19-0).

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento dos processos no estado em que se encontram, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página https: //e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/, mediante regular cadastramento, se ainda não efetivado.

Transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação de qualquer dos interessados, os autos deverão retornar diretamente a este Gabinete. Caso haja manifestação, o retorno deverá ocorrer com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

PROCESSO: TC-002170.989.20-6
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO SERRANA - CISAMU
RESPONSÁVEL: JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
ORGANIZAÇÃO SOCIAL: INSTITUTO ESPERANÇA
RESPONSÁVEL: PEDRO CIPRIANO DA SILVA JUNIOR (Diretor Presidente)
MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR PRESTAÇÃO DE CONTAS (CONTRATO DE GESTÃO N° 01/2016)
VISTOS.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do artigo 2°, XIII, da LCE nº 709/1993, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, tomem ciência do relatório ofertado pela Fiscalização no evento 29 deste processo e apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Transcorrido o prazo, retornem os autos à Unidade Regional de São José dos Campos/UR-07 para continuidade dos trabalhos relativos à instrução da prestação de contas.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Expediente: TC-025460.989.20-5.
Representante: Maria Idalina Tamassia Betoni.
Representada: Prefeitura Municipal de Lagoinha.
Responsável: Tiago Magno de Oliveira - Prefeito.
Assunto: Representação contra edital do Pregão Presencial nº 27/2020, promovido pela Prefeitura de Lagoinha, objetivando a contratação de serviços médicos.
Valor estimado da contratação: Não informado.
Advogados cadastrados no E-TCESP: Maria Idalina Tamassia Betoni (OAB/SP 264.559).
Data da abertura: 23/11/2020, às 09: 30 horas.
Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação de MARIA IDALINA TAMASSIA BETONI contra o edital do Pregão Presencial nº 27/2020, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOINHA, objetivando a contratação de serviços médicos.

1.2.A representante, em linhas gerais, requer o desarquivamento dos autos e o julgamento pela procedência de seu questionamento à falta de vedação expressa à participação de cooperativas e associações no certame.

1.3.A representação foi autuada na sexta-feira (20/11/2020 - 14h: 15min), dia sem expediente na Sede desta E. Corte de Contas (Capital) e nos Municípios que instituíram o feriado comemorativo do Dia da Consciência Negra, conforme disposto no Ato GP nº 03/2020, tendo sido distribuída ao meu Gabinete às 08h: 06m da segunda-feira - 23/11/2020), remanescendo, portanto, menos de 24 (vinte e quatro) horas úteis da sessão de abertura das propostas, a ser realizada no dia 23/11/2020, às 09h: 30m. (Grifei).

1.4.Assim, diante da intempestividade, a representação foi arquivada.

1.5.Anoto, todavia, que no despacho que indeferiu o requerimento da medida liminar e determinou o arquivamento da representação, ficou expressamente consignado que todas as demandas objeto da representação seriam enfrentadas no momento oportuno, quando da análise ordinária da contratação, atividade rotineiramente realizada pela Fiscalização deste E. Tribunal. (Grifei)

É o relatório.

2. DECIDO

2.1.O pleito da Representante não comporta acolhimento.

De fato, o arquivamento da representação se deu pela intempestividade na autuação do pedido, realizada em dia sem expediente nesta E. Corte de Contas e sem tempo hábil para análise das insurgências.

2.2.Além disso, conforme restou previamente consignado, as insurgências aqui demonstradas serão objeto de quesitos a serem enfrentados no momento oportuno, quando da análise ordinária da contratação.

2.3.INDEFIRO o requerimento da representante.

2.4.Arquive-se, consoante despacho constante do evento 10.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO: TC-011108.989.20-3
ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA
RESPONSÁVEIS: CAIO ARIAS MATHEUS (Prefeito)
RUBENS ANTONIO MANDETTA DE SOUZA (Secretário de Educação)
OSC: PROMOVE AÇÃO SÓCIO CULTURAL
RESPONSÁVEL: MARIA DILMA ALENCAR (Presidente)
MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS (TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2019)
EXERCÍCIO: 2020
VALOR: R$ 7.791.620,64
ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES MARTINS NOVAES (OAB/SP 63.061)
VISTOS.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do art. 2°, XIII, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tomem ciência do relatório ofertado pela Fiscalização nos eventos 16, 32 e 43 e apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes.

Ainda, tendo em vista os mandamentos contidos na Lei Federal nº 12.527/2011, em especial, nos artigos 2º e 8º, informem as partes se há divulgação em locais de fácil acesso, inclusive em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) das informações de interesse público, a exemplo do valor do repasse, das formalidades observadas para a realização das despesas, da natureza e motivo dos gastos efetuados, dentre outros dados necessários a que se dê plena observância ao princípio da transparência ao controle social da Administração. Caso contrário, demonstrem, no mesmo prazo desta notificação, a adoção de medidas efetivas para o cumprimento da citada Lei de Acesso às Informações.

Transcorrido o prazo, retornem os autos à Unidade Regional de Santos/UR-20 para continuidade dos trabalhos relativos à instrução da prestação de contas.

Publique-se.

PROCESSO: 00011402.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI (CNPJ 46.523.015/0001-35)
ORGANIZ. SOCIAL:INSTITUTO DE CIDADANIA RAIZES (CNPJ 04.079.198/0001-00)
INTERESSADO(A):ANTONIO EUSTAQUIO MOISES: RUBENS FURLAN
ASSUNTO: Prestação de Contas do Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: DF-10
PROCESSO PRINCIPAL: 16150.989.17-6
VISTOS.

De acordo com a informação prestada pela 10ª Diretoria de Fiscalização no evento 12, o presente processo foi autuado, por equívoco, para abrigar o acompanhamento da prestação de 2020, todavia o Contrato de Gestão n° 481/2017 teve sua vigência encerrada em 31/08/2019, motivo pelo qual propõe o arquivamento dos autos.

Diante de todo o exposto, acolho a proposta da Fiscalização e determino o ARQUIVAMENTO do presente processo.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012154.989.20-6
ORGÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
RESPONSÁVEIS: PEDRO LUIS DE FREITAS GOUVEA JUNIOR (Prefeito)
ESDRASDEJESUSNASCIMENTO (Secretário de Assistência Social)
ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO À SAÚDE, À CULTURA E A EDUCAÇÃO - ABRASCE
RESPONSÁVEL: WAGNERSTEFANI (Diretor Presidente)
MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO - TERMO DE ADITAMENTO
EXERCÍCIO: 2020
ADVOGADOS: LEANDRO MATSUMOTA - OAB/SP 229491
DUILIO ROSANO JUNIOR - OAB/SP 272858
VISTOS.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do art. 2°, XIII, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tomem ciência do relatório ofertado pela Fiscalização no evento 12 e apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes.

Ainda, tendo em vista os mandamentos contidos na Lei Federal nº 12.527/2011, em especial, nos artigos 2º e 8º, informem as partes se há divulgação em locais de fácil acesso, inclusive em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) das informações de interesse público, a exemplo do valor do repasse, das formalidades observadas para a realização das despesas, da natureza e motivo dos gastos efetuados, dentre outros dados necessários a que se dê plena observância ao princípio da transparência ao controle social da Administração. Caso contrário, demonstrem, no mesmo prazo desta notificação, a adoção de medidas efetivas para o cumprimento da citada Lei de Acesso às Informações.

Transcorrido o prazo, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: TC-014048.989.20-6
CONVENENTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL: ROSSIELI SOARES DA SILVA
CONVENIADA: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE
RESPONSÁVEL: LEANDRO JOSÉ FRANCO DAMY
INTERESSADOS: JOSE RENATO NALINI
JOAO CURY NETO
MATÉRIA: REPASSES A ÓRGÃO PÚBLICO (1º termo de Aditamento do convênio 2776/0000/2016)
EXERCÍCIO: 2019
ADVOGADO: JOAO BAPTISTA DE FREITAS NALINI - OABSP 334828
VISTOS.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do art. 2°, XIII, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, tomem ciência do relatório ofertado pela Fiscalização no evento 23 e apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes.

Transcorrido o prazo, remetam-se os autos à PFE e ao MPC, nos termos dos artigos 60 e 69, II, do RITCESP.

Publique-se.

PROCESSO: TC-14604.989.19-4
TC-12972.989.20-6
CONTRANTE: PREFEITURA DE EMBAUBA
RESPONSÁVEIS: ROGERIO CLEBER PERES
CONTRATADA: CARLOS EDUARDO DE CARVALHO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
RESPONSÁVEIS: CARLOS EDUARDO DE CARVALHO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
ADVOGADOS: N/C
Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: ETC-016981.989.20-5
ETC-017444.989.20-6.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ
RESPONSÁVEIS: CAIO KANJI PARDO AOQUI
CONTRATADA: SP LIFE HOSPITALAR EIRELI
RESPONSÁVEL: FABIANO GARCIA DOIRADO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARA DESCARTÁVEL CONFORME A RDC - 356 EM ATENDIMENTO AO COVID-19, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA (VERBA ESPECÍFICA).
ADVOGADOS: DR. DIEGO RAFAEL ESTEVES VASCONCELLOS OAB/SP 290.219
Vistos.

Em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais dez dias, a contar da publicação.

Publique-se.

PROCESSO: TC - 19175.989.20-1
TC - 19173.989.20-3
TC - 18998.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GUARUJA
RESPONSÁVEIS: VALTER SUMAN
RENATO MARCELO PIETROPAOLO
CONTRATADAS: CARTHAGO EDITORIAL LTDA
CONEXÃO INTELECTUAL - COMERCIO DE LIVROS LTDA.
FERNADES DISTRIBUIDORA DE LIVROS DO NORDESTE LTDA.
RESPONSÁVEL: OMAR FREDDI
NATANIEL DA SILVA CARVALHO
BENEDITO NUNES FERNANDES JUNIOR
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DESENVOLVIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO, SOB A FORMA DE KITS, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR A MÚSICA COMO CONTEÚDO CURRICULAR, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE MATERIAL QUE VEM AO ENCONTRO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ.
ADVOGADOS: DR.GUSTAVO LOPES GONSALES OAB/SP 370.557
DR. LUCAS MAIA DOS SANTOS OAB/SP 449.706
DR. GUSTAVO SALUSTIANO DA SILVA OAB/SP 381.581 E OUTROS
Vistos.

Ao Cartório para habilitar advogados.

Após, em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais dez dias, a contar da publicação.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-19253.989.16-4 (ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO
RESPONSÁVEIS: EDLENE APARECIDA LUBIANQUI C. CESAR
CONTRATADA: PARIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
RESPONSÁVEIS: VITOR DE SIQUEIRA MARCELINO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO EM SEGURANÇA NOS PRÉDIOS DA REDE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO.
ADVOGADOS: N/C
Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-20400.989.18-2
eTC-20468.989.18-1
eTC-11890.989.19-7
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MOTUCA
RESPONSÁVEIS: JOÃO RICARDO FASCINELI
CONTRATADA: ACQUA BOOM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.
RESPONSÁVEIS: MARCO ANTONIO GODOI AMARAL
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA E ANÁLISE LABORATORIAIS PARA CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E SEU PADRÃO DE POTABILIDADE.
ADVOGADOS: N/C
Vistos.

Acolhendo manifestação da SDG, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-22653.989.18-6
eTC-16196.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARO CARVALHO
RESPONSÁVEIS: CICERO MARTINS DOS SANTOS
CONTRATADA: ESCRITORIO SILVA DE CONTABILIDADE LTDA.
RESPONSÁVEL: ENIZIO MIRANDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO
ADVOGADOS: DR. DIEGO R. E. VASCONCELLOS OAB/SP 290.219
Vistos.

Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem justificativas acerca das dúvidas suscitadas.

Após, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: 00015225.989.19-3
REQUERENTE/
]SOLICITANTE: MARCO ANTONIO LEITE
MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROESTE (CNPJ 01.611.213/0001-12)
ADVOGADO: ANE KELI SANTANA DE CARVALHO (OAB/SP 277.406) / SARAH MARQUES DE SOUZA (OAB/SP 386.750) / THIAGO BARBOSA FERREIRA MORAIS (OAB/SP 415.223)
ASSUNTO: Representação - possíveis irregularidades - face a "Festa do Peão de Boiadeiro" realizada pela entidade denominada Ouro do Lixo, no município de Ouroeste em 2017 e 2018.
EXERCÍCIO: 2017
Vistos.
A equipe técnica informa que o presente expediente subsidiou a instrução do processo TC-026376.989.20, autuado para análise do Termo de Fomento nº 01/2018.
Ante o exposto, não havendo mais ações a serem adotadas nestes autos, determino seu arquivamento.
Antes, porém, referencie-se ao mencionado processo.
Publique-se.
PROCESSO: 00018503.989.19-6
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO (CNPJ 45.699.626/0001-76)
ADVOGADO: ELIAS NEJAR BADU MAHFUD (OAB/SP 166.697) / IRIS CARDOSO DE BRITO (OAB/SP 178.476)
INTERESSADO(A): FREDERICO GUIDONI SCARANELLO
ADVOGADO: JOSE RICARDO BIAZZO SIMON (OAB/SP 127.708)
ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO
PRINCIPAL: 4926.989.19-5
Vistos.
Trata-se de processo autuado para abrigar as Fiscalizações Ordenadas ocorridas no Município acima mencionado, durante o exercício de 2019.
Os assuntos foram abordados no relatório das contas anuais, no processo principal, onde o conteúdo será analisado.
Ao arquivo.
Publique-se.
PROCESSO: TC-010965.989.20-5
CONVENENTE: FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ
RESPONSÁVEL: EVALDO MARCHI
CONVENIADA: FUNDAÇÃO DR. JAYME RODRIGUES
RESPONSÁVEL: ARY DOMINGOS DO AMARAL
MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS (CONVÊNIO)
EXERCÍCIO: 2020
VISTOS.
NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do art. 2°, XIII, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, tomem ciência do relatório ofertado pela Fiscalização no evento 29 e apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes.
Transcorrido o prazo, retornem os autos à Unidade Regional de Campinas/UR-03 para continuidade dos trabalhos relativos à instrução da prestação de contas.
Publique-se.
DESPACHO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
EXPEDIENTE: TC-3362/026/20 (ref. TC-2148/002/08)
INTERESSADA: Fênix do Brasil Saúde - Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde
RESPONSÁVEL: Maria Luiza das Graças Nunes (ex-Dirigente)
ADVOGADA: Ana Letícia Netto Marchesini, OAB/SP 429.9836)
OBJETO: Prestação de contas de repasses recebido da Prefeitura de Itapuí, exercício de 2017.
EM EXAME: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Visto.
A Fênix do Brasil Saúde - Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde requer, por meio do presente expediente, a sua exclusão do rol de entidades impedidas de receber repasses públicos.
Para tal, anexa decisão da 1ª Vara Federal der Jaú, que homologou o parcelamento do débito aventado na Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0001850-03.2010.4.03.6117, proposta em dezembro de 2010.
Ocorre, porém, que o citado parcelamento refere-se a valor relativo a danos patrimoniais de R$ 409.365,79 e multa civil, por condenação na Ação de Improbidade antes citada, o que não guarda identidade com o débito verificado no processo referenciado pela Requerente - TC-2148/002/081, cujo julgamento ocorreu em dezembro de 2016 (DOE de 30/038/2017) ocasião em que foi determinada a devolução atualizada do total recebido no exercício de 2007, a saber, R$ 770.301,19.
Além disso, a decisão judicial estabeleceu que o ressarcimento fosse R$ 174.881,06 devidos ao Fundo Nacional de Saúde e R$ 214.016,43 devidos ao Fundo de Saúde do Município de Itapuí.
Portanto, por não ter sido demonstrada a regularização da situação perante esta Casa, INDEFIRO o pedido de liberação da Requerente para novos recebimentos.
Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

D E S P A C H O
PROCESSO: TC-013649.989.20-9
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SAPUCAI
RESPONSÁVEL: RONALDO RIVELINO VENANCIO
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Novembro/2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-07
PROCESSO PRINCIPAL: 3009.989.20-3
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 57), relativo a novembro de 2020. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2020, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-013719.989.20-4
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
RESPONSÁVEL: MARIO CELSO BOTION
ADVOGADOS(AS): FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / TIAGO ALBERTO FREITAS VARISI (OAB/SP 422.843) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821)
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Novembro/2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO PRINCIPAL: 3350.989.20-8
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Limeira, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 138), relativo a novembro de 2020. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2020, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-015298.989.20-3
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS
ADVOGADOS(AS): NEIVALDO MARCOS DIAS DE MORAES (OAB/SP 251.841) / CAMILA PEREIRA MOREIRA TAKAHASHI (OAB/SP 372.799)
RESPONSÁVEL: DEAN ALVES MARTINS
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Novembro/2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-12
PROCESSO PRINCIPAL: 3025.989.20-3
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Sete Barras, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 127), relativo a novembro de 2020. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2020, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.
Publique-se.
TC: 044252/026/09
ÓRGÃO CONCESSOR: CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.
ENTIDADE CONVENIADA: Associação Beneficente Sonho Nosso .
ASSUNTO: Convênio nº 091/2004 – Termo de Encerramento.
Considerando que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO:00013901.989.20-2
CONVENENTE:COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0251-89)
CONVENIADO(A):HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - HC USP RIBEIRAO (CNPJ 56.023.443/0001-52)
INTERVENIENTE:FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO PESQUISA E ASSISTENCIA DO HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - FAEPA (CNPJ 57.722.118/0001-40)
INTERESSADO(A):JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA (CPF 672.438.518-00)
BENEDITO CARLOS MACIEL (CPF 358.340.218-91)
RICARDO DE CARVALHO CAVALLI (CPF 705.704.006-78)
WILSON ROBERTO DE LIMA (CPF 007.516.518-00)
ASSUNTO:Convênio nº292/2020-Objeto:Promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Materiais de consumo, serviços de terceiros, contratação e manutenção de equipe profissional, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente.Assinatura: 30/01/2020-Vigência: 31/12/2023-Valor R$ 5.376.000,00-Processo de origem: SES-PRC-2019/06708-NIS-14045.
EXERCÍCIO:2020
INSTRUÇÃO POR:DF-09
Diante das sucessivas prorrogações de prazos concedidas nos despachos dos eventos 34, 52 e 62, publicados no D.O.E. de 13-08-2020, 18-09-2020 e 21-10-2020, respectivamente, defiro, de forma derradeira, por 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no D.O.E., a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 66.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO:00020571.989.20-1
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA (CNPJ 45.279.635/0001-08)
CONTRATADO(A):ROSS LOCACAO E CONSTRUCAO LTDA (CNPJ 65.906.786/0001-56)
OBRAMIX LTDA (CNPJ 14.776.030/0001-07)
INTERESSADO(A)S:SAULO PEDROSO DE SOUZA - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 304.202.308-74)
JAIRO DE OLIVEIRA BUENO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CPF 304.857.518-95)
MARIA AMÉLIA SAKAMITI RODA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 055.486.528-93)
MÁRCIA APARECIDA BERNARDES - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EUDCAÇÃO (CPF 293.875.378-03)
KLÉBER VALENTIM TEODORO - GERENTE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS COMUNS (CPF 269.663.258-80)
HENRIQUE EISFELD TRIGUEIRO - DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE , INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA SAÚDE (CPF 014.120.288-25)
LUIZ CARLOS DA SILVA - GERENTE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO (CPF 268.151.128-37)
ANDREZA CAIRES OLIVEIRA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTTRATADA (CPF 350.518.288-50)
ASSUNTO:Contratante: Prefeitura Municipal de Atibaia. Contratada: Obramix Ltda. 14o. Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo n. 13/2017. Assinatura: 14/02/2020. Finalidade: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. Valor: R$ 8.847.469,30
EXERCÍCIO:2020
INSTRUÇÃO POR:UR-03
PROCESSO PRINCIPAL:5516.989.17-5
Considerando o relatório de instrução constante do evento 9, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos que, pelo princípio da acessoriedade, foram evocados pela Fiscalização deste Tribunal em relação ao termo aditivo em exame.
Alerto que a íntegra desse processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO:00020573.989.20-9
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA (CNPJ 45.279.635/0001-08)
CONTRATADO(A):ROSS LOCACAO E CONSTRUCAO LTDA (CNPJ 65.906.786/0001-56)
OBRAMIX LTDA (CNPJ 14.776.030/0001-07)
INTERESSADO(A)S:SAULO PEDROSO DE SOUZA - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 304.202.308-74)
JAIRO DE OLIVEIRA BUENO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CPF 304.857.518-95)
MARIA AMÉLIA SAKAMITI RODA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 055.486.528-93)
MÁRCIA APARECIDA BERNARDES - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EUDCAÇÃO (CPF 293.875.378-03)
KLÉBER VALENTIM TEODORO - GERENTE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS COMUNS (CPF 269.663.258-80)
HENRIQUE EISFELD TRIGUEIRO - DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE , INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA SAÚDE (CPF 014.120.288-25)
LUIZ CARLOS DA SILVA - GERENTE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO (CPF 268.151.128-37)
ANDREZA CAIRES OLIVEIRA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTTRATADA (CPF 350.518.288-50)
ASSUNTO:Contratante: Prefeitura Municipal de Atibaia. Contratada: Obramix Ltda. 15o. Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo. 13/2017. Assinatura: 05/06/2020. Objeto: Rerratificação do 14o. Termo Aditivo em decorrência de erro material no lançamento das quantidades dos itens 12,15,16,26 e 27. Valor: R$ 8.798.529,89.
EXERCÍCIO:2020
INSTRUÇÃO POR:UR-03
PROCESSO PRINCIPAL:5516.989.17-5
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 15, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.
Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004450.989.19-9
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO
ADVOGADOS(AS): JESUINO JOSE MATTIUZZO (OAB/SP 56.804) / JOSE ELIAS AUN FILHO (OAB/SP 139.906) / GISELE ZATARIN (OAB/SP 259.417)
RESPONSÁVEL: MAURICIO BARONI BERNARDINETTI - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-03
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no D.O.E., a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 70.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004639.989.19-3
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ADELIA
RESPONSÁVEL: GUILHERME COLOMBO DA SILVA - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-13
Diante da instrução da Fiscalização (evento 11), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no D.O.E., nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00025641.989.20-7
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA (CNPJ 46.523.247/0001-93)
ADVOGADO: SOFIA HATSU STEFANI (OAB/SP 69.372)
CONTRATADO(A): IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA (CNPJ 67.423.152/0001-78)
INTERESSADO(A)S: LAURO MICHELS - PREFEITO MUNICIPAL
LUÍS CLÁUDIO SARTORI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 017.322.088-67)
SEBASTIANA FÁTIMA DE OLIVEIRA - AGENTE ADMIMNISTRATIVO MUNICIPAL II (CPF 161.689.108-40)
FLÁVIA DE CÁSSIA F. SANTOS E SILVA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 142.188.818-12)
ASSUNTO: 2° Termo Aditivo - Prorrogação e Reajuste do Contrato n° 39/2018. Prorrogação de 27/08/2020 até 31/12/2020. Reajuste em 2,3897%, conforme IPC - FIPE acumulado no período de Ago/2019 a Jul/2020, no valor de R$ 269.965,58.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: DF-02
PROCESSO PRINCIPAL: 21406.989.19-4
Considerando o relatório de instrução constante do evento 12, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos que, pelo princípio da acessoriedade, foram evocados pela Fiscalização deste Tribunal em relação ao termo aditivo em exame. Alerto que a íntegra desse processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00023414.989.20-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA (CNPJ 45.132.495/0001-40)
CONTRATADO(A): COMINPA - COMERCIO MINERACAO E PAVIMENTACAO EIRELI (CNPJ 49.395.742/0001-52)
INTERESSADO(A)S: MÁRIO CELSO BOTION - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 016.083.028-14)
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS (CPF 123.677.398-54)
JOSÉ LUÍS NEGRI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 964.582.598-91)
ASSUNTO: 11º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, referente ao Contrato nº 185/2016, assinado em 28/09/2020.
OBJETO: Prorrogar a vigência por mais 02 meses (dois meses) ? 29/09/2020 à 28/11/2020.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO PRINCIPAL: 10933.989.20-4
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 15, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal. Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Expediente: TC-026533.989.20-8. Representante: Intactta Produtos e Serviços Eireli. Representada: Prefeitura Municipal de Campos do Jordão. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 33/2020, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de solução de gestão escolar, incluindo implantação de software público i-educar, implantação de ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar". Responsável: Frederico Guidoni Scaranello (Prefeito). Subscritora do edital: Lucineia Gomes Veloso (Presidente da Comissão de Licitações). Sessão de abertura: 14-12-2020, às 10h00min. Advogados cadastrados no e-TCESP: Elias Nejar Badu Mahfud (OAB/SP nº 166.697), Iris Cardoso de Brito (OAB/SP nº 178.476).
1. INTACTTA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do pregão presencial nº 33/2020, do tipo menor preço por item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de solução de gestão escolar, incluindo implantação de software público i-educar, implantação de ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar".
2. Insurge-se a Representante contra os seguintes dispositivos do instrumento convocatório:
a) Falta de clareza no formato da contratação, que prevê a execução de três serviços diferentes (implantação do software, disponibilização de ferramentas administrativas e fornecimento de hospedagem dos bancos de dados), mas descreve no modelo da proposta apenas dois itens1 e realiza a disputa pelo valor global;
b) Inclusão no objeto licitado do serviço de implantação do software i-educar, de que o Município poderia, tratando-se de uma solução livre, fazer uso "sem nenhum ônus, utilizando os próprios funcionários para entendimento e implantação desta ferramenta";
c) Exigência de "integração com o i-educar, mas contrata ferramenta que funcione fora da plataforma, ou seja, duas plataformas separadas" para a prova de conceito2;
d) Valor superestimado (R$ 273.000,00) "para disponibilização de um software livre ao qual não houve custo com programação, somente a implantação";
e) Imprecisão nos serviços de manutenção e hospedagem3, que não define o significado dos "dizeres para em 'garantir' e não descreve o que garantir";
f) Ausência de fixação, no item 8.1.44 do edital, das parcelas de maior relevância e dos quantitativos mínimos para a qualificação técnica;
g) Falta de estabelecimento de realização de visita técnica, mesmo que facultativa.
Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.
3. Os autos foram distribuídos por prevenção, tendo em conta o processo TC-20019.989.20-1, no qual o e. Plenário, em sessão de 07-10-2020, acolhendo voto de minha relatoria, considerou parcialmente procedentes as impugnações feitas por Comercial Licytare Eireli, determinando correções no instrumento convocatório, especialmente para:
a) Reavaliar o estabelecimento de especificações e funcionalidades do sistema;
b) Consignar no edital as características mínimas para o serviço de hospedagem de dados;
c) Compatibilizar as cláusulas relacionadas à habilitação técnica, limitando-se a requisitar que a comprovação da experiência se dê pelo quantitativo usualmente relacionado ao serviço prestado;
d) Fixar prazo razoável para a que a licitante vencedora compareça para a prova de conceito, estabelecendo critérios objetivos para a avaliação do software, com a indicação de requisitos mínimos que deverão ser apresentados pela vencedora;
e) Possibilitar a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, nos termos da Súmula nº 50; e
f) Estabelecer a possibilidade de regularização também da documentação trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte.
4. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado "até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas".
Resulta daí que a análise de novas impugnações ao mesmo edital, depois daquela primeira ocasião, só é possível se recair sobre itens não contemplados na primeira versão; vale dizer, só a novidade substantiva porventura incidente admite verberação na mesma via processual.
Essa orientação vai ao encontro do caráter excepcional do controle prévio dos atos da Administração, sujeito, por isso, a interpretação restritiva.
5. Na hipótese, verifico que o atual instrumento convocatório foi retificado, estabelecendo as condições de participação das empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, possibilitando a regularização trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como indicando as características essenciais para o sistema e o serviço de hospedagem de dados, em perfeita sintonia ao determinado por esta Corte.
6. Por sua vez, não prospera a queixa contra as funcionalidades exigidas na prova de conceito, que, além de se revelarem pertinentes ao objeto licitado, ateve-se ao mínimo necessário para esta finalidade.
7. Noto, ainda, que os termos de qualificação técnica se encontram em consonância com a lei de regência e com o enunciado da Súmula nº 24, tendo sido empreendidas as correções determinadas por esta Corte, passando a requisitar que a comprovação da experiência se dê pelo quantitativo usualmente relacionado ao serviço prestado, não restando, assim, repreensão ao caso.
8. Em relação à falta de vista técnica e à inclusão do serviço de implantação do software i-educar, recordo constituírem condições preexistentes na primeira versão em que o edital foi analisado por esta Casa, cujas análogas insurgências a ora apresentadas foram julgadas improcedentes nos autos acima referenciados.
Assim, tendo sido afastados aspectos de ilegalidade ou restrição aos indigitados dispositivos, que mantiveram a mesma redação no atual ato convocatório, não cabe nova apreciação em relação a tais itens.
9. Ressalto, ainda, que a Representante não apresenta comprovação do alegado sobrepreço na estimativa da contratação, asseverando, de forma totalmente genérica, que o referido valor não seria condizente com o ajuste pretendido.
Tal conduta não se coaduna com o pedido de análise preliminar do ato convocatório, cuja eventual determinação de paralisação do trâmite do procedimento licitatório somente ocorre mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.
10. Concernente ao significado do termo "garantir" empregado nos serviços de hospedagem, constato que foi oportunizado aos interessados requerer esclarecimentos relacionados ao presente certame5, diligência esta que poderia ter sanado a dúvida suscitada.
Neste aspecto, recordo que o e. Plenário, em sessão de 01-11-2017, deliberou sobre a pertinência de análise do pleito

de exame prévio somente após o esgotamento recursal, via administração, processado nos termos do artigo 41 da Lei nº 8.666/93, o que provavelmente não foi feito no presente caso, eis que os Representantes deixaram de comprovar que efetuaram a solicitação.

11. Por fim, observo que a divisão dos serviços nos dois itens constantes do modelo de proposta já constava da versão anterior do edital nos mesmos moldes ora formulados e não foi oportunamente impugnado, não cabendo, portanto, nova apreciação.

A Representante podia e devia ter formulado, logo ao primeiro ensejo, todas as eventuais críticas ao ato convocatório. Deixar de fazê-lo naquela primeira ocasião, para apresentar inconformismos ao mesmo ato convocatório somente agora, é procedimento que não se coaduna com a seriedade exigida pelo fato de que as atividades do Poder Público não podem ficar sujeitas a critérios de "reserva" e de "oportunidades".

Como não exercido esse direito, operou-se a preclusão.

12. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

Posto isto, adstrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.

13. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se

1 ANEXO II – Modelo de Proposta

(...)

ITEM 1 – MIGRAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO EDUCACENSO/SECRETARIA ESCOLAR DIGITAL OU SISTEMAS LEGADOS EM USO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SME, IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO ESCOLAR, MÓDULO ADMINITRATIVO INTEGRADO, E MÓDULOS ADICIONAIS, TREINAMENTO PRESENCIAL, INCLUINDO MATERIAL DIDÁTICO E CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO.

ITEM 2 - HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO ESCOLAR E MÓDULOS ADICIONAIS.

2 ANEXO I-A

Requisitos e funcionalidades essenciais para a Prova de Conceito

(...)

Das 94 Funcionalidades elencadas no Anexo I, as 24 listadas abaixo devem ser demonstradas pela empresa classificada em 1º lugar na fase de lances, e devidamente habilitada. Finda a sessão de análise, a equipe técnica da Secretaria de Educação irá elaborar e emitir relatório de avaliação em até 2 dias úteis, no qual aprovará ou reprovará motivadamente a empresa.

Característica/Funcionalidade:

1 a 20 - Demonstrar o i-Educar implantado em Servidor e Domínio pertencente à Licitante, a capacidade de colocar o sistema no ar com todas as suas funcionalidades, e nele e executar as seguintes funções(...)

21 a 24 - Demonstrar o Sistema de Gestão de Atribuição (fora do i-Educar), e executar as seguintes funções: (...)

3 4.5 Manutenção e hospedagem

4.5.1 A empresa Contratada deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os módulos, sempre que necessário, para atendimento da legislação municipal, estadual ou federal, sem quaisquer ônus adicionais para o município, durante a vigência contratual.

(...)

4.5.3 A Contratada deverá garantir alta disponibilidade dos sistemas que fazem parte da solução, 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), e em caso de exceções, aplicar políticas de gerenciamento de riscos e continuidade dos serviços com redundância de servidores (espelhos), aumento de capacidade de processamento e outros procedimentos que reduzam o tempo de interrupção dos serviços.

4.5.3.1Para a garantia da alta disponibilidade das aplicações o servidor de hospedagem dos bancos de dados e das aplicações deverá ser no mínimo 8 vCPU, 16 Ram, 1TB SSD.

4 8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de Atestado, expedido por Órgão Público, Autarquia, Empresa de Economia Mista ou Pública, ou por Empresas Privadas, em nome da licitante, que comprove o fornecimento do objeto da presente licitação. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados, referentes a um único ou a diversos contratos.

8.1.4.1. A empresa deverá comprovar, em um único atestado, ou através da soma de atestados que se complementem, que já realizou anteriormente serviços com características de execução e quantidades compatíveis ao objeto licitado, para os seguintes quantitativos, de acordo com a Súmula 24 do TCE-SP;

DESCRIÇÃO / QTD

Quantidade de escolas / 19

Quantidade de usuários que utilizarão o sistema nas escolas / 38

Quantidade de professores que utilizarão o sistema de Atribuição / 300

Quantidade aproximada de alunos (Ensino Fundamental, Infantil e EJA) / 4300

8.1.4.2. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados, referentes a um único ou a diversos contratos. O Atestado ou Certidão deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, ou cópia simples acompanhada de original para conferência, devidamente assinada por quem o expediu, com a identificação do seu subscritor, a fim de possibilitar possíveis diligências;

5 18.7 Até 48 horas anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providência ou impugnar o ato convocatório do Pregão..

Expediente: TC-026616.989.20-8. Representante: Vagner Borges Dias. Representada: Prefeitura Municipal de Aparecida. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 63/2020, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza em serviço de saúde com mão de obra, equipamentos e material de consumo, inclusos, visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências das Unidades e Setores da Secretaria de Saúde do Município". Responsável: Dina Maria Pereira de Moraes Moreira da Silva (Prefeita). Sessão de abertura: 14-12-2020, às 09h30min. Advogado cadastrado no e-TCESP: Dário Reisinger Ferreira (OAB/SP nº 290.758)

1. VAGNER BORGES DIAS formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 63/2020, do tipo menor preço por lote, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza em serviço de saúde com mão de obra, equipamentos e material de consumo, inclusos, visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências das Unidades e Setores da Secretaria de Saúde do Município, e também de forma a combater o Novo Coronavírus (COVID-19) com a disponibilização de no máximo 15 (quinze) funcionários qualificados para a efetuação dos serviços".

2. Insurge-se o Representante, exclusivamente, contra a exigência de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual1, por entender que os tributos daquela esfera não incidem sobre as atividades almejadas no objeto, podendo, assim, trazer indevida restrição à competitividade.

Para sustentar a tese, apresenta trechos de entendimentos doutrinários e de decisões pelos e. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal sobre a aplicação do inciso II do artigo 29 da Lei nº 8.666/93.

Requer, nesses termos, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do ato convocatório para fazer cessar o vício apontado.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

Em que pese a argumentação trazida pela representante, considero que a exigência de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, per se, não se mostra fator impeditivo à participação de interessadas no certame, visto que nada as impede de apresentarem, se for o caso, certidão de isenção ou não incidência de tributos, de modo a afastar censura à requisição.

De todo modo, entendo ser mais pertinente, no momento, alertar a Administração que observe o posicionamento desta Corte em relação à matéria, suprimindo o erro durante a realização da disputa, passando a requisitar a comprovação apenas em relação aos impostos pertinentes ao ramo de atividade das licitantes e compatível com o objeto contratual.

5. Evidente que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo instrumento convocatório, não escaparão ao controle da legalidade quando do regular exame da matéria.

Posto isto, adstrito exclusivamente ao aspecto impugnado, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.

6. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 8.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(...)

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débito ou certidão Positiva com Efeito de Negativa no mínimo no que se refere ao ICMS) e Municipal (Certidão negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede do licitante, observadas suas validades;

Expediente: TC-026685.989.20-4. Representante: José Eduardo Bello Visentin. Representada: Prefeitura Municipal de Taubaté. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 263/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de especializada em prestação de serviço de hospedagem de site Municipal e e-mail corporativo em servidor dedicado, incluindo infraestrutura, instalação, configuração, migração, manutenção, suporte técnico, garantia de atualização e monitoramento". Responsável: José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior (Prefeito). Sessão de abertura: 11-12-2020, às 08h30min. Advogado cadastrado no e-TCESP: José Eduardo Bello Visentin (OAB/SP nº 168.357).

1. JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 263/2020, do tipo menor preço global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ cujo objeto é a "contratação de especializada em prestação de serviço de hospedagem de site Municipal e e-mail corporativo em servidor dedicado, incluindo infraestrutura, instalação, configuração, migração, manutenção, suporte técnico, garantia de atualização e monitoramento".

2. Aponta o Representante a existência de ilegalidades no instrumento convocatório, em razão do que interpôs impugnação administrativa perante a municipalidade.

De se destacar que deixou ele de consignar em sua inicial quais seriam tais ilegalidades. Não obstante, em análise da documentação apresentada, verifica-se que administrativamente insurgiu-se contra os seguintes aspectos do edital:

a) Exigência de firma reconhecida no termo de credenciamento1;

b) Indevida "'quarentena' de cento e oitenta dias a quem seja parente de agente político da Administração Municipal"2;

c) A previsão de autenticação por servidor público é incompatível com o formato do pregão eletrônico3;

d) O modelo da proposta não prevê a precificação da instalação, migração e treinamento;

e) Prazo exíguo para início dos serviços4;

f) Excessivas informações requeridas no atestado de capacidade técnica5;

g) Não foram estabelecidas as responsabilidades no caso de a indisponibilidade do serviço advir de terceiros, como prestadoras ou concessionárias;

h) Subjetividade na previsão de que o treinamento poderá ser presencial ou remoto, o que impacta a precificação dos serviços6;

i) Ausência de informações acerca do fornecimento de material didático e outros itens para o treinamento:

j) Imposição de banco de dados específico (MySQL)7;

k) Omissão quanto às garantias para a Administração em caso de o contrato ser rescindido, nos termos do artigo 55, inciso IX, da Lei de Licitações.

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

5. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

Inicialmente, observo que o certame destina-se tão somente ao serviço de hospedagem do site municipal e e-mail corporativo em servidor dedicado a esse fim. Esse destaque se faz necessário porque estamos habituados a analisar certames destinados à locação de sistemas de gestão e correlatos, objeto muito distinto do que ora se examina.

Em decorrência, mostra-se insubsistente a queixa direcionada ao modelo da proposta pois, ao contrário, da locação de softwares, o objeto em tela se aperfeiçoa com a hospedagem em si, a qual pressupõe, por óbvio, a migração das informações a serem realocadas, não havendo aquele mesmo procedimento de migração que os sistemas requerem.

Já em relação ao treinamento, quer me parecer que, no caso, seu custo é ínfimo, eis que direcionado a tão somente 05 (cinco) pessoas da equipe técnica, podendo, inclusive, ser remoto, como claramente dispõe o edital.

Nesse cenário, não destoa do razoável que o edital não tenha segregado a fase de instalação daquela da locação mensal, já que simultâneas.

6. Pelas razões já mencionadas, é que afasto a crítica relacionada ao prazo para início dos serviços. Constitui o objeto, como sublinhado alhures, a hospedagem do site e do e-mail do município, algo corriqueiro para as empresas desse segmento de mercado.

7. Afasto, ainda, a queixa direcionada à ausência de informações sobre o treinamento, de um lado porque insignificante como se dará o fornecimento de material didático para simples capacitação quanto ao uso da ferramenta e, de outro, porque me parece evidente que o ato convocatório, ao dispor sobre a forma de sua realização, o faz para possibilitar à licitante a escolha quanto a via presencial ou remota.

8. Outrossim, o Representante não apresentou argumentos robustos pelos quais considera o banco de dados solicitado inadequado, não cabendo alegação de prejuízo em tese. Tal arguição genérica, sem que sejam colacionados elementos concretos, não é capaz, per se, de incitar esta Corte de Contas à paralisação da disputa, ponderada a mobilização do aparato administrativo e de recursos públicos. A licitação apenas deve ser obstada diante de indícios concretos de restrição à concorrência ou de manifesta ilegalidade.

De todo modo, pesquisa realizada por meu Gabinete verificou que o "MySQL é um sistema gerenciador de banco de dados relacional de código aberto usado na maioria das aplicações gratuitas para gerir suas bases de dados. O serviço utiliza a linguagem SQL (Structure Query Language – Linguagem de Consulta Estruturada), que é a linguagem mais popular para inserir, acessar e gerenciar o conteúdo armazenado num banco de dados8".

Desta forma, não me parece que a requisição destoe dos referenciais de mercado em que se insere o serviço licitado.

9. Quanto às responsabilidades por indisponibilidade dos serviços, ainda que tenha o edital cuidado de estabelecer diversas diretrizes a esse respeito, é fato que, apesar de isentar a contratada de situações decorrentes de atos da Administração, não o fez diretamente em relação a terceiros. Todavia, entendo que a cláusula em tela não constitui óbice à participação de interessados, tampouco à formulação de propostas, notadamente por se tratar de condição que pode nem vir a acontecer, dependente de eventual falha na disponibilização do serviço.

10. No que tange à vedação contida na alínea "h" do item 4.2, observo que queixa similar foi indeferida pelo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, nos autos do processo TC-13967.989.18-7.

De igual forma, em sessão de 24-06-20159, acolhendo voto de minha relatoria, houve por bem o E. Tribunal Pleno, afastar eventual ilegalidade em disposição da espécie:

"Quanto à vedação, contida no item 30.e do edital ("mm"), de participação de empresas "cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores ou empregados da Administração Pública Direta ou Indireta do MUNICÍPIO, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data determinada para a entrega dos envelopes", verifico que ela destoa do disposto no artigo 9º da Lei de Licitações e Contratos, somente no que se refere à limitação temporal fixada.

No caso, julgo aceitáveis os argumentos apresentados pela Prefeitura, no sentido de que, dada a complexidade do objeto e dos procedimentos necessários a ele relacionados, o certame, antecedido de audiências e consulta pública, tornou-se de conhecimento geral muito antes da efetiva publicação do edital, o que justifica a limitação imposta.

Sobre o assunto destaca Marçal Justen Filho10 que 'sempre que houver possibilidade de influência sobre a conduta futura de licitante, estará presente uma espécie de "suspeição", provocando a incidência da vedação contida no dispositivo. A questão será enfrentada segundo o princípio da moralidade. É desnecessário um elenco exaustivo por parte da Lei. O risco de comprometimento da moralidade será suficiente para aplicação da regra'.

Nessa linha de entendimento é que não vislumbro irregularidade neste dispositivo do edital".

Assim, considero improcedente a aventada ilegalidade da cláusula.

11. Afora isso, impertinente a pretensão do Representante de reputar indevido o dispositivo que, reproduzindo o caput do artigo 32 da Lei federal nº 8.666/93, possibilitou a autenticação dos documentos por todos os meios consignados na norma, inclusive por servidor da Administração, ainda que inócua para o caso de pregão eletrônico.

12. Em relação ao reconhecimento de firma, nota-se que a cláusula não se amolda àquelas hipóteses reprovadas por esta Corte, atinentes à apresentação de procuração, referindo-se, na verdade, à possibilidade da intermediação de uma corretora vinculada à Bolsa Brasileira de Mercadorias, plataforma em que se dará o pregão eletrônico. Desta forma, considero que a complexidade da operação e a confiabilidade da representatividade em ambiente virtual impõem tal cautela.

13. Por fim, não verifico qualquer excesso nas disposições de habilitação técnica, eis que as informações que devem constar dos atestados são aquelas usualmente existentes e que conferem validade ao documento.

14. Quanto à falta de previsão de garantias para a Administração em caso de o contrato ser rescindido, nos termos do artigo 55, inciso IX, da Lei de Licitações, entendo que a falha, per se, não seja motivo suficiente para a paralisação do certame, notadamente porque foram estabelecidas diversas cláusulas relacionadas a backup dos dados e confidencialidade das informações, aspectos relevantes na hipótese de rescisão contratual.

15. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

Posto isto, adstrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.

16. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se

1 2.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas em participar terão duas opções para credenciamento e participação: Utilizar a intermediação de uma corretora vinculada à Bolsa, nomeando através do Termo de Credenciamento no item 4.5 com firma reconhecida, operador devidamente habilitado em qualquer corretora de mercadorias, de sua livre opção, associada à Bolsa Brasileira de Mercadorias, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br, ou participar diretamente no site da Bolsa.

2 4.2 - Estão impedidos de participar de qualquer fase do presente processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes condições:

(...)

h) Empresas cujo dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, seja parente natural ou civil, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, de agente político do Município, subsistindo a vedação até seis meses depois de finda a respectiva função pública e excetuando o exercício de função ao Fundo Social de Solidariedade e atividades não remuneradas junto ao Poder Público.

3 6.1 - Para fins de habilitação no presente pregão as empresas interessadas deverão apresentar os documentos a seguir especificados, válidos na data limite para entrega dos envelopes - quando for o caso, documentos esses que poderão ser entregues em original; por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente ou por servidor desta Administração (neste último caso mediante a apresentação, no momento de abertura dos envelopes, dos respectivos originais), ou, ainda, publicação em órgão de imprensa oficial. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Os documentos deverão ser inseridos na plataforma de pregão eletrônico BBMNET, para que na fase de habilitação o pregoeiro possa fazer o download de todos os documentos (www.bbmnetlicitacoes.com.br/credenciamento-de-licitantes).

4 Termo de Referência

(...)

5 Prazo de entrega Os serviços deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 24 horas, considerando prazos a partir da data de assinatura do contrato.

5 6 Qualificação Técnica Para fins de habilitação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, de que já prestou ou presta satisfatoriamente serviço da mesma natureza ou similar ao objeto aqui licitado.

O atestado deverá conter o ano de início e término da execução dos serviços, caso já tenha sido finalizada, além das seguintes informações:

* Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;

* Nome da empresa que prestou o serviço ao emitente;

* Data de emissão do atestado ou da certidão;

* Assinatura e identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente);

* Entende-se por serviço similar ao objeto desta licitação, atestados que comprovem a prestação de serviços de hospedagem de sites, e-mails, Backup e Restore.

6 11 Treinamento A Contratada deverá fornecer treinamento que pode ser presencial ou remoto para até 5 (cinco) pessoas da equipe técnica. O treinamento deverá contemplar: Gerenciamento de utilização de todas as funcionalidades do item 16; Ferramenta de monitoramento; Ferramenta de gerenciamento da solução; Registro de logs de auditoria; Gerenciamento de utilização dos sistemas de proteção contra ameaças; Gerenciamento de utilização dos filtros de conteúdo; Abertura e Controle de chamados de suporte técnico.

7 Deverá possuir, no mínimo, os seguintes serviços de gerenciamento e sistemas pré-instalados:

* Sistema Operacional Linux CentOS na versão 7 ou mais recente;

* WHM/cPanel;

* PHP na versão 5.6 ou mais recente;

* Banco de dados MySQL com gerenciamento através do PHPMyAdmin;

* Servidor de e-mail POP/SMTP;

* Software Firewall;

* Antivírus compatível com o sistema operacional;

* Software de FTP com contas de acesso ilimitadas.

8 https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/04/o-que-e-e-como-usar-o-mysql.html

9 TC-846.989.15-0, TC-914.989.15-7, TC-989.989.15-7, TC-1107.989.15-4 e TC1114.989.15-5.

10 in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, Ed. Dialética, pág. 190

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Expedientes: TC-026757.989.20-7 - TC-026781.989.20-7. Representantes: Gab Engenharia Ltda. - Mariele Nunes Maulles. Representada: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. Assunto: Representações que visam ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 0401200061, do tipo menor preço, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de levantamento topográfico planimétrico cadastral de áreas de posse ou interesse da CPTM para regularização fundiária, divididos em 04 (quatro) lotes. Subscritores do edital: Pedro Tegon Moro (Diretor Administrativo e Financeiro em exercício) e Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira (Diretor de Planejamento e Novos Negócios). Sessão de abertura: 11-12-2020, às 09h00min. Advogados cadastrados no e-TCEP: Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311) e Sérgio Aparecido Gasques (OAB/SP nº 109.674).

1. GAB ENGENHARIA LTDA. e MARIELE NUNES MAULLES formulam, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representações que visam ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 0401200061, do tipo menor preço, elaborado pela COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, destinado à prestação de serviços técnicos especializados de levantamento topográfico planimétrico cadastral de áreas de posse ou interesse da CPTM para regularização fundiária, divididos em 04 (quatro) lotes.

2. Insurgiu-se GAB ENGENHARIA LTDA. contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

a) Restrição à participação de empresas cadastradas no e-CAUFESP na Classe 117: Serviço de Adaptações, reparos, reformas e instalações em obras civis, quando o adequado seria a Classe 0241: Serviços de cartografia, desenho e topografia1; e

b) Indevida requisição de prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal2.

3. Por sua vez, MARIELE NUNES MAULLES acrescenta as seguintes irresignações:

c) Inadequada modalidade licitatória adotada, notadamente em razão do vulto da contratação e do prazo para elaboração das propostas;

d) Previsão desarrazoada de a licitante ter que indicar a ordem de preferência entre os lotes3; e

e) Imprecisão quanto ao critério de julgamento, especialmente quanto ao valor que será considerado como redutor entre lances4.

4. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, não me convenço do potencial restritivo que teria a menção à participação de empresas cadastradas no e-CAUFESP na Classe 117 (Serviço de Adaptações, reparos,

reformas e instalações em obras civis), pois, mesmo tendo-a por inadequada ao objeto, considero não ser suficiente para impedir a participação das empresas do ramo que, atuantes na área de engenharia e/ou arquitetura, como requer o item 6.1.10, certamente terão seu cadastro também nessa classe de serviços. Não obstante, nada impede que as interessadas já inscritas no CAUFESP solicitem a inclusão de mais essa atividade em seu cadastro.

5. Insubsistente a queixa contra a redação dada à prova de regularidade fiscal, que se limita a reproduzir, ainda que com pequena alteração, a regra do artigo 29, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

De se destacar que o Plenário desta Corte, em recente rediscussão da matéria, no julgamento do processo TC-008735.989.20-45, por decisão majoritária, reiterou o posicionamento adotado nos autos do TC-001845.989.20-16 no sentido de que cabe à licitante comprovar a regularidade fiscal em relação aos impostos incidentes sobre a atividade licitada.

Nesse sentido, nada as impede de apresentar, se for o caso, certidão de isenção ou não incidência de tributos, de modo a afastar censura à requisição.

6. Quanto à modalidade licitatória eleita, observo que a própria Representante esclarece que os serviços de levantamento topográfico planimétrico são de natureza simples, bem assim que "essas tarefas não possuem um grau de complexidade elevada".

O fato de o serviço possuir grande dimensão não descaracteriza sua natureza, pois refletirá, por óbvio, apenas no tamanho da equipe que o executará ou no interregno para efetivá-lo.

Também não há que se repreender a adoção do pregão apenas em razão de seu prazo de publicidade, sob o pretexto de que não seria viável elaborar as propostas nesse interregno.

Necessário sublinhar que arguições genéricas, sem que se apresentem elementos concretos, não são aptas, per se, de incitar esta Corte de Contas à paralisação da disputa, ponderada a mobilização do aparato administrativo e de recursos públicos. A licitação apenas deve ser obstada diante de indícios concretos de restrição à concorrência ou de manifesta ilegalidade.

7. No que tange à exigência de a licitante indicar a ordem de preferência entre os lotes, avalio que a disposição se assemelha àquela em que se limita a homologação do objeto a um lote por licitante, hipótese que já fora rechaçada por esta Corte.

Todavia, em recente deliberação do Tribunal Pleno, nos autos do processo TC-13219.989.20-97, decidiu-se pela possibilidade de restrição da espécie, especialmente por dois aspectos — a oscilação jurisprudencial sobre a matéria e a dimensão do ajuste pretendido:

"No mérito, reexaminando o assunto à luz dos importantes argumentos recursais a respeito dessa matéria complexa, envolvendo engenharia, economia e direito, permito-me divergir dos bem elaborados pareceres instrutivos que negam o provimento ao recurso interposto, tendo em vista, principalmente, 2 motivos que eu entendo muito relevantes.

O primeiro é de que este Tribunal já reconheceu, em casos excepcionais, a legalidade na limitação de lotes por licitantes, conforme se vê do V. Acórdão proferido pelo Tribunal Pleno no processo TC 879/007/07, cuja ementa diz: 'Recurso ordinário. Licitação. Lotes. Limitação de oferta. Possibilidade. Inexistência de vedação legal. Competitividade. Recomendação. Acórdão do Poder Judiciário. Regularidade'.

Na mesma direção foi o julgamento do Exame Prévio de Edital que julgou improcedente a representação processada nos autos do TC 015528/026/01, cujo Representado foi o Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE, assim como, do mesmo modo, outros vários casos, envolvendo o próprio DER, a SABESP e o METRO.

Então, passando ao segundo aspecto que também considero bem relevante, a respeito do tema, o que se verifica é a oscilação jurisprudencial do Tribunal Pleno sobre questões similares, ora aceitando a vedação à participação ou à adjudicação de mais de um lote ao mesmo proponente (TC- 17470/026/05 sessão de 29/3/2006, sob a relatoria do Conselheiro Fulvio Julião Biazzi, confirmando em grau recursal a sentença proferida pelo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues; TC-4442/026/09, sessão de 4/2/2009, relatoria do Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho), ora a rejeitando, como ocorreu na sessão de 12/9/2007, no TC 27223/026/07, sob relatoria do Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga.

Como o presente caso envolve uma concorrência para a fiscalização de peso e dimensões de veículos pesados na enorme malha viária administrada pelo DER no Estado de SP, dividida em 13 lotes, envolvendo milhares de quilômetros nas regiões da Capital, Campinas Itapetininga Araraquara Cubatão Taubaté Ribeirão Preto São José do Rio Preto Araçatuba Presidente Prudente Rio Claro e Barretos, compreendo que tecnicamente há características bem marcantes que podem diferenciá-los e, portanto, que existem elementos que permitem inserir o caso dentre aquelas situações extraordinárias que autorizam a referida cláusula de vedação.

ASSIM, ACOMPANHANDO O ENTENDIMENTO DA PFE, O MEU VOTO DÁ PROVIMENTO AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E, EM CONSEQUÊNCIA, MODIFICA O JULGADO PARA O FIM DE CONSIDERAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO FORMULADA, PODENDO O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DER DAR PROSSEGUIMENTO AO CERTAME, DESDE JÁ FICANDO OBRIGATORIAMENTE SELECIONADO O FUTURO CONTRATO PARA FISCALIZAÇÃO ORDINÁRIA".

Entendo, assim, que se aplicam ao caso as mesmas preocupações externadas naquela oportunidade, razão pela qual tenho por improcedente a impugnação.

8. Outrossim, o edital é claro quanto à adoção do julgamento por lotes, não havendo nem sequer a imprecisão apontada em relação ao redutor entre lances, já que o subitem 7.6.2 o fez discriminando os valores em cada um dos lotes licitados.

9. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelos atos convocatórios não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

Posto isto, adstrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro os pleitos de liminar suspensão dos certames.

10. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e das iniciais poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no e-CAUFESP na classe 117: Serviços de Adaptações, reparos, reformas e instalações em obras civis.

2 Regularidade Fiscal

(...)

6.1.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, da PROPONENTE ou outra equivalente, na forma da lei.

3 5.1.3 Caso a proponente apresente proposta para mais de 01 (um) lote, deverá indicar, na fase de habilitação, a ordem de preferência entre estes, conforme modelo de Declaração de Preferência constante do Anexo IX.

4 7.6.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria ofertante, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, ficando estabelecida a REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE ELES DE:

LOTE 1: R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

LOTE 2: R$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS)

LOTE 3: R$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS)

LOTE 4: R$ 3.000,00(TRÊS MIL REAIS)

5 Sessão Plenária de 29-04-2020, Relator Conselheiro Dimas Ramalho

6 Sessão Plenária de 11-03-2020, Relator Conselheiro Dimas Ramalho

7 Sessão Plenária de 26-08-2020, Relator Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI.

Expediente: TC-026774.989.20-6. Representante: Certame Comercial Eireli. Representado: Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo – CINDESP. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 13/2020, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto o "registro de preços para aquisição de material para conservação e asseio dos prédios públicos". Responsável: Carlos Eduardo Carmona Lourenço (Presidente). Sessão de abertura: 11-12-2020, às 09h00min. Advogados: Não constam advogados cadastrados no e-TCESP.

1. CERTAME COMERCIAL EIRELI formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 13/2020, do tipo menor preço por lote, elaborado pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CINDESP, que tem por objeto o "registro de preços para aquisição de material para conservação e asseio dos prédios públicos, destinados a atender as demandas de todas as secretarias, da demanda dos municípios consorciados ao CINDESP".

2. Insurge-se a Representante, inicialmente, contra a ausência de requisição, na fase de habilitação, da AFE- Autorização de Funcionamento Específica e da Licença de Funcionamento Local - SEVISA, na medida em que a composição dos lotes é constituída por "produtos de limpeza que se adéquam à definição de saneantes domissanitários", que demandam tais documentos para sua comercialização.

Apesar de referida documentação estar sendo exigida para os sacos de lixos infectantes, questiona a requisição de laudos com prazo de validade inferior a doze meses1, indicando possível direcionamento.

Também critica a solicitação, para os itens 1.08, 1.09, 1.10 e 1.12 do Lote 012, de laudo microbiológico conforme a Portaria MS nº 1480/90, asseverando que esta foi substituída pela Portaria RDC nº 142/17.

Por fim, reclama da falta de previsão de itens sustentáveis (reciclados, biodegradáveis, com indicação de baixa toxidade, dentre outros) na disputa.

Requer, por essa razão, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, observo que foi adotado, na presente licitação, o critério de julgamento pelo menor preço por lote, onde a proponente apresentará propostas unicamente em relação ao(s) lote(s) que pretende concorrer.

Deste modo, considerando que alguns dos lotes em disputa são compostos exclusivamente por produtos que não se mostram afetos à fiscalização da Vigilância Sanitária, a exemplo de vassouras, papel toalha e pano de limpeza, impertinente a pretensão de que seja requisitada de todas as licitantes, indistintamente, a documentação suscitada na inicial.

Por outro lado, noto ter sido solicitada a aludida autorização3 para alguns dos itens mencionados pelo Representante.

Outrossim, ainda que o ato convocatório tenha deixado de solicitar mencionados documentos para os outros poucos produtos que os impõem, considero que a falha, per se, não seja motivo suficiente para a paralisação do certame, notadamente em razão de ter sido exigidos para alguns destes itens o "registro/notificação na ANVISA MS"4 e "selo do INMETRO"5, o que denota o cuidado que a Administração teve em assegurar a aquisição de produtos de qualidade e que atendam aos requisitos técnicos.

Reforça este juízo, o despacho proferido pela Eminente Conselheira Cristiana de Castro Moraes, que ao analisar idêntica censura formulada nos autos do TC-012279.989.19-86, indeferiu a queixa nos seguintes termos:

"Destarte, considerando a jurisprudência desta Casa, não enxergo na dispensa de autorização de funcionamento expedida pela Anvisa, assim como de licença de funcionamento emitida pela vigilância sanitária estadual e/ou municipal envergadura suficiente para justificar a medida, de caráter excepcional, de paralisação do torneio, sem prejuízo de que a matéria seja revisitada em sede ordinária."

Nesta esteira, avaliando que o assunto ora apresentado não ostenta, a princípio, restrição à competitividade, a questão poderá ser mais bem analisada quando da instrução ordinária da eventual avença a ser formalizada.

5. Além disso, a imposição de que os laudos/relatórios de ensaio possuam prazo de validade não superior a doze meses da data de expedição, para a demonstração da conformidade dos sacos de lixo com os requisitos da norma técnica, não se mostra desarrazoada ou em descompasso com as normas de regência e a jurisprudência desta Corte.

6. Por sua vez, a menção à portaria revogada não se mostra fator impeditivo à participação de interessadas no certame, visto que nada as impede de apresentarem o laudo microbiológico conforme a norma vigente.

7. Por fim, não cabe repreensão aos produtos pretendidos no torneio, eis que, ainda que salutar a previsão de artigos sustentáveis em um torneio, recordo que se insere no âmbito da competência discricionária do Administrador a escolha daqueles que melhor atendam ao fim almejado na disputa.

8. Posto isto, adstrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame.

Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

9. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 Descrição do ensaio:

Item 6.01 - Laudo/relatório de ensaio de laboratório credenciado comprovando que o produto esta em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 9191-2008, o referido laudo não poderá estar com data de expedição superior a 12 meses da data da abertura da proposta, deverá apresentar ainda consulta do catalogo RBLE do INMETRO comprovando a acreditação positiva do laboratório emitente do laudo sem restrição e certificado de regularidade do IBAMA em nome da empresa fabricante do produto.

2 Descrição do ensaio:

Item 1.08 .Laudo microbiológico conforme portaria MS 1480 de 31/12/90, laudo de ensaios físicos expedido pelo IPT, ou outro laboratório acreditado pelo Inmetro, que comprove as solicitações do descritivo, e ensaios de "composição fibrosa" conf. ABNT NBR 14129-1:1998 e relatórios de estudo de sensibilização dérmica maximizada, estudo de irritação dérmica repetida e estudo de irritação/ corrosão dérmica conforme ABNT 15134. Ambos com numero do respectivo lote.

1.09 - Laudo(s) microbiológico conforme portaria MS 1480 de 31/12/1990, bem como laudo do I.P.T ou outro laboratório acreditado pelo Inmetro, comprovando as especificações técnicas e relatório de sensibilização dérmica.

1.10 - Laudo microbiológico conforme Portaria MS 1480 de 31/12/90, laudo de ensaios físicos expedido pelo IPT, ou outro laboratório acreditado pelo Inmetro, que comprove as solicitações do descritivo, e ensaios de "composição fibrosa" conf. ABNT NBR 14129-1:1998 e relatórios de estudo de irritação/ corrosão dérmica, estudo de irritação dérmica repetida e estudo de sensibilização dérmica maximizada conforme ABNT 15134 , ambos com números do respectivo lote.

1.12 - Laudo microbiológico conforme portaria MS 1480 de 31/12/90, laudo de ensaios físicos expedido pelo IPT, ou outro laboratório acreditado pelo Inmetro, que comprove as solicitações do descritivo.

3 Cito como exemplo: Lote 01 – item 16 - Sabonete em pedra de 90g; Sabonete em pedra. Cada barra com 90 gramas deverá ser embalada individualmente. Composição: Sodium tallowate, aqua, sodium palm kernelate, glycerin, parfum, sodium chloride, tetrasodium EDTA, propyparaben,methylparaben, sodium hidroxide, etidronic acid, fragaria ananassa fruit juice, disodium distyrylbiphenyl disufonate, CI 77891, CI 74160, CI 11680. Deverá constar na embalagem os dados do fabricante, e- mail/ telefone do SAC, as instruções e precauções de uso, número da autorização de funcionamento e registro do produto MS, nº do telefone do Ceatox, nº de lote e validade de 24 meses.

(...)

Lote 02 – Item 09 - Inseticida doméstico, aerosol, composto de d-aletrina 0,135%, d-tetrametrina 0,10%, pervemetrina o,10 %, sem CFC, sem querosene, sem clorofuorcabono, principio ativo biolaletrina 0,215%, bioresmetrina 0,038%, com autorização da Anvisa/MS. Embalado em frasco metálico com 300ml.

4 Lote 02 - Item 1 - Água sanitária, desinfetante bactericida, alvejante com cloro ativo. Composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio. Princípio ativo: hipoclorito de sódio. Teor de cloro ativo: de 2,0% a 2,5%, p/p, densidade ± entre 1,029 a 1,04 e PH ± entre 11 a 13, acondicionado em frasco plástico branco contendo 1 litro. Constar na embalagem informação do produto e do fabricante, data de fabricação, validade, nº lote, nº do telefone do CEATOX e nome e nº CRQ do responsável técnico, nº do registro/ notificação na ANVISA MS.

5 Lote 02 - Item 3 - Álcool etílico recomendado para uso geral, graduação alcoólica de 92,8° INPM (96°GL). Embalado em frasco plástico transparente contendo 1.000ml, com tampa de rosca que evita vazamento do produto. Composição: Álcool etílico hidratado, água e desnaturante. Deverá constar na embalagem os dados dofabricante, as instruções e precauções de uso, dados do responsável técnico (nome e CRQ), selo do Inor, selo do Inmetro, número da notificação do produto na Anvisa, nº do telefone do Ceatox e validade mínima de 36 meses.

6 Despacho publicado no D.O.E. de 21-05-2019

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00022738.989.20-1. CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). ADVOGADO: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): TRAIL INFRAESTRUTURA LTDA (CNPJ 05.497.348/0001-50). INTERESSADO(A): AURELIO FIORINDO FILHO (CPF 089.136.948-16). RICARDO DARUIZ BORSARI (CPF 003.952.738-70). ASSUNTO: 2º TERMO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 39.527/16. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 6350.989.17-4.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00018499.989.20-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTONIO (CNPJ 45.368.016/0001-90). ADVOGADO: MARIO APARECIDO EUZEBIO JUNIOR (OAB/SP 184.897). CONTRATADO(A): INGESP - INSTITUTO INNOVARE GESTAO EM SAUDE PUBLICA (CNPJ 06.258.092/0001-90). INTERESSADO(A): GABRIEL CARVALHAES ROSATTI (CPF 289.702.888-21). ASSUNTO: Termo Aditivo nº 004 - Contrato nº 089/2017. Finalidade: prorrogar a vigência contratual até 16/10/2020 no valor de R$ 942.175,56. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 15288.989.18-9.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTONIO requer nova prorrogação de prazo, por mais 15 dias, para manifestar-se.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00013548.989.20-1. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES (CNPJ 46.523.114/0001-17). ADVOGADO: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742). INTERESSADO(A): CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS (CPF 218.840.298-76). ASSUNTO: Acompanhamento Especial - COVID 19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 3312.989.20-5.

Fica o Responsável NOTIFICADO para conhecer o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento Especial (ev. 154), onde se condensam os resultados apurados acerca das ações públicas de Enfrentamento ao COVID-19, e ADVERTIDO de que eventual omissão quanto à adoção de medidas corretivas cabíveis, especialmente quanto à transparência, poderá implicar, dentre outras consequências, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal.

Publique-se e restituam-se os autos à UR-7, para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00014623.989.20-9. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS (CNPJ 44.215.846/0001-14). INTERESSADO(A): RUBENS FRANCO JUNIOR (CPF 078.716.258-29). ADVOGADO: RICARDO FRANCO (OAB/SP 110.239). ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID 19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 3344.989.20-7.

Fica o Responsável NOTIFICADO para conhecer o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento Especial (ev. 166), onde se condensam os resultados apurados acerca das ações públicas de Enfrentamento ao COVID-19, e ADVERTIDO de que eventual omissão quanto à adoção de medidas corretivas cabíveis, especialmente quanto à transparência, poderá implicar, dentre outras consequências, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal.

Publique-se e restituam-se os autos à UR-3, para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00020635.989.20-5. CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTAO DE CONTRATOS DE SERVICOS DE SAUDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0156-20). ORGANIZ. SOCIAL: ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM (CNPJ 61.699.567/0001-92). GERENCIADA: AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES - AME IDOSO SUDESTE - SPDM (CNPJ 61.699.567/0071-03). INTERESSADO(A): RONALDO RAMOS LARANJEIRA. JEANCARLO GORINCHTEYN. DANILO CESAR FIORE. ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 02/2020 ao Contrato de Gestão - Readequação de metas assistenciais e de custeio no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME IDOSO SUDESTE, a partir de agosto do presente exercício. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-01. PROCESSO PRINCIPAL: 11252.989.16-5.

Considerando o tratamento dispensado ao Processo 11252.989.16-5 e aos seus dependentes;

Considerando a conveniência de manter a uniformidade de tratamento aos processos conexos; e

No uso da competência que o art. 4º, § 2º, da Resolução nº 1, de 2012, atribui a conselheiro;

Providencie-se o desarquivamento dos autos do Processo 562.989.20-2 e a remessa deles ao Gabinete do Conselheiro Robson Marinho por intermédio da Presidência.

Ao Cartório para publicar e levar o Despacho a conhecimento da Auditora Sílvia Monteiro, a quem o Processo 562.989.20-2 foi originalmente distribuído e a quem, portanto, caberá executar as providências acima determinadas.

PROCESSO: 00023278.989.20-7. CONTRATANTE: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - HCFMUSP (CNPJ 60.448.040/0001-22). CONTRATADO(A): HOSPLOG LOGISTICA LTDA (CNPJ 32.240.883/0001-01). INTERESSADO(A): ANTONIO JOSE RODRIGUES PEREIRA (CPF 106.527.498-01). ADILSON BRETHERICK (CPF 762.925.508-00). ALESSANDRA PEREIRA (CPF 302.172.368-39). ASSUNTO: 3º Termo de Retirratificação ao Contrato nº 41/2018. Finalidade: Retificação da Cláusula Quarta e Quinta. (Origem: PROT2260). EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-05. PROCESSO PRINCIPAL: 18742.989.18-9.

PROCESSO: 00023293.989.20-8. CONTRATANTE: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - HCFMUSP (CNPJ 60.448.040/0001-22). CONTRATADO(A): HOSPLOG LOGISTICA LTDA (CNPJ 32.240.883/0001-01). INTERESSADO(A): ANTONIO JOSE RODRIGUES PEREIRA (CPF 106.527.498-01). ADILSON BRETHERICK (CPF 762.925.508-00). ALESSANDRA PEREIRA (CPF 302.172.368-39). MASSAYUKI YAMAMOTO (CPF 639.601.338-04). ASSUNTO: 4º Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato nº 41/2018. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses. (Origem PROT2261). EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-05. PROCESSO PRINCIPAL: 18742.989.18-9.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00021960.989.20-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA (CNPJ 45.226.214/0001-19). ADVOGADO: ANDERSON PLINIO DA SILVA ALVES (OAB/SP 351.449). CONTRATADO(A): LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA (CNPJ 07.590.934/0001-70). ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013). INTERESSADO(A): ISAEL DOMINGUES (CPF 087.657.868-74). ADVOGADO: CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226). JOSE SODARIO VIANA (CPF 034.848.698-79). ASSUNTO: 4º ADITAMENTO (01/2020) ao CONTRATO 091/2018, de 03/07/2020. FINALIDADE: Prorrogação contratual por 12 (doze) meses. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-14. PROCESSO PRINCIPAL: 17909.989.19-6.

LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA. requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro, nos mesmos e exatos termos do Despacho de ev. 50.

Vale dizer, o prazo para o Interessado manifestar-se expira em 11 de janeiro de 2021.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00015981.989.20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA (CNPJ 44.229.813/0001-23). ADVOGADO: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113). CONTRATADO(A): FANOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI (CNPJ 10.724.954/0001-09). INTERESSADO(A): VALERIO ANTONIO GALANTE (CPF 743.933.678-04). ASSUNTO: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 35/2018 proveniente da Tomada de Preços nº 6/2018. Objeto: contratação de empresa especializada para construção de um campo com grama sintética "Dom Pedro" e ampliação do núcleo esportivo Rômulo Montanari, na cidade de Serrana. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 10852.989.20-1.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para conhecerem o teor do Roteiro de Verificação produzido na UR-6 (ev. 20) e, no prazo de 30 dias, tomarem medidas adequadas ao saneamento das irregularidades aí apontadas.

Publique-se e restitua-se à UR-6, para continuidade do acompanhamento da execução contratual, em periodicidade adequada à conveniência do serviço, a critério do responsável.

PROCESSO: 00024532.989.20-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA (CNPJ 46.522.991/0001-73). CONTRATADO(A): BETA CLEAN & SERVICE LTDA (CNPJ 61.704.052/0001-33). INTERESSADO(A): PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA (CPF 096.706.078-84). FABRICIO CRUZ (CPF 275.001.398-45). ASSUNTO: 7° TERMO DE ADITAMENTO ASSINADO EM 28/10/2020. VALOR: 107.891,28. PRAZO: 12 (DOZE) MESES 03/10/2020 À 02/10/2021. EM FUNÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE 2 FUNCIONARIOS - VELORIO MUNICIPAL. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS AREAS FISICAS INTERNAS DOS PREDIOS PUBLICOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 16667.989.16-4.

PROCESSO: 00024535.989.20-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA (CNPJ 46.522.991/0001-73). CONTRATADO(A): BETA CLEAN & SERVICE LTDA (CNPJ 61.704.052/0001-33). INTERESSADO(A): PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA (CPF 096.706.078-84). FABRICIO CRUZ (CPF 275.001.398-45). ASSUNTO: 8° TERMO DE ADITAMENTO, ASSINADO EM 28/10/2020 PROCESSO: 55/2015 - CONCORRÊNCIA 02/15. FINALIDADE: SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS QUE ERAM PRESTADO NA REPARTIÇÃO BANHEIROS PUBLICOS DA AREA DE EVENTOS- VALOR: 6.743,28. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS FISICAS INTERNAS DOS PREDIOS PUBLICOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 16667.989.16-4.

PROCESSO: 00024536.989.20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA (CNPJ 46.522.991/0001-73). CONTRATADO(A): BETA CLEAN & SERVICE LTDA (CNPJ 61.704.052/0001-33). INTERESSADO(A): PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA (CPF 096.706.078-84). FABRICIO CRUZ (CPF 275.001.398-45). ASSUNTO: 9° TERMO DE ADITAMENTO, ASSINADO EM 28/10/2020 PROCESSO: 55/2015 - CONCORRÊNCIA 02/15. PRAZO: 12 (DOZE) MESES. VALOR: 107.891,28. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS AREAS FISICAS INTERNAS DOS PREDIOS PUBLICOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 16667.989.16-4.

PROCESSO: 00025264.989.20-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA (CNPJ 46.522.991/0001-73). CONTRATADO(A): BETA CLEAN & SERVICE LTDA (CNPJ 61.704.052/0001-33). INTERESSADO(A): PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA (CPF 096.706.078-84). FABRICIO CRUZ (CPF 275.001.398-45). ASSUNTO: TERMO DE RETIFICACAO E RATIFICAO DO 6° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO, ASSI-

NADO EM 10/11/2020. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS AREAS FISICAS INTERNAS DOS PREDIOS PUBLICOS. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 16667.989.16-4.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00022984.989.20-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA (CNPJ 46.634.291/0001-70). ADVOGADO: ALINE APARECIDA CASTRO (OAB/SP 208.057). CONTRATADO(A): TELEFONICA BRASIL S/A (CNPJ 02.558.157/0001-62). INTERESSADO(A): SIMONE APARECIDA CURRALADAS DOS SANTOS (CPF 251.873.568-28). JOSE CARLOS CEZAR DAMIAO (CPF 057.429.958-06). ASSUNTO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 160/2015, celebrado em 30/9/2020, tendo por finalidade prorrogar a vigência contratual por 2 (dois) meses. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 8577.989.15-5.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00018224.989.19-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA (CNPJ 67.172.437/0001-83. ADVOGADO: RAFAEL ANGELO CHAIB LOTIERZO (OAB/SP 92.255) / FLAVIA SCHONEBOOM RIETJENS (OAB/SP 169.666). CONTRATADO(A): EXECUTIVA EXPRESS TRANSPORTES EIRELI (CNPJ 02.770.245/0001-23). ADVOGADO: FERNANDO BENEDITO PELEGRINI (OAB/SP 137.616) / (OAB/SP 178.291). INTERESSADO(A): FERNANDO FIORI DE GODOY (CPF 144.337.148-36). ASSUNTO: Acompanhamento de Execução Contratual ref. ao contrato nº 002/2019, assinado em 28/01/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte escolar, com dois operadores por veículo por período (sendo um condutor e um monitor), para o transporte de alunos da zona rural e urbana do município de Holambra, pelo período de 200 dias letivos, conforme condições e especificações descritas no anexo II - Termo de referência, da proposta da contratada e demais documentos constantes do processo pregão presencial nº 036/2018, referente à rotas e itinerários constantes dos lotes: 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10 e 11. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 18103.989.19-0.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, já qualificada nos autos, requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para atender as determinações do despacho de ev. 96.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e restitua-se à UR-19.

PROCESSO: 00017881.989.17-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D OESTE (CNPJ 46.422.408/0001-52). CONTRATADO(A): WORLDWIDE SEGURANCA EIRELI (CNPJ 16.815.585/0001-38). ADVOGADO: FATIMA CRISTINA PIRES MIRANDA (OAB/SP 109.889) / (OAB/SP 220.788) / CRISTIANO VILELA DE PINHO (OAB/SP 221.594). INTERESSADO(A): DENIS EDUARDO ANDIA (CPF 139.476.668-88). ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850). ASSUNTO: Processo de acompanhamento de execução contratual referente ao Contrato nº 44/2017, Pregão Presencial nº 11/17. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 17730.989.17-5.

Ciente quanto ao teor do Roteiro de Verificação produzido na UR-3 (ev. 143).

Restituam-se os autos a essa repartição para continuidade do acompanhamento da execução contratual, em periodicidade adequada à conveniência do serviço, a critério do responsável.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00008303.989.19-8. CONTRATANTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO - METRO (CNPJ 62.070.362/0001-06). ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / MARCIA BETANIA LIZARELLI LOURENCO (OAB/SP 123.387) / CARLOS ALBERTO CANCIAN (OAB/SP 123.667) / MARCELO KARAM DELBIM (OAB/SP 257.461) / JULIANA TSIZURU MIASHIRO (OAB/SP 305.045) / VINICIO VOLPI GOMES (OAB/SP 305.393). CONTRATADO(A): ADAG COMUNICACAO LTDA (CNPJ 62.624.812/0001-65). ADVOGADO: FABIAN MORI SPERLI (OAB/SP 162.161) / BRUNO YUDI SOARES KOGA (OAB/SP 316.085). COMPANHIA DE COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA (CNPJ 69.277.291/0001-66). FIELDS COMUNICACAO LTDA (CNPJ 03.509.498/0001-00). INTERESSADO(A): SILVANI ALVES PEREIRA (CPF 233.820.821-87). FERNANDA BOECK NOER (CPF 665.726.060-15). PAULO MENEZES DE FIGUEIREDO (CPF 004.236.568-64). ALFREDO FALCHI NETO (CPF 012.526.428-30). JANAINA SCHOENMAKER (CPF 268.773.978-27). ASSUNTO: Acompanhamento da execução do contrato nº 4222721301, origem da Concorrência nº 42227213, tendo como objeto a contratação de agências para prestação de serviços de publicidade e marketing para a Cia. do Metrô. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 7079.989.19-0.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00024684.989.20-5. CONTRATANTE: INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL - IAMSPE (CNPJ 60.747.318/0001-62). CONTRATADO(A): GUIMA-CONSECO CONSTRUCAO SERVICOS E COMERCIO LTDA (CNPJ 59.519.603/0001-47). INTERESSADO(A): WILSON MODESTO POLLARA (CPF 404.708.308-91). ASSUNTO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017. Prorroga o prazo de vigência do contrato por mais 15 (quinze) meses. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 4989.989.17-3.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00020870.989.20-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS (CNPJ 53.415.717/0001-60). ADVOGADO: PRISCILA APARECIDA EHRLICH (OAB/SP 324.318). CONTRATADO(A): CONSTRUTORA AQUARIUS LTDA (CNPJ 00.519.358/0001-25). INTERESSADO(A): LUCAS POCAY ALVES DA SILVA (CPF 342.843.318-17). ASSUNTO: 4º TERMO DE ADITAMENTO, nº 4 ao contrato, de 30/04/2020. Objetivo: Prorrogar o prazo de execução do contrato em 60 dias, ou seja, de 04/05/2020 até 02/07/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 11534.989.19-9.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para conhecerem o teor da manifestação da UR-4 (ev. 13) e, no prazo de 15 dias, alegarem o que for de seu interesse.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00026564.989.20-0. REPRESENTANTE: RICARDO DUARTE ALIAGA (CPF 283.209.018-47). ADVOGADO: RICARDO DUARTE ALIAGA (OAB/SP 272.744). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ALESSANDRA AIRES GONCALVES REIMBERG (OAB/SP 124.512) / ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). ASSUNTO: Representação contra edital da Concorrência Pública nº 001/2020, promovida pela Prefeitura de Mairiporã, tendo por objeto concessão à pessoa jurídica da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-02.

Trata-se de representação intentada por Ricardo Duarte Aliaga, Advogado com escritório em São Paulo/SP, contra a nova versão do edital da Concorrência nº 1/2020 da Prefeitura Municipal de Mairiporã, do tipo menor tarifa, cujo objeto é a concessão a pessoa jurídica da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Mairiporã, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável, sob o controle da Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Mobilidade Urbana.

Insurge-se a representante, em apertada síntese, contra o seguinte:

(i) o item 6.5.1 do edital requisita prova de experiência anterior "por período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses" e com frota mínima de "14 (quatorze) veículos";

(ii) o item 10.6.4 do edital estabelece que a garantia contratual, quando prestada na modalidade moeda corrente, deve ser recolhida em até 3 (três) dias úteis antes da data da contratação.

Nesses termos, requer suspensão cautelar do certame e retificação do edital.

A sessão pública está designada para a data de 14/12/2020. A representação foi protocolada em 7/12/2020. Não há notícia de impugnação administrativa.

É o relato do necessário.

DECIDO.

Anoto, pelos registros do proc. 17388.989.20-4 e do ev. 1.5 deste feito, que o objeto da presente licitação está sendo atualmente prestado em caráter precário e emergencial, nos moldes do inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

O edital contra o qual se insurge o representante já fora objeto de representação apreciada sob o rito do exame prévio de edital no proc. 15618.989.20-6, em sessão de 15/7/2020, com determinação para retificações (v. Acórdão publicado em 4/8/2020).

Sobre as impugnações que agora são dirigidas contra os itens 6.5.1 e 10.6.4 do edital, ao menos numa análise sumária e perfunctória, noto que não houve alteração substancial em qualquer dessas cláusulas entre a nova versão do ato convocatório e sua versão anterior cuja representação já foi apreciada (vide proc. 15618.989.20-6).

De tal sorte, se o pleito do representante é obter a suspensão do certame licitatório nos termos do art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93 a partir dessas aludidas cláusulas, deveria ter se insurgido a partir do momento em que tomou conhecimento daquela versão anterior do ato convocatório, sob pena de se impedir a Administração de ultimar suas licitações pelo fatiamento da análise de editais com reiteradas suspensões cautelares.

Por tal razão é que este Tribunal, ao regular sua atuação de ofício dentro do rito de exame prévio de edital pautado no poder cautelar do § 2º do art. 113 da Lei 8.666/93, estabeleceu jurisprudência segundo a qual, com a vinda de nova versão de edital produzida após decisão desta Corte, nova suspensão cautelar só será exarada a partir de novidades substantivas, e não a partir de cláusulas e aspectos que já constavam da 1ª versão do edital, sob pena de se paralisar indefinidamente a atuação da Administração.

Tal direcionamento está consolidado na jurisprudência deste Tribunal, não havendo aqui razão para excepcioná-lo.

Portanto, todos os aspectos aqui suscitados passam à condição de serem aferidos no caso concreto através dos procedimentos ordinários de fiscalização já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal.

Há de ressaltar, porém, que a presente decisão cinge-se apenas a se fixar quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas - se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, - ou se posteriormente, nos termos do disposto no "caput" do mesmo artigo, diante do caso concreto.

Ante o exposto, deixo de suspender a abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste expediente.

Publique-se, junte-se a petição pendente, cujo pedido já foi satisfeito, intime-se a Prefeitura Municipal de Mairiporã, comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas e aguarde-se o prazo recursal.

PROCESSO: 00026684.989.20-5. REPRESENTANTE: IPK ENGENHARIA LTDA (CNPJ 68.314.087/0001-05). ADVOGADO: MARCIA QUEVEDO DEVENS (OAB/RS 75.746). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ALESSANDRA AIRES GONCALVES REIMBERG (OAB/SP 124.512) / ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). ASSUNTO: Representação contra o edital da CONCORRÊNCIA Nº 001/2020, promovida pela Prefeitura de Mairiporã, tendo por objeto concessão à pessoa jurídica da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, em linhas regulares, pelo prazo de 10 (dez) anos. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-02. PROCESSO PRINCIPAL: 26564.989.20-0.

Trata-se de representação intentada por IPK Engenharia Ltda.-EPP contra a nova versão do edital da Concorrência nº 1/2020 da Prefeitura Municipal de Mairiporã, do tipo menor tarifa, cujo objeto é a concessão a pessoa jurídica da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Mairiporã, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável, sob o controle da Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Mobilidade Urbana.

Insurge-se a representante contra o que entende ser descumprimento à decisão prolatada em sede de exame prévio de edital no proc. 26564.989.20-0. Em apertada síntese, aduz o seguinte:

(i) o "Pesqueiro de Giba" é colocado como ponto final (ida) e inicial (volta), adentrando limite de Nazaré Paulista;

(ii) a fórmula de cálculo para reajuste tarifário não constitui mecanismo eficaz para o compartilhamento de ganhos de eficiência com vista à modicidade tarifária;

(iii) há incoerência na extensão da "Linha 005" e na frota de veículos da "Linha L002";

(iv) as alíquotas consideradas para INSS, PIS e COFINS não levam em conta desonerações do setor;

(v) na faixa de faturamento e de renda do Estudo de Viabilidade, existe a incidência do "Adicional de Imposto de Renda", com Alíquota de 10% sobre o Lucro que exceder R$ 240.000,00 anuais;

(vi) há incoerência entre a escala de motoristas, os custos com salários, encargos e plano de saúde, e os demonstrativos dos horários de início e de término de funcionamento das linhas

Nesses termos, requer suspensão cautelar do certame e retificação do edital.

A sessão pública está designada para a data de 14/12/2020. A representação foi protocolada em 8/12/2020. Não há notícia de impugnação administrativa.

É o relato do necessário.

DECIDO.

O edital contra o qual se insurge a representante já fora objeto de representação também intentada por IPK Engenharia Ltda.-EPP, a qual foi apreciada sob o rito do exame prévio de edital no proc. 15618.989.20-6, em sessão de 15/7/2020, com determinação para retificações (v. Acórdão publicado em 4/8/2020).

Anoto, pelos registros do proc. 17388.989.20-4 e do ev. 1.5 do proc. 26564.989.20-0, que o objeto da presente licitação está sendo prestado há tempos em caráter precário e emergencial, nos moldes do inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

Desta feita, os pontos do Termo de Referência aqui destacados e a análise que é suscitada pela representante em todas as suas impugnações, sem dúvida alguma, demanda a realização de diligências complementares por órgãos de instrução deste Tribunal, o que, por óbvio, acarretará dilação probatória incompatível com o exame prévio de edital.

A isso se agrega o contexto atual já aqui destacado, de que há tempos o serviço licitado está sendo prestado em caráter precário e emergencial, de sorte que alguma eventual dilação probatória com uma ordem cautelar vigente, ao menos aparentemente, não está a se colocar como adequada ao interesse público primário, à luz dos arts. 20 e 22 da LINDB.

De outra parte, ao menos numa análise perfunctória e sumária que é própria à análise da ordem cautelar, não há como ignorar que não se trata aqui de um contrato de prestação de serviços nos moldes da Lei 8.666/93, mas, de uma concessão comum regida pela Lei 8.987/97, onde o que tudo definirá é o plano de negócios construído pela licitante vencedora, que deverá executá-lo sob sua conta e risco.

Considerando tudo o que está aqui exposto, deixo de suspender a abertura da licitação e consigno que a presente decisão cinge-se apenas a se fixar quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas - se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, - ou se posteriormente, nos termos do disposto no "caput" do mesmo artigo, diante do caso concreto.

De qualquer modo, não há como desconsiderar a relevância dos aspectos aqui suscitados a respeito de sinais de algum eventual descumprimento à decisão prolatada pelo E. Plenário no proc. 15618.989.20-6, em sessão de 15/7/2020.

Ante o exposto e nos termos do art. 214 do Regimento Interno deste Tribunal, recebo a matéria como Representação de Rito Ordinário para tratar das impugnações aqui apresentadas, da Concorrência nº 1/2020 e de eventual contrato que venha a ser celebrado.

Publique-se, altere-se a classe processual dos autos e restituam-se estes ao Gabinete para novas determinações.

Cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00026618.989.20-6. REPRESENTANTE: NELSON ROBERTO GRITTI (CPF 041.581.988-10). FABIO COSTA GORLA (CPF 247.128.758-10). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (CNPJ 45.276.128/0001-10). ASSUNTO: Representação contra o edital do CONCORRÊNCIA N° 005/2020, promovida pela Prefeitura de Araraquara, tendo por objeto contratação de empresa especializada para a execução de obra de substituição e eficientização de aproximadamente 36.351 luminárias para tecnologia a led em vários locais, na região urbana do município.. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00020700.989.20-5.

Utilizando-se da faculdade conferida pelo artigo 113, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os interessados em epígrafe representaram perante este Tribunal, insurgindo-se contra os termos do edital da CONCORRÊNCIA N° 005/2020, promovida pela Prefeitura de Araraquara, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de substituição e eficientização de aproximadamente 36.351 luminárias para tecnologia a led), nos termos especificados no texto convocatório.

Em breve síntese, reclamaram que falta clareza quanto ao início da execução dos serviços e no tocante à remuneração.

Também alegaram que deveriam constar do edital a admissão de documentos estrangeiros apostilados, a consequência gerada caso houvesse a desistência ou mesmo desclassificação da vencedora do certame e a base de dados sobre a situação atual da iluminação pública do Município.

Segundo consta, a data da abertura foi marcada para o dia 11/12/2020.

A peça foi distribuída a este Gabinete, tendo em vista a conexão com o TC-00020700.989.20-5.

É o breve relatório.

Decido.

Duas hipóteses de análise permeiam este exame, tendo em vista a conexão com a matéria contida nos autos do TC-00020700.989.20-5: se houve o atendimento às determinações proferidas por esta Corte por ocasião daquele julgado e se ocorrera a hipótese da preclusão.

Em relação ao primeiro caso, uma visão apriorística e sumária, própria deste rito, embasada na cópia do edital e parte dos anexos anexada pelo Representante dá sinais de que as várias determinações deliberadas por esta Corte foram quase que integralmente atendidas – exceção, ao que me parece, à inclusão da possibilidade da participação de empresas em recuperação extrajudicial.

Todavia, compreendo que a sua falta não tem força suficiente para fins de decretar a medida extrema de sustação do certame, especialmente por se tratar de evento futuro e incerto, insuscetível à primeira vista de prejudicar o ambiente competitivo em larga amplitude, haja vista se sujeitar à ocorrência de duas circunstâncias simultâneas: o interesse de participação de empresa em recuperação extrajudicial e, ainda, detentora da melhor proposta.

Sob este contexto, compreendo que a melhor solução será averiguar tal apontamento e demais passagens do edital no rito ordinário, caso o ajuste seja efetivamente celebrado no futuro, já que somente naquele momento se conhecerão os reais efeitos da disposição editalícia na situação em concreto.

A propósito, lembro que queixa similar também foi rechaçada por esta Casa, nos autos do TC-18873.989.17-2 (decisão publicada no DOE de 24/11/2017).

Quanto à segunda questão, constata-se a ocorrência da preclusão, ou seja, os Subscritores da inicial deveriam ter formulado, logo naquela primeira oportunidade, a sua crítica ao ato convocatório inicial, sob pena da decretação deste instituto.

Em verdade, busca-se com esta intelecção evitar que o exame prévio se constitua em expediente de reiterada inibição das iniciativas da Administração na abertura de procedimentos licitatórios, ao mesmo tempo em que se privilegia o princípio da continuidade do serviço público.

Neste sentido, trago excerto do r. voto proferido pelo eminente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo nos autos do TC-3502.989.15, acolhido pelo Plenário na sessão de 26/8/2015:

"Inicialmente, observo que os questionamentos apresentados referem-se a disposições editalícias que já constavam da primeira versão do edital e não foram oportunamente impugnadas, não cabendo, portanto, nova apreciação.

A Representante podia e devia ter formulado, logo ao primeiro ensejo, todas as eventuais críticas ao ato convocatório. Deixar de fazê-lo naquela primeira ocasião, para apresentar inconformismos ao mesmo ato convocatório somente agora, é procedimento que não se coaduna com a seriedade exigida pelo fato de que as atividades do Poder Público não podem ficar sujeitas a critérios de 'reserva', de 'oportunidades'. Como não exercitou oportunamente esse direito, operou-se a preclusão.".

Além destas circunstâncias, abro um parêntese para esclarecer que se ainda restasse alguma dúvida por parte dos Representantes, a exemplo da alegação de falta de clareza quanto alguns tópicos, estes poderiam ter se socorrido de um mero pedido de esclarecimentos – medida expressamente prevista no item 20.1, inclusive por meio online como fora determinado por este Colegiado -, não constando dos autos que tenham tomado esta providência.

Por fim, não é demais lembrar que a pretensão buscada, por ter caráter excepcional, deve ter como base a identificação de uma ilegalidade flagrante ou mesmo de uma restritividade indevidade, indicada nas novas passagens do edital, hipóteses que não restaram evidenciadas.

Deixar de agir assim poderia significar, de forma mediata, um prejuízo ao próprio interesse público envolvido, decorrente da demora na conclusão do procedimento licitatório – neste caso, já suspenso por uma vez.

Inexistindo, portanto, motivação suficiente para acolher as pretensões exaradas, INDEFIRO o pedido, mas repiso que esta conclusão não significa que a matéria deixará de ser apreciada em momento posterior, pela fiscalização competente, nos termos do disposto no caput do artigo 113 da Lei de Licitações.

Publique-se.

Ao Cartório para cumprir e dar ciência do fato ao Ministério Público de Contas e a Prefeitura interessada.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PROCESSO: 00026761.989.20-1. REPRESENTANTE: MCG INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTAVEIS EIRELI (CNPJ 32.190.759/0001-70). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES (CNPJ 46.523.270/0001-88). ADVOGADO: DALCIANI FELIZARDO (OAB/SP 299.287). ASSUNTO: Representação contra o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2020, promovido pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, tendo por objeto aquisição de material escolar. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00025026.989.20-2, 00025259.989.20-0.

Trata-se de representação intentada por MCG Indústria, Comércio de Produtos Sustentáveis Eireli contra o edital do Pregão Presencial nº 159/2020 da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a aquisição de materiais escolares.

Em apertada síntese, insurge-se contra o seguinte:

(a) prazo de até 10 (dez) dias para as licitantes vencedoras apresentarem amostras e laudos;

(b) no item "borracha branca com cinta plástica" – Lote 1 Sustentáveis -, há requisição de laudo de conformidade com normas ABNT NBR 15.236:2016 (toxicologia) e ABNT NBR 16.040:2018 (isenção de ftalatos), bem como ensaio laboratorial atestando níveis aceitáveis de bisfenol-A;

(c) no item "régua escolar de 30cm cristal" – Lote 1 Sustentáveis -, há requisição de laudo atestando níveis aceitáveis de bisfenol-A;

(d) no item "pasta com aba e elástico na cor azul" – Lote 2 Escolares -, há requisição de laudo de toxicologia conforme norma ABNT NBR 15.236:2016, teor de ftalatos conforme norma ABNT NBR 16.040:2018 e bisfenol-A (BPA), bem como laudo laboratorial sobre politereftalato de etila;

(e) no item "pasta polinda com lombada de 20mm" – Lote 2 Escolares -, há requisição de laudo de conformidade com normas ABNT NBR 15236:2020 (toxicologia, metais pesados, ftalatos e resistência mecânica), bem como ensaio de laboratório atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a. (f) consta do site da ABNT na internet que foi cancelada a norma NBR:15236:2009, do item "massa de modelar"

Requer, nesses termos, a suspensão cautelar do certame e a determinação para retificação do ato convocatório.

A sessão pública está designada para a data de 11/12/2020, às 09h00m.

É o relatório.

DECIDO.

O rito do exame prévio de edital é pautado no poder cautelar do § 2º do art. 113 da Lei 8.666/93, o qual está condicionado ao prazo fatal estipulado como "até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas", que se encerra, por óbvio, com o término do expediente do ente ou entidade licitante nesse dia útil.

Ocorre que a presente representação foi protocolada neste Tribunal somente às 17h36m de 9/12/2020, de sorte que essa demanda foi apresentada a este Gabinete, pelos registros dos autos, já ao longo do expediente do último dia útil a que alude o § 2º do art. 113 a Lei de Regência – 10/12/2020 -.

Tal exiguidade de tempo em relação ao encerramento do prazo legal cria contexto no qual se revela inviável uma análise segura das impugnações a tempo de se expedir e fazer chegar à Prefeitura eventual ordem de suspensão cautelar do certame dentro do prazo que estabelece o § 2º do art. 113 da Lei 8.666/93, para o exercício dessa competência cautelar.

Portanto, todos os aspectos aqui suscitados passam à condição de serem aferidos no caso concreto através dos procedimentos ordinários de fiscalização e acompanhamento já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal.

A presente decisão, por óbvio, cinge-se a uma análise preliminar e sumária, própria do rito sumaríssimo que se impõe à situação em comento, mesmo porque não se reveste de caráter final, já que se presta apenas para estabelecer quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas - se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, - ou se posteriormente, nos termos do disposto no "caput" do mesmo artigo, diante do caso concreto.

Ante o exposto, deixo de suspender a abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste expediente.

Publique-se.

Intime-se a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas, aguarde-se o prazo para recurso e, ao final, arquive-se o feito.

Cumpra-se.

DESPACHOS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

DESPACHOS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: TC-00010137.989.15-8 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI ADVOGADO: (OAB/SP 74.322) / MOYRA GABRIELA BAPTISTA BRAGA FERNANDES (OAB/SP 200.484) / CAMILA MARIA LEITE DE OLIVEIRA (OAB/SP 217.118) / EUGENIA BEATRIZ NASCIMENTO CABRAL (OAB/SP 268.566) / RAFAEL APONI DE FIGUEIREDO ROCHA (OAB/SP 280.820) RESPONSÁVEL: HAMILTON RIBEIRO MOTA - PREFEITO À ÉPOCA ASSUNTO: Apartado do: TC - 1324/026/11. Decisão da Primeira Câmara, em sessão de 26/11/2013. Assunto: Apartado das contas para tratar de análise de "ROYALTIES - realização de despesas impróprias e transferências de recursos vinculados para contas de movimento da Prefeitura" - (item B.3.3.3 do relatório). EXERCÍCIO: 2015

Considerando os termos da Deliberação (SEI Nº 0011209/2020-51) da Presidência desta Casa, publicada no D.O.E. de 22/10/2020, estabelecendo não mais autuar "Apartados" das contas anuais dos Prefeitos Municipais, em observância à decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal, no RE 848826, tema nº 835 em que se fixou repercussão geral, concluo que nada mais resta a ser providenciado nos presentes autos. Ao arquivo.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00012423.989.20-1 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ENGENHEIRO COELHO ADVOGADO: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) RESPONSÁVEL: AMOS SOARES NOGUEIRA OBJETO: Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 06/2012 - DOE 18/10/12 - Alterada pela Resolução nº 09/2014. PERÍODO: AGOSTO A OUTUBRO/2020. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU - UR.19

Nos termos da Resolução nº 06/12 a Fiscalização verificou que o Instituto de Previdência do Servidores Públicos do Município de Engenheiro Coelho descumpriu os prazos estabelecidos pelo Sistema AUDESP e opina pela aplicação de multa prevista no inciso II do artigo 104, da Lei Complementar nº 709/93 (evento 49.4). Devidamente oficiado (evento 49.2 e 58.1), o Órgão apresentou as justificativas informando que o documento foi enviado, ainda que extemporaneamente, e que está adotando formas de controle para o fiel cumprimento dos prazos estabelecidos por esta E. Corte (eventos 55.1 e 68.1). Porém, em consulta ao Sistema AUDESP, verifiquei que ainda constam documentos pendentes de envio pela Origem. Assim, diante da manifestação da Fiscalização e do não cumprimento dos prazos exigidos pelo Sistema AUDESP, APLICO, nos termos do inciso II, do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93, ao responsável acima nominado, multa de valor correspondente a 30 (trinta) UFESP's, cujo recolhimento deverá ser providenciado nos termos da Lei Estadual nº 11.077/02 e devidamente comprovado perante esta Corte de Contas. Determino que seja expedido ofício à autoridade para o cumprimento da pena pecuniária

no prazo fixado, reiterando o alerta no sentido de que futuros atrasos ensejarão a aplicação de novas penas pecuniárias, que poderão ser progressivas, nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: 00000355.989.14-6 ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SBCPREV (CNPJ 14.337.579/0001-97) RESPONSÁVEIS: GLÓRIA SATOKO KONNO - DIRETORA SUPERINTENDENTE À ÉPOCA MARCOS GALANTE VIAL - DIRETOR SUPERINTENDENTE ATUAL ASSUNTO: APOSENTADORIAS - EXERCÍCIO DE 2012 EM EXAME: REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR PERÍCIA MÉDICA EXERCÍCIO: 2020 INTERESSADA: REGINA MAURA DE MARTINO INSTRUÇ. ATUAL: 4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-I Vistos.

Sentença de evento 13.1, publicada no DOE de 11/04/2014, com trânsito em julgado em 28/04/2014 (evento 18.1), atribuiu JUÍZO DE LEGALIDADE às aposentadorias apreciadas neste feito, determinando os consequentes registros, lavrados sob no 1033/2014 (evento 23.1). Em face do Ofício n° SBCPrev —145/2020 - São Bernardo do Campo, de 19 de novembro de 2020, foram os autos encaminhados à unidade de fiscalização competente para instrução acerca da REVERSÃO da aposentadoria da Senhora Regina Maura de Martino, noticiada pelo Instituto SBCPrev no evento 28.1. A interessada aposentou-se por invalidez, em 19/10/2012, com fundamento no artigo 6A, da EC 41 c/c EC 70 da CF/88. Consoante relatório de evento 38.5, a Fiscalização conclui pela legalidade da reversão em comento, nos conformes com a documentação apresentada (Laudo pericial, Termo de Cessação de Aposentadoria e Publicação da Portaria), balizadora da reversão de aposentadoria por invalidez, ocorrida em 19/11/2020, cessando a percepção de proventos a cargo da SBCPREV, devida até 18/11/2020. Ressalta a zelosa equipe da 4ª Diretoria de Fiscalização que, readquirida a capacidade laboral e reconduzida ao cargo, com ou sem readaptação, passa o órgão ou entidade de origem a arcar com a remuneração e os encargos dos vencimentos mensais a partir do retorno à atividade, efetivado em 19/11/2020. Nessa conformidade, na esteira das conclusões da Fiscalização, encaminhem-se os autos ao DSF competente para AVERBAÇÃO DA REVERSÃO DA APOSENTADORIA da servidora REGINA MAURA DE MARTINO à margem do Registro.

Publique-se.

PROCESSO: 00002847.989.19-1 ENTIDADE: COMPANHIA DE HABITACAO DA BAIXADA SANTISTA (CNPJ 58.158.635/0001-00) ADVOGADO: MARCOS JORDAO TEIXEIRA DO AMARAL FILHO (OAB/SP 74.481) / ARILSON MENDONCA BORGES (OAB/SP 159.738) ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-06.2 / DSF II

No evento nº 33.1, a Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB-ST, por seu advogado, requer, em nova oportunidade, a concessão de dilação de prazo para reunião de documentos necessários à instrução destes autos. Defiro, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se.

PROCESSO: 00003343.989.19-0 FUNDO DE PREVIDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSAO DE TARUMA - FUMAP (CNPJ 15.338.702/0001-57) RESPONSÁVEL(IS): GLEYSON RAMOS GUIMARÃES LIMA ASSUNTO: Tomada de Contas - Exercício de 2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: UR-04

À vista das falhas verificadas no relatório da Fiscalização (evento nº 10), ASSINO, com fundamento no artigo 29 c/c artigo 30 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, à Origem e aos responsáveis acima referidos o prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem suas razões ou justificativas. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-019433.989.17-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU ADVOGADOS: (OAB/SP 123.916) / (OAB/SP 174.392) / JOAO NEGRINI NETO (OAB/SP 234.092) / FLAVIO MAGDESIAN (OAB/SP 317.840) / ISABELLA CRISTINA SERRA NEGRA LOFRANO (OAB/SP 376.975) RESPONSÁVEIS: JOÃO CURY NETO - PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA AMÉLIA MARIA SIBAR - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À ÉPOCA MÁRIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA - PREFEITO MUNICIPAL ATUAL BENEFICIÁRIA: NÚCLEO ASSISTENCIAL ESPÍRITA PAULO E ESTEVÃO RESPONSÁVEL: JOSÉ FAUSTINO RODRIGUES - PRESIDENTE EM EXAME: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONVÊNIO Nº 31/2016 OBJETO: PROPORCIONAR À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, GARANTINDO O ACESSO A BENS E SERVIÇOS, ATRAVÉS DE UM TRABALHO SÓCIOEDUCATIVO, COM BASE NA INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO, DANDO ÊNFASE AO ASPECTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL. VALOR INICIAL: R$ 71.348,18 EXERCÍCIO: 2016 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE BAURU - UR-02 / DSF-I

Ciente das providências adotadas pela Prefeitura em face das determinações da sentença (evento nº 93). Nada mais restando,ao arquivo.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR JOSUÉ ROMERO

DESPACHO DO AUDITOR JOSUE ROMERO

PROCESSO: TC-00026112.989.19-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAÍ ADVOGADO: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) RESPONSÁVEIS: LUCIANO POLACZEK NETO - PREFEITO BENEFICIÁRIA: SERVIÇOS DE OBRAS SOCIAIS DE APIAÍ RESPONSÁVEL: MARIA LÚCIA AVELAR DA SILVA - PRESIDENTE OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR - CONVÊNIO (Termo de convênio Nº 15/2014, alterado pelos termos aditivos nº 05/2017 e nº 06/2018) - Valor Inferior - INDIVIDUAL (49-I) VALOR INICIAL: R$ 195.696,12 EM EXAME: 2018 E 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA – UR-16

Tratam os presentes autos da prestação de contas - repasse público ao terceiro setor - convênio e termos aditivos, firmado pela Prefeitura Municipal de Apiai com o Serviço de Obras Sociais de Apiai, no importe de R$ 195.696,12, considerado o saldo de R$ 133,36, que teve sua aplicação efetuada no exercício seguinte, 2019, não utilizado em sua totalidade no exercício de 2018, portanto prestação de contas relativa aos exercícios de 2018 e 2019, À vista das falhas verificadas no relatório da Fiscalização, no evento nº 13 - Arquivo: TC-026112-989-19-APIAI-PM-2018-3S-CV-PC.pdf foram notificados, o Órgão, a Entidade Beneficiária e seus responsáveis à época e atuais, nos termos do artigo 29, da Lei Complementar 709/93 - evento nº 17. Ausente comparecimento nos autos determinei notificação do Sr. Luciano Polaczek Neto - Prefeito e a da Atual Presidente do Serviço de Obras Sociais de Apiaí Sra Maira Lúcia Avelar da Silva, as notificações foram primeiramente encaminhadas via email dada as regras de distanciamento social advindas da pandemia. No evento nº 45, compareceu aos autos a Prefeitura Municipal de Apiaí, na pessoa de seu Prefeito, Sr. Luciano Polaczek Neto, solicitanto habilitação de seus advogados, e no evento 51, apresentou petição solicitando prorrogação de prazo. Defiro a concessão do prazo requerido de mais 15 (quinze) dias, nos termos propostos.

Publique-se

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: TC-021749/989/18 (Expediente de 01/12/2020 Evento nº 156.1) ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Cubatão Responsáveis: Marcia Rosa Mendonça Silva, Prefeita à época; Genivaldo Linhares Brandão e Raquel Reis Gonçalves Peralta, Secretários de Assistência Social à época BENEFICIÁRIA: Associação Unidos Responsável: Luis Antonio Alexandre dos Santos, Presidente ASSUNTO: Repasses ao Terceiro Setor – Convênio VALOR: R$ 54.875,23 EM APRECIAÇÃO: Pedido de prorrogação de prazo REQUERENTE: Município de Cubatão ADVOGADOS: Marcelo Leme de Magalhães, OAB/SP nº 200.867; Gilberto do Nascimento e Silva, OAB/SP nº 341.673, Procuradores do Município; Christian Correia Salgado, OAB/SP nº 364.444; Nivia Pereira dos Santos, OAB/SP nº 371.272; Paulo de Toledo Ribeiro, OAB/SP nº 164.256

Concedo o prazo solicitado de 20 (vinte) dias improrrogáveis contados da publicação para apresentação de suas providências, uma vez que já lhe foram oportunizados outros prazos para cumprimento ao determinado na Sentença exarada nos autos, publicada no DOE de 05/02/2020. Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-024070/989/20 (Expediente de 07/12/2020 Evento nº 34.1) ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Osasco Responsáveis: Rogério Lins Wanderley e Marcos Miguel da Silva, Prefeito e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à época, respectivamente BENEFICIÁRIA: Boxe Top Team Responsável: Cristiano Ribeiro Carvalho, Diretor Presidente ASSUNTO: Repasses ao Terceiro Setor – Prestação de Contas de Termo de Fomento nº 003/2018 VALOR: R$ 152.275,50 EM APRECIAÇÃO: Pedido de prorrogação de prazo REQUERENTE: Rogério Lins Wanderley ADVOGADOS: Admar Gonzaga, OAB/DF nº 10.937; Marcello Dias de Paula, OAB/DF nº 39.976; Ana Cristina Fecuri, OAB/SP nº 125.181 e outros

Defiro as habilitações requeridas. No mais, defiro o prazo solicitado de 20 (vinte) dias improrrogáveis contados da publicação para apresentação de suas justificativas, uma vez que já lhe foram oportunizados outros prazos para sua defesa. Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-024319/989/20 (Expediente de 07/12/2020 Evento nº 36.1) ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Osasco Responsáveis: Rogério Lins Wanderley e Pedro Paulo da Silva, Prefeito e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à época, respectivamente BENEFICIÁRIA: Boxe Top Team Responsável: Cristiano Ribeiro Carvalho, Diretor Presidente ASSUNTO: Repasses ao Terceiro Setor – Prestação de Contas de Termo de Fomento nº 003/2018 VALOR: R$ 74.190,57 EM APRECIAÇÃO: Pedido de prorrogação de prazo REQUERENTE: Rogério Lins Wanderley ADVOGADOS: Admar Gonzaga, OAB/DF nº 10.937; Marcello Dias de Paula, OAB/DF nº 39.976; Ana Cristina Fecuri, OAB/SP nº 125.181 e outros

Defiro as habilitações requeridas. No mais, defiro o prazo solicitado de 20 (vinte) dias improrrogáveis contados da publicação para apresentação de suas justificativas, uma vez que já lhe foram oportunizados outros prazos para sua defesa. Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC–014788/989/19 ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Mongaguá RESPONSÁVEIS: Artur Parada Prócida, Rodrigo Cardoso Biagioni e Marcio Melo Gomes, Prefeitos à época ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Tempo Determinado INTERESSADOS: Rubens Bastos de Carvalho e outros EXERCÍCIO: 2018 EM EXAME: Pedido de dilação de prazo ADVOGADOS: Eduardo Garcia Cantero, OAB/SP nº 164.149, Procurador Municipal; Raimundo de Souza Gomes, OAB/SP nº 323.124

Requer a Prefeitura do Município de Mongaguá a dilação do prazo para dar atendimento ao determinado na Sentença exarada nos autos, publicada no DOE de 13/02/2020, no tocante à admissão do Senhor Rubens Bastos de Carvalho. Assim, concedo o derradeiro prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de suas providências.

Publique-se.

PROCESSO: TC–002850/989/19 ÓRGÃO: CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente MUNICÍPIO-SEDE: São Vicente, vinculado à Prefeitura do Município de São Vicente RESPONSÁVEL: Osvaldo Bueno dos Santos Júnior, Diretor Presidente à época e Liquidante ASSUNTO: Balanço Geral do Exercício de 2019 INSTRUÇÃO: UR-20 Santos / DSF-II

Considerando os óbices levantados pela Fiscalização na conclusão de seus trabalhos (evento nº 12.78), e tendo em vista o disposto no artigo 29, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO o Órgão e seu responsável para que, no prazo de 30 (trinta) dias, tomem conhecimento do relatório de fiscalização e apresentem suas alegações a respeito. Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026598/989/20 CONCESSOR: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF Responsáveis: José Henrique Germann Ferreira e Wilson Roberto de Lima, Secretário e Coordenador à época, respectivamente CONVENIADA: Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Fernando Magalhães Responsável: Adelaide Bocato Costa, Presidente à época ASSUNTO: Prestação de Contas – Convênio nº 664/2016, de 28/12/2016 VALOR: R$ 1.710.000,00 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR–13 Araraquara / DSF-I

À vista do noticiado pela Fiscalização (evento nº 11.4), até o presente momento não foram encaminhadas as prestações de contas do exercício de 2019 relacionadas ao convênio em exame. Desse modo, NOTIFICO, com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, a origem, os responsáveis à época e os atuais, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem os documentos faltantes ou justifiquem a impossibilidade de fazê-lo. Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

DESPACHOS DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC–003335.989.19 INTERESSADO: Fundo Municipal de Seguridade Social de Orindiúva - ORINDIPRE MUNICÍPIO: Orindiúva RESPONSÁVEL: Marli Borges dos Santos Barbosa – Presidente EXERCÍCIO: 2019 ASSUNTO: Balanço do Exercício EM APRECIAÇÃO: Pedido de dilação de prazo INSTRUÇÃO: UR-08 / DSF-I

Visto. Defiro o pedido de dilação de prazo requerido pelo Fundo Municipal de Seguridade Social de Orindiúva - ORINDIPRE pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006857/989/19 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul RESPONSÁVEIS: José Auricchio Júnior – Prefeito Paulo Nunes Pinheiro – Prefeito à época ASSUNTO: Pedido de Prorrogação de Prazo EM EXAME: Apartado das contas para tratar do ítem B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis para Análise – Cessão irregular de imóvel a membro do Tribunal de Justiça, além do pagamento indevido de reformas EXERCÍCIO: 2014 INSTRUÇÃO: DF-02/DSF-II ADVOGADOS: Allan Frazatti Silva – OAB/SP 234.514; Cinthia Yara Alves de Oliveira – OAB/SP 216.852 e Outro

Vistos. Defiro o pedido de prorrogação solicitado pela Prefeitura Municipal de São Caetano, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste despacho.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012149/989/20 ÓRGÃO PÚBLICO: Instituto Municipal de Seguridade Social de Araçariguama - IMSS RESPONSÁVEL: Benedito Américo de Oliveira - Presidente OBJETO: Controle de prazos das Resoluções e Instruções – Resolução nº 06/2012, alterada pela Resolução nº 09/2014 MUNICÍPIO: Araçariguama PERÍODO: 2020 INSTRUÇÃO: UR-09/DSF-II

Nos termos da Resolução nº 06/12, alterada pela Resolução nº 09/2014, a Fiscalização verificou que o Instituto Municipal de Seguridade Social de Araçariguama, descumpriu os prazos estabelecidos pelas instruções nº 02/2016. O Instituto não enviou ao Sistema AUDESP até a data limite, o Parcelamento com RPPS. Devidamente notificado, o responsável informou que o mesmo foi encaminhado dentro do prazo exigido, tendo sido rejeitado em vista de constar saldo inicial incorreto. Desse modo a Autarquia solicitou em 13/10/2020, e exclusão do arquivo e está aguardando autorização do TCE para o reenvio do mesmo (solicitação TEC0000082618). Sendo assim, acolho as razões da origem e, excepcionalmente, deixo de aplicar a multa proposta. Inobstante, a oportunidade se oferece para ALERTAR a Responsável que futuros atrasos poderão ensejar a aplicação de pena pecuniária, nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra do processo poderá ser obtida pela internet no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante prévio cadastramento obrigatório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-020238/989/20 ÓRGÃO PÚBLICO: Instituto de Previdência Municipal de São João das Duas Pontes RESPONSÁVEL: José Cláudio Cagnin Siqueira - Dirigente EM EXAME: Controle de prazos das resoluções e instruções – Resolução nº 06/2012, alterada pela Resolução nº 09/2014 EXERCÍCIO: 2020 MUNICÍPIO: São João das Duas Pontes INSTRUÇÃO: UR-11/DSF-I

Segundo a Fiscalização, a Entidade descumpriu os prazos estabelecidos pelo Sistema AUDESP, propondo aplicação de multa. Após comunicado por e-mail com despacho publicado no DOE de 24.11.2020, o responsável compareceu aos autos e alegou que o atraso no envio de documentos não decorreu por omissão ou desobediência, mas em decorrência do aparecimento de dificuldades técnicas no envio mas que as irregularidades já foram sanadas, estando as informações armazenadas no Sistema AUDESP. Sendo assim, acolho as razões da origem e, excepcionalmente, deixo de aplicar a multa proposta. Inobstante, a oportunidade se oferece para ALERTAR o Responsável que futuros atrasos poderão ensejar a aplicação de pena pecuniária, nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra do processo poderá ser obtida pela internet no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante prévio cadastramento obrigatório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-021604/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes RESPONSÁVEL:Rogério Pascon – Prefeito INTERESSADOS: Médico Plantonista: Felipe Borges Nader; Técnico em Enfermagem: Debora Maeli de Oliveira Demarchi, Yarin Cigagna Bernardo, Patricia Estevo Guimarães de Barros, Fabiana Cristina Lazarindo Carneiro ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso Público (Admissões Subsequentes) EM EXAME: Pedido de Prorrogação de Prazo EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR-10/DSF-II ADVOGADO: Victor Roncatto Piovezan – OAB/SP 242.595

Vistos. Defiro o pedido de prorrogação solicitado pela Prefeitura Municipal, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste despacho, para que tragam aos autos suas razões e justificativas.

Publique-se.

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

DESPACHO DE CONHECIMENTO DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC–021034/989/20 CONTRATANTE: Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde RESPONSÁVEIS: Jeancarlo Gorinchteyn – Secretário de Estado da Saúde Eduardo Ribeiro Adriano – Secretário Executivo Danilo César Fiore – Coordenador de Saúde ORG. SOCIAL: Santa Casa de Misericórdia de Assis RESPONSÁVEL: Telma Gonçalves Carneiro Spera de Andrade - Provedora GERENCIADA: Ambulatório Médico de Especialidades de Ourinhos – AME Ourinhos ASSUNTO: Repasses Públicos ao 3º Setor – Contrato de Gestão EM EXAME: Termo de Aditamento nº 03/2020, de 31/08/2020 ao Contrato de Gestão OBJETO: Termo de Aditamento tem por objeto a readequação de metas assistenciais, a partir de setembro do presente exercício, no Ambulatório Médico de Especialidades de Ourinhos – AME Ourinhos EXERCÍCIO: 2020 MPC: Ato Normativo nº 06/14 - PGC INSTRUÇÃO: UR-04/DSF-II

O presente Termo de Aditamento tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela Contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Ourinhos – AME Ourinhos. A readequação de metas do Termo Aditivo não necessita de aporte financeiro, sendo mantido o valor de repasse de custeio do presente exercício. Isto posto, na análise do Órgão de Instrução não foram registrados apontamentos de irregularidades que comprometam o 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão. Sendo assim, na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições unânimes dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pela Resolução nº 04/2017, conheço da matéria tratada, diferindo sua apreciação sem resolução de mérito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

ACÓRDÃOS

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TC-019390.989.16-8

Órgão Público Concessor: Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Órgão Público Beneficiário: Prefeitura Municipal de Osasco.

Responsáveis: Aloisio de Toledo Cesar, Luiz Souto Madureira, Márcio Fernando Elias Rosa, Luiz Flaviano Furtado (Secretários Estaduais), Eduardo Alex Barbin Barbosa, Ivete Maria Ribeiro (Chefes de Gabinete), Luiz Orsatti Filho (Assessor), Antonio Jorge Pereira Lapas (Prefeito) e Jair Assaf (Presidente da Câmara Municipal de Osasco).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses intergovernamentais. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada(s) no D.O.E. de 03-02-17.

Exercício: 2015.

Valor: R$972.982,02.

Advogados: Admar Gonzaga Neto (OAB/DF nº 10.937), Marcello Dias de Paula (OAB/DF nº 39.976), Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Tatiana Barone Sussa (OAB/SP nº 228.489), Beatriz Neme Ansarah (OAB/SP nº 242.274), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849), Valéria Small (OAB/SP nº 330.890), Vinícius de Moraes Felix Dornelas (OAB/SP nº 331.641), Camila Aparecida de Pádua Dias (OAB/SP nº 331.745), Rodrigo Sponteado Fazan (OAB/SP nº 342.542), Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955), Márcia Letícia Pereira Mendes (OAB/SP nº 361.777), Maylise Rodrigues Santos (OAB/SP nº 380.089) e outros.

Procurador da Fazenda: Carim José Feres.

Fiscalizada por: GDF-7.

Fiscalização atual: GDF-7.

REPASSES PÚBLICOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADE FORENSE. ESCLARECIDA A DIVERGÊNCIA APONTADA SOBRE O VALOR DO SALDO REMANESCENTE. INSTRUÇÃO FAVORÁVEL. VERBAS APLICADAS PARA A FINALIDADE PACTUADA. AUSÊNCIA DE DESVIOS, PREJUÍZOS AO ERÁRIO OU INDÍCIOS DE MALVERSAÇÃO DOS RECURSOS. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares a prestação de contas das verbas repassadas em 2015 pela Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania à Prefeitura Municipal de Osasco, em virtude do Convênio por eles celebrado em 3/7/2008, razão pela qual dá quitação aos responsáveis quanto aos valores aplicados no referido exercício.

Presentes na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes e o Procurador da Fazenda do Estado Luís Cláudio Mânfio.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-000190.989.15-2

Representante: Luis Carlos Caseiro – Munícipe de Jaú.

Representado: Prefeitura Municipal de Jaú.

Assunto: Possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 48/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Jaú, objetivando o registro de preços para a locação de estruturas de eventos culturais, turísticos, assistenciais e solenidades. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicadas no D.O.E. de 13-09-16, 20-04-18 e 18-05-18.

Advogado: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136).

Procurador de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalizada por: UR-2.

Fiscalização atual: UR-2.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. SÚMULA Nº 30. MATÉRIA JULGADA EM PROCESSO DIVERSO. PERDA DO OBJETO DA REPRESENTAÇÃO. ARQUIVAMENTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, determina o arquivamento do processo sem julgamento de mérito, tendo em vista a perda do objeto da representação.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-008122.989.18-9

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapevi.

Contratada: Scopus Construtora & Incorporadora Ltda.

Objeto: Construção de escola de tempo integral – CEMEB Tarsila do Amaral.

Responsáveis: Virgínia Soares de Oliveira, Ramon Medrano de Almada e Eliana Maria da Cruz Silva (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Termo de Recebimento Definitivo de 18-09-19.

Fiscalizada por: NAEC e GDF-6.

Fiscalização atual: GDF-6.

TC-014996.989.20-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapevi.

Contratada: Scopus Construtora & Incorporadora Ltda.

Objeto: Construção de escola de tempo integral – CEMEB Tarsila do Amaral.

Responsável: Ramon Medrano de Almada (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-10-18.

Fiscalizada por: GDF-6.

Fiscalização atual: GDF-6.

TC-015000.989.20-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapevi.

Contratada: Scopus Construtora & Incorporadora Ltda.

Objeto: Construção de escola de tempo integral – CEMEB Tarsila do Amaral.

Responsáveis: Ramon Medrano de Almada e Eliana Maria da Cruz Silva (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-01-19.

Fiscalizada por: GDF-6.

Fiscalização atual: GDF-6.

EXECUÇÃO CONTRATUAL SEM RESSALVAS – CONHECIDA. TERMOS ADITIVOS – ACRÉSCIMOS DE VALORES E PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – REGULARES COM RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na

conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares os Termos Aditivos de 10/10/18 e 18/1/19, celebrados entre a Prefeitura Municipal de Itapevi e a empresa Scopus Construtora & Incorporadora Ltda, nada registrando no

acompanhamento da execução contratual levado a efeito no TC-008122.989.18-9, que pudesse comprometê-la.

Recomenda à origem, que observe com rigor o prazo para encaminhamento de documentos a este E. Tribunal, quando assim exigido nos termos das Instruções vigentes.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-018859.989.18-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo Instrumento: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 28-12-17. Valor – R$925.790,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 24-11-18.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

TC-019026.989.18-6

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 24-11-18 e 19-05-20.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

TC-001801.989.19-5

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-12-18.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

TC-001803.989.19-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 26-12-18.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

TC-008166.989.20-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 19-02-19.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

TC-008170.989.20-6

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmares Paulista.

Contratada: Associação de Serviços de Assistência à Saúde e Desenvolvimento Social.

Objeto: Prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos serviços médicos prestados pelo Município na área da saúde, compreendendo plantões

médicos de pronto atendimento 24 horas (urgência e emergência), radiologia e ambulatório de clínica médica.

Responsável: Lupércio Antônio Bugança Junior (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 23-12-19.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATO. TERMOS ADITIVOS. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. AUSÊNCIA DE APONTAMENTOS. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares o Pregão Presencial nº 21/2017, o Contrato nº 115/2017, de 28/12/2017, o Termo Aditivo nº 1, de 18/12/18, o Termo Aditivo nº 2, de 26/12/2018, o Termo Aditivo nº 01/2019, de 19/2/19 e o Termo Aditivo nº 02/2019, de 23/12/19, bem como toma conhecimento da execução contratual.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004979.989.18-3

Câmara Municipal: Santópolis do Aguapeí.

Exercício: 2018.

Presidente: Ivone Aparecida Brito.

Advogado: Débora dos Santos Viana (OAB/SP nº 376.597).

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalizada por: UR-1.

Fiscalização atual: UR-1.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS DITAMES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS NOS TÓPICOS DE RELEVÂNCIA NA MATÉRIA. FALHAS FORMAIS RELEVADAS COM RECOMENDAÇÕES. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, e com fundamento no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, julga regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Santópolis do Aguapeí, relativas ao exercício de 2018, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Em consequência, nos termos do artigo 35 da aludida legislação, considera quitada a responsável Ivone Aparecida Brito.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-005080.989.19-7

Câmara Municipal: Cedral.

Exercício: 2019.

Presidente: Danilo Menani Taveira.

Advogado: Marcio Antonio Mancilia (OAB/SP nº 274.675).

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-8.

Fiscalização atual: UR-8.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. CONTROLE INTERNO. QUADRO DE PESSOAL. CARGOS COMISSIONADOS. ATRIBUIÇÕES. FALHAS RELEVADAS. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, e com fundamento no art. 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, julga regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Cedral, relativas ao exercício de 2019, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Nos termos do art. 35 da aludida legislação, considera quitado o responsável Danilo Menani Taveira.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-005744.989.16-1

Câmara Municipal: Guariba.

Exercício: 2017.

Presidente: Cássio Aparecido Pereira.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-6.

Fiscalização atual: UR-6.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS. QUADRO DE PESSOAL. CARGOS EM COMISSÃO. ATRIBUIÇÕES. EMISSÃO DE RECOMENDAÇOES E ADVERTÊNCIAS. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, e com fundamento no art. 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, julga regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2017, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Nos termos do art. 35 da aludida legislação, considera quitado o responsável Cássio Aparecido Pereira.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-005288.989.19-7

Câmara Municipal: Roseira.

Exercício: 2019.

Presidente: Joel Polydoro.

Procurador de Contas: Rafael Antônio Baldo.

Fiscalizada por: UR-14.

Fiscalização atual: UR-14.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA. CARGO COMISSIONADO. CARGA HORÁRIA NÃO ESTIPULADA. ADVERTÊNCIA. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julga regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Roseira, relativas ao exercício de 2019, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Nos termos do art. 35 da aludida legislação, considera quitado o responsável Joel Polydoro.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-005357.989.19-3

Câmara Municipal: Trabiju.

Exercício: 2019.

Presidente: Antônio Aparecido Carneiro.

Advogados: Camila Maria Rosa (OAB/SP nº 247.602) e José Branco Peres Neto (OAB/SP nº 247.724).

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-13.

Fiscalização atual: UR-13.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA. SERVIÇOS JURÍDICOS. TERCEIRIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA. EMISSÃO DE ADVERTÊNCIA. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, com fundamento no art. 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, julga regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Trabiju, relativas ao exercício de 2019, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Nos termos do art. 35 da aludida legislação, considera quitado o responsável Antônio Aparecido Carneiro.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-017862.989.19-1

(ref. TC-011741.989.17-2)

Agravante: José Luis Romagnoli – Prefeito do Município de Batatais.

Agravado: Despacho publicado no D.O.E. de 24-07-19, que aplicou multa ao responsável, José Luis Romagnoli, no valor de 160 UFESPs, nos termos do artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93, diante da falta de informações devidas ao SISRTS – Sistema de Repasses ao Terceiro Setor, relativas aos repasses públicos efetuados em 2016.

Advogados: Antônio Claret Dal Picolo Júnior (OAB/SP nº 156.759), Andrea Hermanson Baviera (OAB/SP nº 150.205), Celso Augusto de Oliveira Santos (OAB/SP nº 247.612), Priscila Costa de Alvarenga Martins (OAB/SP nº 248.914), Rafael Coelho do Nascimento (OAB/SP nº 269.077), Matheus Faraco Zanetti (OAB/SP nº 284.949) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

AGRAVO. APLICAÇÃO DE MULTA. INFORMAÇÕES PARCIALMENTE PRESTADAS POR MEIO DO SISTEMA "SISRTS". JUSTIFICATIVAS NÃO ACEITÁVEIS. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Agravo e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pela agravante não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos do r. despacho agravado.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-021677.989.18-8

(ref. TC-004874.989.15-5)

Recorrente: Instituto de Previdência Municipal de Marinópolis – IPREM Marinópolis.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência Municipal de Marinópolis – IPREM Marinópolis, relativo ao exercício de 2015.

Responsáveis: Camila de Franca Marchesini Marin e Ana Izide da Cunha Barbosa Rodrigues (Dirigentes).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 27-09-18, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Lilian Teixeira Bazzo dos Santos (OAB/SP nº 195.560), Douglas Luiz dos Santos (OAB/SP nº 166.979), Jeferson de Paes Machado (OAB/SP nº 264.934), Leandro Fernandes (OAB/SP nº 266.949) e outros.

Fiscalização atual: UR-11.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO NEGATIVO. INADIMPLEMENTOS DOS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL. NÃO CARACTERIZADA INÉRCIA NA COBRANÇA DAS RECEITAS. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA EXPIRADO. ELEVADO DÉFICIT ATUARIAL. IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS RECOMENDADAS PELO ATUÁRIO. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DENTRO DO LIMITE PERMITIDO. SUPERÁVIT FINANCEIRO. CONHECIMENTO. PROVIMENTO.

O atraso de repasses financeiros por parte do Poder Executivo, desde que comprovados esforços para sua cobrança por parte da entidade previdenciária, não se revela motivo suficiente para reprovação de Balanço Geral de Instituto de Previdência (processo TC-000298.989.18-7 e TC-017030.989.18-0).

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento, a fim

de, revendo o julgado, reconhecer desta feita a regularidade, com ressalvas, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, das contas do Instituto de Previdência Municipal de Marinópolis – IPREM Marinópolis relativas ao exercício de 2015, quitando-se os responsáveis por sua gestão nos termos do artigo 35 do mesmo Diploma Legal.

Recomenda à Origem que não deixe de cobrar da Prefeitura Municipal de Marinópolis os repasses devidos relativos aos recolhimentos a seu cargo.

Determina, por fim, em face do elevado déficit atuarial, a remessa de ofício à Secretaria de Previdência, Órgão integrante do Ministério da Economia, para conhecimento.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-024125.989.19-4

(ref. TC-001554.989.16-0)

Recorrente: Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto – IPM.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto – IPM, relativo ao exercício de 2016.

Responsável: Luiz Antonio da Silva (Diretor-Superintendente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 25-10-19 que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, ambos da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Luis Pedro Dias Rodrigues (OAB/SP nº 189.294), Fernanda Lisi Jorge (OAB/SP nº 352.582), Maria Gabriela de Almeida Dias (OAB/SP nº 409.913) e Guilherme Marçal Augusto Pereira (OAB/SP nº 300.330).

Fiscalização atual: UR-17.

TC-024163.989.19-7

(ref. TC-001554.989.16-0)

Recorrente: Luiz Antonio da Silva – Ex-Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto – IPM.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto – IPM, relativo ao exercício de 2016.

Responsável: Luiz Antonio da Silva (Diretor Superintendente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 25-10-19 que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, ambos da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Luis Pedro Dias Rodrigues (OAB/SP nº 189.294), Fernanda Lisi Jorge (OAB/SP nº 352.582), Maria Gabriela de Almeida Dias (OAB/SP nº 409.913) e Guilherme Marçal Augusto Pereira (OAB/SP nº 300.330).

Fiscalização atual: UR-17.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL. EXPRESSIVO DÉFICIT ATUARIAL PERSISTENTE AO LONGO DOS EXERCÍCIOS. A DEFICIÊNCIA NA ESTRUTURA PREVIDENCIÁRIA DEVE SER IMPUTADA À PREFEITURA MUNICIPAL. RECURSO PROVIDO.

Quando não ocasionado pelo instituto de previdência, o déficit atuarial deixará de constituir motivo de reprovação de contas.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento, e julgar regulares as contas do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto relativas ao exercício de 2016, nos termos do artigo 33, I, da Lei Complementar nº 709/93, quitando-se o responsável por sua gestão, Sr. Luiz Antonio da Silva, nos termos do artigo 35 do mesmo Diploma Legal.

Nada obstante, em face do elevado déficit atuarial, determino a remessa de ofício ao Ministério da Economia para conhecimento.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-024835.989.19-5

(ref. TC-004967.989.15-3)

Recorrente: Almir da Silva Moura – Ex-Diretor Presidente da Companhia Cubatense de Urbanização e Saneamento – CURSAN.

Assunto: Balanço Geral da Companhia Cubatense de Urbanização e Saneamento – CURSAN, relativo ao exercício de 2015.

Responsável: Almir da Silva Moura (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 31-10-19, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 300 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, incisos I e II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Christian Correia Salgado (OAB/SP nº 364.444), Marcos da Costa (OAB/SP nº 199.441), Rudge Silva Rot Dias (OAB/SP nº 341.922), Natália Cristina Correia Florêncio (OAB/SP nº 51.632) e Bruno Vieira de Lima Santos (OAB/SP nº 365.697).

Fiscalização atual: UR-20.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL. EXERCÍCIO DE 2015. CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DESFAVORÁVEIS. REINCIDÊNCIA. FALHAS NÃO AFASTADAS. CONHECIDO E IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-008222.989.20-4

(ref. TC-020377.989.19-9)

Recorrente: Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra.

Assunto: Admissão de pessoal por tempo determinado, realizada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra no exercício de 2018.

Responsável: Luis Gabriel Fernandes da Silveira (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 29-01-20, na parte que julgou ilegais os atos de admissão de Agente Comunitário de Saúde, negando-lhes registro, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 200 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Sandra Regina Borges de Oliveira (OAB/SP nº 133.662) e Vivian Valverde Corominas (OAB/SP nº 241.835).

Fiscalização atual: UR-20.

RECURSO ORDINÁRIO. ADMISSÃO DE PESSOAL. TEMPO DETERMINADO. DESRESPEITO AO ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL Nº 11.350/06. EXCEPCIONALIDADE NÃO COMPROVADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-015152.989.20-8

(ref. TC-004982.989.15-4)

Recorrente: Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A – PROGUARU.

Assunto: Balanço Geral da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A – PROGUARU, relativo ao exercício de 2015.

Responsáveis: José Luiz Ferreira Guimarães e Álvaro Antônio Carvalho Garruzi (Diretores).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 14-05-20, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 300 UFESPs ao responsável José Luiz Ferreira Guimarães, nos termos do artigo 104, incisos I e II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Ângela Cotic (OAB/SP nº 168.893), Fabiana Mussato de Oliveira (OAB/SP nº 174.292), Gerson Beserra da Silva Filho (OAB/SP nº 232.465), Gabriela Fanaro da Costa (OAB/SP nº 234.406), André dos Santos Luz (OAB/SP

nº 286.023), Rodrigo Borges (OAB/SP nº 286.339), Andréa da Silva Nunes (OAB/SP nº 169.131), Alessandra Cristina Girotto Rodrigues (OAB/SP nº 245.767), Renato Evangelista Romão (OAB/SP nº 346.562), Ewerton Pereira Rodrigues (OAB/SP nº 393.240), Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842), Marcos Antônio Gaban Monteiro (OAB/SP nº 278.013), Gabriel Vieira Almeida Machado (OAB/SP nº 352.381), Rodrigo Borges (OAB/SP nº 286.339) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antônio Baldo.

Fiscalização atual: GDF-3.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA MUNICIPAL. RESULTADO DEFICITÁRIO. PASSIVO A DESCOBERTO. INSUFICIENTE LIQUIDEZ IMEDIATA. ALTO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO. FALHAS NAS EXECUÇÕES CONTRATUAIS. ENCARGOS SOCIAIS NÃO RECOLHIDOS. PARCELAMENTO EM EXERCÍCIO FUTURO. PRINCÍPIO DA ANUALIDADE. FALHAS REINCIDENTES. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

1. Resultados econômico-financeiros deficitários ensejam a reprovação das contas de entidades da Administração Pública Indireta (TC-007324.989.18-5 e TC-005367.989.18-3).

2. Ausência de integral recolhimento de encargos sociais é falha suficiente para impor, por si só, rejeição de contas (TC-002340/026/09, TC-000537/026/11 e TC-003293/026/12).

3. Ações saneadoras adotadas nos exercícios seguintes não minoram desacertos já identificados, uma vez que o julgamento das contas obedece aos princípios da universalidade e da anualidade (TC-001254/026/10, TC-002792/026/12 e TC-005367.989.18-3).

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-003266.989.19-3

Interessado: Fundação Faculdade de Medicina – FFM – USP.

Exercício: 2019.

Dirigentes: Flávio Fava de Moraes (Diretor) e José Otavio Costa Euler Junior (Vice-Diretor).

Advogados: Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031), Lucia Helena Silvério Trindade (OAB/SP nº 188.307), Luiz Antonio Pacci Junior (OAB/SP nº 235.044), Ronaldo Loir Pereira (OAB/SP nº 243.769), Luciano Roberto da Silva Steski (OAB/SP nº 349.151) e outros.

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.

Procurador da Fazenda: Luis Claudio Manfio.

Fiscalizada por: GDF-5.

Fiscalização atual: GDF-5.

BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. FUNDAÇÃO DE APOIO. RESULTADO SUPERAVITÁRIO. REGULAR PROCESSAMENTO DOS REGISTROS DAS RECEITAS. DESPESAS EM CONFORMIDADE COM AS ATIVIDADES PREVISTAS. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS OBSERVADA. BOA ORDEM DOS RECOLHIMENTOS DE ENCARGOS SOCIAIS. ENTREGA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTAÇÃO. FALTA DE PUBLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS E EMPREGOS PREVISTOS NO QUADRO DE PESSOAL. REGULAR. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regular o Balanço Geral do exercício de 2019 da Fundação Faculdade de Medicina – FFM, nos termos do inciso I, do artigo 33 da Lei Complementar nº 709/93, quitando os responsáveis nos moldes do artigo 34 do mesmo Diploma Legal.

Recomenda aos interessados que: (1) doravante, providenciem tempestivamente os documentos requisitados pela Fiscalização; e (2) em atenção às exigências da Lei Federal nº 12.527/11, façam publicar em sítio eletrônico na internet informações sobre remuneração de colaboradores cujos vencimentos são custeados com recursos públicos.

Determina que a Fiscalização verifique na próxima inspeção a efetiva implantação das medidas anunciadas pela Fundação Faculdade de Medicina, reportando eventuais irregularidades.

Excetua os atos porventura pendentes de apreciação por parte deste E. Tribunal.

Presentes na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres e a Procuradora da Fazenda do Estado Jéssica Helena Rocha Vieira Couto.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-020734.989.20-5

Convenente: Secretaria de Estado da Educação – Diretoria de Ensino – Região de Taubaté.

Conveniada: Prefeitura Municipal de Caçapava.

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino.

Responsáveis: João Cury Neto (Secretário Estadual) e Fernando Cid Diniz Borges (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 31-07-18.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591), Marcelo Palavéri (OAB/SP nº 114.164), Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Adriana Albertino Rodrigues (OAB/SP nº 194.899), Ana Maria Roncaglia Iwasaki (OAB/SP nº 200.017), Marcelo Miranda Araujo (OAB/SP nº 209.763), Fabiana Balbino Vieira (OAB/SP nº 238.056), Natacha Antonieta Bonvini Medeiros (OAB/SP nº 302.678), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Fernanda Raele França (OAB/SP nº 352.175), Renata Maria Palavéri Zamaro (OAB/SP nº 376.248) e outros.

Procurador da Fazenda: Carim José Feres.

Fiscalizada por: UR-7.

Fiscalização atual: UR-7.

CONVÊNIO. TERMO ADITIVO. TRANSPORTE DE ALUNOS. AUSÊNCIA DE IMPROPRIEDADES. REGULAR.

Os ajustes levados a julgamento serão considerados regulares se atendidos os respectivos pressupostos legais para sua assinatura.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regular o Termo Aditivo firmado em 31/7/18 entre a Diretoria de Ensino – Região de Taubaté e a Prefeitura Municipal de Caçapava, visando à manutenção do transporte de alunos.

Presentes na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres e a Procuradora da Fazenda do Estado Jéssica Helena Rocha Vieira Couto.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-016655.989.20-0

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Cirúrgica Fernandes – Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição emergencial de sistema fechado de aspiração para combate ao COVID-19.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação: Luis Cláudio Sartori (Secretário Municipal).

Ordenador da Despesa: Luis Claudio Sartori (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93). Notas de Empenho de 19-05-20. Valor – R$581.100,00.

Advogado: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: GDF-2.

Fiscalização atual: GDF-2.

TC-017432.989.20-0

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Cirúrgica Fernandes – Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição emergencial de sistema fechado de aspiração para combate ao COVID-19.

Responsável: Luis Claudio Sartori (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogado: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: GDF-2.

Fiscalização atual: GDF-2.

DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, IV, DA LEI 8.666/93. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO PARA COMBATE AO COVID-19. INEXISTÊNCIA DE FALHAS. ATOS JULGADOS REGULARES

Os contratos levados a julgamento serão considerados regulares se atendidos os respectivos pressupostos legais para sua assinatura.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares a

Dispensa de Licitação, bem como as Notas de Empenho emitidas em 19/5/2020, concernentes à contratação celebrada entre a Prefeitura Municipal de Diadema e a Cirúrgica Fernandes - Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda.

Sem interferir no juízo de mérito, toma conhecimento da execução contratual tratada no TC-017432.989.20-0.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-006294.989.17-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Ilhabela.

Contratada: R. O. Morais Locadora EIRELI.

Objeto: Serviços de locação de veículos para o transporte dos alunos de cursos técnicos e universitários do Município de Ilhabela.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação e pelos Instrumentos: Márcio Tenório (Prefeito).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 06-02-17. Valor – R$150.020,40. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicadas no D.O.E. de 03-05-17 e 06-06-17.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955) e outros.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-7.

Fiscalização atual: UR-7.

TC-006496.989.17-9

Contratante: Prefeitura Municipal de Ilhabela.

Contratada: R. O. Morais Locadora EIRELI.

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos para o transporte dos alunos de cursos técnicos e universitários do Município de Ilhabela.

Responsável: Marcio Tenório (Prefeito).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicadas no D.O.E. de 03-05-17 e 06-06-17.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955) e outros.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-7.

Fiscalização atual: UR-7.

CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, IV, DA LEI 8.666/93. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. JUSTIFICATIVA DE PREÇOS INADEQUADA. FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL. IRREGULARIDADE.

1. Existindo tempo hábil para a realização de licitação, não há que se falar em situação emergencial a permitir o enquadramento no inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

2. As pesquisas de preços deverão ser adequadamente formalizadas, de maneira a permitirem a efetiva comparação entre as cotações obtidas perante as empresas atuantes no respectivo segmento econômico.

3. Comprovado o inadimplemento contratual, a execução do ajuste será julgada irregular.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregulares o processo de dispensa de licitação e o contrato celebrado em 6/2/17 entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e a empresa R. O. Morais Locadora EIRELI, bem como a execução contratual tratada no TC-006496.989.17-9, aplicando-se em consequência as disposições do artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Consigna que a invocação dos ditames do inciso XXVII, acima referido, importa que o atual gestor informe a esta Egrégia Corte as providências administrativas complementares adotadas em função das imperfeições anotadas, comunicando, em especial, a abertura de sindicância para apurar eventuais responsabilidades.

Com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplica ao responsável Marcio Batista Tenório (Prefeito à época), multa no valor correspondente a 160 (cento e sessenta) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do E. Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este E. Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório deverá inscrever o débito na dívida ativa.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-009316.989.17-7

Contratante: Prefeitura Municipal de Lins.

Contratada: Peralta Ambiental Importação e Exportação Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de coleta de lixo (domiciliar, comercial e reciclados), varrição manual de vias, praças e logradouros públicos, limpeza de feiras livres e eventos.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação e pelos Instrumentos: Edgar de Souza (Prefeito).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 13-04-17. Valor – R$2.341.955,76. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 15-07-17.

Advogados: Daniela Renata Ferrer de Mello (OAB/SP nº 126.280), Jaqueline Garcia (OAB/SP nº 142.762), José Augusto Fukushima (OAB/SP nº 167.739), Bruno Locatelli Baio (OAB/SP nº 293.788), Lucas Corrêa Leite Martins (OAB/SP nº 311.887), Amos Amaro Ferreira (OAB/SP nº 316.600), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845) e outros.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-1.

Fiscalização atual: UR-1.

TC-009408.989.17-6

Contratante: Prefeitura Municipal de Lins.

Contratada: Peralta Ambiental Importação e Exportação Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de coleta de lixo (domiciliar, comercial e reciclados), varrição manual de vias, praças e logradouros públicos, limpeza de feiras livres e eventos.

Responsável: Edgar de Souza (Prefeito).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 15-07-17.

Advogados: Daniela Renata Ferrer de Mello (OAB/SP nº 126.280), Jaqueline Garcia (OAB/SP nº 142.762), José Augusto Fukushima (OAB/SP nº 167.739), Bruno Locatelli Baio (OAB/SP nº 293.788), Lucas Corrêa Leite Martins (OAB/SP nº 311.887), Amos Amaro Ferreira (OAB/SP nº 316.600), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845) e outros.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-1.

Fiscalização atual: UR-1.

CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, IV, DA LEI 8.666/93. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. IRREGULARIDADE.

Existindo tempo hábil para a realização de licitação, não há que se falar em situação emergencial a permitir o enquadramento no inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregulares o processo de dispensa de licitação e o contrato celebrado em 3/4/17 entre a Prefeitura Municipal de Lins e a empresa Peralta Ambiental Importação e Exportação Ltda., aplicando-se em consequência as disposições do artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93. Sem interferir no juízo de mérito, toma conhecimento da execução contratual tratada no TC-009408.989.17-6.

Com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplica ao responsável Edgar de Souza (Prefeito à época), multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do E. Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este E. Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação

prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório deverá inscrever o débito na dívida ativa.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-015118.989.20-1

Contratante: Prefeitura Municipal de Mauá.

Contratada: Mendes & Marques Distribuidora de Materiais Educacionais Ltda. – ME.

Objeto: Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e insumos médico-hospitalares relacionados aos procedimentos para diagnóstico e tratamento da COVID-19.

Responsável pela Autorização da Dispensa de Licitação e Ordenador da Despesa: Luis Carlos Casarin (Secretário Municipal).

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação: Atila Cesar Monteiro Jacomussi (Prefeito).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (Lei Federal nº 13.979/20). Nota de Empenho de 08-05-20. Valor – R$192.500,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 21-07-20.

Advogados: Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Gregório Battazza Lonza (OAB/SP nº 182.332), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: GDF-4.

Fiscalização atual: GDF-4.

TC-015690.989.20-7

Contratante: Prefeitura Municipal de Mauá.

Contratada: Mendes & Marques Distribuidora de Materiais Educacionais Ltda. – ME.

Objeto: Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e insumos médico-hospitalares relacionados aos procedimentos para diagnóstico e tratamento da COVID-19.

Responsáveis: Atila Cesar Monteiro Jacomussi (Prefeito) e Luis Carlos Casarin (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 21-07-20.

Advogados: Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Gregório Battazza Lonza (OAB/SP

nº 182.332), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: GDF-4.

Fiscalização atual: GDF-4.

DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. LEI FEDERAL Nº 13.979/20. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES. INSUBSISTÊNCIA DAS JUSTIFICATIVAS PARA EXPRESSIVAS AQUISIÇÕES NO PERÍODO, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS NA PANDEMIA DO COVID-19. EXECUÇÃO CONTRATUAL. MATERIAL ENTREGUE EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTRATUAIS. IRREGULAR.

1. A presunção de adequação prevista no art. 4º-B, IV, da Lei Federal nº 13.979/20 é relativa, podendo ser desconstituída diante de falha evidente na projeção realizada.

2. Comprovado o inadimplemento contratual, a execução do ajuste será julgada irregular.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregulares a dispensa licitatória e a contratação celebrada entre a Prefeitura Municipal de Mauá e Mendes & Marques Distribuidora de Materiais Educacionais Ltda., bem como a execução contratual tratada no TC-015690.989.20-7, acionando-se, por conseguinte, o disposto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplica ao responsável à época, Átila César Monteiro Jacomussi (Prefeito), multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do E. Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este E. Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação

prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório deverá inscrever o débito em dívida ativa.

Por envolver a aplicação suplementar de recursos federais, determina o encaminhamento desta Decisão ao E. Tribunal de Contas da União.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-013563.989.17-7

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Mauá.

Organização Social Beneficiária: Fundação do ABC – FUABC.

Entidade Gerenciada: Secretaria Municipal de Saúde – Mauá.

Responsáveis: Donisete Pereira Braga (Prefeito), Hélcio Antonio da Silva (Secretário Municipal), Francisco Marcelo de Oliveira (Presidente da Câmara Municipal) e Marco Antonio Santos Silva, Maria Aparecida Batistel Damaia (Presidentes da FUABC).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 31-05-18 e 29-08-19.

Exercício: 2016.

Valor: R$170.635.238,13 (Fontes: R$111.268.243,48 Federal, R$14.914.500,00 Estadual e R$44.452.494,65 Municipal).

Advogados: Reginaldo José Buck (OAB/SP nº 102.588), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimerer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Ivan Vendrame (OAB/SP nº 166.662), Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Camila Brandão Sarem (OAB/SP nº 245.521), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Adriano Paciente Gonçalves (OAB/SP nº 312.932), Vinícius Grota do Nascimento (OAB/SP nº 290.896), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306), Erika Lucy de Souza (OAB/SP nº 171.199), Marco Aurélio Pereira Tanoeiro (OAB/SP nº 131.274), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Matheus Martins Sant'Anna (OAB/SP nº 345.099) e outros.

Fiscalizada por: GDF-1.

Fiscalização atual: GDF-1.

REPASSES. TERCEIRO SETOR. CONTRATO DE GESTÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO INTEGRAL DE RECEITAS E DESPESAS. PARECER CONCLUSIVO. ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DESCUMPRIDO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. COMPROMETIMENTO DA SAÚDE FINANCEIRA DA PARCERIA. PLANTÕES. PAGAMENTO EXCESSIVO DE HORAS EXTRAS.

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. LEI FEDERAL Nº 13.467/17. APDF Nº 324 DO E. STF. FUNCIONÁRIOS NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES TÍPICAS DA ADMINISTRAÇÃO. INCONSISTÊNCIAS NOS CONTROLES DE INVENTÁRIO. TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO EMITIDO. PRECÁRIO CONTROLE DE FREQUÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FALHAS NA PRESTAÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS. REGULAR. RESSALVAS. DETERMINAÇÃO. ADVERTÊNCIA. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julga regulares, com ressalvas, a prestação de contas das despesas realizadas no exercício de 2016, a título do Contrato de Gestão nº 01/2015, havido entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC - FUABC, quitando-se os responsáveis à época quanto ao montante de R$ R$ 44.222.121,08.

Determina à Organização Social que implante céleres medidas para reduzir gastos com horas extras afetas aos plantões médicos, buscando alternativas mais econômicas e eficientes às práticas narradas no corpo deste Voto.

Igualmente, registra advertência à Fundação do ABC no sentido de aperfeiçoar o controle de frequência de seus colaboradores, evitando que as imperfeições anotadas durante o exercício de 2016 novamente ocorram.

Mais ainda. Determina à Municipalidade que adote providências imediatas para que os cargos constantes do quadro da Secretaria Municipal de Saúde sejam providos mediante a realização de concurso público, conforme preceitua o artigo 37, II, da CF/88.

Recomenda às partes que:

- (1) ao elaborarem o Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas, cuidem de segregar as despesas incorridas por fontes de recursos (Federal, Estadual e Municipal), nos termos das Instruções desta E. Corte de Contas;

- (2) avaliada a capacidade financeira do Órgão Concessor, busquem o reequilíbrio da parceria, a fim de mitigar riscos quanto à continuidade dos serviços de saúde colocados à disposição da sociedade;

- (3) ao emitirem o Parecer Conclusivo, sejam atestados no mínimo todos os elementos constantes do artigo 189 das Instruções nº 02/2016;

- (4) zelem para que inconsistências nos controles de bens patrimoniais não se repitam;

- (5) confeccionem Termo de Permissão de Uso dos bens móveis e imóveis dentro do menor intervalo de tempo possível; e,

- (6) façam constar dos relatórios de execução publicados os dados na íntegra relativos às metas executadas de todas as Unidades de Saúde, em obediência ao inciso III, do artigo 7º da Lei Municipal nº 4.445/09.

Finalmente, realço que, por ocasião da próxima inspeção, a Fiscalização deverá verificar a aderência do Órgão Concessor e da Organização Social às determinações, advertência e recomendações ora proferidas, fazendo constar de seu laudo eventuais descumprimentos.

Excetua os atos porventura pendentes de julgamento por este E. Tribunal, salientando que as verbas remanescentes e/ou não aplicadas serão objeto de apuração na prestação de contas do exercício seguinte (TC-010793.989.19-5).

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-019146.989.17-3

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Cubatão.

Entidade Beneficiária: IMSV – Instituto Medicina, Saúde e Vida.

Responsáveis: Ademário da Silva Oliveira (Prefeito), Sandra Lucia Furquim de Campos, Andréa Pinheiro Lima (Secretárias Municipais) e Rafael de Carlo Rovere da Silva (Conselheiro Presidente do IMSV).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 30-11-18.

Exercício: 2017.

Valor: R$3.450.000,00 (Fontes: R$656.000,00 Federal e R$2.794.000,00 Municipal).

Advogados: João Fernando Lopes de Carvalho (OAB/SP nº 93.989), Alberto Luís Mendonça Rollo (OAB/SP nº 114.295), Maria do Carmo Álvares de Almeida Mello Pasqualucci (OAB/SP nº 138.981), Mauricio Cramer Esteves (OAB/SP nº 142.288), Nara Nidia Viguetti Yonamine (OAB/SP nº 147.880), José Eduardo Limongi França Guilherme (OAB/SP nº 155.812), Rogério Molina de Oliveira (OAB/SP nº 156.107), André Luiz Gomes Rodrigues (OAB/SP nº 186.318), Marcelo Leme de Magalhães (OAB/SP nº 200.867), Vanessa Fraga (OAB/SP nº 365.575) e outros.

Fiscalizada por: GDF-10.

Fiscalização atual: UR-20.

REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2017. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES REPASSADOS. APLICAÇÃO DE MULTA AO RESPONSÁVEL. IRREGULARIDADE.

A ausência de documentação contábil comprobatória da aplicação do numerário na finalidade do repasse enseja a reprovação da prestação de contas e a condenação de devolução das quantias recebidas pela entidade beneficiária.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregular a

prestação de contas dos recursos municipais repassados durante o exercício de 2017 no montante de R$ 2.794.000,00, em virtude do Contrato de Gestão celebrado entre a Prefeitura de Cubatão e o IMSV, aplicando-se, em consequência, as disposições do artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Por derradeiro, pelas razões expostas neste voto, o Instituto deverá restituir aos cofres municipais, de forma corrigida e atualizada, o valor total repassado no exercício de 2017, ficando a OS proibida de novos recebimentos até que regularize a situação.

Ainda, com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, e diante da notícia de que não foram estabelecidas penalidades ou tomadas quaisquer outras providências diante do descumprimento pela entidade das cláusulas pactuadas, aplica multa ao Prefeito Municipal, Ademário da Silva Oliveira, no valor correspondente a 200 (duzentas) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, o Cartório fica autorizado a inscrever o débito na Dívida Ativa, visando à posterior cobrança judicial.

Dê-se conhecimento ao Ministério Público Estadual para eventuais providências de sua alçada.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-006213.989.16-3

Câmara Municipal: Araras.

Exercício: 2017.

Presidente: Pedro Eliseu Sobrinho.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-3.

Fiscalização atual: UR-3.

CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS DITAMES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RELEVÂNCIA NA MATÉRIA. EQUILÍBRIO NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO. DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS NÃO UTILIZADO Á PREFEITURA. IMPROPRIEDADES DE NATUREZA FORMAL RELEVADAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, e com fundamento no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Araras, relativas ao exercício de 2017, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Nos termos do artigo 35 da mencionada legislação, considera quitado o responsável Pedro Eliseu Sobrinho.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-009374.989.19-2

(ref. TC-002394.989.17-2)

Recorrentes: Instituto de Previdência Municipal de Ouroeste – IPREMO e Daniel Barbosa Brito – Diretor-Presidente do IPREMO.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência Municipal de Ouroeste – IPREMO, relativo ao exercício de 2017.

Responsável: Daniel Barbosa Brito (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra sentença, publicada no D.O.E. de 14-03-19, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Luiz Silvio Moreira Salata (OAB/SP nº 46.845), Henri Dias (OAB/SP nº 108.881), Maria Silvia Madeira Moreira Salata (OAB/SP nº 281.440), Carla Sayuri Anzai (OAB/SP nº 359.178) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: UR-11.

RECURSO ORDINÁRIO. TOMADA DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2017. RENTABILIDADE NEGATIVA DOS INVESTIMENTOS - APORTE EM GESTÃO ANTERIOR - PRAZOS DE CARÊNCIA E DE RESGATE NÃO EXAURIDOS. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL PASSÍVEL DE ADEQUAÇÕES. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento, para julgar regulares as contas do Instituto de Previdência Municipal de Ouroeste – IPREMO, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, quitando-se, com base no artigo 35 do citado diploma legal, o responsável Daniel Barbosa Brito – Diretor Presidente à época.

Por oportuno, determina à origem e também ao Poder Executivo, órgão detentor da iniciativa do processo legislativo que venha a promover alterações no sistema previdenciário local, destinada à reanálise quanto à exequibilidade do plano de amortização, objetivando o equacionamento do déficit técnico, promovendo as alterações necessárias.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-008355.989.20-3

(ref. TC-004662.989.15-1)

Recorrente: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia – HORTOPREV.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia – HORTOPREV, relativo ao exercício de 2015.

Responsáveis: Eliane Valim dos Reis e Célia Regina de Freitas Pereira (Diretoras-Superintendentes).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 31-01-20, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Gease Henrique de Oliveira Miguel (OAB/SP nº 230.343) e Rafael Turola Piovezan (OAB/SP nº 189.324).

Procuradora de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-3.

RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS ANUAIS. EXERCÍCIO DE 2015. INCREMENTO DE 390% DO VALOR DO DÉFICIT ATUARIAL NO EXERCÍCIO. 4,70% DE RENTABILIDADE REAL NEGATIVA DOS INVESTIMENTOS. DESCUMPRIMENTO ÀS NORMAS GERAIS EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMITÊ DE INVESTIMENTOS COMPOSTO POR MEMBROS COM FORMAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A EXPERTISE QUE A FUNÇÃO EXIGE. INOBSERVÂNCIA À SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES CONSTATADAS NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. FALHAS NÃO AFASTADAS. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-014170.989.19-8

(ref. TC-000942.989.16-1)

Recorrente: Fundação Ulysses Silveira Guimarães – Rio Claro.

Assunto: Balanço Geral da Fundação Ulysses Silveira Guimarães – Rio Claro, relativo ao exercício de 2016.

Responsável: Ruy Pignataro Fina (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 22-03-19, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: José Cesar Pedro (OAB/SP nº 90.238), José Renato Vargues (OAB/SP nº 110.364), Charles Carvalho (OAB/SP nº 145.279) e Alessander Kemp Marrichi (OAB/SP nº 332.929).

Fiscalização atual: UR-10.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL. EXERCÍCIO DE 2016. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AMPLIAÇÃO DO DÉFICIT. CONHECIDO E IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-007902.989.20-1

(ref. TC-018285.989.16-6)

Recorrente: Prefeitura Municipal de Piracicaba.

Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2014, pela Prefeitura Municipal de Piracicaba ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Caxangá, no valor de R$37.579,00.

Responsáveis: Gabriel Ferrato dos Santos, Barjas Negri (Prefeitos) e Júlio César de Moraes Campos (Presidente da Entidade).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 18-01-20, que julgou irregular a prestação de contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 709/93, condenando a beneficiária a não receber novos repasses até a regularização das pendências.

Advogados: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842) e Renato Alves de Oliveira (OAB/SP nº 277.391).

Fiscalização atual: UR-10.

RECURSO ORDINÁRIO – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – NÃO COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DO VALOR IMPUGNADO - NEGADO PROVIMENTO – CONDENAÇÃO MANTIDA.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-008867.989.20-4

(ref. TC-009192.989.15-0,

TC-009662.989.15-1 e

TC-009707.989.16-6)

Recorrente: Prefeitura Municipal de Registro.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Registro e Puzzi Engenharia Ltda., objetivando a construção de posto de saúde no Bairro Capinzal, no valor de R$386.963,23.

Responsável: Gilson Wagner Fantin (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 14-01-20, que julgou irregulares a tomada de preços, o contrato, a execução contratual e o termo aditivo de 11-03-16, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Gabriela Samadello Monteiro de Barros (OAB/SP nº 304.314) e Antonio Matheus da Veiga Neto (OAB/SP nº 317.672).

Fiscalização atual: UR-12.

RECURSO ORDINÁRIO. TOMADA DE PREÇOS. CONTRATO. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. DESCRIÇÃO TECNICAMENTE INSUFICIENTE ACERCA DO OBJETO. PROJETO BÁSICO COM INADEQUADO NÍVEL DE PRECISÃO. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS TRABALHOS. SERVIÇOS ANTERIORES DE TERRAPLANAGEM PENDENTES. FALTA DE PLANEJAMENTO. AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA TRIENAL DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA DESPESA. INEXISTÊNCIA DE PRORROGAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL. PLANILHA DE MEDIÇÃO. QUANTITATIVOS INDEVIDOS. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-015146.989.20-7

(ref. TC-002031.989.17-1)

Recorrente: Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília – EMDURB.

Assunto: Balanço Geral da Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília – EMDURB, relativo ao exercício de 2017.

Responsáveis: Rabih Sami Nemer, Márcio Augusto Sposito e Valdeci Fogaça de Oliveira (Diretores-Presidentes).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 12-05-20, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Rabih Sami Nemer (OAB/SP nº 197.155), Tayane Apolinario Ferraz (OAB/SP nº 313.707), Juliana Cristina Aleixo de Souza (OAB/SP nº 354.328) e Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219).

Fiscalização atual: UR-5.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. EMPRESA MUNICIPAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS. NÃO COMPROVADA ADESÃO AO ACORDO DE PARCELAMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

A falta de recolhimento de encargos sociais, quando não comprovado acordo de parcelamento, dá ensejo ao juízo de reprovação de contas.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da r. Decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

ACORDÃOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

A C Ó R D Ã O

TC-000709/002/12

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Recoma Construções, Comércio e Indústria Ltda.

Autoridades Responsáveis pela Abertura do Certame Licitatório: Richard Vendramini (Secretário Municipal de Administração) e Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça (Prefeito).

Autoridade Responsável pela Homologação: Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça (Prefeito).

Autoridades que firmaram o(s) Instrumento(s): Roger Barude Camargo (Secretário Municipal de Esportes e Lazer), Rodrigo Riad Said e Paulo Roberto Ferrari (Secretários Municipais de Planejamento).

Objeto: Serviços de engenharia para construção da pista de atletismo para os Jogos Abertos do Interior de 2012, na Av. Valdemar Guimarães Ferreira s/nº, Jd. Prudência (Estádio Distrital Antonio Milagre Filho), com o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.

Em Julgamento: Licitação - Concorrência. Contrato celebrado em 14-05-12. Valor - R$4.525.387,53. Termo Aditivo de 13-05-13. Termo de Recebimento Definitivo de 21-07-16. Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada no D.O.E. de 13-05-14.

Advogados: Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP n° 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP n° 143.915), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP n° 107.801) e outros.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalização atual: UR-2 - DSF-I.

EMENTA: CONCORRÊNCIA, CONTRATO, TERMO ADITIVO. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. RECOMA CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO, DO ESTÁDIO DISTRITAL ANTONIO MILAGRE FILHO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS. REGULARIDADE DA MATÉRIA E CONHECIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 18 de fevereiro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu julgar regulares a Concorrência nº 02/12, o Contrato nº 6690/12 e o Termo de Aditamento s/nº, de 13/05/13, bem como conheceu do Acompanhamento da Execução Contratual (Termos de Recebimento Provisório e Definitivo).

Determinou, por fim, após o trânsito em julgado, o arquivamento dos autos.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 12 de março de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-000779/006/16

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Pontal.

Entidade Beneficiária: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pontal.

Responsáveis: André Luís Carneiro (Prefeito) e Wirlon Sastre de Oliveira (Provedor da Entidade).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2015.

Valores: R$6.762.484,17 (sendo R$3.019.871,25 Federal e R$3.742.612,92 Municipal).

Advogados: Carlos Ernesto Paulino (OAB/SP nº 197.622), Fábio Henrique Xavier dos Santos (OAB/SP nº 204.288), Ângela Giraldi (OAB/SP nº 269.845), João Vitor Barbosa (OAB/SP nº 247.719), José Carlos Loli Junior (OAB/SP nº 269.387), Joaquim Fonseca (OAB/SP nº 314.215) e outros.

Acompanha: Expediente: TC-008114/026/17.

Fiscalização atual: UR-6 - DSF-II.

EMENTA: TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONVÊNIO. TERCEIRIZAÇÃO INDEVIDA DE MÃO DE OBRA. FALTA DE TRANSPARÊNCIA SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS PELA REDE ASSISTENCIAL PRÓPRIA, CONTRATADA E DA CONVENIADA - LC 141/2012. DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NO AJUSTE. IRREGULARIDADE. INCLUSÃO DOS RESPONSÁVEIS DA LISTA DE REMESSA À JUSTIÇA ELEITORAL.

1. A terceirização indevida de mão de obra evidencia desatendimento ao disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.

2. A Administração pública deve demonstrar a oferta de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, nos termos exigidos pelo artigo 36, inciso III, da Lei Complementar n° 141 de 13/01/2012.

3. A Administração Pública deve cumprir as Cláusulas pactuadas no ajuste, de modo a impedir ocorrências que possam comprometer a execução da prestação de contas.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, nos termos do artigo 33, inciso III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar irregular a Prestação de Contas em exame, sem prejuízo das recomendações consignadas no referido voto, com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da mesma Lei.

Determinou, outrossim, que os responsáveis pelo órgão Convenente e pela entidade Conveniada, Senhores André Luís Carneiro e Wirlon Sastre de Oliveira, respectivamente, constem da "Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares" a ser remetida à Justiça Eleitoral, nos termos do Comunicado GP nº 12/2016,.

Por fim, registrou que deixou de condenar a Conveniada à devolução dos valores recebidos, pois, apesar dos desacertos verificados, não se apuraram indícios de desvios ou manifesto prejuízo ao erário.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-001736/010/04

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro.

Contratada: Clean Service Comércio Construções e Serviços Ltda.

Objeto: Varrição manual de ruas, avenidas, canteiros centrais, passeios, guias e sarjetas, logradouros públicos e feiras livres, recolhimento e remoção de resíduos, capinação manual, roçagem de estradas vicinais, pintura de guias e sarjetas e limpeza de boca de lobo, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório: Nelson Scorsolini (Prefeito).

Responsável pelo(s) Instrumento(s): José Henrique Zorzi (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação - Concorrência. Contrato de 12-02-04. Valor - R$5.150.986,08. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, pelo Conselheiro Renato Martins Costa e pelo Substituto de Conselheiro Auditor Antonio Carlos dos Santos, em 26-02-05, 23-02-06, 28-11-06 e 30-11-16.

Advogados: César Augusto da Costa (OAB/SP nº 148.429), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Caio César Benício Rizek (OAB/SP nº 222.238), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Gisella Martignago (OAB/SP nº 233.838), Nadja Telma de Fátima Elias (OAB/SP nº 70.535) e outros.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. COBRANÇA EXCESSIVA CÓPIA EDITAL. APRESENTAÇÃO CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO. COMPROVANTE QUITAÇÃO ENTIDADE DE CLASSE. EXIGÊNCIA QUANTIDADE MÍNIMA DE ATESTADOS. IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS. VISITA TÉCNICA. REALIZAÇÃO POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM DATA ÚNICA. CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu julgar irregulares a Concorrência e o Contrato, aplicando-se, em consequência, as disposições do artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Decidiu, outrossim, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo diploma legal, aplicar ao Responsável, Senhor Nelson Scorsolini, multa no valor de 160 (cento e sessenta) Ufesps, por violação ao dispositivo mencionado na fundamentação.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - João Paulo Giordano Fontes

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-002787/026/11

Recorrente: Luis Carlos Sanches - Ex-Presidente da Câmara Municipal de Tupã.

Assunto: Contas anuais da Câmara Municipal de Tupã, relativas ao exercício de 2011.

Responsável: Luis Carlos Sanches (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra o acórdão da E. Segunda Câmara, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93. Acórdão publicado no D.O.E. 26-04-19.

Advogados: Laira Cristina dos Santos (OAB/SP nº 396.475), Osmar Massari Filho (OAB/SP nº 80.170) e Édi Carlos Reinas Moreno (OAB/SP nº 145.751).

Acompanham: TC-002787/126/11 e Expedientes: TC-023517/026/11, TC-023769/026/11, TC-023770/026/11 e TC-024556/026/11.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior .

Fiscalização atual: UR-18 - DSF-I.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. FALTA DE TRANSPARÊNCIA. GASTOS COM ADIANTAMENTOS. INCONFORMIDADES EM LICITAÇÕES. QUADRO DE PESSOAL. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 11 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, mantendo-se inalterada a decisão combatida, de rejeição das contas do Legislativo de Tupã, exercício de 2011.

Vice-Presidente no Exercício da Presidência - Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 16 de março de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-002932/026/14

Recorrente: Câmara Municipal de Santa Isabel - Evaldo de Souza Barbosa - Presidente à época.

Assunto: Contas anuais da Câmara Municipal de Santa Isabel, relativas ao exercício de 2014.

Responsável: Luiz Carlos Alves Dias (Presidente da Câmara à época).

Em Julgamento: Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra o acórdão da E. Segunda Câmara, que julgou irregulares as contas, nos termos do artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 709/93. Acórdão publicado no D.O.E. de 15-10-16.

Advogados: Anderson Moreira Bueno (OAB/SP nº 187.948), Fabiana Balbino Vieira (OAB/SP nº 238.056), Rafael Cezar dos Santos (OAB/SP n° 342.475), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP n° 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP n° 305.226) e outros.

Acompanham: TC-002932/126/14 e Expediente: TC-000508/007/15.

Procuradores de Contas: Rafael Antonio Baldo e Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-7 - DSF-I.

Sustentação oral proferida em sessão de 12-07-17.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. DESRESPEITO AO LIMITE DE GASTOS DO LEGISLATIVO. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 11 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, mantendo-se a decisão combatida, de reprovação das contas do Legislativo de Santa Isabel, exercício de 2014, mas alterando-se o limite ultrapassado do total da despesa do Poder Legislativo para 7,05%.

Vice-Presidente no Exercício da Presidência - Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 16 de março de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-015730/026/13

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Santo André.

Entidade Beneficiária: Fundação do ABC - FUABC.

Responsáveis: Aidan Antonio Ravin (Prefeito), Marco Antonio Espósito e Wagner Octávio Boratto (Presidentes da FUABC).

Em Julgamento: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, pelo Conselheiro Dimas Ramalho, publicada no D.O.E. de 05-07-19.

Exercício: 2010.

Valor: R$12.904.329,95.

Advogados: Marcelo Chuere Nunes (OAB/SP nº 142.512), Sandro Tavares (OAB/SP nº 201.133), Zoraia Fernandes Berber (OAB/SP nº 215.124), Eliane Marcos de Oliveira Silva (OAB/SP nº 239.432), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Larissa Donaire Costa (OAB/SP nº 267.686), Vinicius Grota do Nascimento (OAB/SP nº 290.896), Guilherme Crepaldi Esposito (OAB/SP nº 303.735) e outros.

Acompanha: TC-009000/026/14.

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: GDF-5.

EMENTA: CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO 2010. CONFUSÃO. RECURSOS FEDERAIS E MUNICIPAIS SOMADOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS DESPESAS DE ORIGEM MUNICIPAL, EXCLUSIVAMENTE. IRREGULARIDADE. MULTA.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara, preliminarmente, excluiu dos responsáveis o nome do Senhor Marco Antonio Espósito pelos atos ora examinados, e no mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu julgar irregular a Prestação de contas em exame, com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2° da Lei Complementar n° 709/93, concedendo ao atual Prefeito do Município de Santo André o prazo de 30 (trinta) dias para que informe a esta E. Corte as providências adotadas em relação à presente decisão.

Decidiu, outrossim, com base no artigo 36, parágrafo único, c/c artigo 104, II, da mencionada Lei, por ofensa às instruções desta Corte de Contas e ao artigo 116 da Lei n° 8.666/93, aplicar aos responsáveis à época, Senhores Aidan Antonio Ravin, Prefeito Municipal de Santo André, e Wagner Octávio Boratto, Presidente da Fundação do ABC, multa individual no valor correspondente a 250 (duzentos e cinquenta) Ufesps.

Determinou, por fim, transitado em julgado, ao Cartório que promova as notificações e os ofícios necessários, inclusive ao Ministério Público do Estado de São Paulo e, na falta de recolhimento da multa, adotar as providências necessárias para a inscrição de seu montante em dívida ativa.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-017065/026/17

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de São Vicente.

Entidade Beneficiária: Instituto Sulamericano para a Promoção da Equidade no Desenvolvimento Sustentável e Multisetorial - Isdem.

Responsáveis: Luís Cláudio Bili Lins da Silva (Prefeito) e Célia Spinardi (Presidente da Entidade).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, pelo Conselheiro Dimas Ramalho, publicadas no D.O.E. de 24-05-18 e 06-02-19.

Exercício: 2015.

Valor: R$3.079.623,38.

Advogados: Paulo Fernando Monteiro (OAB/SP nº 324.794) e outros.

Fiscalização atual: UR-20 - DSF-II.

EMENTA: TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS DECORRENTE DE TERMO DE PARCERIA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. INSTITUTO SULAMERICANO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTISETORIAL - ISDEM REPASSES EM ATRASO. OBJETO NÃO ESPECIFICADO APROPRIADAMENTE. AUSÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE CUSTOS, METAS E INDICADORES DAS ATIVIDADES INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE. CONFLITO DE INTERESSES. NÃO ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO DESTE TRIBUNAL. DIVERGÊNCIA CONTÁBIL. NÃO ATENDIMENTO À LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES. IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

1. Ao firmar Termo de Parceria com entidades do Terceiro Setor, o Poder Público deve cumprir o cronograma das transferências financeiras previstas no ajuste, para permitir que as atividades dispostas à população sejam realizadas adequadamente.

2. O plano de trabalho deve apresentar a indicação explícita e motivada quanto aos custos de cada atividade inserida no Plano de Trabalho, as metas e indicadores, para medição quantitativa e qualitativa da prestação de contas, em conformidade com o disposto no no art. 10, § 2°, incisos II, III e V, combinado com o art. 15-B, inciso I, da Lei Federal n° 9.790/1999.

3. A contratação de prestadores de serviços com recursos públicos provenientes de Termo de Parceria deve atender ao princípio da impessoalidade, nos termos do inciso I, do art. 4º da Lei Federal nº 9.790/1999.

4. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser subtraído das inspeções do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade, conforme disposto no § 1º, do artigo 25 da Lei Complementar nº 709/1993.

5. A transferência e aplicação de recursos públicos pela Administração Pública às entidades do Terceiro Setor deve ser disponibilizada em sítio eletrônico, conforme art. 2° da Lei Federal n° 12.527/2011.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara, por todas as razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, nos termos do artigo 33, inciso III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, decidiu julgar irregular a Prestação de Contas em exame, sem prejuízo da recomendação consignada no mesmo voto.

Decidiu, outrossim, nos termos dos artigos 36 e 104, incisos II e III, da mencionada Lei Complementar, condenar os responsáveis à época dos fatos, Sr. Luís Claudio Bili Lins da Silva e Sra. Célia Spinardi, Prefeito Municipal e Presidente da Oscip, respectivamente, ao pagamento de sanção pecuniária no importe correspondente a 300 (trezentas) Ufesps para cada um, pelos motivos citados na fundamentação do aludido voto e desobediência ao § 1°, do artigo 25 da mesma Lei, tendo em vista que não foram enviados documentos requisitados pela Fiscalização e não houve atendimento integral à determinação desta Corte de Contas após notificação.

Determinou, também, ao Instituto Sulamericano para a Promoção da Equidade no Desenvolvimento Sustentável e Multisetorial - Isdem a devolução ao Erário da quantia de R$ 29.999,30 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos), devidamente atualizada, relativa ao somatório das despesas impugnadas, suspendendo-o de receber novos repasses do Poder Público, enquanto não comprovado o ressarcimento devido.

Fixou, ainda, ao atual Prefeito de São Vicente o prazo de 30 (trinta) dias para que a Municipalidade informe as providências tomadas em relação ao decidido.

Consignou, ademais, que a aplicação do saldo remanescente de R$ 775.829,08 (setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e oito centavos) será examinada nos autos que tratam da prestação de contas subsequente.

Determinou, por fim, transitado em julgado, a expedição das notificações e ofícios necessários, inclusive ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para as medidas que considerar pertinentes.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-020705/026/09

Recorrentes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos e Consórcio Engeform-Serveng.

Assunto: Contrato entre o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos e o Consórcio Engeform-Serveng, constituído pelas empresas Engeform Construções e Comércio Ltda. e Serveng Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia, objetivando a implantação de sistema de tratamento de esgotos no Município de Guarulhos, referente à Estação de Tratamento de Esgotos São João.

Responsáveis: João Roberto Rocha Moraes, Marcos Tsutomu Tamai, Afrânio de Paula Sobrinho (Superintendentes), Maria Fernanda Correia, Carlos Eduardo Ito e Juliana Araujo dos Santos (Engenheiros).

Em Julgamento: Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares os termos aditivos de 19-03-10, 17-06-10, 08-07-10, 04-10-10, 16-11-10, 03-01-11, 04-04-11, 01-07-11 e 02-09-11, assim como ilegais os atos ordenadores das despesas decorrentes. Acórdão publicado no D.O.E. de 15-06-19.

Advogados: Percival José Bariani Junior (OAB/SP nº 252.566), Ana Cristina Fecuri (OAB/SP nº 125.181), Adriane Maria Gonçalves (OAB/PR nº 41.243), Jurandi Fernandes Ferreira (OAB/SP nº 113.150), Gabriel Vieira Almeida Machado (OAB/SP nº 352.381), Marcos Antonio Gaban Monteiro (OAB/SP nº 278.013), Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842) e outros.

Acompanha: Expediente: TC-016297/026/17.

Fiscalização atual: GDF-3 - DSF-I.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. TERMOS ADITIVOS. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. LICITAÇÃO E AJUSTE PRINCIPAL JÁ JULGADOS IRREGULARES EM DEFINITIVO. ACESSORIEDADE.

Pelo princípio da acessoriedade, julgado irregular o contrato principal, os efeitos da decisão alcançam os atos que lhe sucedem.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 11 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhes provimento, mantendo-se na íntegra a decisão de primeiro grau, julgando irregulares os Termos Aditivos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º relativos ao Contrato nº 037/2009 celebrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos - SAAE e o Consórcio Engeform-Serveng.

Vice-Presidente no Exercício da Presidência - Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 16 de março de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-034893/026/12

Contratante: Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa.

Contratada: Lopes Kalil Engenharia e Comércio Ltda.

Autoridades que firmaram o(s) Instrumento(s): Berenice Maria Giannella (Presidente) e Francisco Carlos Alves (Diretor Administrativo).

Objeto: Execução de obras para conclusão da construção de 02 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Casa I e II, incluindo o fornecimento de material e mão de obra.

Em Julgamento: Termos de Prorrogação, Aditamento e Retirratificação de 18-02-13, 12-04-13 e 28-05-13. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Dimas Ramalho, publicadas no D.O.E. de 16-03-19 e 05-07-19.

Advogados: Nilton de Brito Gomes (OAB/SP nº 144.683), Oscar de Oliveira Barbosa (OAB/SP nº 293.608) e outros.

Procurador da Fazenda: Carim José Féres.

Fiscalização atual: GDF-3 - DSF-I.

EMENTA: CONTRATO. TERMOS DE ADITAMENTO. FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP. EMPRESA LOPES KALIL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE 02 CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (CASA I E CASA II), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu julgar irregulares os 2º, 3º e 4º Termos de Prorrogação, Aditamento, Retificação e Ratificação (de 18/02/13; de 12/04/13 e de 28/05/13 - respectivamente), bem como conheceu do Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais, ao Contrato nº 029/12, decorrente da Concorrência nº 013/12, determinando o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Determinou, por fim, a expedição de ofício ao atual Presidente da Fundação Casa/SP, a fim de que comprove, no prazo de até 30 (trinta) dias, a adoção das medidas necessárias, em face do decidido.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior e

Presente o Procurador da Fazenda do Estado - Carim José Féres.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-040031/026/07

Embargante: Cadmo Fausto Cardoso - Ex-Diretor Executivo do Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campo" de Tatuí.

Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2006, pela Secretaria de Estado da Cultura à Associação de Amigos do Conservatório de Tatuí, no valor de R$17.506.760,00.

Responsáveis: João Batista Moraes de Andrade, Fábio Luiz Pereira de Magalhães (Secretários Estaduais) e Maria da Graça Benaduce Seligma (Diretora da Associação).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 08-11-19, na parte que julgou irregular a prestação de contas na quantia de R$168.184,79, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, condenando a beneficiária à devolução do valor impugnado aos cofres públicos e a não receber novos repasses até a regularização das pendências.

Advogados: Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Ricardo Pereira Chiaraba(OAB/SP nº 172.821), José Antônio Branco Peres (OAB/SP nº 169.363), Maria Rita da Rosa Vieira (OAB/SP nº 268.670), Juliana Cavallini Savada (OAB/SP nº 263.925), José Roberto Sígolo (OAB/SP nº 86.447), Otávio César Faria (OAB/SP nº 208.910) e outros.

Procurador da Fazenda: Luís Cláudio Mânfio.

Fiscalização atual: GDF-10.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PONTO OBSCURO, DUVIDOSO OU CONTRADITÓRIO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. DECISÃO QUE DEIXOU DE APRECIAR PEDIDO FORMULADO, NO SENTIDO DA EXCLUSÃO PROCESSUAL DE INTERESSADO/RESPONSÁVEL. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO EMBARGANTE. ACOLHIMENTO PARCIAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, preliminarmente a E. Câmara conheceu dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, acolheu-os parcialmente, apenas para o fim de apreciar e manter a responsabilidade do Senhor Cadmo Fausto Cardoso pelos atos praticados, permanecendo, no restante, a íntegra do acórdão de fls. 588, por seus próprios fundamentos.

Determinou, por fim, a remessa dos autos ao Cartório para que sejam retirados dos autos os nomes dos seguintes advogados, uma vez que não mais defendem os interesses da entidade, conforme documentos de fls. 576/583, quais sejam: (a) Dr. Carlos Augusto de Macedo Chiaraba (OAB/SP nº 156.761); (b) Ricardo Pereira Chiaraba (OAB/SP nº 172.821); (c) José Antônio Branco Peres (OAB/SP nº 169.363); (d) Rafael Pereira Chiaraba (OAB/SP nº 293.619).

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior e

Presente a Procuradora da Fazenda do Estado - Jéssica Helena Rocha Vieira Couto.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-000171/026/18

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Barueri.

Organização Social: Instituto Hygia de Saúde e Desenvolvimento Social.

Responsáveis: Gilberto Macedo Gil Arantes (Prefeito) e Necionita de Souza Oliveira (Presidente).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2014.

Valor: R$51.374.960,15.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Priscilla Martins Ferreira (OAB/SP nº 158.588), Tatiana Barone Sussa (OAB/SP nº 228.489), Claudia Gonçalves Fernandes (OAB/SP nº 259.516), Fábio Albergaria Modinger (OAB/SP nº 401.221) e outros.

Procuradora de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: GDF-10 - DSF-I.

TC-000172/026/18

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Barueri.

Organização Social: Instituto Hygia de Saúde e Desenvolvimento Social.

Responsáveis: Gilberto Macedo Gil Arantes (Prefeito), Luciano José Barreiros (Secretário Municipal de Suprimentos) e Necionita de Souza Oliveira (Presidente).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2015.

Valor: R$140.053.947,15.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Priscilla Martins Ferreira (OAB/SP nº 158.588), Alexandre de Lorenzi (OAB/SP nº 174.629), Tatiana Barone Sussa (OAB/SP nº 228.489), Claudia Gonçalves Fernandes (OAB/SP nº 259.516), Fabio José de Almeida de Araújo (OAB/SP nº 398.760), Fábio Albergaria Modinger (OAB/SP nº 401.221) e outros.

Procuradora de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: GDF-10 - DSF-I.

EMENTA: REPASSES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONTRATO DE GESTÃO. SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE. NÃO LOCALIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTRATADA. DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DO AJUSTE. AFRONTA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 18 de fevereiro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, com fundamento no artigo 33, inciso III, "a", "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar irregulares as matérias em exame, com o acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º do mesmo diploma legal, concedendo ao atual responsável pela Prefeitura, o prazo de 30 (trinta) dias, para que informe esta E. Corte de Contas acerca das providências adotadas em face das impropriedades apuradas.

Decidiu, outrossim, com fundamento no artigo 104, inciso II, da referida Lei, aplicar multa aos responsáveis pela Organização Social à época, Senhor Luiz Teixeira Silva Junior e Senhora Neocita de Souza Oliveira, em valor equivalente a 200 (duzentas) Ufesps, cada um, face a gravidade dos fatos.

Ressaltou ainda, que no processo das contas de 2016, no TC-173/026/18, às fls. 189/221, a Prefeitura juntou o relatório final de tomada de contas após a intervenção administrativa do

Hospital Municipal de Barueri, relatando fatos que não serviram de análise para fins deste julgamento e, que, diante da eventual inclusão de mais despesas impróprias a serem glosadas relativas aos exercícios de 2014 e 2015, a determinação de devolução do valor mencionado acima a ser inscrito em dívida ativa será diferido para compor dispositivo das contas de 2016 (TC-173/026/18) e 2017 (TC-4485/026/19).

Determinou, por fim, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para adoção das providências que entender necessárias.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 12 de março de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR

ACÓRDÃOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

A C Ó R D Ã O S

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

00014351.989.17-3 – Representação.

Representante: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Representado: Prefeitura Municipal de Bauru.

Responsáveis: Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça (Prefeito), José Fernando Casquel Monti e José Eduardo Fogolin Passos (Secretários Municipais).

Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Bauru, concernente à utilização de "caronas" no Contrato nº 7.892/2016, que objetiva o fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Felipe Braga de Oliveira (OAB/SP nº 298.740), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Maria Isabel Duarte de Souza Sanches (OAB/SP nº 364.776), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009673.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório: Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça (Prefeito).

Responsável pelo(s) Instrumento(s): José Fernando Casquel Monti (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 19-02-16. Valor – R$996.800,00.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009972.989.20-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Responsável: José Eduardo Fogolin Passos (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 16-02-17.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009977.989.20-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Responsável: José Eduardo Fogolin Passos (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 02-08-17.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009984.989.20-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Responsável: José Eduardo Fogolin Passos (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 19-02-18.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00010228.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bauru.

Contratada: Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Fornecimento de dieta leve, dieta geral e alimentação destinada aos pacientes e servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Responsáveis: Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça (Prefeito), José Fernando Casquel Monti e José Eduardo Fogolin Passos (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogados: Antonio Carlos Batista Martinez (OAB/SP nº 79.927), Letícia Rodrigues de Carvalho Mariano (OAB/SP nº 102.720), Elisete Cristina Sartori (OAB/SP nº 107.156), Maria Gabriela Ferreira de Mello (OAB/SP nº 107.801), Gabriella Lucarelli Rocha (OAB/SP nº 123.451), Ricardo Chamma (OAB/SP nº 127.852), Denise Baptista de Oliveira (OAB/SP nº 129.697), Claudia Fernanda de Aguiar Pereira (OAB/SP nº 133.034), Carla Cabogrosso Fialho (OAB/SP nº 135.032), Marisa Botter Adorno Gebara (OAB/SP nº 143.915), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287), Maurício Pontes Porto (OAB/SP nº 167.128), Greici Maria Zimmer (OAB/SP nº 289.749), Tamiris Assis Celestino (OAB/SP nº 357.477), Gustavo Campos Abreu (OAB/SP nº 419.157) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. ALIMENTAÇÃO A PACIENTES E SERVIDORES. ADITAMENTOS. REGULAR. REPRESENTAÇÃO. IMPROCEDENTE. EXECUÇÃO CONTRATUAL. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu julgar improcedente a Representação e regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Aditamentos em apreço, bem como legais os atos ordenadores das despesas, tomando conhecimento da Execução Contratual.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00001621.989.18-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos – Lote 1.

Responsável: Heitor Piccinini Filho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-12-17.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000043.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos – Lote 1.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 26-12-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008441.989.19-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos – Lote 1.

Responsável: Heitor Piccinini Filho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo de Apostilamento de 23-10-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008444.989.19-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos – Lote 1.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 23-10-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001593.989.20-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos – Lote 1.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-12-19.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001629.989.18-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos de materiais inservíveis e da construção civil, com reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos – Lote 2.

Responsável: Heitor Piccinini Filho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-12-17.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00025368.989.18-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos de materiais inservíveis e da construção civil, com reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos – Lote 2.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 12-12-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000045.989.19-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos de materiais inservíveis e da construção civil, com reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos – Lote 2.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 26-12-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008447.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos de materiais inservíveis e da construção civil, com reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos – Lote 2.

Responsável: Heitor Piccinini Filho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo de Apostilamento de 23-10-18.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001595.989.20-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Sanurban Saneamento Urbano e Construções Ltda.

Objeto: Operação de transbordo, transporte e destinação final de resíduos de materiais inservíveis e da construção civil, com reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos – Lote 2.

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-12-19.

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Amanda Paulilo Valério de Souza (OAB/SP nº 347.803), Antonio Carlos de Freitas Júnior (OAB/SP nº 313.493) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007367.989.18-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Consórcio Peralta – Construrban.

Objeto: Prestação dos serviços de varrição manual de logradouros públicos e parques, serviços de limpeza de feiras e pontos de economia e os demais serviços de limpeza – Lote 3

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 31-01-18.

Advogada: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007693.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Diadema.

Contratada: Consórcio Peralta – Construrban.

Objeto: Prestação dos serviços de varrição manual de logradouros públicos e parques, serviços de limpeza de feiras e pontos de economia e os demais serviços de limpeza – Lote 3

Responsável: José Marcelo Ferreira Marques (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 31-01-19.

Advogado: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: TERMOS DE ADITAMENTO. APOSTILAS DE REAJUSTE. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares os Termos Aditivos em exame e legais os atos determinativos das correspondentes despesas, bem como conheceu dos Termos de apostilamento.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00000458.989.18-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: Genival Prates Alves (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 19-12-17.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020101.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: Genival Prates Alves (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-09-18.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020104.989.18-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: Genival Prates Alves (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 04-06-18.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00025286.989.18-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: José Luiz Marega (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-12-18.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020614.989.19-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: Genival Prates Alves (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-09-19.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000459.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento de Abreu.

Contratada: Sindplus Administradora de Cartões Serviços de Cadastro e Cobrança Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento de serviços para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale alimentação, destinados aos servidores públicos da Prefeitura.

Responsável: Genival Prates Alves (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-12-19.

Advogado: Luis Francisco Sangalli (OAB/SP nº 250.155).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: TERMOS DE ADITAMENTO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. VALE ALIMENTAÇÃO. REEQUILÍBRIO. PREJUÍZO DA PARTE CONTRATADA DEVE SER COMPROVADO. PECULIARIDADE DO CONTRATO. TAXA ADMINISTRATIVA NEGATIVA. REGULAR. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares os Termos Aditivos assinados em 19-12-17, 06-09-18, 04-06-18, 10-12-18, 06-09-19 e 10-12-19, com recomendações à Origem para que: não mais conceda qualquer reequilíbrio econômico-financeiro em seus contratos sem a comprovação do efetivo prejuízo suportado pela parte contratada; documente a avaliação de vantajosidade em prorrogações de prazo de contrato; e observe os prazos das Instruções deste Tribunal e o modelo do Termo de Ciência e Notificação.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00000813.989.19-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santo André.

Contratada: NCT Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de implantação, instalação, monitoração, garantia, suporte técnico, licenciamento e capacitação de solução de segurança de tráfego de dados de rede LAN e WLAN, destinados à PSA.

Responsáveis: Fernando Buissa de Barros Gomes e Dinah Kojuck Zekcer (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-09-18.

Advogados: Marcelo Chuere Nunes (OAB/SP nº 142.512), Arthur Scatolini Menten (OAB/SP nº 172.683), Fabiana Varoni Pereira (OAB/SP nº 197.699), Dulce Bezerra de Lima (OAB/SP nº 74.295), Márcia Elena Guerra Correia (OAB/SP nº 110.747), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00010098.989.15-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santo André.

Contratada: NCT Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de implantação, instalação, monitoração, garantia, suporte técnico, licenciamento e capacitação de solução de segurança de tráfego de dados de rede LAN e WLAN, destinados à PSA.

Responsáveis: Oswana Maria Fernandes Fameli, Carlos Alberto Grana, Paulo Henrique Pinto Serra, Luiz Zacarias de Araújo Filho (Prefeitos), Antonio Leite da Silva, Gilmar Silvério, Fernando Buissa de Barros Gomes, Dinah Kojuck Zekcer (Secretários Municipais) e Juliano Tonato (Diretor).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Termo de Recebimento Definitivo de 08-09-19.

Advogados: Marcelo Chuere Nunes (OAB/SP nº 142.512), Arthur Scatolini Menten (OAB/SP nº 172.683), Fabiana Varoni Pereira (OAB/SP nº 197.699), Dulce Bezerra de Lima (OAB/SP nº 74.295), Marcia Elena Guerra Correia (OAB/SP nº 110.747), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. TERMOS ADITIVOS. PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. EXECUÇÃO CONTRATUAL. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regular o Termo Aditivo em exame e legais as correspondentes despesas, bem como conheceu da Execução Contratual e do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo da recomendação constante no voto do Relator, juntado aos autos.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00001978.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinas.

Contratada: Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL.

Objeto: Disciplinar o fornecimento de energia elétrica, pela distribuidora, exclusivamente para o sistema de iluminação pública do Município, segundo a classe de fornecimento e de acordo com o número de pontos instalados.

Responsável: Ernesto Dimas Paulella (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-12-17.

Advogados: Júlio Cesar Mariani (OAB/SP nº 143.303), Ricardo Henrique Rudnicki (OAB/SP nº 177.566), Rodrigo Guersoni (OAB/SP nº 150.031), Paulo Francisco Tellaroli Filho (OAB/SP nº 193.532), Luiz Ricardo Ortiz Sartorelli (OAB/SP nº 248.543), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00002207.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinas.

Contratada: Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL.

Objeto: Disciplinar o fornecimento de energia elétrica, pela distribuidora, exclusivamente para o sistema de iluminação pública do Município, segundo a classe de fornecimento e de acordo com o número de pontos instalados.

Responsável: Ernesto Dimas Paulella (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-12-18. Termo de Apostilamento.

Advogados: Júlio Cesar Mariani (OAB/SP nº 143.303), Ricardo Henrique Rudnicki (OAB/SP nº 177.566), Rodrigo Guersoni (OAB/SP nº 150.031), Paulo Francisco Tellaroli Filho (OAB/SP nº 193.532), Luiz Ricardo Ortiz Sartorelli (OAB/SP nº 248.543), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00010013.989.16-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinas.

Contratada: Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL.

Objeto: Disciplinar o fornecimento de energia elétrica, pela distribuidora, exclusivamente para o sistema de iluminação pública do Município, segundo a classe de fornecimento e de acordo com o número de pontos instalados.

Responsáveis: Jonas Donizette Ferreira (Prefeito) e Ernesto Dimas Paulella (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogados: Júlio Cesar Mariani (OAB/SP nº 143.303), Ricardo Henrique Rudnicki (OAB/SP nº 177.566), Rodrigo Guersoni (OAB/SP nº 150.031), Paulo Francisco Tellaroli Filho (OAB/SP nº 193.532), Luiz Ricardo Ortiz Sartorelli (OAB/SP nº 248.543), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. ADITAMENTOS. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL. REGULAR. EXECUÇÃO CONTRATUAL. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares os Aditamentos em apreço e legais os atos determinativos das despesas decorrentes, bem como conheceu da Execução Contratual.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00002467.989.19-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório: Afonso Macchione Neto (Prefeito).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Afonso Macchione Neto (Prefeito) e Carlos Alberto Calixto Lapera (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 13-08-18. Valor – R$2.621.520,00.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00005849.989.19-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsáveis: Afonso Macchione Neto (Prefeito) e José Maurício Braga (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 30-10-18.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000306.989.20-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsáveis: Marta Maria do Espírito Santos Lopes (Prefeita) e Carlos Alberto Calixto Lapera (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 23-07-19.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000637.989.20-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsáveis: Marta Maria do Espírito Santos Lopes (Prefeita) e Carlos Alberto Calixto Lapera (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 23-08-19.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000638.989.20-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsáveis: Marta Maria do Espírito Santos Lopes (Prefeita) e José Maurício Braga (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 12-09-19.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000641.989.20-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva.

Contratada: Engelimp Infraestrutura e Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no Município.

Responsáveis: Marta Maria do Espírito Santos Lopes (Prefeita) e José Maurício Braga (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 12-11-19.

Advogado: José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. CONCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS. TERMO DE ADITAMENTO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. JUSTIFICATIVAS. REGULAR. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Concorrência, o Contrato assinado em 13-08-18 e os Termos Aditivos de 30-10-18, 23-07-19, 23-08-19, 12-09-19 e 12-11-19, com recomendação à Origem para que, doravante, em novos prazos de vigência pactuados nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, a obtenção de preços e condições mais vantajosas seja demonstrada através de pesquisa prévia junto ao mercado.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00006358.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório, e pelo(s) Instrumento(s): Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 30-06-17. Valor – R$1.020.000,00.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008783.989.18-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-08-17.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022372.989.18-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 30-04-18.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022376.989.18-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 29-06-18.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022377.989.18-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-09-18.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009468.989.19-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-12-18.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00018178.989.19-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-06-19.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00002446.989.20-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reginópolis.

Contratada: Centro de Serviços de Saúde Medcal (antiga Cooperativa de Trabalho Medcal).

Objeto: Prestação de serviços médicos.

Responsável: Carolina Araújo de Sousa Veríssimo (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-12-19.

Advogados: Primo de Macedo Minari (OAB/SP nº 60.503), Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Eduardo Luiz Penariol (OAB/SP nº 224.886), Elaine Cristina de Oliveira Soares (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laísa Mariana Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e Ricardo Kassim (OAB/SP nº 212.825).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO, CONTRATO E TERMOS ADITIVOS. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos em exame, bem como legais os atos determinativos das correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00006945.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB.

Contratada: HT Construções Ltda. – ME.

Objeto: Melhorias na rede de distribuição de água do Jardim Paraíso, com inclusão de materiais, mão de obra e recomposição do pavimento asfáltico.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Gilmar Aparecido Feltrim (Diretor).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 26-10-17. Valor – R$1.457.559,44.

Advogado: Elvis Moisés Salgasso (OAB/SP nº 317.801).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00019619.989.18-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB.

Contratada: HT Construções Ltda. – ME.

Objeto: Melhorias na rede de distribuição de água do Jardim Paraíso, com inclusão de materiais, mão de obra e recomposição do pavimento asfáltico.

Responsável: Gilmar Aparecido Feltrim (Diretor).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-08-18.

Advogado: Elvis Moisés Salgasso (OAB/SP nº 317.801).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007382.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB.

Contratada: HT Construções Ltda. – ME.

Objeto: Melhorias na rede de distribuição de água do Jardim Paraíso, com inclusão de materiais, mão de obra e recomposição do pavimento asfáltico.

Responsáveis: Gilmar Aparecido Feltrim (Diretor) e Marcelo Olenski da F. e Castro (Engenheiro).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Termo de Recebimento Provisório de 05-12-18. Termo de Recebimento Definitivo de 04-01-19.

Advogado: Elvis Moisés Salgasso (OAB/SP nº 317.801).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. OBRA. COMPETIÇÃO. ADITAMENTO. REGULAR. EXECUÇÃO CONTRATUAL. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Concorrência, o Contrato e o Aditamento em apreço, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas, sem prejuízo de recomendação à origem para que estabeleça parâmetros objetivos para a aferição da capacidade técnica dos licitantes.

Decidiu, por fim, conhecer da Execução Contratual e do Termo de Recebimento Definitivo.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00007077.989.19-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável pela Autorização e Ratificação da Dispensa de Licitação e pelo(s) Instrumento(s): Marcelo de Souza Candido (Prefeito).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 17-06-10. Valor – R$51.600,00.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007617.989.19-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Marcelo de Souza Candido (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 16-06-11.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007618.989.19-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Marcelo de Souza Candido (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 15-06-12.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007619.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Paulo Fumio Tokuzumi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 17-06-13.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007620.989.19-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratadas: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Paulo Fumio Tokuzumi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 29-05-14.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007621.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratadas: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Paulo Fumio Tokuzumi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-05-15.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007622.989.19-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratadas: Sandra Ueda, Toshiko Hanada Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Paulo Fumio Tokuzumi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 17-06-16.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007623.989.19-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 21-03-17.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007624.989.19-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratadas: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 14-06-17.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007626.989.19-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 13-12-17.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007628.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Cintia Renata Lira da Silva (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 30-05-18.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007629.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Cintia Renata Lira da Silva (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 26-11-18.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00010333.989.19-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Cintia Renata Lira da Silva (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 15-03-19.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020759.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Cintia Renata Lira da Silva (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-08-19.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022148.989.20-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.

Contratada: Espólio de Toshiko Hanada Ueda – representado por Sandra Ueda e Daniela Ueda Jeronimo.

Objeto: Locação de imóveis destinados ao Cartório Eleitoral da 415ª Zona.

Responsável: Cintia Renata Lira da Silva (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 17-09-20.

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Epeus José Michelette (OAB/SP nº 170.518), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. ADITAMENTOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Dispensa de Licitação, o Contrato e os Aditamentos em apreço, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00007975.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Apetece Sistemas de Alimentação S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições aos servidores da Prefeitura.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório: Marília Marton (Secretária Municipal).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Silvia de Campos, Janice Paulino César, Roberto Luiz Vidoski (Secretários Municipais), Cristina Bonilha Jarnyk (Responsável pelo Expediente da Secretaria de Segurança), Adriana Berringer Stephan (Responsável pelo Expediente da Secretaria de Saúde) e Rosiane de Andrade Vaitkevicius (Gestora do Contrato).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 02-01-19. Valor – R$2.393.124,48.

Advogados: Allan Frazatti Silva (OAB/SP nº 234.514) e José Luiz Toloza Oliveira Costa (OAB/SP nº 50.460).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000318.989.20-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Apetece Sistemas de Alimentação S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições aos servidores da Prefeitura.

Responsáveis: Silvia de Campos, Janice Paulino César, Roberto Luiz Vidoski, Jorge Martins Salgado, Regina Maura Zetone Grespan (Secretários Municipais) e Rosiane de Andrade Vaitkevicius (Gestora do Contrato).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 07-03-19.

Advogados: Allan Frazatti Silva (OAB/SP nº 234.514) e José Luiz Toloza Oliveira Costa (OAB/SP nº 50.460).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000320.989.20-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Apetece Sistemas de Alimentação S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições aos servidores da Prefeitura.

Responsáveis: Silvia de Campos, Roberto Luiz Vidoski, Jorge Martins Salgado, Regina Maura Zetone Grespan (Secretários Municipais), Fabricio Coutinho de Faria (Responsável pelo Expediente da Secretaria de Educação) e Rosiane de Andrade Vaitkevicius (Gestora do Contrato).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-12-19.

Advogados: Allan Frazatti Silva (OAB/SP nº 234.514) e José Luiz Toloza Oliveira Costa (OAB/SP nº 50.460).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008849.989.20-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Apetece Sistemas de Alimentação S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições aos servidores da Prefeitura.

Responsáveis: Silvia de Campos, Fabricio Coutinho de Faria, Roberto Luiz Vidoski, Jorge Martins Salgado, Regina Maura Zetone Grespan (Secretários Municipais) e Rosiane de Andrade Vaitkevicius (Gestora do Contrato).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-02-20.

Advogados: Allan Frazatti Silva (OAB/SP nº 234.514) e José Luiz Toloza Oliveira Costa (OAB/SP nº 50.460).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. SERVIÇOS CONTINUADOS. TERMOS ADITIVOS. PRORROGAÇÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos em exame, bem como legais as correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00008438.989.18-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mauá.

Contratada: Real Food Alimentação Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições para o restaurante popular municipal.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Cláudio Donizeti Lourenço (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 19-01-18. Valor – R$2.718.000,00.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Gregório Battazza Lonza (OAB/SP nº 182.332), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306), Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Sidney Melquiades de Queiroz (OAB/SP nº 184.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009922.989.19-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mauá.

Contratada: Real Food Alimentação Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições para o restaurante popular municipal.

Responsável: Janete Fatima Massagardi Dame (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-01-19. Termo de Apostilamento.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Gregório Battazza Lonza (OAB/SP nº 182.332), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306), Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Sidney Melquiades de Queiroz (OAB/SP nº 184.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00007447.989.20-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mauá.

Contratada: Real Food Alimentação Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições para o restaurante popular municipal.

Responsável: Paulo Sérgio Pereira (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 17-01-20.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Gregório Battazza Lonza (OAB/SP nº 182.332), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306), Norberto Fontanelli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Sidney Melquiades de Queiroz (OAB/SP nº 184.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR. ADITAMENTOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Aditamentos, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00009282.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapira.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza pública.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): José Natalino Paganini (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 12-12-18. Valor – R$3.999.840,00.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Yan Daniel Silva (OAB/SP nº 408.816) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL. LIMPEZA PÚBLICA. COMPETIÇÃO. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial e o Contrato, bem como legais os atos determinativos da despesa.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00010899.989.18-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA.

Contratada: MCA Bombas Indústria e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos boosters e conjunto de bombas e manutenção dos abrigos, inclusive com fornecimento e/ou substituição de peças.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Israel Aleixo de Melo (Superintendente).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 28-02-18. Valor – R$1.188.000,00.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Pedro Henrique Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 350.864), Vinícius Pollarini Marques de Souza (OAB/SP nº 365.306), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00010217.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA.

Contratada: MCA Bombas Indústria e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos boosters e conjunto de bombas e manutenção dos abrigos, inclusive com fornecimento e/ou substituição de peças.

Responsável: Paulo Sérgio Pereira (Superintendente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-02-19.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Pedro Henrique Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 350.864), Vinícius Pollarini Marques de Souza (OAB/SP nº 365.306), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00014277.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA.

Contratada: MCA Bombas Indústria e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos boosters e conjunto de bombas e manutenção dos abrigos, inclusive com fornecimento e/ou substituição de peças.

Responsável: Luis Antonio Ferreira (Superintendente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 30-08-19.

Advogado(s): José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Pedro Henrique Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 350.864), Vinícius Pollarini Marques de Souza (OAB/SP nº 365.306), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00014281.989.20-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA.

Contratada: MCA Bombas Indústria e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos boosters e conjunto de bombas e manutenção dos abrigos, inclusive com fornecimento e/ou substituição de peças.

Responsável: José Francisco Jacinto (Superintendente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-02-20.

Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Pedro Henrique Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 350.864), Vinícius Pollarini Marques de Souza (OAB/SP nº 365.306), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. TERMOS ADITIVOS. PRORROGAÇÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos, bem como legais as correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00011662.989.18-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Air Liquide Brasil Ltda.

Objeto: Fornecimento de gases medicinais diversos, com cessão em comodato e locação de cilindros, bem como a manutenção preventiva e corretiva.

Responsáveis: Geraldo Reple Sobrinho e José Carlos Gobbis Pagliuca (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 08-05-18.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Boas Dias Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00012580.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Air Liquide Brasil Ltda.

Objeto: Fornecimento de gases medicinais diversos, com cessão em comodato e locação de cilindros, bem como a manutenção preventiva e corretiva.

Responsáveis: Geraldo Reple Sobrinho e José Carlos Gobbis Pagliuca (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 11-05-18. Termo de Apostilamento.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Boas Dias Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00013241.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Air Liquide Brasil Ltda.

Objeto: Fornecimento de gases medicinais diversos, com cessão em comodato e locação de cilindros, bem como a manutenção preventiva e corretiva.

Responsáveis: Geraldo Reple Sobrinho e Marcelo de Lima Fernandes (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 13-05-19. Termos de Apostilamento.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Boas Dias Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00013730.989.20-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Air Liquide Brasil Ltda.

Objeto: Fornecimento de gases medicinais diversos, com cessão em comodato e locação de cilindros, bem como a manutenção preventiva e corretiva.

Responsáveis: Geraldo Reple Sobrinho e Marcelo de Lima Fernandes (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 13-05-20. Termos de Apostilamento.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Boas Dias Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. GASES MEDICINAIS. ADITAMENTOS. APOSTILAMENTOS. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL. REAJUSTE CONTRATUAL. ACRÉSCIMOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares os Aditamentos e legais os atos determinativos das despesas, bem como tomou conhecimento dos Apostilamentos em apreço.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00012814.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra.

Contratada: Convênios Card Administradora e Editora Ltda. – EPP.

Objeto: Fornecimento e administração de vale alimentação na forma de cartão eletrônico com chip.

Responsável pela Autorização do Certame Licitatório: Jorge José da Costa (Prefeito).

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório: Maria Cecília da Silva Szaz (Secretária Municipal).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Ivo Martello Filho, Maria Cecília da Silva Szaz (Secretários Municipais) e Michele Sales dos Santos da Silva (Superintendente da Autarquia Municipal Saúde IS).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 31-01-20. Valor – R$ 4.436.971,02.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00019587.989.20-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra.

Contratada: Convênios Card Administradora e Editora Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento e administração de vale alimentação na forma de cartão eletrônico com chip.

Responsável: Maria Cecília da Silva Szaz (Secretária Municipal) e Michele Sales dos Santos da Silva (Superintendente da Autarquia Municipal Saúde IS).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 07-08-20.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. VALE ALIMENTAÇÃO. ADITAMENTO. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e o Aditamento em apreço, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00013092.989.18-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

Objeto: Prestação de serviços de agente de integração com vistas ao preenchimento de vagas de estágio.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação e pelo(s) Instrumento(s): Eclerson Pio Mielo (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 09-03-18. Valor – R$236.592,00.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00015222.989.18-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

Objeto: Prestação de serviços de agente de integração com vistas ao preenchimento de vagas de estágio.

Responsável: Eclerson Pio Mielo (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 09-05-18.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009239.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

Objeto: Prestação de serviços de agente de integração com vistas ao preenchimento de vagas de estágio.

Responsável: Eclerson Pio Mielo (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-19.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00011921.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

Objeto: Prestação de serviços de agente de integração com vistas ao preenchimento de vagas de estágio.

Responsável: Eclerson Pio Mielo (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 05-03-20.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. VAGAS DE ESTÁGIO. ADITAMENTOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Dispensa de Licitação, o Contrato e os Aditamentos, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00013105.989.18-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Osasco.

Contratada: B & B Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da Creche Vila Militar – UNIFESP.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório: Rogério Lins Wanderley (Prefeito).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Rogério Lins Wanderley (Prefeito), Marcia da Silva Brito e Cláudio Monteiro Júnior (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Contrato de 16-02-18. Valor – R$4.316.641,20.

Advogados: Admar Gonzaga Neto (OAB/DF nº 10.937), Marcello Dias de Paula (OAB/DF nº 39.976) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00013759.989.18-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Osasco.

Contratada: B & B Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da Creche Vila Militar – Unifesp.

Responsáveis: Rogério Lins Wanderley (Prefeito), Márcia da Silva Brito, Cláudio Monteiro Júnior, José Tostes Borges e Laudemir Lino de Alencar (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Termo de Recebimento Provisório de 24-09-19. Termo de Recebimento Definitivo de 06-12-19.

Advogados: Admar Gonzaga Neto (OAB/DF nº 10.937), Marcello Dias de Paula (OAB/DF nº 39.976) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00018610.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Osasco.

Contratada: B & B Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da Creche Vila Militar – Unifesp.

Responsáveis: Rogério Lins Wanderley (Prefeito), José Tostes Borges e Laudemir Lino de Alencar (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 11-06-19.

Advogados: Admar Gonzaga Neto (OAB/DF nº 10.937), Marcello Dias de Paula (OAB/DF nº 39.976) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. TERMO ADITIVO. EXECUÇÃO CONTRATUAL. ATRASO NO PAGAMENTO. JUSTIFICATIVAS ACEITÁVEIS. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, o Contrato, o Termo Aditivo e legais as correspondentes despesas, bem como tomou conhecimento da Execução Contratual e dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00013202.989.19-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Pilão Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da EMEB Centro.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 03-04-19. Valor – R$9.430.606,78.

Advogados: Cintia Maria Léo Silva (OAB/SP nº 120.104), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00023941.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Pilão Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da EMEB Centro.

Responsável: Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 07-10-19.

Advogados: Cintia Maria Léo Silva (OAB/SP nº 120.104), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Agnes Pirolla de Almeida (OAB/SP nº 380.396) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00005925.989.20-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Pilão Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da EMEB Centro.

Responsável: Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 03-01-20.

Advogados: Cintia Maria Léo Silva (OAB/SP nº 120.104), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Agnes Pirolla de Almeida (OAB/SP nº 380.396) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008422.989.20-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Pilão Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Construção da EMEB Centro.

Responsável: Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 17-06-19.

Advogados: Cintia Maria Léo Silva (OAB/SP nº 120.104), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Agnes Pirolla de Almeida (OAB/SP nº 380.396) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONSTRUÇÃO DE ESCOLA. COMPETIÇÃO. ADITAMENTOS. NÃO DESCONFIGURAÇÃO DO CONTRATADO. JUSTIFICATIVAS ACEITÁVEIS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Concorrência, o Contrato e os Aditamentos em apreço, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00014075.989.18-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Bauhaus do Brasil Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de locação, compreendendo transporte, montagem, desmontagem e manutenção de materiais, equipamentos e estruturas, destinados à realização de eventos por diversas secretarias da municipalidade.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 24-11-17. Valor – R$1.815.000,00.

Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Renan Felipe Ribeiro (OAB/SP nº 310.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000361.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Bauhaus do Brasil Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de locação, compreendendo transporte, montagem, desmontagem e manutenção de materiais, equipamentos e estruturas, destinados à realização de eventos por diversas secretarias da municipalidade.

Responsável: Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 23-11-18.

Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Renan Felipe Ribeiro (OAB/SP nº 310.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000712.989.20-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Poá.

Contratada: Bauhaus do Brasil Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de locação, compreendendo transporte, montagem, desmontagem e manutenção de materiais, equipamentos e estruturas, destinados à realização de eventos por diversas secretarias da municipalidade.

Responsável: Giancarlo Lopes da Silva (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 22-11-19.

Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Renan Felipe Ribeiro (OAB/SP nº 310.500) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS. ADITAMENTOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Aditamentos, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00017732.989.18-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Contratada: Safety Tecnologia em Segurança Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de sistema de segurança eletrônica.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Daniel Augusto Ramos Ignácio (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 16-07-18. Valor – R$1.499.880,00.

Advogados: Angelica Mayumi Morita (OAB/SP nº 87.505), Roberta Costa Pereira da Silva (OAB/SP nº 152.941), Marcelo Renan Golla (OAB/SP nº 292.125), Rogério Previatti (OAB/SP nº 280.375) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00013910.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Contratada: Safety Tecnologia em Segurança Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de sistema de segurança eletrônica.

Responsáveis: Daniel Augusto Ramos Ignácio (Secretário Municipal) e Ricardo Enrico Ventura Rodrigues (Chefe de Gabinete).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 07-03-19.

Advogados: Angelica Mayumi Morita (OAB/SP nº 87.505), Roberta Costa Pereira da Silva (OAB/SP nº 152.941), Marcelo Renan Golla (OAB/SP nº 292.125), Rogério Previatti (OAB/SP nº 280.375) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00013915.989.19-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Contratada: Safety Tecnologia em Segurança Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de sistema de segurança eletrônica.

Responsáveis: Daniel Augusto Ramos Ignácio (Secretário Municipal) e Ricardo Enrico Ventura Rodrigues (Chefe de Gabinete).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 22-04-19.

Advogados: Angelica Mayumi Morita (OAB/SP nº 87.505), Roberta Costa Pereira da Silva (OAB/SP nº 152.941), Marcelo Renan Golla (OAB/SP nº 292.125), Rogério Previatti (OAB/SP nº 280.375) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00017163.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Contratada: Safety Tecnologia em Segurança Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de sistema de segurança eletrônica.

Responsáveis: Daniel Augusto Ramos Ignácio (Secretário Municipal) e Márcia da Silva Barbosa Terribile Bento (Comandante da Guarda Civil).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 15-07-19.

Advogados: Angelica Mayumi Morita (OAB/SP nº 87.505), Roberta Costa Pereira da Silva (OAB/SP nº 152.941), Marcelo Renan Golla (OAB/SP nº 292.125), Rogério Previatti (OAB/SP nº 280.375) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00019487.989.20-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Contratada: Safety Tecnologia em Segurança Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de sistema de segurança eletrônica.

Responsáveis: Daniel Augusto Ramos Ignácio (Secretário Municipal) e Márcia da Silva Barbosa Terribile Bento (Comandante da Guarda Civil).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 15-07-20.

Advogados: Angelica Mayumi Morita (OAB/SP nº 87.505), Roberta Costa Pereira da Silva (OAB/SP nº 152.941), Marcelo Renan Golla (OAB/SP nº 292.125), Rogério Previatti (OAB/SP nº 280.375) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA. ADITAMENTOS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Concorrência, o Contrato e os Aditamentos, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00019845.989.17-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ituverava.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Serviços de limpeza geral no Cemitério Municipal e Bom Pastor.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório, e pelo(s) Instrumento(s): Adriana Quireza Jacob Lima Machado (Prefeita)

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 12-06-17. Valor – R$384.186,24.

Advogados: Renato Chaves Busatta Pessini (OAB/SP nº 300.841), Tacilio Alves da Silva (OAB/SP nº 290.688), José Thiago Camargo Bonatto (OAB/SP nº 239.116) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020403.989.17-1 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ituverava.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Serviços de limpeza geral no Cemitério Municipal e Bom Pastor.

Responsável: Adriana Quireza Jacob Lima Machado (Prefeita).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogados: Renato Chaves Busatta Pessini (OAB/SP nº 300.841), Tacilio Alves da Silva (OAB/SP nº 290.688), José Thiago Camargo Bonatto (OAB/SP nº 239.116) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00018459.989.18-2 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ituverava.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Serviços de limpeza geral no Cemitério Municipal e Bom Pastor.

Responsável: Adriana Quireza Jacob Lima Machado (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-02-18.

Advogados: Renato Chaves Busatta Pessini (OAB/SP nº 300.841), Tacilio Alves da Silva (OAB/SP nº 290.688), José Thiago Camargo Bonatto (OAB/SP nº 239.116) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00018460.989.18-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ituverava.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Serviços de limpeza geral no Cemitério Municipal e Bom Pastor.

Responsável: Adriana Quireza Jacob Lima Machado (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 11-06-18.

Advogados: Renato Chaves Busatta Pessini (OAB/SP nº 300.841), Tacilio Alves da Silva (OAB/SP nº 290.688), José Thiago Camargo Bonatto (OAB/SP nº 239.116) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001750.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ituverava.

Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.

Objeto: Serviços de limpeza geral no Cemitério Municipal e Bom Pastor.

Responsável: Adriana Quireza Jacob Lima Machado (Prefeita).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 11-12-18.

Advogado(s): Renato Chaves Busatta Pessini (OAB/SP nº 300.841), Tacilio Alves da Silva (OAB/SP nº 290.688), José Thiago Camargo Bonatto (OAB/SP nº 239.116) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL. SERVIÇOS DE LIMPEZA GERAL. REDAÇÃO DO EDITAL. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. COMPOSIÇÃO DO OBJETO. NÍVEL DE COMPETIÇÃO SATISFATÓRIO. AUSÊNCIA DE EFEITOS NO CASO CONCRETO. TERMOS ADITIVOS. REGULAR. RECOMENDAÇÃO. EXECUÇÃO CONTRATUAL. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos, bem como tomou conhecimento da Execução Contratual, com as recomendações à Prefeitura Municipal de Ituverava, constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00020217.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Piracicaba.

Contratada: Açovia Indústria e Comércio de Estruturas Metálicas e Pré-Moldados de Concreto Eireli.

Objeto: Construção de escola municipal de educação infantil no bairro Tatuapé.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Barjas Negri (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 02-08-19. Valor – R$1.905.927,73.

Advogados: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842), Renato Alves de Oliveira (OAB/SP nº 277.391) e Marcelo de Almeida (OAB/SP nº 286.235).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. CONCORRÊNCIA. OBRAS DE ENGENHARIA. CONSTRUÇÃO DE ESCOLA. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. INABILITAÇÃO. ÍNDICES CONTÁBEIS. JUSTIFICATIVAS ACOLHIDAS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Concorrência e o Contrato, com recomendação à Prefeitura Municipal de Piracicaba para que aperfeiçoe o seu sistema de registro das cotações de preços realizadas por setores da própria Municipalidade.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00020901.989.18-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapetininga.

Contratada: Telefônica Brasil S/A.

Objeto: Prestação de serviços de telefonia fixa e internet para a Prefeitura.

Responsável: Jeferson Rodrigo Brun (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 28-09-18.

Advogados: Aline Aparecida Castro (OAB/SP nº 208.057), Eduardo Paoliello Nicolau (OAB/SP nº 313.191) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00021431.989.19-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapetininga.

Contratada: Telefônica Brasil S/A.

Objeto: Prestação de serviços de telefonia fixa e internet para a Prefeitura.

Responsável: José Carlos Cézar Damião (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 30-09-19.

Advogados: Aline Aparecida Castro (OAB/SP nº 208.057), Eduardo Paoliello Nicolau (OAB/SP nº 313.191) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. TERMOS ADITIVOS. PRORROGAÇÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares os Termos Aditivos, bem como legais as correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00021967.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Eletrônico. Contrato de 06-06-18. Valor – R$2.957.804,76.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022070.989.19-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Elenice Nogueira Gonçalves (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-09-18.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022071.989.19-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Ademir Martins Boaventura (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 02-01-19.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022074.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-06-19.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022470.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 13-09-19.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00008164.989.20-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 24-01-20.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00019368.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Contratada: Veneza Serviços Empresariais Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Vanderlei Borges de Carvalho (Prefeito) e Maria Helena Angelini Santana (Diretora).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-06-20.

Advogado: Filipe de Freitas Ramos Pires (OAB/SP nº 298.589).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. SERVIÇOS CONTINUADOS. TERMOS ADITIVOS. ACRÉSCIMO. REAJUSTE. PRORROGAÇÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Eletrônico, o Contrato e os Termos Aditivos, bem como legais as correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00023576.989.18-0 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de Taboão da Serra.

Contratada: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de vale-refeição sob a forma de cartão eletrônico, com chip de segurança, para uso dos servidores da Edilidade.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Joice Marques da Silva (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 03-08-18. Valor – R$1.187.568,00.

Advogados: Augusto Miranda Lewin (OAB/SP nº 196.195), Simone Paula de Lima (OAB/SP nº 296.568) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00022660.989.19-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Câmara Municipal de Taboão da Serra.

Contratada: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A.

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de vale-refeição sob a forma de cartão eletrônico, com chip de segurança, para uso dos servidores da Edilidade.

Responsável: Marcos Paulo de Oliveira (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 26-07-19.

Advogados: Augusto Miranda Lewin (OAB/SP nº 196.195), Simone Paula de Lima (OAB/SP nº 296.568) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATO. TERMO ADITIVO. FORNECIMENTO DE VALE-REFEIÇÃO, SOB A FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP DE SEGURANÇA. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial n° 6/2018, o Contrato n° 16/2018, de 03/08/2018, e o Termo Aditivo de 26/07/19, com a recomendação para que o órgão observe atentamente os prazos das Instruções n° 1/2020 para remessa dos documentos a esta Corte de Contas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00023895.989.18-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itatiba.

Contratada: Golden Serviços e Empreendimentos Técnicos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório: Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira (Prefeito).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira (Prefeito), Jeferson Rubens Boava, Luiz Henrique Monte, Washington Bortolossi, Anderson Wilker Sanfins, Marcel Reginato Teixeira, Fabio Luiz Alves, Elizabet Gonçalves Pinheiro Tsumura e Karen Miyuki Bando (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 05-10-18. Valor – R$8.485.410,96.

Advogados: Jonathas Tofanelo Viana (OAB/SP nº 241.852), Luiz Lozzano Sanches Neto (OAB/SP nº 312.387), Ivete Fernanda Tobias (OAB/SP nº 341.281), Luiz Antônio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 146.770), Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP nº 154.720), Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Karina Yumi Ogata (OAB/SP nº 407.315) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001075.989.19-4 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itatiba.

Contratada: Golden Serviços e Empreendimentos Técnicos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira (Prefeito) e Luiz Henrique Monte (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-01-19.

Advogados: Jonathas Tofanelo Viana (OAB/SP nº 241.852), Luiz Lozzano Sanches Neto (OAB/SP nº 312.387), Ivete Fernanda Tobias (OAB/SP nº 341.281), Luiz Antônio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 146.770), Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP nº 154.720), Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Karina Yumi Ogata (OAB/SP nº 407.315) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00020148.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itatiba.

Contratada: Golden Serviços e Empreendimentos Técnicos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

Responsáveis: Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira (Prefeito), Jeferson Rubens Boava, Washington Bortolossi, Igor Hungaro, Fábio Luiz Alves, Luiz Henrique Monte e Anderson Wilker Sanfins (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 22-03-19.

Advogados: Jonathas Tofanelo Viana (OAB/SP nº 241.852), Luiz Lozzano Sanches Neto (OAB/SP nº 312.387), Ivete Fernanda Tobias (OAB/SP nº 341.281), Luiz Antônio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 146.770), Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP nº 154.720), Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Karina Yumi Ogata (OAB/SP nº 407.315) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. SERVIÇOS CONTINUADOS. TERMOS ADITIVOS. ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos, bem como legais as decorrentes despesas, sem prejuízo da recomendação constante do voto do Relator, juntado aos autos.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00024296.989.18-9 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Limeira.

Contratada: Docprint Service Tecnologia Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de impressão, digitalização e reprografia corporativa.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Luiz Aberto Batistella (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 24-08-18. Valor – R$3.539.999,04.

Advogados: Marcelo Palavéri (OAB/SP nº 114.164), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Neiva Laimonis Dumpe (OAB/SP nº 243.745) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00001111.989.20-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Limeira.

Contratada: Docprint Service Tecnologia Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de impressão, digitalização e reprografia corporativa.

Responsável: Luiz Aberto Batistella (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 09-12-19.

Advogados: Marcelo Palavéri (OAB/SP nº 114.164), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Neiva Laimonis Dumpe (OAB/SP nº 243.745) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATO. TERMO ADITIVO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial n° 19/2018, o Contrato n° 155/2018 e o Primeiro Termo Aditivo de 09/12/19.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00024794.989.18-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo

Contratada: Guima Conseco, Construção Serviços e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial nas unidades administrativas e escolares da Secretaria da Educação.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório, e pelo(s) Instrumento(s): Sílvia de Araújo Donnini (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 19-11-18. Valor – R$31.960.056,36.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00024412.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Guima Conseco, Construção Serviços e Comércio Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial nas unidade administrativas e escolares da Secretaria da Educação.

Responsável: Sílvia de Araújo Donnini (Secretária Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 19-11-19.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL DE UNIDADES ESCOLARES. ADITAMENTO. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e o Aditamento, bem como legais os atos determinativos das respectivas despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00025503.989.18-8 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Taboão da Serra.

Contratada: Cavo Serviços e Saneamento S/A.

Objeto: Prestação de serviços contínuos de conservação e saneamento (coleta de resíduos domiciliares e públicos).

Responsável pela Autorização da Dispensa de Licitação: Takashi Suguino (Secretário Municipal).

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação: Fernando Fernandes Filho (Prefeito).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Takashi Suguino e Rogério Balzano (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 05-11-18. Valor – R$9.020.250,00.

Advogados: Luiz Carlos Nacif Lagrotta (OAB/SP nº 123.358), Patrícia da Conceição Pires (OAB/SP nº 238.205), Valéria Hadlich Camargo Sampaio (OAB/SP nº 109.029), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Benedicto Pereira Porto Neto (OAB/SP nº 88.465), Pedro Paulo de Rezende Porto Filho (OAB/SP nº 147.278), Tiago Fernandes Brito (OAB/BA nº 18.424), Fernanda Andrade Sá Abbehusen (OAB/BA nº 40.750) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00025847.989.18-3 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Taboão da Serra.

Contratada: Cavo Serviços e Saneamento S/A.

Objeto: Prestação de serviços contínuos de conservação e saneamento (coleta de resíduos domiciliares e públicos).

Responsáveis: Fernando Fernandes Filho (Prefeito), Takashi Suguino, Rogério Balzano (Secretários Municipais) e Rogério Menezes de Oliveira (Diretor).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Termo de Recebimento Provisório de 09-05-19.

Advogados: Luiz Carlos Nacif Lagrotta (OAB/SP nº 123.358), Patrícia da Conceição Pires (OAB/SP nº 238.205), Valéria Hadlich Camargo Sampaio (OAB/SP nº 109.029), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Benedicto Pereira Porto Neto (OAB/SP nº 88.465), Pedro Paulo de Rezende Porto Filho (OAB/SP nº 147.278), Tiago Fernandes Brito (OAB/BA nº 18.424), Fernanda Andrade Sá Abbehusen (OAB/BA nº 40.750) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. COLETAS DE RESÍDUOS DOMICILIARES E PÚBLICOS. JUSTIFICATIVAS ACEITÁVEIS. REGULAR. EXECUÇÃO CONTRATUAL. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares a Dispensa de Licitação e o Contrato, legais os atos determinativos das respectivas despesas e tomou conhecimento da Execução Contratual e do Termo de Recebimento Provisório.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00025553.989.18-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Laboratório de Prótese Vieira Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias unitárias (coronárias e intrarradiculares) totais e parciais removíveis, destinadas ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Responsável pela Autorização do Certame Licitatório: Pedro Antonio Aguiar Pinheiro (Secretário Municipal).

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Geraldo Reple Sobrinho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 31-10-17. Valor – R$984.000,00.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Fernando Henrique Godoy Virgili (OAB/SP nº 219.340), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00000115.989.19-6 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Laboratório de Prótese Vieira Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias unitárias (coronárias e intrarradiculares) totais e parciais removíveis, destinadas ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Responsável: Geraldo Reple Sobrinho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 31-10-18. Termo de Apostilamento.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Fernando Henrique Godoy Virgili (OAB/SP nº 219.340), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00023452.989.19-7 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Laboratório de Prótese Vieira Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias unitárias (coronárias e intrarradiculares) totais e parciais removíveis, destinadas ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Responsável: Geraldo Reple Sobrinho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 31-10-19.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Fernando Henrique Godoy Virgili (OAB/SP nº 219.340), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

00009262.989.20-5 - Instrumentos Contratuais.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Contratada: Laboratório de Prótese Vieira Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias unitárias (coronárias e intrarradiculares) totais e parciais removíveis, destinadas ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Responsável: Geraldo Reple Sobrinho (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 06-03-20.

Advogados: Wilson Fulan (OAB/SP nº 123.261), Douglas Eduardo Prado (OAB/SP nº 123.760), Luiz Mário Pereira de Souza Gomes (OAB/SP nº 129.395), Sylvio Villas Bôas Dias do Prado (OAB/SP nº 161.094), Andrea Luzia Morales Pontes (OAB/SP nº 210.737), Fernando Henrique Godoy Virgili (OAB/SP nº 219.340), Daiane Oliveira Pimenta Bahia do Bonfim (OAB/SP nº 333.252), Frederico Augusto Sossai Pereira (OAB/SP nº 352.178) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL. TERMOS ADITIVOS. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos de Aditamento em exame, legais os atos determinativos das correspondentes despesas, bem como tomou conhecimento do Termo de Apostilamento de 02/01/2018.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00000643.989.20-5 - Instrumentos Contratuais.

Convenente: Prefeitura Municipal de Valinhos.

Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos.

Objeto: Prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a qualquer cidadão, observada a sistemática do SUS – Sistema Único de Saúde.

Responsáveis: Orestes Previtale Junior (Prefeito), Nilton Sergio Tordin (Secretário Municipal), Jorge Luiz de Lucca (Diretor), Cláudio Trombeta (Provedor da Conveniada), Celso Beltramini (Vice-Provedor da Conveniada) e Wagner Domingos Ceroni (Tesoureiro da Conveniada).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 07-02-19.

Advogados: Arone de Nardi Maciejezack (OAB/SP nº 164.746) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: TERMO ADITIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regular o Termo Aditivo em exame, e, ainda, legais os procedimentos determinativos das respectivas despesas.

Por fim, exauridas as providências pertinentes, autorizou, desde já, o arquivamento dos autos.

Publique-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00009762.989.20-0 - Instrumentos Contratuais.

Convenente: Prefeitura Municipal de Brotas.

Conveniada: Hospital Santa Therezinha.

Objeto: Promover o atendimento gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de urgência e emergência e Pronto Socorro (adulto e infantil).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Leandro Correa (Prefeito), Renata Riêra de Oliveira (Secretária Municipal) e Antonio Paulo Veronese (Presidente da Conveniada).

Em Julgamento: Convênio de 31-01-20. Valor – R$9.750.157,00.

Advogado: Luiz Henrique Godoy (OAB/SP nº 135.578).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. REGULARIDADE. RECOMENDAÇÕES. DEVER DE TRANSPARÊNCIA. LEI FEDERAL Nº 12527/11. CONTROLE INTERNO EFETIVO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, decidiu julgar regular o Convênio firmado entre o Município de Brotas e o Hospital Santa Therezinha, sem prejuízo das recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00015380.989.16-0 – Prestação de Contas.

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Birigui.

Entidade Beneficiária: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui.

Responsáveis: Pedro Felício Estrada Bernabé (Prefeito), Gabriel Genaro de Moraes e Antonio Carlos de Oliveira (Interventores da Beneficiária).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2015.

Valor: R$14.598.281,53.

Advogados: Cleber Serafim dos Santos (OAB/SP nº 136.518), Juliana Maria Simão Samogin (OAB/SP nº 164.320), Sérgio Luís Vianni (OAB/SP nº 322.100), Jorge Geraldo de Souza (OAB/SP nº 327.382), Mariana Fernandes Vicente (OAB/SP nº 376.795) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS DECORRENTE DE SUBVENÇÃO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, nos termos do artigo 33, I, da Lei Complementar n° 709/93, decidiu julgar regular a Prestação de Contas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, referente ao exercício de 2015, dando quitação aos responsáveis.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

00021087.989.18-2 – Prestação de Contas.

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Taiaçu.

Entidade Beneficiária: Associação Beneficente de Pirangi.

Responsáveis: Sueli Aparecida Mendes Biancardi (Prefeita), Agenor Rogério Ferracine (Provedor da Beneficiária) e Deocrécio Luiz Albani (Presidente do Conselho de Administração da Beneficiária).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2018.

Valor: R$2.101.836,54.

Advogados: Vera Lucia Cabral (OAB/SP nº 119.832) e Patricia Giglio (OAB/SP nº 172.948).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

EMENTA: TERCEIRO SETOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS DECORRENTE DE CONVÊNIO. REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, Relator, do Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 10 de novembro de 2020, com fundamento no artigo 33, II, da Lei Complementar n° 709/93, decidiu julgar regular a Prestação de Contas da Associação Beneficente de Pirangi, referente ao exercício de 2018, dando quitação aos responsáveis, sem prejuízo da recomendação às partícipes para que continuem promovendo as adequações necessárias nos respectivos planos de trabalho e demais documentos exigidos pelas Instruções deste Tribunal.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DIMAS RAMALHO – Presidente em exercício

JOSUÉ ROMERO – Relator

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TC-004349.989.18-6

Prefeitura Municipal: Torre de Pedra.

Exercício: 2018.

Prefeito: Emerson José da Mota.

Advogados: João Carlos Gonçalves Filho (OAB/SP nº 77.927), Luiz Henrique Areas (OAB/SP nº 144.593), Tatiane Ramirez Maia (OAB/SP nº 280.643) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-9.

Fiscalização atual: UR-9.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. EXTRAPOLAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL SEM RECONDUÇÃO NOS MOLDES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA DELIBERAÇAO TC-A- 7719/026/19. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. RELEVADAS. PARECER DESFAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÕES.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	31,63%
FUNDEB	100%
Magistério	74,82%
Pessoal	55,59% = irregular
Saúde	28,43%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Superávit 15,32% - R$ 2.143.794,59
Resultado Financeiro	Positivo = R$ 2.084.817,66
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004496.989.18-7

Prefeitura Municipal: Tarabai.

Exercício: 2018.

Prefeito: José Roque da Silva Lira.

Advogado: Fábio Luiz Alves Meira (OAB/SP nº 266.191).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-5.

Fiscalização atual: UR-5.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESEQUILÍBRIO FISCAL. ELEVADO DÉFICIT FINANCEIRO. BAIXO ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA. INADIMPLÊNCIA DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. LIMITE DE PESSOAL. EXTRAPOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECONDUÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DOS REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA. PARECER DESFAVORÁVEL.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	36,28%
FUNDEB	76,38%
Magistério	100%
Pessoal	59,85%
Saúde	29,50%
Execução Orçamentária	Superávit 1,04% = R$ 231.007,02
Resultado Financeiro	Déficit = R$ R$ 3.787.317,46
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Irregular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Intempestivas

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se à Prefeitura Municipal para que: dê efetividade ao Sistema de Controle Interno e observe às disposições constitucionais contidas nos artigos 31 e 74; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M; envide esforços para obtenção do equilíbrio das contas públicas; limite a abertura de

créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições ao percentual de inflação previsto para o período; reconduza as despesas com pessoal para percentual abaixo do limite do teto legal e observe às vedações impostas pela LRF quando extrapolado o limite prudencial de gastos dessa natureza; corrija as distorções assinaladas em relação ao quadro de pessoal da Prefeitura; estabeleça escolaridade em nível superior para os ocupantes dos cargos em comissão e regularize as funções comissionadas que não possuam as características de direção, chefia e assessoramento; regularize os desvios de funções, retornando todos à sua função de origem e evitando pagamentos de diferenças salariais; evite a contratação de pessoas físicas para exercerem funções típicas da Administração Pública de forma continuada, bem como o pagamento através de RPA; abstenha-se de efetuar pagamentos de horas extras e gratificações quando os gastos com pessoal atingirem o limite prudencial; regularize contabilmente os saldos da dívida ativa e implemente novas medidas de cobranças; cumpra o prazo estabelecido na lei municipal para prestações de contas e devolução dos valores não utilizados; implemente controle eficaz para as despesas com combustíveis e manutenção da frota municipal, evidenciando transparência nos gastos; regularize as falhas detectadas no almoxarifado; contabilize corretamente o saldo dos bens patrimoniais de modo que coincida com o inventário anual; cumpra os Comunicados GP nºs 07 e 13, de 2016; e dê atendimento às recomendações desta E. Corte.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004584.989.18-0

Prefeitura Municipal: Caieiras.

Exercício: 2018.

Prefeito: Gerson Moreira Romero

Advogado: Hermano Almeida Leitão (OAB/SP nº 91.910).

Procurador de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalizada por: GDF-9.

Fiscalização atual: GDF-9.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO COM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CORRESPONDENTES A

88,04%. FALTA DE LIQUIDEZ PARA HONRAR AS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO. COBRANÇA INEFICAZ DA DÍVIDA ATIVA. PARECER DESFAVORÁVEL.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	27,86%
FUNDEB	100%
Magistério	67,32%
Pessoal	45,01%
Saúde	28,25%
Execução Orçamentária	Déficit 3,10% = R$ 7.995.017,96
Resultado Financeiro	Déficit = R$ 14.010.539,58
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se ao atual Prefeito que: adote providências acerca dos apontamentos efetivados nos relatórios elaborados pelo Controle Interno; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal – IEG-M, considerando, principalmente, os questionários dos

índices que obtiveram conceito "C"; evite déficits; estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com a inflação esperada para o exercício, observando o disposto no Comunicado SDG nº 29/10; não realize a abertura de créditos adicionais sem observância do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64; envide esforços e ações para melhorar a situação econômico-financeira do Executivo; regularize as informações e registros contábeis da Dívida de Longo Prazo e dos precatórios judiciais; aprimore o sistema de cobrança de Dívida Ativa; corrija as irregularidades apuradas durante as fiscalizações ordenadas realizadas no exercício; cumpra integralmente as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação; e atenda às recomendações deste E. Tribunal.

Determina a abertura de autos apartados para apuração das desconformidades descritas no item B.3.5 – Despesas irregulares com recursos de alienação de imóvel ao Instituto de Previdência local, em ofensa aos princípios da economicidade e legalidade.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004600.989.18-0

Prefeitura Municipal: Paraguaçu Paulista.

Exercício: 2018.

Prefeito: Almira Ribas Garms.

Advogados: Antonio Sergio Baptista (OAB/SP nº 17.111), Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), Fernanda de Ávila e Silva (OAB/SP nº 361.634) e Juliana Aranha Fontes (OAB/SP nº 326.807).

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-4.

Fiscalização atual: UR-4.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO COM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. INSUFICIÊNCIA DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS. PARECER DESFAVORÁVEL.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	31,43%
FUNDEB	100%
Magistério	83,40%
Pessoal	47,17%
Saúde	26,61%
Execução Orçamentária	Déficit 8,02% - R$ 10.378.947,33
Resultado Financeiro	Déficit – R$ 9.229.272,46
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Irregular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 6 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se ao atual Prefeito que: adote providências acerca dos apontamentos efetivados nos relatórios elaborados pelo Controle Interno; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão

Municipal – IEG-M, considerando, principalmente, os questionários dos índices que obtiveram conceito "C"; evite déficits; estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com a inflação esperada para o exercício, observando o disposto ao Comunicado SDG nº 29/10; não realize a abertura de créditos adicionais sem observância do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64; envide esforços e ações para melhorar a situação econômico-financeira do Executivo; regulamente definitivamente as atribuições para os cargos em comissão e resolva a situação dos servidores que estão em desvio de função; abstenha-se de incluir despesas não elegíveis nos gastos com o ensino; encaminhe informações fidedignas ao Sistema Audesp; e atenda às recomendações deste E. Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 20 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004549.989.18-4

Prefeitura Municipal: Olímpia.

Exercício: 2018.

Prefeito: Fernando Augusto Cunha.

Advogados: Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (OAB/SP nº 123.916), Ana Cristina Fecuri (OAB/SP nº 125.181), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP nº 174.392), João Negrini Neto (OAB/SP nº 234.092), Percival José Bariani Junior (OAB/SP nº 252.566), Renan Marcondes Facchinatto (OAB/SP nº 285.794), Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP nº 300.646), Flávio Magdesian (OAB/SP nº 317.840), André Paulani Paschoa (OAB/SP nº 357.571), Andreia Gomes de Lima (OAB/SP nº 358.667), André Guimarães Silva (OAB/SP nº 375.567), Isabella Cristina Serra Negra Lofrano (OAB/SP nº 376.975), Luisa Brasil Magnani (OAB/SP nº 388.160), Pablo Roman Ledesma (OAB/SP nº 394.502), Adriane Maria Gonçalves (OAB/SP nº 437.211) e outros.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-8.

Fiscalização atual: UR-8.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	26,35%
FUNDEB	100%
Magistério	95,28%
Pessoal	43,98%
Saúde	23,83%
Execução Orçamentária	Déficit 3,92% - R$ 7.209.482,81
Resultado Financeiro	Superávit – R$ 8.086.328.98
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de outubro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do

Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Processo:TC-012070.989.19-9. Contratante: Prefeitura Municipal de Botucatu. Autoridade que homologou a licitação e firmou os Instrumentos: André Luiz Peres – Secretário Municipal de Infraestrutura. Contratada: Objetiva Administração de Serviços Eireli – ME. Objeto: Prestação de serviços de limpeza de terrenos particulares, terrenos institucionais e estradas rurais no Município de Botucatu. Matéria em Exame: Pregão Presencial nº 94/18 e Contrato nº 153/18, de 25/5/18. Processo: TC-012407.989.19-3. Matéria em Exame: Termo Aditivo nº 308/18, de 16/8/18. Processo: TC-013953.989.19-1. Matéria em Exame: Termo Aditivo nº 132/19, de 29/5/19. Processo: TC-012843.989.19-5. Matéria em Exame: Acompanhamento da Execução Contratual. Pelos fundamentos expostos na sentença e tendo o douto MPC declinado do ensejo de se manifestar, acolho a manifestação de ATJ e julgo regular o Pregão Presencial nº 94/18, o Contrato nº 153/18, bem como os Termos Aditivos de nºs 308/18 e 132/19, firmados em decorrência. Na oportunidade, consignando que o valor foi devidamente pago e os serviços executados, sem prejuízo das recomendações expedidas no corpo da decisão, tomo conhecimento da execução contratual.

Processo: TC-25520.989.19-5. Contratante: Prefeitura Municipal de Motuca. Autoridade que homologou o certame e firmou o Instrumento: João Ricardo Fascineli - Prefeito. Contratada: C&G Construtora e Engenharia Ltda - ME. Matéria em exame: Licitação – Tomada de Preços nº 001/18. Contrato nº 34/18, celebrado em 19/9/18. Valor - R$ 892.000,00. Objeto: Execução das obras de conclusão da creche padrão FDE CR-1, na Av. Luiz Leonardo Leite, Jd. Nova Motuca, com fornecimento de materiais e mão de obra. Processo: TC-25675.989.19-5. Matéria em exame: Acompanhamento da Execução Contratual. Pelos fundamentos expostos na sentença, acolho a manifestação da Equipe de Fiscalização e, consignando que o douto MPC declinou do ensejo de se manifestar, julgo irregular a Tomada de Preços nº 01/18; o Contrato nº 34/18, de 19/8/18, bem como sua execução contratual, aplicando-se em consequência as disposições do artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93. Ainda, com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplico multa a João Ricardo Fascineli, Prefeito Municipal, no valor correspondente a 160 (cento e sessenta) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei 11.077, de 20 de março de 2002. Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a adotar as providências necessárias ao encaminhamento do débito para inscrição na dívida ativa, visando posterior cobrança judicial.

Processo: TC-001969.989.18-5. Representante: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo. Representada: Prefeitura Municipal de Itápolis. Assunto: Representação acerca de possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 12/2013, instaurada pela Prefeitura de Itápolis, objetivando a execução de obras de reforma e ampliação da EMEI Prof.ª Ignês Antonia Celli Ramalho, com recursos de oriundos do Salário Educação. Assinaturas de prazo nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini publicada no D.O.E. de 23/3/18. Processo: TC-001981.989.18-9. Representante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Representada: Prefeitura Municipal de Itápolis. Assunto: Representação acerca de possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 12/2013, instaurada pela Prefeitura de Itápolis, objetivando a execução de obras de reforma e ampliação da EMEI Prof.ª Ignês Antonia Celli Ramalho, com recursos de oriundos do Salário Educação. Assinaturas de prazo nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini publicada no D.O.E. de 23/3/18. Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença, julgo improcedentes as Representações objeto dos TC-001969.989.18-5 e TC-001981.989.18-9, determinado seus respectivos arquivamentos.

SENTENÇA DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

SENTENÇA PROFERIDA PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 00018384.989.20-8. INTERESSADOS: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO - TJ SP. ADVOGADO: PILAR ALONSO LOPEZ CID (OAB/SP 342.389). Magistrados aposentados: Alberto de Amorim Micheli, Pis/Pasep Nº 10620281194; Carlos Alberto Garbi, Pis/Pasep Nº 10728631420; Carlos Teixeira Leite Filho, Pis/Pasep Nº 17002073131; Dirce Alves Benedito, Pis/Pasep Nº 10841576022; Edison Yassuo Takase, Pis/Pasep Nº 12067025653; Edward Albert Lancelot Doddcanterbury Caterham Wickfield, Pis/Pasep Nº 10874534418; Italo Morelle, Pis/Pasep Nº 12180875381; Izabel Irlanda Castro Correia Araujo, Pis/Pasep Nº 12203629764; Jose Luiz Ribeiro Teixeira, Pis/Pasep Nº 10291105022; Marco Antonio Montemor, Pis/Pasep Nº 17031731451; Nelson Paschoal Biazzi Junior, Pis/Pasep Nº 10676395462; Paulo Roberto Ferreira Sampaio, Pis/Pasep Nº 17038550045; Raymundo Amorim Cantuaria, Pis/Pasep Nº 10651170769; Sergio Rui da Fonseca, Pis/Pasep Nº 10720281374; Vilson Rodrigues Alves, Pis/Pasep Nº 10085309912. ASSUNTO: Aposentadoria. EXERCÍCIOS: 2018 e 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-03.

Vistos.

Em exame, atos de aposentadoria levados a efeito no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos exercícios de 2018 e 2017 (ato pendente de análise pelo TCE).

A DF 3.2 elaborou o relatório juntado no evento 14 e apresentou as informações complementares constantes do evento 39, conforme pleiteado pelo MPC no evento 27. Concluiu pela legalidade das aposentadorias, propondo o registro dos atos.

A douta PFE (eventos 22 e 42) e o MPC (evento 46) também se pronunciaram pela legalidade das aposentadorias e pelo registro dos atos.

É o relatório.

Decido.

À vista dos elementos que instruem os autos, acolho os pronunciamentos favoráveis dos órgãos que se manifestaram no processo, julgo legal a matéria em exame e, por conseguinte, determino o registro dos atos de aposentadoria especificados na planilha juntada nos autos.

Publique-se.

Ao Cartório, para as providências de sua alçada, aí incluída a remessa do processo à DSF-II-1, após o trânsito em julgado da decisão, para o devido registro.

Exauridas as providências pertinentes ao caso, autorizo desde já o arquivamento do processo.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.

PROCESSO: TC-2764.989.19 ÓRGÃO: SERVIÇO DE REGULAÇÃO DE JACAREÍ MUNICÍPIO-SEDE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ RESPONSÁVEIS: Nelson Aparecido Júnior, período de 01/01 a 05/01/19; Cláudio Luiz Tosetto, período de 07/01 a 13/01 e de 19/01 a 13/10/19 e Gustavo Costa, período de 14/10 a 31/12/19; Eduardo Soares Garcia, Diretor Técnico Operacional, período de 01/01 a 13/02 e de 01/03 a 31/12/19, Bianca Tainá Gomes Pedroso, Diretora Técnica Operacional, período de 14/02 a 28/02/19; Welinton dos Santos, Diretor Administrativo-Financeiro, período de 01/01 a 05/12/19 e de 21/12 a 31/12/19 e Ana Paula Oliveira da Silva, Diretora Administrativa-Financeira, 06/12 a 20/12/19 Substituto Legal: Welinton dos Santos, período de 14 a 18/01/19. ADVOGADO: Carlos Eduardo Mendes Almeida OAB/SP 343.684 Procurador Autárquico ASSUNTO: Balanço Geral do Exercício de 2019 INSTRUÇÃO: UR-7 UR-7/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, JULGO REGULARES, com ressalvas, as contas do Serviço De Regulação De Jacareí, do exercício de 2019, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Quito os responsáveis,os Dirigentes Nelson Aparecido Júnior; Cláudio Luiz Tosetto, e Gustavo Costa, Eduardo Soares Garcia - Diretor Técnico Operacional, Bianca Tainá Gomes Pedroso - Diretora Técnica Operacional, Welinton dos Santos, Diretor Administrativo-Financeiro, e Ana Paula Oliveira da Silva, Diretora Administrativa-Financeira e seu substituto Welinton dos Santos, nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-007853/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Itararé RESPONSÁVEL: Hélinton Scheidt do Valle – Prefeito à Época ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Tempo Determinado INTERESSADOS: Profes.Ed.Bas. Infantil (Pebin) Ana Claudia de Fatima Correa; Andreia Cristiane Pontes dos Santos; Andressa Rodrigues; Belarmina de Jesus Proenca Prestes; Bruna Cristina Metring; Cassia Cristiane Alves do Amaral Siqueira; Claudia Raphaella Apostolico; Cristiane Aparecida Costa da Silva; Daiane Aparecida Neto Cuminato; Daniele de Lima Machado; Denise da Silva Orcheski; Elsa dos Santos Geremias; Estela Maria Furlani; Fabiane da Silva Felizardo; Flavia Regina de Arruda Novaes Abrahao; Jessica da Silva Pereira; Juliana Fogaca; Karolyna Mariana Neves de Oliveira; Keite Caroline Franca Amaral; Kelly Karine Diniz; Lais Brenda Moura Alves; Larissa Massami Inamassu Leria; Leia Moreira Lima; Lilian Cristina Leal; Lilian Priscila de Oliveira; Luciana Aparecida Santos Lima; Maria Carolina Ramalhao Machado; Mary Helen Ghirghi; Mayara Salina de Oliveira; Meire Oliveira de Mello Santos; Monike Luziane de Almeida Oliveira; Patricia Regina de Oliveira; Priscila Pereira; Priscilla Santos Proenca de Melo; Regina Vaz Ferreira; Roberta Gomes Rasmussen; Roseneide Aparecida Rodrigues de Almeida; Rosiane Santiago da Costa Rosa; Rosilda Aparecida da Silva; Ruth Helena Ramalhao de Oliveira; Sabrina da Silva de Mello; Samara Gomes Martin Dias; Sandra Maria Lino Rezende; Silvia de Moraes Domingues; Simone da Silva; Tairine Roberta Goncalves Demetrio; Talita da Silva Sarai; Tatiane de Oliveira Inesio; Tatiane Domingues Moura; Tatiane Pires de Oliveira; Tayla Oliveira Ribeiro; Vania Godoi Prado; Yuli Fernanda Costa de Sa; Profes.Ed.Bas.I - Ciclos I e II (Peb I) Ana Paula da Silva Santos; Andreia Brigola; Aparecida de Fatima Queiroz da Rocha; Cibelly Bento Santos; Claudete Aparecida dos Santos; Cristiana Mascarenhas de Oliveira; Cristiano Sousa da Silva; Daiane Aparecida Neto Cuminato; Elaine Cristina Araujo Lopes; Fabiana Klimeck Bueno; Flavia Cristine da Silva; Gisele Azevedo Duarte Zupo; Jaqueline Aparecida Meleki Moura; Josiane Rodrigues da Silva; Jucelina de Souza; Kelly Cristina Santos Schroder; Kelly Karine Diniz; Kelly Vieira Garcia do Nascimento; Maria Aparecida dos Santos; Maria Cristina Ximarelli Chagas; Mariane Correia dos Santos Furquim; Michele Maria Silva Mattos; Olga Aparecida Antunes Almeida; Paulo Sergio dos Santos; Regiane da Silva Inamassu; Sandra Maria Rodrigues Delgado; Silvia Regina de Oliveira Lima; Sonia Aparecida Borges Metring; Profes. Ed.Bas.II - Ciencias (Habilitado) Ananias Migdal Eder de Souza Lacerda; Giovana Pereira de Sousa; Joceli Mariano Dias; Tatiane Aparecida de Almeida Janotti; Profes.Ed.Bas.II - Ciencias (Nao Habil.) Caroline Lucas Bassetto Ferraz; Profes.Ed.Bas. II - Ed.Artist. (Habilit.) Ana Paula Galvao dos Santos Camargo; Gislaine Galvao Pinheiro; Profes.Ed.Bas.II - Ed.Fisica. (Habilit.) Cintia Rodrigues de Almeida; Cyntia Leticia Rodrigues; Donalvan Ricardo de Azevedo Bueno; Francisco Moreno da Silva Netto; Jaqueline Sebastiana de Macedo Veiga; Juliana Moraes Furtado; Luis Felipe Pires de Lima; Luiz Carlos de Macedo Junior; Luiz Fernando do Amaral Neves; Pedro Henrique Monteiro de Almeida; Rubens Antunes Dias Moura; Vinicius Felipe Andrade Nazareth; Profes.Ed.Bas.II - Ens.Relig. (Habilit.) Gisele Pereira de Araujo; Janine Wesgueber Santos; Renan Silvio dos Santos; Profes.Ed.Bas.II - Geografia (Habilit.) Fernanda de Fatima Ferraz; Julio Cesar dos Santos; Profes.Ed.Bas. II - Historia (Habilit.) Cristiano Arruda Rocha Hartl; Luis Felipe Machado de Genaro; Profes.Ed.Bas.II - Ingles (Habilitado) Celso Antonio Vaurof; Daniele Nunes Ferreira Braatz; Denize Cristina Pereira Andrade; Edilaine Correa Machado; Kety Regina Camargo; Maria das Dores Ianuxauskas Vaurof; Maria Jose Dias de Almeida; Marlene Pereira Gil Filha; Suzane da Rosa Ferreira; Vania Maria de Almeida; Profes.Ed.Bas.II - Judo (Habilitado) Ediclei Almeida Machado Junior; Profes.Ed.Bas. II - Judo (Nao Habilitado) Takeshi Yokoti; Profes.Ed.Bas.II - Ling. Port. (Habili.) Jairo Manoel de Campos; Maria Jose Dias de Almeida; Roberta Alves de Assis Guimaraes; Profes.Ed.Bas. II - Matematica (Habilit.) Fabio de Campos; Paula Karoline Klimek Rosa; Rosana Clarete Araujo Santos Magno; Profes. Ed.Bas.II - Musica (Habilitado) Joao Marcos Alves de Azevedo; Leticia Miranda; Sueli Rodrigues Vaz; Tania Martins de Oliveira Machado; Profes.Sal.Rec.Multif. - Aee (Habilit.) Antonio Carlos Camargo Junior; Maria Daniele de Meira; Marta Cristina Cavalheiro; Valeria Dell Anhol Oliveira; Professor de Educacao Infantil - Pebin Adriana Domingues de Oliveira; Ana Dirce de Melo; Andressa Cristine Barbosa Carlos; Bruna Cristina Metring; Eliana Wernek; Estela Maria Furlani; Ingrid Nithyellen Painco Pinheiro; Janaina Cristina Andre da Silva; Janaina Paula Machado; Jessica Mara Urba Rosa; Jucileine Geraldo Pereira; Juliana Fogaca; Lisiane da Silva Soares; Luciane Cristina Fernandes; Luciane Metling Panis; Maria Carolina Ramalhao Machado; Mayara Veiga Ferreira; Monike Luziane de Almeida Oliveira; Quely Cristina de Moraes; Regiane Cristina Pereira; Sabatha Fernanda Felix; Sirlei Franca Borges EXERCÍCIO: 2018 ADVOGADA: Ariane de Carvalho Leme - OAB/SP 377.155 INSTRUÇÃO: UR-16 / DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendo ao Município de Itararé que, nas futuras admissões, evite incorrer nas falhas discriminadas pela Fiscalização, sob pena de responsabilização pessoal do gestor público. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC-00003304.989.19-7 FUNDO DE PREVIDÊNCIA: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS ADVOGADO: HELIO JACINTO (OAB/SP 127.628) RESPONSÁVEL(IS): MARIA LUCIA GABRIEL JOSE APARECIDO VOLTOLIM SUZE ARINA PAULA USHIRO EXERCÍCIO: 2019 EM EXAME: Prestação de Contas dos Gestores de Previdência Municipal (40) INSTRUÇÃO: UR-02 – UNIDADE REGIONAL DE BAURU/DSF I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, considerando o contido nos autos, com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º e na Resolução TCESP 03/2012, JULGO REGULARES COM RECOMENDAÇÕES contas do exercício de 2019 do Fundo de Previdência Social do Município de Dois Córregos - FUNDO, nos termos do art. 33, inciso I c/c. art. 34 da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Quito os responsáveis. Advirto ao gestor para que tome como norte os apontamentos da equipe técnica com vistas ao aprimoramento da administração do RPPS. Determino à Fiscalização que, na inspeção futura, faça as devidas verificações das correções das falhas noticiadas. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00020980.989.20-6 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS ADVOGADO: FERNANDA BESAGIO RUIZ RAMOS (OAB/SP 260.746) RESPONSÁVEL: JOSE CARLOS FERNANDES CHACON – PREFEITO MUNICIPAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (CONCURSO PÚBLICO) – EDITAL Nº 02/2018. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: DOUGLAS ANTONIO SANTOS LUNA E OUTROS MENCIONADA: MARIA CELESTE MOREIRA – PIS 10874953593 (PROFESSSORA II- EDUCAÇÃO ESPECIAL) INSTRUÇÃO: 4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO / DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º e na Resolução TCESP 03/2012, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos empregados públicos em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-023086.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS ADVOGADA: AMABEL CRISTINA DEZANETTI DOS SANTOS (OAB/SP 103.050) RESPONSÁVEL: CÉLIO JOSÉ DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL BENEFICIÁRIA: SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS RESPONSÁEIS: LAURIANO LUIS FERREIRA - EX-PRESIDENTE SOLANGE MARIA MATEUS - PRESIDENTE EM EXAME: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2018. VALOR: R$ 15.219,01 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA - UR-01 / DSF-II

PROCESSO: TC-023195.989.20-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS ADVOGADA: AMABEL CRISTINA DEZANETTI DOS SANTOS (OAB/SP 103.050) RESPONSÁVEL: CÉLIO JOSÉ DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL BENEFICIÁRIA: SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS RESPONSÁEIS: LAURIANO LUIS FERREIRA - EX-PRESIDENTE SOLANGE MARIA MATEUS - PRESIDENTE EM EXAME: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 17/2017. VALOR: R$ 160.799,13 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA - UR-01 / DSF-II

PROCESSO: TC-023198.989.20-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS ADVOGADA: AMABEL CRISTINA DEZANETTI DOS SANTOS (OAB/SP 103.050) RESPONSÁVEL: CÉLIO JOSÉ DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL BENEFICIÁRIA: SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS RESPONSÁEIS: LAURIANO LUIS FERREIRA - EX-PRESIDENTE SOLANGE MARIA MATEUS - PRESIDENTE EM EXAME: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 25/2017. VALOR: R$ 146.946,80 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA - UR-01 / DSF-II

EXTRATO: Por todo o exposto, JULGO IRREGULARES os 03 (três) repasses efetuados à entidade Serviço de Obras Sociais - SOS, no exercício de 2019, nos importes de R$ 15.219,01 (TC-023086.989.20-9), R$ 160.799,13 (TC-023195.989.20-7) e R$ 146.946,80 (TC-023198.989.20-4), em consonância com o artigo 33, III, "b", da Lei Complementar Paulista nº 709/93. Com base no art. 104, III, da referida Lei Complementar, aplico ao responsável pelo Órgão Público, Sr. Célio José de Oliveira – Prefeito Municipal, multa de 160 UFESPs, em razão dos três repasses em tela (TC-023086.989.20-9; TC-023195.989.20-7 e TC-023198.989.20-4), pelo menoscabo à deliberação desta Corte sobre repasses de verbas públicas a entidades vedadas para tal desiderato. No tocante às disposições do Comunicado GP nº 12/2016, determino a inclusão do nome do responsável pelo órgão público, Sr. Célio José de Oliveira, Prefeito Municipal e do responsável pela entidade beneficiária à época, Sr. Lauriano Luis Ferreira, ex-presidente, na "Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares", em razão das impropriedades relatadas nesses autos. Após o trânsito em julgado, acionem-se as disposições dos incisos XV e XXVII, art. 2º, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, sem embargo de remessa de cópia integral dos autos ao Ministério Público Estadual. Consigno que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-el:\<etronico, mediante regular cadastramento. Excetuo os atos pendentes de julgamento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00024678.989.20-3 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA RESPONSÁVEIS: FERNANDO FERNANDES FILHO – PREFEITO MUNICIPAL GILMAR LEONE – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – SUBSEQUENTES (CONCURSO PÚBLI-

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 231 • São Paulo, sexta-feira, 11 de dezembro de 2020

CO) – EDITAIS NºS 05/17; 06/17; 07/17; 08/17. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: MICHELE ALMEIDA PECANHA E OUTROS INSTRUÇÃO: 6ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo--eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00024809.989.20-5 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA - IPREM SEVERÍNIA RESPONSÁVEL: MARIA AUGUSTA SANTOS - PRESIDENTE EM EXAME: APOSENTADORIA EXERCÍCIO: 2017 INTERESSADO(S): ANNA RITA AFONSO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-8 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo--eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00025958.989.20-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA RESPONSÁVEL: LUIZ CARLOS DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (CONCURSO PÚBLICO) – EDITAL Nº 02/2018. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: RUBENS VINICIUS VIEIRA NASCIMENTO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo--eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026415.989.20-1 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PÚBLICA DA PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SALTO DE PIRAPORA RESPONSÁVEL: HOMERO JOÃO MOREIRA DE OLIVEIRA - PRESIDENTE EM EXAME: APOSENTADORIA EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: ALFREDO MARTINS NETO E OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-09 / DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo--eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR JOSUÉ ROMERO

SENTENÇAS DO AUDITOR JOSUE ROMERO

PROCESSO: TC-00001296.989.16-3 ÓRGÃO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE GUARATINGUETA - CODESG RESPONSAVEL: LUIZ SERGIO ALVES SILVEIRA MARTINS ADVOGADO: LINCOLN FARIA GALVAO DE FRANCA (OAB/SP 133.936) / PEDRO HENRIQUE BUENO DE GODOY (OAB/SP 252.156) EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: Unidade Regional de São José dos Campos – UR-7

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES COM RESSALVAS o Balanço Geral - Contas do exercício de 2016 da Companhia de Desenvolvimento de Guaratingueta - CODESG, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendo que a Origem apresente suas Demonstrações Financeiras de acordo com o disposto na parte final do § 1º do artigo 176 da Lei Federal nº 6.404/1976. Recomendo ainda, a realização da reunião ordinária da Diretoria Executiva para aprovação dos Demonstrativos Financeiros, nos termos determinados em seu Estatuto, sob pena de reprovação do Balanço Geral do exercício examinado. Determino que a Equipe de Fiscalização responsável, nas futuras inspeções traga aos autos a real situação financeira da CODESG, principalmente a relativa aos parcelamentos de encargos sociais. Quito o responsável, Sr. Luiz Sérgio Alves Silveira Martins, com fulcro no artigo 35 da supracitada lei complementar paulista. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00001483.989.16-6 ÓRGÃO: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CUBATAO ADVOGADO: ISABELA ALONSO VIEIRA PEREIRA (OAB/SP 220.289) RESPONSÁVEIS: MARCO FERNANDO DA CRUZ - PERÍODO: 29/04/2016 A 01/09/2016 ADVOGADO: SILAS DE SOUZA (OAB/SP 102.549) / (OAB/SP 185.250) / (OAB/SP 188.400) / (OAB/SP 265.398) / (OAB/SP 367.292) ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - PERÍODO: 01/01/ A 28/04/2016 ADVOGADO: ROBERTO MARCIO BRAGA (OAB/SP 148.329) ELISEU PINHO LARA - PERÍODO: 02/09/2016 a 25/10/2016 MARLENE DE ARAUJO - PERÍODO:10/11/2016 a 31/12/2016 ADVOGADO: (OAB/SP 218.385) / RUDGE SILVA ROT DIAS (OAB/SP 341.922) / NICOLLE MENDONCA DA SILVA (OAB/SP 364.805) PERÍODO VAGO: 26/10 09/11/2016 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-20/UNIDADE REGIONAL DE SANTOS/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO IRREGULARES, as contas anuais de 2016 da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CUBATÃO, com amparo no art. 33, inciso III, letras "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, com as determinações mencionadas nesta decisão. Deixo de impor sanção pecuniária aos responsáveis posto que foram encaminhados diversos ofícios ao Executivo cobrando o pagamento das repasses em atraso e, apesar de não regularizassem a inadimplência, me permitem relevar, excepcionalmente, a omissão de adotarem medidas mais contundentes. No entanto, determinar o envio de cópia desta decisão ao Ministério Público do Estado para providências que entender pertinentes. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se

PROCESSO: TC-00001488.989.16-1 ÓRGÃO: CAIXA DE PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL DE ITAI RESPONSÁVEL: EDRA DE OLIVEIRA ALMEIDA - Dirigente - Período: 01/01 A 31/12/16 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-16/UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES, COM RESSALVAS, as contas anuais de 2016 da CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAÍ, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, com as determinações mencionadas nesta decisão. Alerto a origem que a reicidência no descumprimento de determinações deste Tribunal poderá ensejar a reprovação de futuros demonstrativos e imposição de sanção pecunária ao responsável, nos termos do art. 104, VI, da citada Lei Complementar Estadual n ° 709/93. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Quito a responsável, nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: TC-00001529.989.16-2 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA - CARAGUAPREV ADVOGADO: ALEXANDRE SANTANA DE MELO (OAB/SP 198.605) RESPONSÁVEL: EZEQUIEL GUIMARAES DE ALMEIDA - Dirigente - PERÍODO: 01/01 A 31/12/16 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-07/UNIDADE REGIONAL DE CARAGUATATUBA/DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO IRREGULARES as contas anuais de 2016 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA - CARAGUAPREV, com amparo no art. 33, inciso III, letras "a" e "b", da Lei Complementar nº 709/93, com a determinação mencionada nesta decisão. Deixo de impor sanção pecuniária ao gestor, Sr. Ezequiel Guimarães de Almeida, tendo em vista que já foi penalizado pelo mesmo motivo da reprovação destes demonstrativos quando do julgamento irregular das contas de 2012 deste Instituto na qual era o responsável à época. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se

SENTENÇA DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

SENTENÇA DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: TC–001713/989/17 ÓRGÃO: Fundação Cultural e Educacional de Caraguatatuba - FUNDACC MUNICÍPIO Caraguatatuba ASSUNTO Balanço Geral - Contas do exercício de 2017 DIRIGENTE Zenaide de Souza Bicudo Vernizzi – Presidente à época PERÍODO 01/01/2017 a 26/01/2017 DIRIGENTE Silmara Selma Mattiazzo Bolognini – Presidente à época PERÍODO 27/01/2017 a 31/12/2017 INSTRUÇÃO UR - 7 / DSF- II ADVOGADOS Dayana Márcia Dias Mendonça, OAB/SP nº 217.148; João Gustavo dos Santos Angelo, OAB/SP nº 389.022

EXTRATO: Ante o exposto e nos termos do que dispõe o art. 73, § 4º da CF/1988 c/c § único do art. 4º da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 979/2005 e a Resolução TCE/SP n° 03/2012, JULGO IRREGULARES as contas da Fundação Cultural e Educacional de Caraguatatuba – FUNDACC, relativas ao exercício de 2017, conforme art. 33, inc. III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, aplicando-se, por via de consequência, o disposto no art. 2º, incs. XV e XXVII do mesmo diploma legal, sem prejuízo das RECOMENDAÇÕES tecidas no corpo desta decisão. Oficie-se ao d. Ministério Público do Estado de São Paulo, enviando-lhe cópia desta decisão. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

SENTENÇAS DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC-002217/989/20 ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Sul RESPONSÁVEL: Fabio Luis de Souza ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Tempo Determinado INTERESSADOS: Berçarista: Érica Cristina de Moura, Glaucea Armendroz Ruiz Sena; Professor de Educação Básica I: Ana Flavia Gomes Camarozano, Ana Paula Caparroz Gomes Pasquale, Andreza Cruz, Aparecida Sousa Santos Heidorn, Camila Polli Sanches, Celia Regina dos Santos, Claudia Regina de Oliveira Jardim, Glaucia Maria Oliveira Beraldo, Katia Maria de Castro Brunelli, Lilian Montesino, Luciene Cristina da Silva, Mayara Maria d Oliveira da Luz, Mirely dos Santos de Oliveira, Regiane Fernanda Semencio Silveira, Romilda Maria Lacerda Severino; Professor de Educação Básica II – Arte: Karen Fernanda Ferraz, Rita de Cassia Colin Braga; Professor de Educação Básica II – Ciências: Antonia Anailani de Lima Souza, Joaquim Faustino Braga Filho, Lourdes Lima dos Santos Carvalho, Patricia Campana Benassi; Professor de Educação Básica II – Educação Física: Carlos Rogério Pereira Fonseca; Professor de Educação Básica II – História: Maria Cristina Turquetti, Otavio Modenese, Tania Maria Romano Salomé; Professor de Educação Básica II – Inglês: Ana Carolina Beraldo Costa Valadão, Eva Zuliva dos Santos; Professor de Educação Básica II – Matemática: Fernanda Apareciad dos Santos Valério, Lucas José Gonçalves, Rute Renata Ruis Rodrigues, Vanessa Salgado; Professor de Educação Básica II – Português: Ana Carolina Beraldo Costa Valadão, Maria Beatriz Rosalin, Victor Alexandre de Souto Ferrari; Professor de Educação Especial: Alynne Gatti, Amanda de Souza Cardoso, Ana Claudia da Silva, Bianca Alves Macedo, Camilla Izabel Mastroangelo, Cassiana Aparecida Navarro, Cristiane de Fátima Correa Magri, Eliane Aparecida de Souza Letice, Giulia Gomes da Silva, Juliana Cristina Grassa Billar, Kely Cristiane Peliceri, Liliana de Almeida Paula Pessa, Luiza Maria Aparecida, Mariana Donizete Nunes, Monica Cristina Portero de Lima, Pamela Aparecida Camilo, Priscila de Cassia Thomazini, Raira de Azevedo; Professor de Educação Infantil: Alessandra Alves dos Santos Camargo, Aline Aparecida Correia, Aline Rodrigues Messi, Julia Rosa Romano, Lays Conceição Fuscho, Marcela Laverde Creazzo Ferro, Silvana Aparecida de Oliveira Buzza Machado, Valeria Aparecida Gonçalves; Técnico de Enfermagem SAMU: Daniela Cristina de Oliveira EXERCÍCIO: 2018 EDITAIS: 01/17, 02/17 e 03/17 MPC: Celso Augusto Matuck Feres Junior – Procurador do Ministério Público de Contas INSTRUÇÃO: UR-13/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO REGULARES os atos de admissão em exame, conforme2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. RECOMENDO à municipalidade que, doravante, passe a embasar todas as contratações temporárias em justificativas que evidenciem, de forma cristalina, as situações fáticas que as ensejaram, atendendo plenamente ao disposto no art. 54, II, "b", das Instruções nº 02/2016 desta Corte de Contas, e ao disposto no art. 37, IX, da CF/88. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012513/989/18 ÓRGÃO PÚBLICO: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de Porto Ferreira RESPONSÁVEL: Elcio Gustavo Silveira Arruda - Superintendente ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso Público INTERESSADOS: Analista Regulador: Wendel Ederson Marcelino dos Santos Cremonezi; Fiscal: Arlei Flausino Aureliano EDITAL: 01/2015 EXERCÍCIO: 2017 MPC: Ato Normativo n.° 006/14 – PGC INSTRUÇÃO: UR-10/DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando--os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Roque Citadini, relator do processo TC-11319.989.18, cuida de Repasse da Prefeitura do Município de Ariranha à Associação Beneficente Julia Ruete, exercício 2016, fica o Sr. Murilo D'Amigo, Presidente da Beneficiária, NOTIFICADO, nos termos do art. 91, inciso IV, da Lei Complementar n° 709/93, para que, tome conhecimento da matéria abordada nestes autos, e que traga os esclarecimentos necessários, observado o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação deste. Para que não seja alegada ignorância é expedido o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado por três dias consecutivos.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO

PROCESSO:00016885.989.19-4

CONVENENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO (CNPJ 47.492.806/0001-08)

ADVOGADO:MAURICIO CRAMER ESTEVES (OAB/SP 142.288) / NARA NIDIA VIGUETTI YONAMINE (OAB/SP 147.880) / ROGERIO MOLINA DE OLIVEIRA (OAB/SP 156.107) / VERA DENISE SANTANA AZANHA DO NASCIMENTO (OAB/SP 156.964) / MARCELO LEME DE MAGALHAES (OAB/SP 200.867) / WALLAN PEREIRA E SILVA (OAB/SP 318.869) / GILBERTO DO NASCIMENTO E SILVA (OAB/SP 341.673)

CONVENIADO(A):ASSOCIACAO CUBATENSE DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES (CNPJ 51.643.385/0001-46)

INTERESSADO(A):MARCIA ROSA DE MENDONCA SILVA (CPF 066.086.978-05)

RAQUEL REIS GONCALVES PERALTA (CPF 259.780.728-25)

ADEMARIO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 133.863.968-44)

JOSE ANTONIO D ALRIO (CPF 108.276.998-32)

ASSUNTO:Prestação de Contas do exercício 2015 do Convênio nº 020/2015 de 28/09/2015 celebrado para execução do Projeto "Inclusão, um caminho, o resgate para a vida" - Serviço de domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

EXERCÍCIO:2015

INSTRUÇÃO POR:UR-20

Trata o processo TC-016885.989.19-4 sobre a prestação de contas de recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Cubatão à entidade Associação Cubatense de Defesa dos Direitos das Pessoas Deficientes – ACDDPD, no exercício de 2015, por meio do Termo de Convênio nº 020/2015.

Em face da determinação contida no r. Despacho de 17 de abril de 2020 (evento 36), expediu-se Notificação à Senhora Raquel Reis Gonçalves Peralta, Ex-Secretária Municipal de Assistência Social de Cubatão, para que apresentasse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do Ofício CGC-SEB nº 0549/2020, as justificativas e os documentos que entendesse pertinentes para a elucidação do quanto apontado nos autos, sob pena de julgamento da matéria no estado em que se encontra.

A entrega do Ofício resultou infrutífera, consoante documentos acostados nos autos (evento 48).

Isto posto, fica Notificada a Senhora Raquel Reis Gonçalves Peralta, Ex-Secretária Municipal de Assistência Social de Cubatão, com base no artigo 91, inciso IV, da Lei Complementar estadual nº 709/93, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da última publicação deste, as justificativas e os documentos que entender pertinentes para a elucidação do quanto apontado nos autos, sob pena de julgamento da matéria no estado em que se encontra.

E para que não seja alegada ignorância é expedido o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado, por três vezes consecutivas.

Publique-se.

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR-3

Unidade Regional de Campinas – UR.3

PROVISÃO DE QUITAÇÃO

PROCESSO: TC-000964/003/11

ÓRGÃO PÚBLICO: Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista

RESPONSÁVEL: Senhor Adilson Octaviano, Diretor Presidente, CPF nº 713.234.658-04

ASSUNTO: Recolhimento de Multa

Considerando o recolhimento da multa, decorrente da r. Decisão de fls. 490-491, publicado no Diário Oficial do Estado em 15/10/2019, conforme cópia do comprovante de recolhimento acostada à fl. 496, do processo TC-000964/003/11, fica regularizada a situação do Senhor Adilson Octaviano, CPF nº 713.234.658-04, perante este Tribunal de Contas, em relação à referida multa, expedindo-se a presente Provisão de Quitação, em cumprimento ao r. Despacho exarado pelo Excelentíssimo Auditor Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis à fl. 505, e em obediência ao parágrafo único, do artigo 87, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

ATOS DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

DESIGNANDO:

LILIAN CRISTINA MENINO ROBLES, RG 10.527.735-6, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Helena Keiko Hirata, que substitui no cargo de Diretor Técnico de Divisão, em comissão (ATO 1530/2020);

EDNÉIA DE FATIMA MARQUES, RG 13.685.737-1, ocupante do cargo de Diretor Técnico de Divisão, do SQC-I, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Diretor Técnico de Departamento, do SQC-I, durante o impedimento de Alexandre Teixeira Carsola, por férias (ATO 1532/2020);

STANISLAW AUGUSTUS DOS SANTOS ZAGO, RG 22.175.456-8, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Ricardo Kengi Uchima, por férias (ATO 1534/2020).

DIRETORIA DE CONTRATOS E PROJETOS

PROCESSO: SEI Nº 0008797/2020-45

CONTRATO Nº 40/2020

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA. – "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

OBJETO: Aquisição de assinatura semestral da Biblioteca Digital Fórum de Direito.

VALOR TOTAL: R$ 54.866,50 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821, Elemento: 3.3.90.39.43.

BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

VIGÊNCIA/PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, contados a partir da data de 1º de janeiro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 03/12/2020.

PROCESSO: SEI Nº 5423/2020-78

CONTRATO Nº 55/2020

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: COMUNIQUE-SE S/A

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mailing jornalístico, com dados de contatos de jornalistas de todas as Unidades da Federação, e distribuição de press releases aos endereços obtidos a partir do mailing com a possibilidade de inclusão de contatos diretamente pelo TCESP.

VALOR TOTAL: R$ 15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821, Elemento: 3.3.90.40.90.

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e do Decreto nº 9.412/18.

VIGÊNCIA: inicia-se na data indicada na Autorização para Início dos Serviços, encerrando-se no término do prazo de execução dos serviços, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 (quarenta e oito) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data indicada na Autorização para Início dos Serviços.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2020.

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO